



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT

CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG

ADRIANO AMARO DE SOUSA

TERRITÓRIO E MOBILIDADE SOCIAL:

O NIKKEI COMO PROFISSIONAL LIBERAL NO MUNICÍPIO
DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Presidente Prudente/SP

Maio/2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - FCT

CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG

ADRIANO AMARO DE SOUSA

TERRITÓRIO E MOBILIDADE SOCIAL:

O NIKKEI COMO PROFISSIONAL LIBERAL NO MUNICÍPIO
DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Tese elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito.

Presidente Prudente/SP

Maio/2019

S725t	Sousa, Adriano Amaro Território e mobilidade social : o nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP / Adriano Amaro Sousa. -- Presidente Prudente, 2019 199 p. : il., tabs., fotos, mapas Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientadora: Eliseu Savério Sposito 1. Território. 2. Mobilidade espacial e social. 3. Família. 4. Profissional liberal. 5. Nikkei. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

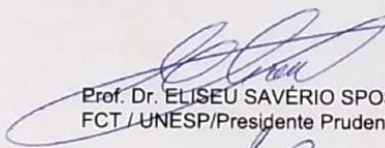
CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

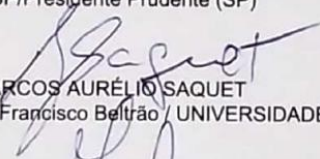
TÍTULO DA TESE: Território e Mobilidade Social: o Nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP

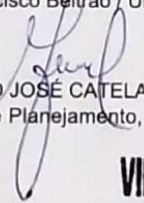
AUTOR: ADRIANO AMARO DE SOUSA

ORIENTADOR: ELISEU SAVÉRIO SPOSITO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

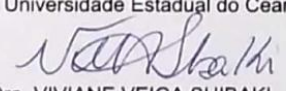

Prof. Dr. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
FCT / UNESP/Presidente Prudente (SP)


Prof. Dr. MARCOS AURÉLIO SAQUET
Campus de Francisco Beltrão / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ


Prof. Dr. MÁRCIO JOSÉ CATELAN
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

VIDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. DENISE CRISTINA BOMTEMPO
UECE / Universidade Estadual do Ceará


Profa. Dra. VIVIANE VEIGA SHIBAKI
Barueri / FATEC

Presidente Prudente, 09 de maio de 2019

*"Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o
melhor fosse feito..."*

*Não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas graças a
Deus não somos o que éramos".*

(Martin Luther King)

Aos

Meus pais

Conceição e Gedes (*inmemorian*)

Agradecimentos

- A Deus pela vida e pelas oportunidades;
- Dedico este trabalho aos meus pais Gedes e Conceição pelo amor (incondicional), apoio (acreditar/apostar em mim) e suporte (emocional, espiritual e financeiro);
- Ao Francisco Adegilzo Do`or pelo carinho, atenção e compreensão pelas ausências;
- Ao Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito pela orientação, paciência e confiança. Ele se tornou um grande amigo. Muito obrigado pela força, atenção e compreensão;
- Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet pelo estímulo, referência e amizade. Minha entrada no doutorado foi pela sua confiança e aposta nesse projeto. Muito obrigado!
- E aos professores da banca de qualificação Denise Bomtempo e Márcio Catelan cujas orientações foram importantíssimas para o resultado desta tese. E pelas considerações importantíssimas na defesa da tese. A Denise Bomtempo sempre sendo uma referência e um estímulo para pensarmos na mobilidade pela geografia. Muito obrigado;
- A Profa. Dr. Viviane Veiga Shibaki pelas valiosas contribuições na defesa, pela parceria de trabalho na Fatec Barueri e pela amizade. Muito Obrigado!
- A família "Amaro de Sousa" e "Silva" pelo amor e cuidado pelo afeto e cuidado. Aos meus irmãos Ademir e Adilson, a minha cunhada Cilene e aos meus sobrinhos Felipe, João Gabrieli e Davi. Em especial as tias Élide, Jocila e Nivalda. Aos tios Gelson, Sebastião e Joaquim. Aos os primos: Cláudia, Marisa, Marta, Izabel, Paulinho, Eliane, José Cruz, Emerson, Dico, Silvino, Mau, Matheus e Gabriela. A Tiana, Rosa e Dinho pelo incentivo e carinho. E a todos

os familiares de modo geral. Em especial a prima Marisa e seu esposo Teruo por acreditar no trabalho e auxiliar nas entrevistas;

- Aos amigos da vida: Marcos, Eliane, Fernando, Júlio Andrade e Janete. E todos do JOCASB (Marlei, Luciene, Rodrigo, Letícia, Luiz, Juliana, Roberta, Valeria, Eduardo, Mara, Rogério, Luciano, Marcinha e Cláudia Rodrigues). E pelo estímulo inconsciente do amigo de infância Silvio de Freitas na minha formação.

- Aos amigos de São Paulo: A Cileide e sua família (Alyrio e Aline) pela acolhida, amizade e proximidade amo muito vocês! E a Família Cavalcante (Jair, Celi, Patricia, Daniela e Jú) pela amizade, pelas festas, pelas adversidades e pela alegria nos encontros;

- Aos professores do Programa de Pós-Graduação da FCT/UNESP (Marcos Saquet, Antônio Tomaz Jr., Bernardo Mançano, Márcio Catelan, Carminha, João Osvaldo, Arthur Magon, Maria Therezinha, Nécio Turra Neto, Marcelo Carvalhal, Nivaldo Hespanhol, Rosangela Hespanhol e Yoshie Ferrari). E o Prof. Dr. Milton Hirokazu Shimabukuro da computação/matemática pelo apoio e suporte;

- Aos amigos da pós: Marcos Campos, Guilherme Claudino, Larrisa e Rizzia pela convivência, afinidades, ajuda mútua e bem querer. E a Natália e ao Rhafael pelo cotidiano nas disciplinas e no campus universitário. E aos amigos que fiz na pos-graduação: Joyce, Langa, Mariana (Japa), Diego Elias, Baltazar, Carla, Hellen, César, Luísa, Rafael Monteiro, Nino, Fredi, Ari, Maria Joseli, Mariana Ricardo, Sidney, Priscila, Ana Terra, Paulo e Washington. E a Cristina Tondato companheira e amiga no doutorado do Centro Paula Souza (vencemos mais essa!). Vocês foram demais. Obrigado!

- Aos amigos de Jandira/SP da Faculdade Eça de Queirós pelo trabalho e cotidiano, em especial ao amigo Prof. Alexandre Pereira Barbosa, Prof. João Cláudio Santana e Prof. Marcos Roberto Buri. Foi muito bom trabalhar com vocês! São minhas referências!

- Aos professores, funcionários e alunos da ETEC Albert Einstein (Vaninha, Val, Débora, Rosângela, Marli, Silvia, entre outros), FATEC de Barueri (Alair, Cinthia,

Eliana, Givan, Ricardo, Eik, Liliane, Cristina, entre outros) e FATEC Itaquaquecetuba (Francisco Tavares, Regina, Maikol, Cláudio, etc.) que me estimularam nessa caminhada.

- Aos amigos do curso de Graduação em Geografia que estão comigo na pós-graduação: Carla, Diego Elias, Elienai, Alyson, Veloso, Joseli, Fernanda Correia, Vanessa, Gerson (PJ) e Rodolfo Finatti. E aos amigos do curso de Economia na Unitoledo: Izabel, Julio Andrade, Antônia, Janete, Regiane, Márcio, Ricardo, Letícia, Alessandra, Michele, Jaqueline, Juliane, Jussara e Ana Cláudia.

- Agradeço a Parceria Unesp e Centro Paula Souza porque sem essa oportunidade eu não teria concluído o doutorado.

- Agradeço aos funcionários da pós-graduação: Aline, Chintia, Yvonete, Lincon, André, entre outros. E aos funcionários da biblioteca. Sem vocês a nossa vida ficaria muito difícil. Valeu pelo apoio, pela disponibilidade e pela amizade.

- Agradeço aos amigos da Universo das Alianças (Dayana, Luciana, Aryane, Ricardo, Tchu, Lucas e Gustavo). Ao Salomão pela proximidade e bem-querer. E ao meu Xico!

- Agradeço ao Renan/Paulo/Natália/Lorena pelo auxílio nas transcrições das entrevistas. E, em especial ao Paulo e Ari pela confecção dos mapas. Obrigado!

- Muito obrigado! Aos *nikkeis* profissionais liberais (advogados, arquitetos, engenheiros civis, dentistas e médicos) pelo tempo e atenção dispensados nesse trabalho.

- E a todos que contribuíram de alguma forma e vivenciaram esse momento comigo.

Obrigado!!!

Resumo

A presente tese tem por objetivo compreender a trajetória de mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis* no município de Presidente Prudente/SP, por meio dos estratos ocupacionais centralizados nas especialidades de advocacia, de arquitetura, de engenharia civil, de medicina e de odontologia, vislumbrando uma dinâmica de mobilidade para o estudo pelo território e pela territorialidade, dentro de uma escala temporal entre as décadas de 1950-1980, sendo o sujeito da pesquisa o *nikkei* a partir da segunda (*nissei*) e da terceira (*sansei*) geração de descendentes de japoneses no Brasil. Para tanto, os aspectos teórico-metodológicos estão balizados pelos depoimentos orais dos 16 entrevistados *nikkeis*, que estão descritos e analisados pela literatura especializada da ciência geográfica, através dos conceitos de *território de possibilidades* e de *mobilidade diferenciada*. Nessa perspectiva, a mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis* tem na educação à motivação para os múltiplos deslocamentos, que perpassam por alguns municípios estratégicos (família, colônia, escola e pensão), no intuito de oferecer o ensino ao *nissei* e *sansei*, já que o município de origem nos idos de 1950/1960/1970 não possuía o curso ginásial e o colegial. E muito menos o cursinho preparatório para o vestibular que geralmente era localizado nos grandes centros urbanos (São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR). Coube aos *isseis* (1º geração) depois da II Guerra Mundial estimular as famílias que se reterritorializaram no Oeste Paulista para investir na educação dos filhos. Enquanto isso a família nipo-brasileira territorializada permanecia no trabalho da lavoura ou do comércio e, posteriormente, quem passou a ter mais mobilidade na família nipo-brasileira foi o filho *nikkei* escolhido para o estudo. Todavia, a *mobilidade diferenciada* (percurso/estratégia/valorização intelectual) dos profissionais liberais *nikkeis* pela história oral (vida/estudo/carreira) na tese se apresentou como um projeto familiar pelo incentivo e custeamento dos estudos dos filhos, no âmbito de ter um filho doutor, dando notoriedade, prestígio e *status* para o sobrenome da família na sociedade receptora local. E, também, era um projeto individual sobre o ponto de vista do *nikkei* que tinha que se destacar nos estudos para poder entrar numa faculdade pública e/ou renomada. Por fim, o município de Presidente Prudente/SP foi o *território de possibilidades* para os profissionais liberais *nikkeis* (tanto os naturais quanto os de fora) que aqui instalaram seus escritórios, consultórios, clínicas e hospitais, sendo um lugar de oportunidades e de negócios para os profissionais que investiram nas carreiras dos segmentos liberais especializados.

Palavras-chave: território, mobilidade espacial e social, família, profissional liberal e *nikkei*.

Abstract

The aim of this thesis is to understand the spatial and social mobility trajectory of the nikkei liberal professionals in the municipality of Presidente Prudente/SP, through the occupational strata centralized in the specialties of advocacy, architecture, civil engineering, medicine and dentistry, (nissei), and the third (sansei) generation of descendants of the nissei, from the Japanese in Brazil. To that end, the theoretical-methodological aspects are based on the oral statements of the 16 nikkei interviewees, who are described and analyzed by the specialized literature of geographic science, through the concepts of territory of possibilities and differentiated mobility. In this perspective, the physical and social mobility of the nikkei liberal professionals has in the education to the motivation for the multiple displacements, that pass through some strategic municipalities (family, colony, school and pension), in order to offer the education to nissei and sansei, already that the municipality of origin in the years 1950/1960/1970 did not have the junior and high school. And much less the preparatory course for the vestibular that was generally located in the great urban centers (São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ and Curitiba/PR). It was up to the Isseis (1^o generation) after World War II to encourage the families that reterritorialized themselves in the West of São Paulo to invest in the education of their children. In the meantime the Japanese-territorialized Japanese family remained in the work of farming or commerce, and later, those who became more mobile in the Japanese-Brazilian family were the nikkei children chosen for the study. However, the differentiated mobility (path/strategy/intellectual valorization) of nikkei liberal professionals in oral history (life/teaching/career) in the thesis was presented as a family project for the encouragement and funding of children's studies, in the scope of having a child doctor, giving notoriety, prestige and status to the family surname in the local receiving society. And it was also an individual project from the point of view of nikkei that had to stand out in the studies to be able to enter a public and / or renowned faculty. Finally, the municipality of Presidente Prudente/SP was the territory of possibilities for nikkei liberal professionals (both natural and outsiders) who installed their offices, clinics, clinics and hospitals here, being a place of opportunity and business for the professionals who invested in the careers of the specialized liberal segments.

Keywords: territory, social mobility, family, liberal Professional and Nikkei.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	20
1. MOBILIDADE E TERRITÓRIO: SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA MOBILIDADE POPULACIONAL NA GEOGRAFIA.....	27
2. TERRITORIALIDADE E IMIGRAÇÃO FAMILIAR JAPONESA NO BRASIL.....	57
3. A MOBILIDADE ESPACIAL E SOCIAL DOS <i>NIKKEIS</i> NO OESTE PAULISTA: DE LAVRADOR À PROFISSIONAL LIBERAL.....	77
4. A TRAJETÓRIA DO <i>NIKKEI</i> COMO PROFISSIONAL LIBERAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.....	98
CONCLUSÃO.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194

ANEXOS

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1. MOBILIDADE E TERRITÓRIO: SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA MOBILIDADE POPULACIONAL NA GEOGRAFIA.....	27
1.1 – Geografia e mobilidade: primeiras aproximações.....	28
1.2 – Território, mobilidade e des-re-territorialização.....	35
1.3 – Território, rede e mobilidade.....	42
1.4 – Da mobilidade espacial à mobilidade social: o trabalho em questão.....	49
1.5 – Síntese sobre a mobilidade-permanência na geografia.....	55
2. TERRITORIALIDADE E IMIGRAÇÃO FAMILIAR JAPONESA NO BRASIL.....	57
2.1 – Territorialidade e temporalidade: aspectos conceituais para a leitura das famílias japonesas.....	58
2.2 – O território e a territorialidade familiar japonesa feudal.....	62
2.3 – A territorialidade familiar japonesa patriarcal.....	66
2.4 – A dimensão familiar da territorialidade nipo-brasileira.....	69
2.5 - A imigração familiar tutelada nipo-brasileira.....	74
3. A MOBILIDADE ESPACIAL E SOCIAL DOS NIKKEIS NO OESTE PAULISTA: DE LAVRADOR À PROFISSIONAL LIBERAL.....	77
3.1 - Mobilidade espacial e social dos <i>nikkeis</i> no interior paulista.....	80
3.2 - A geo-história da mobilidade populacional do <i>nikkei</i> em Presidente Prudente/SP.....	90
4. A TRAJETÓRIA DO <i>NIKKEI</i> COMO PROFISSIONAL LIBERAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.....	98
4.1 - A mobilidade espacial e social dos <i>nikkeis</i> profissionais liberais médicos.....	102
4.2 - A mobilidade espacial e social dos <i>nikkeis</i> profissionais liberais dentistas.....	136
4.3 - A mobilidade espacial e social dos <i>nikkeis</i> profissionais liberais arquitetos e engenheiros.....	159
4.4 - A mobilidade espacial e social dos <i>nikkeis</i> profissionais liberais advogados.....	173
CONCLUSÃO.....	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	194
ANEXO	

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Os profissionais liberais <i>nikkeis</i> em Presidente Prudente 1950-1980.....	99
Quadro 2: A mobilidade <i>nikkei</i> para os estudos dos profissionais liberais médicos.....	131
Quadro 3: As famílias nipo-brasileiras dos médicos estudados.....	135
Quadro 4: As principais características indenitárias dos médicos entrevistados <i>nikkeis</i>	135
Quadro 5: A mobilidade <i>nikkei</i> para os estudos dos profissionais liberais dentistas.....	155
Quadro 6: As famílias nipo-brasileiras dos dentistas estudados.....	158
Quadro 7: As principais características indenitárias dos dentistas entrevistados <i>nikkeis</i>	158
Quadro 8: A mobilidade <i>nikkei</i> para os estudos dos profissionais liberais engenheiros/arquitetos.....	170
Quadro 9: As famílias nipo-brasileiras dos engenheiros/arquitetos estudados.....	172
Quadro 10: As principais características indenitárias dos engenheiros/arquitetos entrevistados <i>nikkeis</i>	172
Quadro 11: A mobilidade <i>nikkei</i> para os estudos dos profissionais liberais advogados.....	184
Quadro 12: As famílias nipo-brasileiras dos advogados estudados.....	187
Quadro 13: As principais características indenitárias dos advogados entrevistados <i>nikkeis</i>	187

LISTA DE FIGURA

Figura 1: Esquema teórico-metodológico da mobilidade espacial e social dos profissionais liberais <i>nikkeis</i>	188
--	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Municípios de origem dos entrevistados <i>nikkeis</i> profissionais liberais.....	26
Mapa 2: População de cor amarela em Presidente Prudente/SP.....	97
Mapa 3: As principais cidades que ofertam o ensino básico para os entrevistados <i>nikkeis</i>	100
Mapa 4: A localização das principais universidades em que os <i>nikkeis</i> entrevistados se formaram.....	101
Mapa 5: A trajetória da mobilidade espacial e social do médico <i>nikkei</i> Sizuvo Iamada.....	132
Mapa 6: A trajetória da mobilidade espacial e social da médica <i>nikkei</i> Elza Akiko Natsumeda Utino.....	133
Mapa 7: A trajetória da mobilidade espacial e social do médico <i>nikkei</i> Neiw Oliveira Iamada.....	134
Mapa 8: A trajetória da mobilidade espacial e social do dentista <i>nikkei</i> Izumi Sakuma.....	156
Mapa 9: A trajetória da mobilidade espacial e social da dentista <i>nikkei</i> Marcia Hideko Sakuma Ohashi.....	157
Mapa 10: A trajetória da mobilidade espacial e social do engenheiro <i>nikkei</i> Luiz Takashi Katsutani.....	171
Mapa 11: A trajetória da mobilidade espacial e social do advogado <i>nikkei</i> Mituru Mizukava.....	185
Mapa 12: A trajetória da mobilidade espacial e social do advogado <i>nikkei</i> Teruo Taguchi Miyashiro.....	186

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Fachada do Hospital Iamada.....	107
Foto 2: Inauguração da clínica do dr. Ritoji Uchida em 1936.....	111
Foto 3: A localização do consultório da dra. Flora Yamashita.....	116
Foto 4: Fachada do consultório do primo o dr. Mário Gakiya.....	123
Foto 5: Empresa Condor: frota de ônibus.....	124
Foto 6: A fachada do consultório do dr. Péricles Otani.....	127
Foto 7: A localização do consultório do dr. Izumi Sakuma.....	142
Foto 8: O consultório médico da família Anzai.....	146
Foto 9: A localização do consultório dr. Luiz Nagai.....	149
Foto 10: A fachada do consultório da dr. Márcia Sakuma.....	153
Foto 11: A localização do escritório do dr. Mituru Mizukava.....	176
Foto 12: O escritório de advocacia do dr. Teruo Myashiro.....	179

LISTA DE ENTREVISTADOS

- E1 – Sizuvo Iamada (médico).
- E2 – Tadashi Uchida (médico).
- E3 – Elza Akiko Natsumeda Utino (médico).
- E4 – Neiw Oliveira Iamada (médico).
- E5 – Flora Sumiko Maehara Yamazaki (médico).
- E6 – Oscar Haruo Higa (médico).
- E7- Péricles Taqueshi Otani (médico).
- E8 – Izumi Sakuma (Dentista).
- E9 – Augusto Anzai (Dentista).
- E10 – Luiz Tomoyuki Nagai (Dentista).
- E11 – Márcia Hideko Sakuma Ohashi (Dentista).
- E12 – Jorge Aramaki (Engenheiro Civil).
- E13 – Luiz Takashi Katsutani (Engenheiro Civil).
- E14 – Hélio Hirao (Arquiteto).
- E15 – Mituro Mizukava (advogado).
- E16 – Teruo Taguchi Miyashiro (advogado).

VISITA EXPLORATÓRIA E RELATOS DE CAMPO

- V1 – Rodrigo Lemos Arteiro (Diretor da OAB seção P.Prudente/SP).
- V2 – Sergio Tibiriçá Amaral (Coordenador do Curso de Direito Toledo Prudente).
- V3 - Yoshie Ussami Ferrari Leite – (Professora e Coordenadora aposentada da graduação do Departamento de Educação da UNESP-PP e Professora na Pós-graduação em Educação na UNESP-PP).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEA	-	Associação Cultural Esportiva Nipo-brasileira de Araçatuba
ACAE	-	Associação Cultural Esportiva Nipo-brasileira de Pres. Prudente
APCD	-	Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas
APEA	-	Associação Prudentina de Esporte e Cultura
APEC	-	Associação Prudentina de Educação e Cultura
CAU	-	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CPS	-	Centro Paula Souza
CREA	-	Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos CREA
CREMSP	-	Conselho Regional de Medicina
CRO	-	Conselho Regional de Odontologia CRO
DAE	-	Departamento de Água e Esgoto
DAEE	-	Departamento de Água e Energia Elétrica DAEE
ETEC	-	Escola Técnica Estadual - CPS
FAMEMA	-	Faculdade de Medicina de Marília
FATEC	-	Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FAU	-	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FCT	-	Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP
FMIT	-	Faculdade de Medicina de Itajubá
FMUSP	-	Faculdade de Medicina da USP
FOL	-	Faculdade de Odontologia de Lins
FOUSP	-	Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo
FUVEST	-	Fundação Universitária para o Vestibular.
GAsPERR	-	Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
HCFMUSP	-	Hospital das Clínicas da Fac. de Medicina da Univ. de São Paulo
IAMPEPS	-	Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual.
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INCOR	-	Instituto do Coração
INSS	-	Instituto Nacional de Seguridade Social
ITE	-	Instituição Toledo de Ensino
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
POLI	-	Escola Politécnica da USP
SAMBRA	-	Sociedade Agroindustrial Mamona Brasil
SUS	-	Sistema Único de Saúde
TDR	-	Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização
UBS	-	Unidade Básica de Saúde

UERJ	-	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UFMS	-	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAERP	-	Universidade de Ribeirão Preto
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	-	Universidade de Campinas
UNIMED	-	Confederação Nacional das Cooperativas Médicas
UNOESTE	-	Universidade do Oeste Paulista
USP	-	Universidade de São Paulo
VUNESP	-	Vestibular da Universidade Estadual Paulista

INTRODUÇÃO

A mobilidade populacional pela ciência geográfica é a motivação para a construção desta tese, sempre relacionando migração e território, a fim de apreendermos o par dialético mobilidade-permanência. Damos destaque para permanência e suas nuances para fazer a leitura da mobilidade social no espaço geográfico. Advertimos que permanência não é sinônimo de território estático, a permanência está em constante movimento, acompanhando a dinâmica da produção territorial e das suas territorialidades. Na permanência quem se desloca mais espacialmente são as mercadorias, já os sujeitos tendem mais a permanecer no seu *habitat* (trabalho/produção), sendo que na permanência emerge novas oportunidades de mobilidade social (renda, diferenciada e virtual) no território.

A mobilidade social também é considerada como mobilidade vertical que se refere a mudança de *status* sociais que aqui será pesquisada pelo *nikkei*, pois o mesmo é brasileiro com descendência japonesa. Tal mobilidade vertical tem na educação o ápice do movimento via especialização do trabalho. Sendo assim, este estudo mostra o panorama de uma comunidade *nikkei* se inserindo no quadro étnico da sociedade brasileira procurando sua territorialização e ascensão social na sociedade receptora.

Todavia, visualizamos o profissional liberal *nikkei* via qualificação educacional superior pelo filho escolhido (vide capítulo 4) sendo o escopo dessa tese¹. Nela, posteriormente, temos as filhas e os outros membros da família

¹ Nos estudos sobre imigração japonesa denota uma importante presença dos imigrantes japoneses e seus descendentes na lavoura até meados da década de 1960/70. Conforme afirma Sousa (2010), poucos migrantes se tornaram indústrias. Todavia, Cardoso (1959/1963) sinalizou em 1960, o interesse dos *nikkeis* pelo ensino superior. Já o presente estudo vem mostrar que a partir de 1990, uma boa parcela dos filhos dos nipônicos ao longo do tempo se tornaram profissionais liberais urbanos, em virtude das condições/adaptações vigentes do capitalismo contemporâneo (como visualizaremos nos capítulos a seguir). Esse movimento para se transformar em profissionais liberais especializados autônomos teve início de 1950 a 1980 no Brasil, fazendo a mobilidade do campo para a cidade, sendo um período de mobilidade ascendente na geohistória recente dos *nikkeis*.

que também se graduaram em nível universitário. Mas, como eram de famílias menos abastadas e migrantes tiveram toda uma estratégia/percurso para alcançar tal empreitada, sendo que:

[...] a escolaridade formal é um fator decisivo na determinação do tipo de ocupação oferecida a um indivíduo e do volume de remuneração que ele pode receber pelo seu trabalho, seria de transcendental importância, numa sociedade democrática, que o sistema educacional selecione e encoraje os possuidores de melhores aptidões, independente de sua origem social. Não pode haver igualdade de oportunidade se houver acesso desigual à educação superior. Este princípio é bem reconhecido em nossa ideologia igualitária, a doutrina tradicional afirma que "a educação deve proporcionar oportunidades a meninos e meninas, sem exceção". No entanto, as oportunidades educacionais não são, na verdade, oferecida igualmente a todos. A oportunidade de um jovem ir para a universidade são particularmente afetadas pela condição econômica e profissional de seus pais" (MAYER, 1967, p. 54).

Sendo assim, o fator educacional é a mola propulsora para a mobilidade espacial e social. Para Mayer (1967), a sociedade norte-americana se constitui como *locus* da teoria da mobilidade social, pois o seu par dialético educação e igualdade, sempre que possível caminharam juntos na mobilidade ascendente. Como não existe igualdade no capitalismo, em virtude da desigualdade de classes e de renda, os pobres e os migrantes têm mais dificuldades para acessar a mobilidade social.

No capitalismo tardio brasileiro, vemos que as famílias de imigrantes japoneses e seus descendentes, somente depois do final da II Guerra Mundial, que definitivamente passaram a se fixar no país. E uma grande parcela deles se assentou no espaço rural na pequena propriedade agrícola. O meio rural era estruturado de forma familiar/colônia via redes nipônicas (sociais/técnicas), em que o filho do imigrante japonês passou a estudar fora de casa para ser um profissional liberal, entrando em processo de mobilidade espacial, para futuramente com o título de doutor realizar a mobilidade social.

Nesse sentido, a presente tese tem por objetivo compreender a trajetória de mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis* no município de

Presidente Prudente/SP, por meio dos estratos ocupacionais centralizados nas especialidades de advocacia, de arquitetura, de engenharia civil, de medicina e de odontologia, vislumbrando uma dinâmica de mobilidade para o estudo pelo território e pela territorialidade, dentro de uma escala temporal entre as décadas de 1950-1980, sendo o sujeito da pesquisa o *nikkei* a partir da segunda (*nissei*) e da terceira (*sansei*) geração de descendentes de japoneses no Brasil.

Portanto, entendemos como *nikkeis* nessa tese as gerações de nipo-brasileiros constituídas no país que se deram pelas seguintes características: *issei* (1º geração), *nissei* (2º geração), *sansei* (3º geração) e *ionsei* (4º geração). Os *nikkeis* frequentemente são todas as gerações nascidas no Brasil: *nissei*, *sansei* e *ionsei*. Já o *issei* é o imigrante japonês no Brasil e toda a raiz geracional deriva dele (SAITO, 1961). Os profissionais liberais *nikkeis*, conforme Cardoso (1963), que fizeram paulatinamente a mobilidade espacial e social no território brasileiro, foram embrionariamente os *nisseis* (2º geração) e *sansei* (3º geração).

De modo geral, a pergunta da pesquisa está balizada em "*como o município de Presidente Prudente se apresenta como território de possibilidades para os descendentes de japoneses? Em especial para os profissionais liberais nikkeis?*" Portanto, a valorização pelos aspectos intelectuais acompanha os nipo-brasileiros desde os tempos do Japão pelo gosto e cuidado com a educação e cultura. Com isso, a ideia de se livrar do colonato e se tornar sitiante já denota a vontade de ascensão social do nipo-brasileiro, mas o desejo de educar os filhos para que não sejam caboclos brasileiros² era prioridade.

A partir dessas questões que elaboramos a nossa hipótese de que tornar-se o filho doutor (advogado, engenheiro e médico) era um projeto familiar em que a família trabalhava para poder estudar o filho em outra cidade. E, também, era individual sobre o ponto de vista do *nikkei* que tinha que se destacar nos estudos para poder entrar numa faculdade pública renomada. Dando destaque para o sobrenome da família no lugar de origem lhes rendendo

² Conforme Sakurai (1993).

prestígio e dinheiro. Ganhar dinheiro no sítio não tinha o mesmo *status* de ganhar dinheiro e ser reconhecido como um intelectual influente na sociedade urbana-“industrial”.

Já na metodologia privilegiamos o procedimento da história oral³ no intuito de mapear a trajetória de vida, de estudo e de carreira dos profissionais liberais *nikkeis*, levando em consideração três momentos: 1) mobilidade espacial da família do Japão até sua chegada em Presidente Prudente/SP; 2) formação educacional do *nikkei* do primário à universidade; 3) aspectos gerais sobre a carreira de profissional liberal dos *nikkeis*. Os sujeitos selecionados foram indicados inicialmente por membros do conselho de classe (OAB, APCD, CREMSP, CAU e CREA) e por pessoas próximas (amigos e conhecidos da colônia japonesa) que tinham contatos com os protagonistas da pesquisa. A pesquisa tem um critério que é verificar os profissionais liberais que estão atuando no mercado de trabalho e, também, os aposentados que já prestaram serviços no município entre as décadas de 1950 a 1980. Tal período de análise caracteriza a mobilidade ascendente⁴ dos *nikkeis* em Presidente Prudente/SP fazendo um resgate dos migrantes pioneiros nas profissões especializadas (advocacia, arquitetura, engenharia civil, medicina e odontologia). Foram entrevistados 16⁵ profissionais liberais *nikkeis*, tanto nascidos/residentes no município quanto os não-nascidos que moram ou prestam serviços neste lugar por muitos anos,

³ Segundo Meihy (2002, p.13), “a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas”. As modalidades da história oral são: história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Nessa perspectiva, utilizaremos o procedimento da história de vida que “se define como o relato de um narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, 1988, p. 20).

⁴ Já a partir de 1980, a economia brasileira entra recessão e emergiu concomitantemente o movimento *dekassegui*.

⁵ Os entrevistados foram os que aceitaram a participar da pesquisa, sendo: sete médicos, quatro dentistas, dois engenheiros civis, dois advogados e um arquiteto. A pesquisa iniciou com o levantamento dos nomes dos profissionais *nikkeis*: conselho de classe e lista telefônica. Depois com as indicações fomos fazer uma visita em clínicas e escritórios para explicar e convidá-los para fazer parte da pesquisa. Os que aceitaram fazer parte da pesquisa marcamos, posteriormente, uma data para realizar as entrevistas. Elas foram feitas em diversos lugares: casa, apartamento, universidade, clínicas, consultório e escritórios. Em cada espaço (casa/trabalho) tivemos que lidar com o tempo e a disponibilidade do entrevistado (teve entrevista de 25 minutos e entrevista de duas horas – média de cerca de 60 minutos). O trabalho de campo da tese foi realizado em duas etapas: a) primeira – de agosto a novembro de 2017 antes da qualificação; b) segunda – de março a outubro 2018. As entrevistas foram autorizadas pelos entrevistados. E deixamos aqui o questionário da entrevista no anexo da tese.

mostrando, assim, a dinâmica da mobilidade-permanência dos sujeitos interno/externo neste território (vide mapa 1).

Doravante, a temática de pesquisa sobre imigração japonesa me acompanhou durante a graduação e o mestrado trabalhando com a imigração e a industrialização no Oeste Paulista sob o viés das empresas nipo-brasileiras privadas. Ambas foram financiadas pela agência de fomento FAPESP. Ligado ao grupo de pesquisa do GASPERR inserido no Projeto Temático da FAPESP "*O mapa da indústria no Estado de São Paulo*", na iniciação científica sob a orientação do professor Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito. A dissertação de mestrado foi defendida em 2010, com o trabalho intitulado "*O vôo do tsuru. O empresariado nipo-brasileiro: de colono a industrial*" com a orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, também, dentro desse projeto temático. Aqui, nessa trajetória estruturamos minha formação na geografia pela geografia econômica, pela geografia da indústria e pela geografia da população.

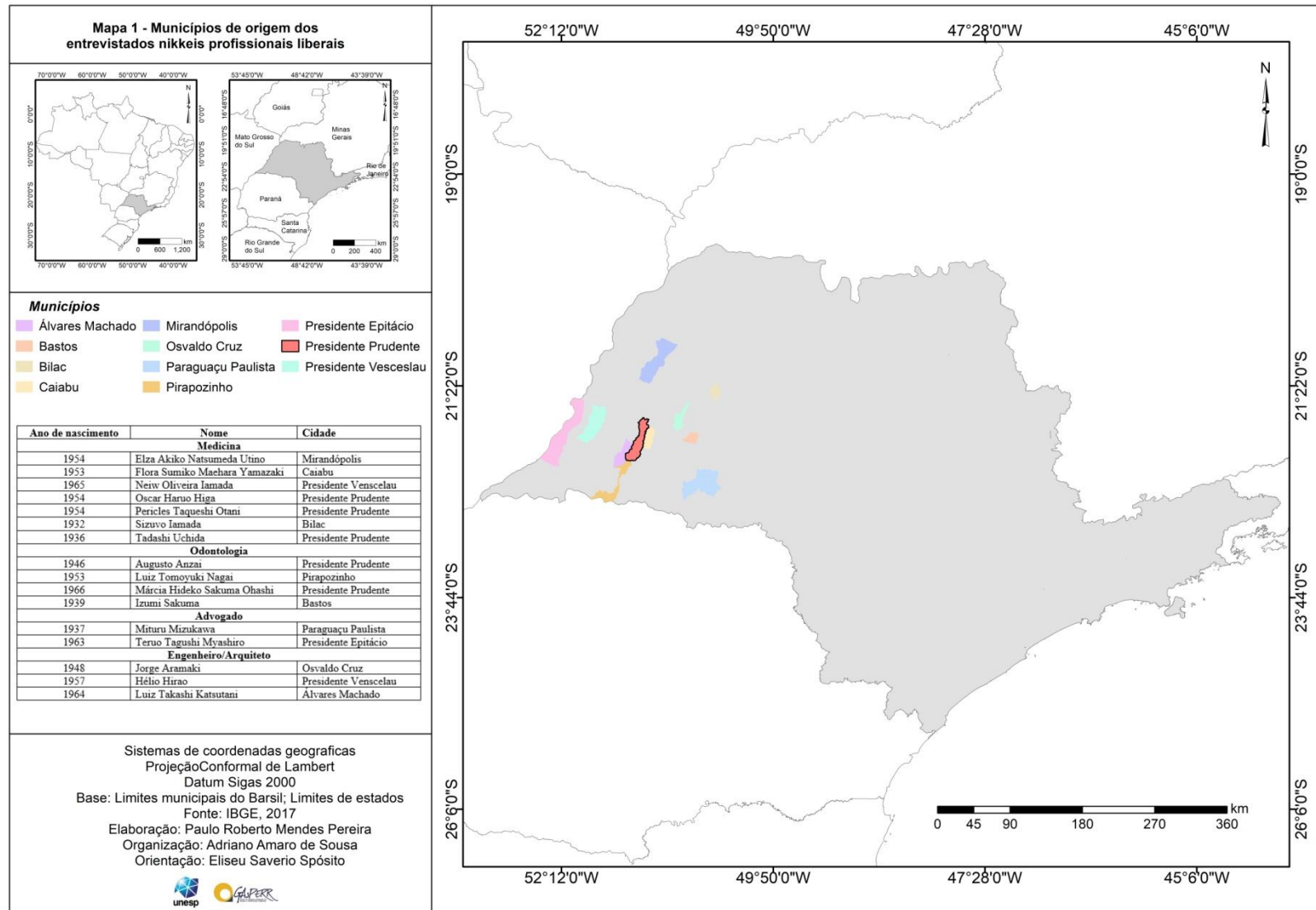
Depois ficamos cerca de três anos e meio de experiência profissional (ensino básico e superior) e resolvi voltar para fazer o doutorado. Mas, agora, pela parceria Centro Paula Souza e Unesp pelo programa de qualificação docente em outubro de 2014. Quando elaborei a proposta de projeto de doutorado, lembrei-me da sugestão do parecerista da Fapesp⁶, que para continuar a pesquisa sobre os empresários nipo-brasileiros o terreno seria mais escasso, como o meu trabalho com os industriais apontava(m) para a mobilidade espacial e social, a sugestão foi trabalhar com os profissionais liberais *nikkei*, aceitei o desafio pelo seu caráter ímpar e praticamente inédito. Aprovado o trabalho inicio as orientações do doutorado com o Prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet, concomitantemente com as disciplinas em 2015, posteriormente com o campo em 2017-2018.

Passando-se dois anos na pós-graduação, quando já estava finalizando os créditos, o Prof. Marcos me avisa da sua saída do programa de Pós-Graduação e me pediu para que eu arrumasse um outro orientador. Fiquei um bom tempo sem orientação e, posteriormente, o Prof. Eliseu Spósito assumiu a

⁶ <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/64299/adriano-amaro-de-sousa/> acesso 16/02/19.

orientação. O Eliseu me fez um pedido, pelo meu pouco tempo para qualificar, que eu entrasse de licença do trabalho. A partir de agosto de 2017, sai das minhas atividades docentes na ETEC Albert Einstein (Casa Verde/SP), por seis meses sendo prorrogado por mais seis meses. A licença remunerada foi negada, então, para fechar a tese pedi a licença não remunerada. Com a licença pude fazer o trabalho de campo de agosto-novembro de 2017, caso contrário seria inviável a possibilidade das entrevistas por depoimentos orais realizadas com os profissionais liberais sujeitos da pesquisa nos seguintes locais: clínicas, hospitais, escritórios, residências, universidades e prefeitura. Foi um “chá de cadeira” nos lugares que os entrevistados eram da área da saúde, mas conseguimos realizar cerca de 16 entrevistas, cada entrevista teve em média 60 minutos de gravação. Por fim, consegui finalizar meu campo em outubro/2018 já quase na pré-defesa.

Assim, a tese está estruturada em quatro capítulos iniciando com essa nota introdutória, sendo que primeiro capítulo se trata da mobilidade espacial e social como uma possibilidade nos estudos da geografia pelo território. Já o segundo capítulo faz uma discussão com as territorialidades das famílias nipo-brasileiras e suas articulações com os *nikkeis*. Já o terceiro capítulo vem trazendo a geo-história dos *nikkeis* no interior paulista tendo centralidade em Presidente Prudente/SP. O quarto capítulo mostra a trajetória de mobilidade espacial e social dos *nikkeis* em busca do estudo para se tornar doutor com a carreira de profissional liberal. Por fim, apresentamos uma nota de considerações finais.



1. MOBILIDADE E TERRITÓRIO: SUBSÍDIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA MOBILIDADE POPULACIONAL NA GEOGRAFIA.

A mobilidade na geografia tem no território o movimento do acontecer pelas relações sociais, fruto do que Santos (2009) chamou de quadro da vida, pois é no território *"que desembocam as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência"* (p. 9). Portanto, a ciência da produção do espaço se impõe(m) como condição primordial na existência do indivíduo e, sobretudo, nas suas relações com a coletividade. Tal condição social precede, antes de mais nada, de um contexto geográfico balizado na dinâmica territorial e na sua interação com a natureza.

Vizualizaremos, o movimento do acontecer aqui pelas relações sociais (pessoas), por meio das múltiplas escalas (geográfica/temporal) configuradas na modernidade, tendo centralidade no espaço e no território pelos pares dialéticos mobilidade-permanência. É na era da globalização que vivenciamos um intenso movimento de fluxos de mercadorias, de circulações de informações e de deslocamentos de pessoas. Sendo este último, o movimento populacional centrado na mobilidade pelos fatores conceituais históricos-descritivos-analíticos e as diversas abordagens de territórios.

Assim, a estrutura do capítulo procura compreender os aspectos da mobilidade na geografia via os clássicos dessa ciência, procurando relacionar os conceitos de território-mobilidade-rede para a dinâmica populacional e, por fim, apontar as condicionantes da mobilidade espacial e social na migração para o trabalho. Todavia, utilizamos como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica da literatura especializada sobre mobilidade e território nas ciências humanas. Contudo, o capítulo tem como finalidade compreender a mobilidade-permanência dos sujeitos migrantes e as suas interfaces com a geografia pelo método dialético. Ademais, os sujeitos migrantes da pesquisa

são os *nikkeis* (descendentes de japoneses), permanentes/territorializados no município de Presidente Prudente/SP, que de vez em quando, são ativados em meio à base teórica do capítulo, sob a égide da mobilidade do trabalho.

1.1 Geografia e mobilidade: primeiras aproximações.

O trabalho seminal (ou mais consistente) sobre mobilidade na geografia tem referência em Max Sorre, que compreende a mobilidade como de objetos (transportes) e de pessoas (deslocamentos humanos). Cabendo a este último, o termo rico em análises para trabalhar com os conceitos de nomadismo e de migração. Já os objetos são meios que favorecem a circulação e o povoamento da Terra (ocupação ou colonização) através dos oceanos e dos continentes. Sorre (1984), por sua vez, desenvolve uma teoria geográfica para as ciências sociais tendo como base o movimento no “território”⁷.

O que a terra encerra? Evidentemente, o homem e suas obras. Existe uma geografia humana como existe uma geografia botânica e uma geografia zoológica. Para todas, a noção de domínio, de área e de extensão é essencial, pois são geografias, disciplina do espaço. Os gregos denominavam o ecúmeno à área de extensão do homem. Estas palavras abarcam dois elementos associados: a ideia de um espaço terrestre com limites e a ideia de ocupação pelo homem, esta última implicando fixação, estabilidade. E nos deparamos pela primeira vez com o tema fundamental do arraigamento ao solo, da permanência (p. 126).

As ciências da natureza e as ciências do(s) homem(ns) conhecem os fenômenos da mobilidade e da permanência, sejam pelas explicações históricas ou pelas explicações ecológicas, abarcando o movimento da vida humana ou animal/vegetal. Ambas têm abordagens no território sendo o homem o mais dotado de mobilidade. Porém, a análise geográfica como nos propõe(m) Sorre

⁷ A palavra “território” com aspas significa que, Sorre (1984) não trabalha explicitamente com o conceito território, mas com o conceito de paisagem e de região. Por meio dele, apreendemos um território via o ecúmeno dos homens, cuja ocupação do espaço tem noção de domínio (controle/limite) e apropriação (ocupação e permanência), no qual, explico mais para frente nesse mesmo sub-item.

(1984), procura aproximar sociedade e natureza, tendendo mais para a geografia humana⁸ com o conceito de permanência quando ocorre o equilíbrio/estabilidade entre *habitat* e recurso. Assim, *"o estudo dos vínculos entre homem e meio – as ações, relações, interações – explica o fenômeno do arraigamento"* (SORRE, (1984 p. 127). Sendo o ecúmeno a expressão de apropriação e de solo habitável, transformada pela ação do homem se configurando em espaço geográfico, dando possibilidades de territorialização aos migrantes no território.

O conceito de "território" que podemos apreender em Sorre (1984), esteve associado ao apego/fixação do homem ao solo na efetivação da vida humana e as suas relações com os recursos naturais, porém o mesmo, estava mais próximo do conceito de região da geografia possibilista. Desse modo, embrionariamente, temos uma noção de concepção de "território" em Sorre iniciada a partir da geografia humana, como disciplina do espaço que tem no domínio e na extensão de áreas (por limites) a efetivação da ocupação do homem. Ou seja, aproximando-se praticamente do conceito que conhecemos como território hoje (RAFFESTIN (1993), HAESBAERT(2004), SAQUET(2007)), tanto como apropriação (ocupação) quanto dominação (poder), porém tal conceito em Sorre é areal e material. Posteriormente, o conceito de território na geografia ganha fôlego via uma abordagem área-rede, multiescalar e (i)material do território influenciada em Deleuze e Guatarri.

Por sua vez, a base da qual extraímos sumariamente o conceito de território em Sorre (1984) tem centralidade no tripé equilíbrio-habitat-recurso pela perspectiva vidaliana do conceito de gênero de vida. Por gênero de vida Sorre entende que são os elementos que dão a coesão interna de um grupo via acúmulo de técnicas efetivadas em um determinado território-região/solo-meio.

⁸ "A geografia humana é a parte da Geografia Geral que trata dos homens e suas obras desde o ponto de vista de sua distribuição na superfície terrestre [paisagens humanas]. É a descrição do ecúmeno" (SORRE, 2008, p. 137). De modo geral, a "Geografia, no sentido etimológico, significa descrição da terra. E com um consenso geral, da Terra, contudo o que contém e do que é inesperável, de tudo o que vive na superfície e a anima, da humanidade que a transforma e enriquece com traços novos. Pensando nessa última, os gregos falavam do ecúmeno". (SORRE, 2008, p. 137).

Nesse período, o conceito de território vigente e consolidado era o de Ratzel⁹ da escola alemã determinista, que difere do simulacro de “território” que apontamos em Sorre, pois Ratzel entende o território como solo e como Estado-Nação numa perspectiva geopolítica. Já Sorre compreende o “território” como locus do arraigamento para as condições de vida econômico-político-cultural numa escala regional: pela diferenciação de áreas intra-nacionais e pela valorização da paisagem. Ademais, Ratzel tem uma concepção naturalista do território pela posse do solo (controle do espaço) e pela política na escala (inter)nacional, para Sorre território-região tem uma concepção possibilista cujos vínculos homem e meio explica a permanência pelo ecúmeno. Por fim, temos hoje a concepção do território relacional e multiescalar balizado em Raffestin (1984) pelo sistema territorial (tessituras, nós e redes) que dá mobilidade e comunicação às redes materiais e imateriais da coexistência humana e suas artificialidades.

Todavia, a mobilidade territorial na modernidade pode ser uma perturbação das noções de *habitat* (meio¹⁰) e de trabalho (subsistência) na nova ordem global (flexibilização e tecnificação), não atendendo as necessidades dos migrantes. Dentre eles destacamos o camponês¹¹, como um errante da mobilidade rural-rural, rural-urbana e urbana-industrial apreendido pelas ciências humanas como em Guedes (2013) e em Martins (1983). São sujeitos sem direito ao *habitat* e sem condições de trabalho digno, sendo

⁹ O pensamento de “[...] Ratzel dá uma importância central ao território na solidez do Estado, que fez uma abordagem naturalizada do território, ligado ao Estado-Nação. O solo é o elemento fundamental do Estado e sua unidade, condicionando, entre outros fatores, ao crescimento espacial dos Estados. Vale apenas chamar a atenção, mais uma vez, para o caráter ideológico evidente no discurso e na Geografia ratzeliana, que em alguns momentos justifica o expansionismo do Estado alemão” (RIBAS, 2000, p. 170).

¹⁰ Sobre o estudo do meio na geografia humana, levamos em consideração, o meio social indissociável do meio natural. Segundo Sorre (2008,, p. 140), “ao estudar o meio natural vem somar-se o domínio do meio social, ou melhor dito, dos meios sociais. Quantos fatos ficam inteligíveis se não se considera sua influência! Nossa a ideia de ambiente se enriquece e se complexifica, já indicou Vidal de La Blache ao referir-se ao meio natural”. Dessa complexa noção de meio natural e meio social emergiram conceitos fundamentais na geografia humana como: o de situação, a ideia de área de extensão e, por fim, o conceito ligado às atividades humanas e as propriedades do meio, o gênero de vida.

¹¹ O imigrante japonês não foi camponês, no máximo lavrador, porque não era posseiro e nem fez parte da luta pela terra, como o trabalhador brasileiro. Era um lavrador arrendatário que, posteriormente, pelo pequeno capital e de forma coletiva/familiar adquiriu o primeiro lote de terra. Sem questionar o capitalismo, latifúndio e o êxodo rural.

forçados a estarem em mobilidade constante, sempre em busca da sobrevivência (individual/familiar).

Visualizamos mobilidade e instabilidade, com características próximas ao conceito de Max Sorre em Guedes (2013), sendo reveladoras na exemplificação da análise na perturbação do *habitat*/moradia e das condições de trabalho no capitalismo vigente. Nesse sentido, conforme Guedes (2013), a mobilidade espacial do campesinato brasileiro apresenta traços de nomadismo (deslocamento como recurso), porém alguns camponeses posseiros, buscam incessantemente a permanência. Com isso, sempre estando em condições adversas ao capital, logo se desterritorializando constantemente (perda do domicílio, conflito com o patrão, mal remuneração, trabalho insalubre, perseguições, entre outros).

Já, Martins (1983, p. 17), afirma que "*o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante e é itinerante*". Ao nosso ver, o camponês por não ter acesso à terra e as formas dignas de trabalho (nem em Guedes e muito menos em Martins) vive um constante, frenético e esquizofrênico des-re-territorializar¹². Este contexto de luta pela terra difere do imigrante japonês e seus descendentes no país que não participava de movimentos sociais. Porém, compreendemos a mobilidade do nipo-brasileiro desde quando era colono para o café e, que somente se tornou sitiante, com o trabalho familiar e com as práticas da solidariedade da comunidade étnica no Brasil. Logo depois alguns deles realizaram a migração rural-urbana com pequenos negócios no comércio da cidade. Tudo isso foi realizado de forma coletiva (colônia ou tutelada pelo Estado japonês) e, em menor proporção, pelo esforço individual/familiar (próprio/condição).

De modo geral, tradicionalmente a circulação de grupos humanos é objeto de estudo da geografia, conforme Becker (1997), desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos o homem se põem em movimento seja(m): a) pela hegemonia do território; b) porque fogem de perseguições étnicas; c) para procuram obter novas terras em outro local; d)

¹² Conforme Martins (1979, 1983 e 1986).

por buscarem melhores oportunidades de trabalhos; e) ou simplesmente são nômades. Contudo, os fatores estruturais (econômicos e políticos) condicionam o surgimento e o desdobramento dos fluxos migratórios (inter)nacionais, que neste caso visualizamos os nipônicos no Brasil.

Portanto, ressaltamos as migrações internas visando a busca pela (re)territorialização que ocorreram no Brasil, nas décadas de 1950/60, com intensos fluxos populacionais marcados pela crescente concentração fundiária e pela industrialização nos centros urbanos do sudeste brasileiro. Tal escassez de terras rurais eclodiu movimentos sociais de resistências como o MST (Movimento dos Sem-Terra). Portanto, os deslocamentos interestaduais deram-se em 1970/80 pelas migrações de nordestinos para o Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e de sulista para o Centro-Oeste e Amazônia (BECKER, 1997). Já em 1980/90 emergiu o fenômeno das migrações pendulares (intermunicipais) e emigração brasileira para o centro da economia-mundo (Estados Unidos – União Europeia – Japão).

Essas migrações internas/externas têm em Sorre (1984), a compreensão dos deslocamentos pelas novas formas de colonização em áreas desocupadas e pela monocultura típicas de empresas de colonização no capitalismo moderno/racionalizado. Mas, acrescentamos aos argumentos de Sorre que, sobretudo, temos na expropriação do homem do campo o ápice da grande mobilidade interna no Brasil, sendo que esses sujeitos ficavam perambulando no território nacional a procura de *habitat* e de trabalho, logo a mercê do capital e suas formas de controle/exploração.

Qual a razão arbitrária para recusar aos deslocamentos de mão-de-obra rural ou ao êxodo rural o nome das migrações que o uso comum lhes confere? Com muita razão, o geógrafo atento às condições de povoamento da Terra não consentiria em levantar barreiras entre os fatos de invasão ou de colonização e as migrações. Houve sem dúvida invasões militares sem futuro, houve formas de colonização que visam exclusivamente à exploração, sem transferência de grupo humano. Mas quantas invasões não foram, pura e simplesmente, translações de povos? E o que dizer das colônias de povoamento? O geógrafo não pode se isolar num atualismo estreito. Para ele “as migrações são a expressão da mobilidade do ecúmeno” (SORRE, 1984, p. 125).

Eis que esses deslocamentos populacionais (inter)nacionais em busca de trabalho nos chama atenção para fazermos a distinção entre migrações permanentes e migrações temporárias, conforme poderemos visualizar ambas, na migração do *nikkei* no território brasileiro pela sua incessante busca da mobilidade-permanência. A busca por condições materiais de reprodução social articulada as forças sociais e produtivas locais dadas pelo modo de produção, favoreceu a possibilidade da espacialização dos migrantes, efetivando a permanência dele no novo território pela interação sociedade e natureza.

A permanência proporcionada pela dinâmica migratória tem centralidade no *habitat*/equilíbrio (na terra habitável em Sorre) em um determinado espaço geográfico, tanto para os homens quanto para os animais, que fazem os deslocamentos sazonais ou permanentes. A migração dos homens tem sua matriz histórica pelos movimentos migratórios para a “terra prometida” em busca de ouro ou de terras virgens. Os deslocamentos de animais têm na explicação ecológica a circulação pelo planeta (aves e peixes) para alimentação e reprodução biológica. Para Sorre (1984, p. 127), “*a mobilidade dos elementos da cobertura vegetal exige que se recorra a uma explicação histórica*”, por conta das interferências ocorridas no uso e ocupação do solo pelos homens, transformando a primeira natureza em segunda natureza. A dialética mobilidade-permanência sob o viés ecológico e histórico nos interessa mais, pela explicação histórica que são dos homens¹³, vista pelo o sistema econômico capitalista que é contraditória, desigual e combinada.

O movimento surge como única realidade, a permanência como ilusão causada pela mobilidade atenuada, imperceptível, e às vezes também pelo emprego simultâneo de duas escalas diferentes de mobilidade. A estabilidade, expressão de um

¹³ “O homem da Geografia é o homem das conexões e dos conjuntos. Conexões próximas entre os elementos das combinações locais (relevo, clima, vegetação, obras do homem), conexões remotas entre os fatos de toda a classe na superfície da Terra (a prosperidade das sementeiras europeias depende da marcha das depressões oriundas das Américas)” [...] “A Geografia humana registra a repercussão em todas as partes dos acontecimentos que ocorrem nos países mais distantes, independente que envolve todos os pontos do ecúmeno, sua tendência sintética não nos convida separar jamais os traços da ordem humana do seu contexto físico e vivo” (SORRE, 1984, p.138).

equilíbrio precário de forças, é sempre relativa, jamais absoluta. A análise ecológica, instrumento essencial do geógrafo, deve ser esclarecida pelo conhecimento da evolução. Em contrapartida, é bem verdade que o conhecimento de cada um dos momentos passados, objeto das disciplinas históricas, reclama um sentido ecológico. Mas não é este nosso propósito agora. A explicação científica do complexo local não se satisfaz com uma visão estática: é necessário acrescentar a ela o sentido da mobilidade e, portanto, das migrações (SORRE, 1984, p. 128).

Dialeticamente a permanência é a negação da mobilidade. O *habitat* para os grupos humanos é a sua estabilidade no território sendo a expressão do arraigamento. A permanência imprimiu a superação das adversidades e possibilitou o enquadramento do sujeito migrante no desenvolvimento territorial do lugar pelas suas territorialidades e pelas suas constituições de redes (migratória/social) no campo e na cidade. Em geral, o deslocamento de certa forma desestabiliza o *habitat*, porém, não existe mobilidade sem condições de residência/pouso, mesmo que precário. A dialética mobilidade-permanência esta presente na dinâmica do território conduzindo a mobilidade populacional nos estudos geográficos.

Todavia, a mobilidade e a permanência no interior do Estado de São Paulo, em meados da década de 1920-40, como nos diria Monbeig (1998), perpassam pela conformação do "território-região" em área de fronteira agrícola, de frentes de ocupação e povoamento e de empresas de colonização. Se aproxima da abordagem de Sorre (1984), porque seus procedimentos teóricos e metodológicos na formação do território, levam em consideração as explicações sociais (homem) e as explicações naturais (ecológicas), na ocupação do espaço geográfico pela colonização via terras virgens e monocultura. Monbeig (1998) compreende o "território" numa concepção areal pela delimitação política e administrativa. Nesse sentido, Saquet (2007) analisou o avanço da marcha pioneira para o povoamento no interior paulista, nesse espaço floresta e homens se confundiam, na formação territorial. Por sua vez, ao nosso ver, a temática colonização-migração-natureza ligam teórico-metodologicamente os autores Pierre Monbeig e Marx Sorre.

A propósito, há similaridade com Monbeig (1998[1952]). Para este pesquisador, o conceito de região é central. No entanto, ao se referir às relações sociais, está apreendendo aspectos da dinâmica socioespacial e de relações de poder: uma região corresponde ao enraizamento, aos interesses materiais de fazendeiros e comerciantes em sua área de atuação, mantendo as relações diversas e constantes com os responsáveis pelas ferrovias, por exemplo. Adota o conceito de franja pioneira, em consonância com Isaiah Bowman: o processo de colonização tem irregularidades e direções confusas, sem um front regular (SAQUET, 2007, p. 65).

A concepção de “território” em Monbeig tem uma abordagem material por intermédio de zonas de ocupação social, cujo movimento no espaço se deu pela penetração dos migrantes vias redes de circulação (estradas e ferrovias), favorecendo, assim, a mobilidade-permanência com o processo de colonização e a monocultura do café e do algodão no interior paulista, nele visualizamos os migrantes japoneses e seus descendentes (*nikkei*). Para Saquet (2007), as relações de poder na franja pioneira eram dívidas entre o Estado e as forças marginais no controle da produção de mercadorias, da contratação da mão-de-obra e da posse da terra.

Ademais, visualizamos que é dentro deste contexto complexo que encontramos os japoneses e seus descendentes na frente de expansão paulista construindo os seus territórios (colônia, sítio, associação nipo-brasileira, produção de mercadorias, entre outros) a partir da mobilidade espacial/social efetivada pelo desenvolvimento regional balizado em terras virgens e baratas, dando possibilidade do migrante japonês de permanência no Oeste Paulista, em especial em Presidente Prudente/SP, como pequeno sitiante.

1.2 Território, mobilidade e des-re-territorialização.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se

apropriar de um espaço, concreta e abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Para compreendermos a mobilidade é necessário entender que o território está contido no espaço e vice-versa, sendo o espaço anterior ao território que, por sua vez, o território é um espaço apropriado e determinado por uma relação social que tem ênfase nas relações de dominação. Segundo Raffestin (1984) *“o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou trabalho, seja energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”* (p. 144). Sendo que a energia no território vincula-se no ato de dominação pelo uso empreendido da força e, por outro lado, a informação no espaço geográfico encontra-se no campo da apropriação apoiada pela via da comunicação. Logo, *“o poder se enraíza no trabalho [...] o trabalho é a energia informada”* (p. 56). Portanto, a produção territorial que promove mobilidade advém da comunicação e da informação entre os modos de produção e o espaço, assentada na construção de malhas, nós e redes para a compreensão da formação territorial dinamizada pela relação social trabalho. Tal formação esta pautada nas relações de poder¹⁴ e redes de circulação/comunicação.

Já o território como política em Gottmann (1973), aborda o mesmo como *“plataforma para oportunidade do que como um abrigo para a segurança”* (p. 534), levando em consideração o desenvolvimento e a soberania que, ao nosso ver, possibilita a mobilidade territorial pelas políticas migratórias receptivas e pelas políticas públicas dos Estados (Nação, província e município) que assenta

¹⁴ Duas outras abordagens avançam na discussão das relações de poder no/do território. Michael Foucault (1985) considera o poder para além do Estado (instituições, empresas, cotidiano, entre outros). Já Marcelo Lopes de Souza (1995), numa outra concepção, estabelece as relações de poder no campo de tensão (conflito) balizado pelas diferenças culturais de grupos sociais distintos, superando, assim, as teias de relações do Estado. Porém, Raffestin (1993) faz uma crítica a Ratzel sobre o poder máximo do Estado desconsiderando outras formas de poder que emerge da sociedade. Entende a relação de poder a partir de dois atores: *“o ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para “produzir”, latu sensu, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. [...] um ator paradigmático deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum”* (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41).

no lugar o indivíduo - permanência. Ora promovendo acesso à propriedade e as condições de subsistências dos migrantes, ora “facilitando” o acesso aos meios de produção dos trabalhadores em nichos de mercados (bens de consumo não duráveis e bens de capital). Aqui, a mobilidade territorial é tratada como movimento de força de um coletivo no território, que faz o migrante e o Estado criar estratégias para a territorialização e/ou mobilidade social, dependendo do processo histórico e das condições do capitalismo vigente - favorável ou não ao alienígena/estrangeiro.

Todavia, não podemos esquecer que a circulação é um conceito importante em Gottmann, conforme afirma Saquet (2007, p.181), sendo que a *“circulação permite organizar o espaço e é no decorrer deste processo que o espaço se diferencia”¹⁵*. Gottmann articula as noções de povoamento e *habitat* relativamente próximo do que Sorre (1984) abordou como equilíbrio e *habitat*. Ambas as noções orientam o conceito de território e de permanência que fundamenta a relação dialética mobilidade-permanência na dinâmica socioespacial. Tal circulação sempre esteve associada com a técnica e a sua relação com o espaço geográfico. Para Santos & Silveira (2002), as técnicas são *“as formas de fazer e regular a vida”*(p.24) a partir do território usado.

O território são as formas, mas o território usado são os objetos e as ações, sinônimo de um espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos técnicos dão se não uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas e normatizadas (SANTOS, 2004, p. 16).

¹⁵ "Gottmann combina as noções de povoamento e habitat, que já tinham certa tradição de uso na geografia. [...] Fluidez e circulação de pessoas e mercadorias são noções e processos fundamentais que estão na base da divisão e organização espacial, substantivando territórios a partir da dominação econômica e política. A fluidez e a circulação favorecem o fortalecimento dos mercados, a concorrência, os contatos e as transformações, acirrando conflitos entre os agentes econômicos e o Estado. É a partir dessa complexa relação que Jean Gottmann, criativamente combina proteção e segurança com oportunidades e possibilidades, elementos que induzem a elaborar, mais adiante, a noção de iconografia como um mecanismo para a proteção e segurança diante dos avanços da circulação e consequentemente desestabilização" (SAQUET, 2009, p. 178-179).

Sucintamente, Santos (2002) aborda o conceito de território usado, sendo que este está vinculado às dimensões do espaço via as técnicas que operam na produção territorial de forma global-local, dentro de uma abordagem econômico-material. De modo geral, ao nosso ver, o território em Milton Santos é uma composição dialética dos objetos e das ações mediadas pelas relações sociais, que são ativadas em redes pelas técnicas interligando lugares/pessoas via informação e dinheiro. Esse território é compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado e híbrido, cuja escala de análise vai da totalidade ao lugar (vice-versa), sempre acompanhada pelas relações de normatização/regulação. E, por fim, o território pode ser considerado usado por dois atores: os hegemônicos como recurso (econômico-material) e os hegemonzados como abrigo (nos dizeres de Gottmann: proteção e plataforma de oportunidades).

Dentro de uma perspectiva de um território que visualiza o sujeito, Haesbaert (2004) apresenta também como Gottmann (1973), o território pela vertente política ou jurídico-político tendo ênfase no Estado, nas instituições e nos grupos sociais que apropriam e dominam os espaços geográficos. Porém, a vertente política não pode ser analisada sozinha, mas em consonância com a vertente econômica (produção material das corporações global/local e contradição social) e a vertente cultural (simbólica e identitária). O território contemporâneo (globalizado, fragmentado e em constante movimento) tem centralidade numa visão integradora, pois a leitura do território não pode ser considerada econômica e nem estritamente política. Ele deve ser analisado pelas diferentes vertentes proporcionando formas de usos socioterritorial variadas possibilitando múltiplas mobilidades. Assim, o território é zona (área, fronteira e limite), o território é rede (espaço-tempo, movimento, fluidez e interconexão) e o território é aglomerado de exclusão (área de desordem social e pobreza estrutural). Chama a atenção com a globalização para o processo de desterritorialização (econômico) e reterritorialização¹⁶ (político-cultural) de

¹⁶ Para Haesbaert (2006), a reterritorialização corresponde a formação de novos territórios com uma nova apropriação política e simbólica do espaço por meio de redes. Por sua vez, *"enquanto a desterritorialização é promovida especialmente para as redes nacionais-globais dos complexos agroindustriais capitalistas, a reterritorialização gaúcha tem um importante componente*

grupos sociais e empresas na escala mundial/local, sob um ritmo frenético de criação e destruição de territórios, fazendo emergir a multiterritorialidade dos fenômenos do espaço geográfico. Por fim, o conceito de território em Haesbaert tem centralidade nas dimensões política e cultural.

Numa outra perspectiva, Saquet (2003) colabora destacando não somente as vertentes político-culturais, mas, sobretudo, a dimensão a econômica, por que o território é constituído de relações sociais e (i)materialidade. Também, o mesmo é produto da relação sociedade-natureza e de condição para reprodução social, balizada pelo exercício do poder espaço-temporalmente, tendo no movimento do território a possibilidade de apreendermos a mobilidade e a permanência como dialética, pelas diversas abordagens do território (T-D-R) e do desenvolvimento econômico. Saquet (2003) nos orienta sobre a noção de território pelo viés econômico e suas estratégias de territorialização.

Um território não é construído e, ao nosso ver, não pode ser definido apenas enquanto espaço apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política. Ele é produzido, ao mesmo tempo, por relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes as relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural. O território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização (p. 24).

Por sua vez, numa relação intrínseca com o conceito de tempo e espaço Saquet (2003) apresenta quatro possibilidades para compreender o território: a) relações de poder; b) redes de circulação e comunicação; c) identidades simbólicas e culturais; e, por último d) a natureza exterior ao homem. O território é marcado pelo resultado do processo histórico das relações sociais. É produto e condição de articulação existente entre o tempo histórico e os coexistentes. Além do mais, o território integra as múltiplas dimensões: econômica, política, social e cultural. Por isso, o território é móvel, dinâmico e

político-cultural e se revela nítida na escala local. [...] Esse processo promove o que ele de multiterritorialidade, como múltiplas relações vividas por diferentes indivíduos e grupos sociais, em distintas escalas de interação” (HAESBAERT, 1997, p. 257).

multidimensional¹⁷ está sempre em constante transformação como o movimento da sociedade e do espaço geográfico.

Esse movimento no território analisou as dimensões das relações socioespaciais pelas forças econômicas e pelos processos sociais que determinam a desterritorialização e a reterritorialização. Para contextualizar a mobilidade e a permanência, temos o exemplo dos migrantes italianos no Sul do Brasil em Saquet (2003), centrado nas reflexões de TDR das obras de Deleuze & Guatarri, de Raffestin (1993) e de Haesbart (1997). A partir da seguinte reflexão dialética corroboramos com a ideia de Saquet (2003) de que:

A des-territorialização e a re-territorialização são contraditórios mas complementam-se; coexistem no tempo e podem coexistir no espaço; são inseparáveis e são movidas pela relação EPC, sendo que as redes estão e atuam em ambos os processos. A des-territorialização num lugar significa reterritorialização noutro, promovendo a mobilidade da força do trabalho e suas características culturais. É um processo inerente a natureza contraditória do espaço e do território (SAQUET, 2003, p. 218).

Nesse sentido, essa tal reflexão sobre os italianos, nos remete a compreender a mobilidade do trabalho dos migrantes *nikkeis* no processo de desterritorialização desencadeando fluxos migratórios para o interior paulista, entre as décadas de 1920-60, devido expropriação do homem do campo articulada a baixa remuneração nas lavouras. Logo os *nikkeis* se reterritorializaram política e culturalmente reproduzindo novos e velhos elementos (língua, produção, associações, religião, influência, símbolo, dominação etc.) de modos de vida cotidianos voltados para a coexistência. A reterritorialização dos *nikkeis* esta voltada à dinâmica econômica e pela busca do trabalho autônomo como pequeno sitiante/comerciante, a possibilidade de permanência em áreas de terras virgens e de colonização cujo foco tem centralidade nas pequenas propriedades, sendo que foi campo fértil para a

¹⁷ "Em outras palavras, o território significa heterogeneidade e traços comuns; apropriação e dominação historicamente condicionadas; é produto e condição histórica e trans-escalar; com múltiplas variações, determinações, relações e unidade. É espaço de moradia, de produção, de serviços, de mobilidade, de des-organização, de arte, de sonhos, enfim, de vida (objetiva e subjetivamente). O território é processual e relacional, (i)material, com diversidade e unidade, concomitantemente" (SAQUET, 2006, p. 83).

atração de japoneses e seus descendentes, para construir seu *habitat* e plataforma de oportunidades (como veremos aqui no capítulo 2 e 3).

Além disso, a desterritorialização¹⁸ é indissociável da reterritorialização, pois o movimento que gera o abandono do território na mobilidade espacial da população, faz emergir a necessidade de recriação de um novo território, em um outro espaço geográfico. Ou seja, é um complexo jogo de estar arraigado e de estar em migração. Para Haesbaert (2004, p. 127), *"a vida é um constante movimento de desreterritorialização e reterritorialização [abandonar territórios, fundar novos]. A escala espacial e temporal é que são distintas"*. Sendo assim, Sorre (1984) procurou analisar o *habitat* e o equilíbrio na dinâmica migratório, por meio de um "território" material-areal-móvel sob os aspectos da sociedade-natureza, se aproximando do conceito de des-re-territorialização que conhecemos por Claude Raffestin. Em síntese, o estudo de Sorre estava voltado para a mobilidade e para a permanência sob os aspectos ecológicos e históricos, conforme a citação abaixo, sendo o movimento do pensamento sorreano "apegado" inconscientemente ao conceito de T-D-R de Raffestin.

Quando o equilíbrio entre os recursos de uma comunidade e suas necessidades é rompido, ou mesmo quando ameaça romper-se, essa comunidade pode ser abandonada por uma parcela, algumas vezes pela maioria de seus membros, que parte para agregar-se a outro habitat ou fundar um novo. O habitat original é, em algumas vezes, totalmente abandonado. As migrações tem caráter definitivo. A mobilidade, que se manifestou sob pressão das necessidades, desaparece com a constituição do novo habitat, podendo ressurgir se este novo habitat não atender às esperanças dos migrantes (SORRE, 1984, p. 130-131).

¹⁸ *"A desterritorialização é inseparável de reterritorialização correlativas. É que a desterritorialização nunca é simples, mais sempre múltipla e composta: não apenas porque participa a um só tempo por formas diversas, mais porque fazem convergirem velocidades e movimentos distintos, segundo os quais se assinalam a tal ou qual momento um "desterritorializado" e um desterritorializante"* (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p. 224). Tais conceitos foram formulados na filosofia e na psicologia pelo "território do desejo" tendo centralidade nos agenciamentos coletivos de enunciação e nos agenciamentos maquínicos, a fim de expressar e dar conteúdo a des-reterritorialização. Logo esses conceitos não foram pensados na geografia, porém, de certa forma todo agenciamento tem extensões e conexões territoriais. Ademais, Deleuze & Guattari apontam a indissociabilidade do processo de desterritorialização e de reterritorialização. Cabe a geografia fazer uma relação entre o processo de mobilidade espacial/social populacional e os processos de desterritorialização e reterritorialização para compreender a perda e o retorno do sujeito ao território.

De modo geral, a permanência pode ser relacionada ao equilíbrio dinâmico entre o recurso e a comunidade em Sorre dando o suprimento das necessidades básicas do território favorecendo a fixação. Nessa perspectiva, de movimento (mobilidade-permanência) alia-se ao trabalho e suas relações de poder difundidas no espaço geográfico tendo centralidade na produção territorial via Raffestin. Mas, somente, como plataforma de oportunidade em Gottmann que a permanência se consolida no território dando abrigo e segurança aos sujeitos migrantes se territorializarem dentro do modo de produção capitalista desigual-combinada-desterritorializador. Por fim, as T-D-R's de Raffestin mostram que esses movimentos (abandono e recriação de territórios), estão cada vez mais acelerados com a modernização e a globalização, emergindo múltiplos territórios, logo múltiplas des-re-territorializações.

Assim, as reflexões realizadas aqui pelos autores supracitados acima sobre território-mobilidade e suas derivações pelas TDR's (territorialização, desterritorialização e reterritorialização) tem centralidade no pensamento geográfico (inter)nacional via abordagem crítica do território mediante a perspectiva multidimensional, escalar e temporal.

1.3 Território, rede e mobilidade

A noção de mobilidade a partir do território-rede-técnica tem relevo na produção do espaço geográfico em Santos (2009) na escala global/local. Esse espaço geográfico acontece por intermédio das relações sociais, da natureza, da artificialidade e do conhecimento devido ao tempo-histórico e das coexistências pela análise da totalidade do espaço. De modo sintético ele compreende que *"o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não consideramos isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá"* (p.50). As ações estão associadas ao processo social que materializam

produtos, do outro lado, os objetos são as representações das coisas, sendo ambas em constante transformação. Tais sistemas se apresentam no território usado, sendo sinônimo de espaço geográfico, tendo o conteúdo de cunho técnico e social para apreender as formas espaciais dos objetos e das ações (movimentos/mobilidades) pelo meio técnico-científico-informacional¹⁹, por uma configuração territorial racionalizada e normatizada.

Os sistemas de objetos compõem os fixos que são territoriais construídos na superfície (prédios, edificações, ruas, casas entre outros) por meio de construções humanas que favorecem o quadro da vida. São também objetos técnicos com sua base material de infra-estrutura como energia (hidrelétrica, indústria petroquímica, etc), transporte (auto-pistas, portos, aeroportos, etc), informação (computador, internet, etc) e comunicação (telecomunicações). Tais objetos técnicos são os fixos/fluxos territoriais que foram construídos por processos históricos contraditórios e intencionais interligando os espaços geográficos locais e distantes pelo movimento (bens materiais e imateriais), característico do período atual da velocidade do capital e da informação, acelerando a fluidez territorial do local para o global e vice-versa. Com eles apreendemos o mundo, segundo Santos (2009), em tempo real pela fusão da ordem temporal com a ordem espacial dos objetos, tendo centralidade nos agentes econômicos e políticos que promovem a competitividade territorial e a guerra dos lugares, pois não são todos os territórios que são dotados de objetos técnicos.

Entendemos que para cada fixo muitos outros fluxos foram sendo ativados no território usado desencadeando redes de conexões contínuas e descontinuas. Sendo, assim, fixos e fluxos dão o tom da dinâmica da sociedade em movimento. Dessa forma, o movimento articulado com a noção de mobilidade espacial populacional via desterritorialização e reterritorialização, como vimos no sub-item anterior, nos faz compreender o migrante nikkei no interior paulista pelas redes (técnicas/sociais), em especial no município de

¹⁹ O meio técnico-científico-informacional emergiu em meados da década de 1970, tendo centralidade na junção da ciência com a técnica, dando ênfase para a relevância da informação que adquire um papel primordial na lógica de acumulação e reprodução ampliada do capital (SANTOS, 2009).

Presidente Prudente/SP. Mas, antes, é necessário compreender os fluxos de Santos associados pelas redes de Raffestin, como um conjunto de nós-linhas-redes do sistema territorial, sendo produto e meio da produção dos atores hegemônicos. Contudo, já numa escala/movimento um pouco mais letárgica temos os atores homogenizados, também, nesse processo.

Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. [...] Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder. Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para a outra, mas estão sempre presentes (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

De modo geral, as redes estão baseadas no sistema territorial de Raffestin (1993), tendo centralidades nas linhas que interligam e ativam os nós pelos objetos técnicos, tal sistema territorial perpassa pela superfície (não na sua totalidade). Porém, as redes têm ênfase nas áreas mais dinâmicas da densidade econômica (os espaços luminosos de Santos), favorecendo o transporte e a circulação de materiais (pessoas, bens e serviços), sobretudo, dos atores hegemônicos pelo modo de produção capitalista vigente. Apresento, ainda, mesmo que para uma estratégia de poder territorial (político e econômico) é necessário desenvolver a comunicação e a circulação, ambas pressupõem a existência da rede, buscando a interação espacial para acelerar o movimento do dinheiro e da informação assentada no sistema territorial. Conforme, Santos (2009, p 270), *"a existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui a alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço"*.

Todavia, a rede está no território sendo a base da fluidez espacial e, sobretudo, essa técnica tem seu acúmulo de conhecimento, convergindo ao conceito difundido de meio técnico-científico-informacional. A idade dos objetos técnicos mostra a sua contribuição para a sociedade do movimento pela sua longevidade, distribuição, funcionamento, controle e regulação. Com isso, temos três momentos da técnica na produção e na vida, a partir de Santos

(2009): a) pré-mecânico, estrutura a circulação na rede de pequenas cidades com consumo limitado e poucos itens trocados; b) mecânica intermediário, o consumo se amplia moderado e o Estado controla indiretamente o mercado mundial; e, c) fase atual, predomínio do período técnico-científico-informacional pelas redes técnicas e objetos que conecta a economia mundial. Contudo, ao nosso ver, a evolução espaço-temporal do movimento da técnica demonstra as relações sociais que estruturaram os fluxos pela rede e que dela se sustenta(m) e depende(m), transformando o território pelo modo de produção vigente (tecnificado e normatizado).

Eis que para Raffestin (1993), as redes são flexíveis e apoiadas por um substrato da realidade concreta via evolução das técnicas (circulação e comunicação) como ideal de poder em tempo real.

A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta as variações do espaço e as mudanças que advém do tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera quanto aprisiona. É porque de ela ser o "instrumento" por excelência do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

Nesse sentido, para Santos (2009), existem duas matrizes de redes: a) as redes técnicas são todas as infraestruturas que permite o transporte de matéria por pontos terminais; b) já a rede social compreende as pessoas, mensagens e valores. Além do mais, a rede é uma mera abstração criada pelo homem estimulando a produção e circulação não sendo uniforme em todos os espaços.

E onde as redes existem, elas não são uniformes. Num mesmo subespaço há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias, constelações de pontos e traçados de linhas. Levando em conta o seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (SANTOS, p. 2009, 268).

Tudo isso pode ser visualizado, pelo período atual da globalização que altera o padrão geográfico favorecendo a circulação de determinados lugares, dando ênfase nos fluxos e na inovação dos produtos. A ciência espacial é valorizada pelas grandes corporações que se organiza(m) em rede para difundir a informação e comunicação dando mobilidade ao capital e suas formas de acumulação. Depois elegem os pontos/nós para a reprodução ampliada do capital gerando a guerra dos lugares. O espaço tecnificado tem no Estado um dos grandes produtores de fixo territoriais para a difusão da rede técnica e social. Logo estimula a velocidade da circulação e informação nos lugares (global/local) pelas verticalidades dos atores hegemônicos.

As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira justifica a expressão verticalidades. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. O território, hoje, pode ser formando de lugares contíguos e de lugares em rede. São, todavia, os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quíças divergentes ou opostas (SANTOS, 2009, pg 16).

Portanto, as redes sociais dos migrantes na modernidade criam e recriam novos territórios e estratégias de sobrevivência na escala internacional, se deslocando para o centro sistema-mundo (Estados Unidos – União Europeia – Japão), como nos diria Wallerstein. Pelas redes sociais os sujeitos estabelecem percursos (circulação) e nós (parada estratégica e orientação/informação para um novo destino ou permanência) na busca por proteção/segurança no caso dos refugiados e dos imigrantes “ilegais”. Já os outros trabalhadores procuram lugares para ganhar dinheiro (oportunidades) no mercado de trabalho da sociedade de destino. Tal rede tem como laços/vínculos a solidariedade e a afetividade estando em complementaridade as redes técnicas e seus objetos. Santos (2005), compreende esse movimento migratório de forma geográfica da seguinte forma:

O território, como propõem Santos (1999), usado indistintamente por todos os homens, articulado ao movimento da população no espaço internacional, é rico em possibilidades. A rede forma um espaço social onde é tecida uma variabilidade de ações intersubjetivas, com relações de poder, conflito, consenso, força, dissenso e sentimentos de solidariedade e compaixão. Nesse sentido trazem a dimensão do território à rede social implica inserir a política, não só a institucional, mas a que se faz no espaço imediato/cotidiano da migração. Colocar o território no ponto nodal, significa sobretudo reconhecer que o movimento da população é um dos elementos fundamentais da história do território e, ao se territorializar, a migração torna-se uma questão da sociedade e não só dos migrantes em sua invisível rede de solidariedade doméstica (p. 70).

Por sua vez, essas redes sócias que são fortemente difundidas nas ciências humanas não incluem em suas análises as redes como técnicas/sociais, nem tão pouco, compreende o território e sua abordagem territorial (TDR). Sua análise de território é reduzida a proximidade/distância, relações de vizinhas, enraizamento, controle e conflito (SANTOS, 2005). Deixando de lado a produção espacial que compõe o lugar e o território no qual estão inseridas as redes migratórias.

As redes técnicas e sociais produzem interações espaciais que fomentam a dinâmica do movimento entre territórios, conforme a complexidade e intensidade dos fluxos que se interagem por funcionalidades e assimetrias, a partir de centros urbanos e suas *hinterlândias*, tendo diferenciações entre as cidades.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades (CORREIA, 1997, p. 279).

Desse modo, as transformações nas interações espaciais se deram pelas mudanças: nas funções urbanas, no processo de urbanização, na melhoria dos transportes (ferroviário, rodoviário e aeroviário), na difusão da comunicação (telégrafo, telefone, satélite e internet) e na microeletrônica (computador e

biotecnologia). Para Corrêa (1997), as interações *"geram um duplo e complementar processo, o de especialização e o de integração, alterando a natureza, a intensidade e os padrões espaciais de interações"*. Essas interações espaciais acontecem na escala da curta e da longa distância(s) entre as cidades²⁰ de magnitude semelhantes, envolvendo um complexo fluxo de mercadorias, pessoas, capital e informação que são resultado do capitalismo moderno na atualidade.

Essa noção da mobilidade pelo território-rede-técnica faz sentido com as interações espaciais pela interligação com as relações de produção (produção/circulação) e com outros elementos (*habitat*, vizinhança) do modo de vida na cotidianidade. Haesbaert (2004) sinteticamente descreveu a rede geográfica como uma dimensão abstrata em movimento no território sempre em conexão, de modo que nos coloca para refletir:

Pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um 'conjunto de pontos e linhas', numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a 'superfície' territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão ('ação à distância, como destaca Machado, 1998) e 'profundidade' relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional) (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Assim, essa tal mobilidade na atualidade tem sua estrutura de noção/conceito na tríade (território, rede e meio técnico científico-informacional) que explica o movimento das pessoas e do capital pelas interações espaciais e pelas diversas escalas geográficas (local/global) no capitalismo contemporâneo. Sendo que as redes técnicas são infra-estruturas que consente a circulação (i)material pelo transporte e seus veículos (navio, trem, ônibus e avião) balizado por estações e terminais. Já as redes sociais são movimentos de pessoas e informações. Contudo, não existe mobilidade

²⁰ "A rede urbana é uma forma espacial, isto é, uma expressão fenomênica particular de processos sociais que se realizam em um amplo território envolvendo mediações diversas que se verificam nas cidades". (CORRÊA, 2004, p. 37).

populacional sem redes técnicas que são meio/condição de circular e, por conseguinte, na migração ocorre com mais frequência redes de amizades (sociais) pelas informações sobre o novo território/habitat. Ademais, a dinâmica das redes técnicas/sociais estão presentes, também, no estudo da mobilidade do trabalho, como veremos no próximo sub-item.

1.4 Da mobilidade espacial à mobilidade social: o trabalho em questão.

O trabalho é uma relação social difundida pela informação e energia (Raffestin, 1993), geradora de valor espaço-temporalmente, por conseguinte, a força de trabalho é demarcada pelo poder, via de regra, estabelece no espaço a separação do trabalho e do não-trabalho: quem são os donos dos meios de produção (capitalistas) e quem são os vendedores da força de trabalho (operários/trabalhadores). Pelo não-trabalho compreendemos que são os donos do excedente da produção, o contratante da força de trabalho e os detentores da mais-valia. Sendo, assim, toda relação de trabalho²¹ e o campo de poder envolto nele, tem uma base espacial propagada pelo sistema territorial (tessituras, nós e linhas para Raffestin), expandido pela circulação e comunicação no território favorecendo o desenvolvimento do capitalismo do, mesmo modo, ampliando as desigualdades sociais com a exploração do trabalho.

Nesse sentido, a exploração do trabalho no território pode ser analisada pela gênese do capital que tem seu ponto de partida na teoria econômica de Marx. Tal exploração está assentada na mais-valia da seguinte forma: "*o dinheiro converteu em capital, o capital em mais-valia transformando-se em*

²¹ Para Santos (1996), "*o trabalho é a aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo através de dispositivos mecânicos, no propósito de reduzir a sua vida e a do grupo*" (p. 119). Dessa forma, o trabalho é nada mais que uma "*atividade criadora que permite ao homem existir, criar produtos necessários à produção e reprodução da sua existência e consequentemente criar sua própria organização espacial*" (p. 119).

capital adicional” (MARX, 1964, p. 11), fechando-se assim, o ciclo vicioso da acumulação do capital primitivo. A essência do capital primitivo está fundamentada na separação entre o produtor e os meios de produção. Em suma, a origem do capital empresarial está fundamentada na exploração do trabalhador a outrem, sob forma de salário. Todavia, *"esta dolorosa, esta espantosa expropriação do povo trabalhador, eis as origens do capital, eis a gênese do capital"* (MARX, 1964, p. 117).

O desenvolvimento do sistema econômico no capitalismo tem seu tripé na produção-circulação-consumo, sendo que mercadorias e pessoas tornam-se móveis, necessitando a submissão do trabalhador a mobilidade do capital a baixos salários, criando o exercito industrial de reserva. É desse exercito e/ou para não fazer parte dele que os trabalhadores se sujeitam a mobilidade (sobrevivência) saindo do lugar de origem e indo para regiões receptoras ao trabalho migrante explorado. Para compreender a mobilidade espacial da força de trabalho via circulação e (re)produção ampliada do capital, Gaudemar (1977) afirma que, a migração não é determinada por ações individuais, mas por um conjunto de fatores que atendem as demandas do capital. Logo, o indivíduo é obrigado a se sujeitar as normas de (i)mobilidade imposta pelo capital, vendendo, assim, o seu único produto é a força de trabalho.

Historicamente, a mobilidade da força de trabalho tem suas bases em Marx pela leitura de Gaudemar (1977), que nos apresenta a seguinte contradição entre trabalho livre e mobilidade do trabalho, conforme a citação abaixo, nos instiga a refletir:

[...] se afirmou que o capitalismo começava com a exploração da força de trabalho, é necessário acrescentar que ele só poderia nascer uma vez que o trabalhador tivesse adquirido esta mobilidade, não no sentido apologético que a teoria clássica reconheceu, do homem inteiramente livre de seu destino, ator de sua própria história, mas no sentido de contrariedades que lhes são impostas por esta procura de emprego (p. 192).

De maneira geral, os trabalhadores estão condicionados as pressões de comando do capital, sendo deslocados intencionalmente em favor do capitalista

que restringe suas possibilidades, sendo este obrigado por questão de reprodução social e biológica vender a sua força de trabalho, nos territórios de destino que o capital oferta emprego. A liberdade para o trabalhador no capitalismo é negativa²², conforme Gaudemar, pois o trabalhador não tem outra alternativa dado que a sua única mercadoria é a força de trabalho, desconstruindo o paradigma de que a migração é o equilíbrio perfeito entre emprego e população em Ravenstein, por fim, deixa explícito que o trabalho é uma mercadoria móvel e barata a mercê do capitalista. Contudo, Gaudemar (1977), sintetizou nesse modelo a teoria da mobilidade.

A mobilidade do trabalho pode ser aqui entendida como mobilidade dos homens (capitais humanos) quanto como mobilidade dos seus serviços (dos seus trabalhos) [...] Sendo mobilidade dos homens ela é portanto, mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômico (migrações, formações profissionais...). Sendo mobilidade dos seus trabalhos, mantendo-se os próprios homens "imóveis" e conduz assim a formas cotidianas da divisão e da organização do trabalho, a circulação dos trabalhadores no interior de um mesmo espaço de trabalho (p. 155).

A mobilidade no capitalismo tem duas esferas, sendo que a primeira o homem é portador do capital, já na segunda o homem é detentor do trabalho. Ambas compõem a mobilidade complexa de Gaudemar pela circulação e divisão social e territorial do trabalho. Doravante, nem toda mobilidade é migração para Gaudemar (1977), pois a mobilidade normalmente é de fluxo de capital e de mercadoria que pode denotar implantação de uma indústria podendo ou não gerar movimentos de pessoas. Já a migração provoca mobilidade espacial de pessoas de um lugar para o outro. Tudo isso gera na contemporaneidade processos desterritorialização e reterritorialização, como apontou anteriormente

²² "No aspecto positivo, a liberdade conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e o seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele exerce. Em ambos os casos, a força-de-trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital pelo capital, quer tenham sido escolhidos, quer impostos; móvel quer dizer apto para as deslocações e modificações de seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital, o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfeito" (GAUDEMAR, 1977, 1990).

Haesbaert (2004), sendo a T-D-R um campo fértil para os estudos de mobilidade, tanto do capital como do trabalho dos sujeitos migrantes. Além do mais, dentro dessa mobilidade complexa para o trabalho Gaudemar estabelece duas formas de analisar as possibilidades do trabalhador sob a égide do capital: a mobilidade espacial e a mobilidade social.

Nesse sentido, as ciências sociais, em especial a sociologia e a economia, compreendem a mobilidade social pelas classes sociais e a estratificação ocupacional, porém ambas não têm o trato territorial e espacial em suas análises. Cabendo ao geógrafo entrar nesse debate. Além dos deslocamentos de um território para outro território, também, temos que levar em consideração a mobilidade profissional do migrante dentro deste novo território. Nesse sentido, faz emergir o trabalho de Pastore (2001) que, aborda a mobilidade social quando analisa os processos da pirâmide social em dois momentos: origem ocupacional e destino ocupacional. Quando verificamos a situação ocupacional e destino ocupacional do indivíduo em relação ao seu pai temos a mobilidade intergeracional. Portanto, para Scalón (1999), essa mobilidade não se restringe apenas ao aspecto ocupacional, mas, sobretudo no que diz respeito ao ganho na mobilidade de renda, da educação e das classes sociais. Sendo que a mobilidade social advém das oportunidades educacionais de cada indivíduo.

A mobilidade social se diferencia da mobilidade espacial, porém ambas estão intensamente articuladas numa simbiose. Jannuzzi (2000) entende a mobilidade espacial a partir dos deslocamentos geográficos das pessoas de duas formas: a) melhorar as condições de vida; e, b) a busca pela sobrevivência. Nada mais que deslocamento numa dada superfície em que o espaço não altera a superestrutura. Para Pastore (1979), a mobilidade espacial pode levar à condição de mobilidade social, na maioria dos casos, dependendo da conjuntura econômica internacional e do grau de especialização do migrante para se inserir no mercado de trabalho, normalmente a mobilidade social ocorre por oportunidades de rendimentos oferecidas na sociedade de destino. Os indivíduos que migram para outros municípios procuram alcançar *status sociais* mais alto do que os que permanecem no seu local de origem. Por sua vez,

Jannuzzi (2000) apresenta três fatores que contribuem para a mobilidade social no Brasil: a) industrialização; b) oportunidade educacional; e, migração rural-urbana. Logo, essas mudanças dadas pela industrialização e pela dinâmica dos serviços geram expectativas para mobilidade social com a criação de novos empregos, investimentos em educação e possibilidade de galgar uma melhor posição social.

Para Pastore (2000), o Brasil no limiar do século XX para o século XXI, vem apresentando uma crescente mobilidade social apesar de escassas oportunidades sociais. Desde 1950, 80% dos filhos tem uma situação socioespacial melhor do que as do seu pai. A mobilidade ascendente ocorreu entre homens e mulheres de 30 a 50 anos (população economicamente ativa) no ápice da atividade profissional. De modo geral, ascensão social demonstrou melhoria dos padrões de vida e novas oportunidades de acesso à escola, ao trabalho e à renda para uma parcela da sociedade. Porém, Jannuzzi (2000) afirma que a migração rural-urbana teve maior representatividade em remuneração, a mesma fez a mobilidade de curta distância, tal movimento não influenciou na diminuição das desigualdades regionais, em que a maioria ascende de forma reduzida e a minoria ascende demasiadamente. Jannuzzi, também, verificou que a mobilidade social nos países desenvolvidos não estava atrelada ao processo de industrialização e ao grau de mobilidade. Contudo, as transformações estruturariam no Brasil que perpassam por uma sociedade agrária exportadora para uma sociedade urbana industrial, favoreceu a mobilidade social com novas ocupações e *status* provocado, despertando novos setores na economia pelo crescimento estrutural do país.

Destaco sobre mobilidade geográfica Levy (2002) tem um texto que nos ajuda a compreender a mobilidade para além do deslocamento de pessoas, também, mobilidade como possibilidade de ascensão social e virtual. Vejamos,

[...] a mobilidade como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam a possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares. Por essa definição, excluimos duas outras opções: aquela que reduziria a mobilidade ao mero deslocamento (COUTRAS, 1999), eliminando

assim as suas dimensões ideais e virtuais, e aquela que daria um sentido muito geral a este termo, jogando com as metáforas (tal como a “mobilidade” social ou extensões incontroladas (a comunicação, por exemplo) (p.7).

A mobilidade na contemporaneidade apresenta elementos para além do deslocamento tendo centralidade no meio técnico-científico-informacional sob o viés da difusão da velocidade das ideias/valores. Essa mobilidade do trabalho, segundo Gaudemar (1977), reúne duas dimensões: espacial (horizontal) e a social (vertical). A mobilidade espacial pode conquistar diversas escalas no espaço geoeconômico do mercado de trabalho tendo possibilidade de mobilidade vertical (BECKER²³, 1997). Sabe-se que quanto maior a renda do trabalhador migrante mais acesso o mesmo tem às diversas formas de (des-re) territorialização.

Nessa perspectiva, o conceito de mobilidade diferenciada de Massey (2008), nos apresenta a mobilidade espacial apontado elementos para uma possível mobilidade social via diferenciação social, afirmando que:

[...] diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos que posicionam-se de forma distintas em relação a esses fluxos de interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem não se movimenta e de quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e movimentos (179).

Diante deste contexto, compreendemos os *nikkeis* profissionais liberais entrevistados na mobilidade diferenciada tendo numa posição de controle em relação à mobilidade. Pois quando eles se territorializaram aqui no Oeste Paulista no trabalho da lavoura ou do comércio, passaram a ter uma mobilidade do trabalho positiva, segundo os dizeres de Guademar (1977). Logo, tendo o comandando das suas formas de trabalho e orientando o filho escolhido para fazer a mobilidade para o estudo, na perspectiva de ter um filho doutor na

²³ Becker (1997) é a autora em geografia que utiliza o conceito de migração também como conceito de mobilidade. Sendo que a mobilidade da população pode ser percebida como mobilidade vertical (social) traduzida em ascensão social, já a mobilidade horizontal (espacial) significa o movimento da população sobre o território.

família, diferenciando dos brasileiros (fazendeiros e caboclos) e dos outros imigrantes. Posteriormente, com o título de doutor o profissional liberal presta serviços autônomos tendo a liberdade de mobilidade e de escolher com quem irá trabalhar, ao contrario dos seus *ísseis* que foram colonos do café, tal mobilidade diferenciada pode ser visualizada no quarto capítulo quando visualizaremos a trajetória da mobilidade espacial e social.

1.5 Síntese sobre a mobilidade-permanência na geografia

De modo geral, nas ciências humanas o deslocamento de população pode ser visualizado pela dinâmica da circulação na superfície terrestre de um território área-zona, restringindo a mobilidade de forma banal, ou seja, simplesmente à saída de um lugar para outro lugar. No entanto, a geograficidade é dada praticamente como se fosse uma cartografia (localização – plana e horizontal), onde o espaço não é um agente que altera e é alterado pelas relações sociais, como: a política, a cultura, a economia e a natureza. Grande parte dos estudos sobre o conceito de mobilidade não apresentam a produção das formas espaciais dos migrantes/trabalhadores. Sendo o espaço passível e receptível ao(s) movimento(s) e não como promotor(res) da mobilidade/imobilidade dos sujeitos como nos propõem a geografia, por uma análise da mobilidade populacional pelo território-rede-cultura.

Nesse sentido, compreendemos que o espaço da mobilidade na geografia pode ser da circulação em que pessoas e bens se deslocam no espaço banal sem vínculos com os lugares devido às condições e contradições do capitalismo. Já o território da mobilidade na ciência da produção do espaço é o movimento capturado pela produção territorial do indivíduo e/ou grupo social pelo trabalho que são determinados pelos lugares que favorecem a permanência (fixação/enraizamento/territorialização), numa dada formação sócio-espacial distinta, criando territórios propícios para reprodução social e biológica. No entanto, visualizamos que exercer trabalho é uma das formas de

apropriação e dominação do território, como nos diria Raffestin (1993), propício aos processos de territorialização (política e econômica), efetivadas pelas redes técnicas/sociais para compreendermos a relação dialética mobilidade-permanência dos indivíduos e/ou grupos sociais, em determinados territórios no período da modernização e da globalização.

Em suma, compreendemos a mobilidade na geografia pelo território e pelas redes/objetos técnicos articulado com o trabalho (a informação/circulação (energia) em Raffestin e o meio técnico-científico-informacional de Santos). Já a ascensão social/vertical na mobilidade territorial está assentada no uso do conceito de Pastore de que a mobilidade social ocorre por melhores oportunidades de rendimentos. Desse modo, a TDR de Raffestin (1994) se faz necessária para o assentamento/arraigamento do migrante no território, sendo que o conceito de permanência tem relevo na territorialização (político e econômico em Raffestin, Haesbaert e Saquet) e a sua efetivação espaço-temporal advém da estabilidade/equilíbrio do homem ao meio (via ecúmeno de Sorre e abrigo/segurança em Gottman) dado pelo modo de produção vigente no lugar, ocasionando melhores condições de reprodução/sobrevivência social e biológica dos forasteiros (*outsider*). Contudo, a territorialidade não está explícita no artigo de forma direta, mas é contemplado indiretamente pelo conceito de trabalho e as suas relações sociais oriundas pelas TDR's (desterritorialização/reterritorialização) pelos aspectos político, econômico e cultural na produção do espaço geográfico.

2.0 TERRITORIALIDADE E IMIGRAÇÃO FAMILIAR JAPONESA NO BRASIL.

A exigência da imigração familiar é decorrência da experiência anterior com os italianos, vindos também para os cafezais de São Paulo. As fugas das fazendas e, portanto, o não-cumprimento do contrato significam prejuízos para os fazendeiros, que querem evitar a repetição da experiência com os italianos. A imigração japonesa em família é entendida por eles como um fator de retenção e de não abandono do contrato (SAKURAI, 2000, p. 208).

A imigração japonesa para o Brasil foi uma imigração de caráter familiar e de não-retorno. Doravante, as condições da dimensão familiar privilegiavam o espaço privado (casa, roça e a “colônia”), sendo que os aspectos culturais (festas e esportes) e produtivos (*shoyo*, *missô* e saque) dessa relação social tinham centralidade nesse tipo de territorialidade entre o Japão e o Brasil. Tal territorialidade dos sujeitos trazidos nipônicos apresentava resquícios de resíduos sociais feudais, dado a recente abertura econômica do Japão em 1868, próximo do período de emigração para o Brasil 1908. Todavia, o trabalhador assalariado japonês no país veio para substituir a mão-de-obra italiana na lavoura de café e não para substituir o trabalho escravo negro. Ele tinha como desígnio principal retornar ao Japão capitalizado. Mas, após a II Guerra Mundial, a família e a comunidade nipônica decidiram permanecer no Brasil, porque o Japão estava em colapso (bomba atômica e reconstrução). Portanto, os japoneses e seus descendentes se territorializaram no Brasil como sitiantes na pequena propriedade e, também, como comerciantes com modestos estabelecimentos na cidade. Desse modo, suas territorialidades étnico-culturais tiveram centralidade nessa relação Japão-Brasil pelas suas aproximações e distanciamentos como (nipo)brasileiro, como veremos nos tópicos a seguir. Mas, antes, apresentamos uma noção conceitual sobre territorialidade e temporalidade, com ênfase nas famílias nipo-brasileiras.

2.1 Territorialidade e temporalidade: aspectos conceituais para a leitura das famílias japonesas.

A mobilidade populacional tem nas relações sociais efetivadas no território a dinâmica dos acontecimentos motivada pelos movimentos da vida que afloram e animam o território. Esses movimentos são exercidos pelos sujeitos (indivíduos ou grupos) nas experiências cotidianas de deslocamentos e de permanências atrelados às interações existenciais e de produção. Para Raffestin (1993, p.13), *"a existência é tecida por relações, é um vasto complexo relacional"*. Tal complexo relacional tem sustentação no poder e na coexistência a partir da abordagem multidimensional da produção territorial deixando híbridas as formas de mobilidades (espacial/social).

Nessa perspectiva, os homens e as mulheres são seres sociais em movimentos que articulam em coletividade pelas relações familiares multilaterais no espaço-tempo, em consonância, com a relação sociedade-natureza. É pela territorialidade que vislumbramos a possibilidade da construção da mobilidade nos arrolamentos diários. Pois a mobilidade pela territorialidade tem centralidade no nosso ser gerando interlocução com outros indivíduos, logo ocasionando interações socioespaciais²⁴, conforme Raffestin nos assevera:

[...] A vida é constituída por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema sociedade-espço-tempo em vias de atingir a maior autonomia, possível, compatível com os recursos do sistema. [...] tudo reside na relação concebida com o processo de troca e/ou comunicação. Processo que precisa de energia e da informação. [...] Se ganhos e custos se equilibram, as relações são simétricas, do contrário são dissimétricas (1993, p. 161).

²⁴ "As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico. Podem apresentar maior ou menor intensidade, variar segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, caracterizar-se por diversos propósitos e se realizar através de diversos meios e velocidades". (CORRÊA, 1997. p. 279)

A territorialidade em Raffestin (1993) tem no espaço político e na autonomia dos sujeitos os elementos que efetivam as redes de circulação e as redes de poder, que são expressas no território pelas relações sociais habituais, dadas por meio das práticas familiares socioespaciais. Desse modo, cada território produz uma territorialidade impar, determinado pelas condições de apropriação e de dominação do lugar, cujas particularidades se manifestam nas forças predominantes que mediam às formas de produção-circulação-consumo. Logo as forças econômicas e sociais (internas/externas) se apresentam de forma diferente em cada espaço geográfico, dando ênfase as particularidades do território, pelas territorialidades tecidas historicamente no lugar por um grupo social.

Nesse sentido, Saquet (2007) considera que as relações sociais banais (vivido/cotidianas) e complexas (produção e classes sociais) do território compõem o quadro híbrido da territorialidade no movimento do acontecer pelas famílias, sendo que corroboramos com a reflexão síntese de que,

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos e relações. (SAQUET, 2007, p. 125).

Portanto, a espacialização dos homens e das mulheres nos afazeres das práticas corriqueiras do dia-a-dia em qualquer espaço banal se aproxima, ora de uma territorialidade e mobilidade que visa à sobrevivência, ora de uma territorialidade e mobilidade que aponta à afetividade. Sendo que esta última tem centralidade no campo das relações de proximidade-intimidade-vizinha e permaneceu formatada dentro de um território simbólico-cultural na escala do lugar (pertencimento-identidade). Por sua vez, as relações familiares via territorialidade coadunam os aspectos da sobrevivência e da afetividade que pode ser apreendida aqui pela mobilidade dos *nikkeis*.

Doravante, a territorialidade das relações sociais engendradas no ambiente de trabalho e na dinâmica dos negócios tem relevo no jogo de apropriação e de estratégia formulada na seara da dominação política assentada na contradição capital e trabalho típico do capitalismo contemporâneo. Conforme Saquet (2007), a dimensão política na territorialidade esta presente no território, tanto no espaço banal dos homens quanto nos territórios produtivos do capital, pois é pela territorialidade que o acontecer da organização social e da luta de classes, se faz emergir a conquista da cidadania e da gestão participativa. Enquanto o sujeito não encontrar um território de possibilidades (abrigo, moradia, reprodução social, educação e cidadania) esta condicionada a mobilidade do capital. De modo geral, é pela territorialidade que promovemos um desenvolvimento territorial familiar. Tal desenvolvimento ocorre a partir da abordagem territorial,

Há uma combinação de territorialidades e temporalidades, de mudanças de descontinuidades, no tempo e no espaço, através do trato da processualidade histórica e transescalar que denomino de articulação territorial, em consonância com os autores Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis: Nesse sentido, a abordagem territorial combustancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e os territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida. (SAQUET, 2007, p. 131).

Dialeticamente o conceito de territorialidade está atrelado ao conceito de temporalidade, porque as relações sociais são demarcadas no espaço e no tempo, pela interação social cotidiana e complexa da temporalidade. Já a temporalidade pode ser considerada histórica cujas periodizações dos elementos têm caráter de produção territorial, sendo que visualizamos nela as mudanças e as permanências dos lugares, com os tempos lentos e rápidos apreendidos em Santos (2009). Nesse sentido, a territorialidade familiar *"está presente em nossa vida diária e faz parte do processo de apropriação e produção do território considerando-se os processos econômicos, políticos e culturais"*(SAQUET, 2007, p. 131).

Sucintamente, Haesbaert (2004) define que a territorialidade humana pode ser lida a partir de Raffestin (1993) como uma abstração teórica que se faz inteligível do território, pois tem tanto um significado material (domínio físico) como um significado imaterial (domínio simbólico, ideológico), ambas as abstrações sempre estão pautadas na dimensão do espaço vivido. Talvez a territorialidade também possa ser compreendida como uma concepção "*mais ampla*" do que território, pelo fato de ser atributo do território e condição para sua efetivação, sendo a territorialidade uma aproximação do sinônimo de "produção territorial" simbólica e concretamente (HAESBAERT, 2004). Tomaremos aqui como sentido da noção de territorialidade as relações no domínio do espaço vivido e suas articulações banais e complexas na efetivação do território pela dinâmica da territorialidade familiar japonesa e dos seus descendentes.

Nessa perspectiva, a territorialidade familiar da imigração japonesa para o Brasil pode ser dividida em três temporalidades, conforme Saito (1961). A primeira fase está relacionada aos primeiros anos de vida (1908-1923) foi caracterizada por uma estratégia de trabalho temporário de uma imigração de curta duração. Já a segunda fase (1924-1941) correspondeu a uma fase posterior marcada pelas mudanças quanto ao tempo de permanência no Brasil e pode ser denominada como estratégia de trabalho temporário de uma imigração de longa duração. A última fase (1952-1963) descreveu a fixação definitiva dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil, porque no pós-guerra (1939-1945) alguns dos nipônicos se tornaram sitiantes/comerciantes, porém seus filhos já estavam integrados à vida no Brasil. Para Ennes (2001), o total de imigrantes japoneses que entraram no país foram 234.636, sendo que a primeira fase representou 13% desse total, já a segunda foi mais significativa em contingente populacional corresponde 67% e, por último, a terceira fase significou 19% dessa amostra. Ademais, visualizamos o entendimento da territorialidade e da mobilidade dos nikkeis neste artigo pela estrutura familiar cooperativa, pelo papel do filho primogênito, pela possibilidade de mobilidade (espacial/social) e pelas gerações dos nipônicos no país.

2.2 O território e a territorialidade da familiar japonesa feudal.

Inicialmente, o território da família japonesa esteve balizado por relações de apropriação e poder como nos orienta Haesbaert (2004), pois a sua estrutura e organização familiar apresentava um ordenamento territorial pautada nas relações sociais feudais. A sociedade feudal nipônica era formada pelos senhores proprietários rurais, camponeses, comerciantes/artesãos e militares samurais. Por sua vez, segundo Sakurai (2007), a terra e o produto dela retirado dominavam a produção mercantil japonesa. Foi na pequena ilha de Honshu que originou a conformação territorial do Japão, logo em seguida, foram ocupadas às ilhas Shikoku e Kyushu, num relevo formado por 80% de cadeias de montanhas de norte a sul.

Historicamente, os primeiros aglomerados humanos no Japão antigo (séc. III) assentaram-se nas terras férteis da planície de Kanto, na parte leste da ilha de Honshu próximo a atual cidade de Kyoto, para o cultivo do arroz (SAKURAI, 2007). Foram nelas que surgiram os clãs patrilineares cuja organização era autônoma, local e familiar.

Posteriormente, por volta do século IX, começou a ocorrer no Japão feudal o crescimento das aldeias, onde os clãs maiores e mais importantes, passaram a receber títulos de terra hereditários do reino. Com isso, o chefe do clã tinha o domínio das terras que significava o poder político desse território. Ele organizava as pessoas de seu grupo de forma a pagarem os impostos para se manterem na terra (SAKURAI, 2007). Nessa organização feudal preservou-se a estrutura de famílias extensas (parentela) na territorialidade da aldeia.

De modo geral, entendemos por territorialidade familiar nipônica a experiência da vivência territorial numa realidade sócioespacial historicamente construída. Podemos verificar essas transformações entre a passagem do Japão feudal até o Japão do Estado militar-imperialista. Desse modo, conforme Raffestin (1993, p. 160), a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam sistema tridimensional sociedade-espço-tempo.

Essas territorialidades podem ser apresentadas de diferentes formas (econômicas, políticas e culturais), imprimindo distintos contornos de apropriação do território pelas relações sociais feudais do povo japonês em múltiplas escalas (interna/externa). Dentre as práticas de territorialidades que se perpetuaram no tempo elencamos duas: sucessão familiar e casamentos arranjados.

Na territorialidade nipônica tradicional das aldeias a sucessão familiar aconteceu pelo lado masculino que tem direito a herança e a sucessão. Quando tal sucessão não ocorre adota-se um filho ou casa-se uma das filhas e o genro assume a responsabilidade de chefe da família. Para esses novos entrantes “a condição principal para que possam fazer parte do grupo familiar é aceitar e honrar o nome da linhagem, cultuar seus antepassados e, evidentemente, cumprir as obrigações econômicas e políticas” (CARDOSO, 1998, p. 89).

Nesse sentido, os casamentos no modo de produção feudal eram conveniências sociais e políticas. Essas uniões passavam por cima dos sentimentos afetivos dos noivos. Perpetuavam os arranjos de casamentos entre as famílias do mesmo nível social trazendo vantagens para as duas famílias. Paulatinamente, alguns desses valores e costumes válidos para a aristocracia foram passados para os samurais e para os camponeses na modernidade, que procuravam repetir a responsabilidade do filho mais velho como chefe da unidade familiar e dos casamentos arranjados para garantir sua sobrevivência, sendo perpassado também na emigração nipônica.

Todavia, o território da aldeia teve sua gestão baseada na família-tronco e nas unidades familiares. Sendo assim, a família-tronco era a família principal do senhor de terras do clã, onde várias famílias eram ligadas, entre elas haviam relações complexas de reciprocidade e obrigação. Já as unidades familiares eram as casas individualizadas das famílias, em que a maioria dos membros tinham parentes por laços de sangue, essas unidades eram atreladas a uma família-tronco. Foi na aldeia que a territorialidade balizada na parentela (clã) originou essa família extensa entre o século VI ao século XIX.

O chefe da família principal é o administrador e centralizador das decisões, assim como o representante e responsável por todo o grupo perante a comunidade. Cada casa, entretanto, tem a garantia de uma relativa independência, desde que cumpridas às obrigações impostas por sua submissão ao núcleo principal. Cada chefe de família ocupa o lugar mais importante dentro de seu grupo doméstico, mas terá uma posição de maior ou menor prestígio dentro do dozoku, dependendo da antigüidade de sua casa ou do grau de parentesco que o ligam ao chefe do núcleo original (CARDOSO, 1998, p.84).

Portanto, existem dois territórios na estrutura social feudal japonesa balizada na aldeia que coexistem simultaneamente articulados em duas escalas: a familiar (unidades familiares) e a senhorial (família-tronco). Tais territórios apresentavam formas distintas de territorialidades para os sujeitos atuarem nos espaços macros e micros da sociedade, visando, assim, o grupo social doméstico e o clã.

A lealdade, devotamento e submissão aos interesses do grupo são apreendidos com os pais e, mais tarde, estas virtudes se transformarão facilmente em atitudes e até mesmo sentimentos que vão se estender aos superiores e ao Imperador. Não há enfim diferença substancial entre as virtudes civis e familiares e, por isso mesmo, as últimas ganham grande importância porque definem o homem e o cidadão (CARDOSO, 1998, p. 104).

Para a autora, a existência de uma sociedade aristocrática feudal obrigou os indivíduos a manterem como principal virtude a lealdade a um senhor local e não há uma extensa parentela consangüínea. Essa lealdade estava centrada na submissão com que todos deveriam se sujeitar sob pena de perderem a honra e, logo, a sua posição social na sociedade em contexto.

A organização social e econômica do estamento japonês esteve balizada no patrimonialismo devido à formação pré-capitalista da economia mercantil estruturada na propriedade da terra. O território jurídico-político estamental impediu a economia racional através da sua política fiscal, sobretudo, pelas peculiaridades do sistema fundamentado no privilégio local, na estratificação da ordem social e na distribuição estável do poder econômico estamental. Desse modo,

Estamentos significam grupos de status os quais são de determinados por uma estimativa específica(s), negativa ou positiva da honraria, estratificando-se pela usurpação desta. As distinções são estabelecidas e garantidas por convenções ou leis, que asseguram aos grupos de status privilégios e monopólios de diversas naturezas e os caracterizam por um estilo de vida, normas, valores e padrões de comportamentos típicos (HIRANO, 1975, p.40).

Por sua vez, o estamento é honraria e ordem social cuja característica principal esteve baseada na política e não no econômico. Ele, também, apresentou um caráter religioso articulado com o Estado. No caso japonês, encontrou-se relacionado às práticas e preceitos do confucionismo. Os membros das famílias nipônicas nessa filosofia de vida procuraram cumprir o seu papel para o bem de todos (comunitário e familiar). Com isto, indiretamente contribuem para manutenção desse modelo baseado na figura do Imperador. Tal estilo de família e de vida cujas condições de consumo economicamente irracionais impediu de, certa forma, a constituição do mercado livre pela apropriação monopolística, conseqüentemente, não deixando emergir o modo de produção capitalista.

Posteriormente, após a segunda metade do século XIX, o território japonês definitivamente cedeu as pressões dos estrangeiros (norte-americanos, franceses, entre outros) para abertura do mercado japonês, que ocorreu com a derrubada da família-tronco Tokugawa, emergindo, assim, os nobres dos daimios do Sudoeste do Japão. Nessa perspectiva, compreendemos:

O território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território. (SAQUET, 2007, p 127).

De modo geral, o território japonês é produto de uma relação da sociedade com o espaço articulado ao modo de produção e da relação de poder intrínseco a ele. Pois, sem sociedade e espaço não há território. Doravante, o

território japonês na virada do século XIX, ainda tinha resquícios de relações societárias pautadas no modo de produção feudal e, por conseguinte, apresentando um território e uma territorialidade mais política do que econômica. Tais relações políticas feudais japonesas no território foram estamentais e de ordem social baseadas na honraria e no privilégio de um determinado grupo social (nobreza e clero, nos dizeres de Hirano). Em síntese, a formação do território e da sua territorialização são fruto das diversas territorialidades nos lugares, sendo que o espaço geográfico independente do modo de produção feudal/estamental ou capitalista/burguês, tem sua produção territorial atrelada dentro dessa lógica de espacialização balizada na territorialidade.

2.3 A territorialidade da família japonesa patriarcal.

Todavia, a Era Meiji de 1868 foi o marco da transição da gestão do território nipônico que era agrária-feudal para urbano-industrial-capitalista. Nela as relações societárias apresentavam uma nova primazia no econômico com uma forte centralização política no Imperador. Agora não mais com um senhor feudal e sim como Estado. Ou seja, tanto a dimensão econômica quanto a política tiveram o mesmo peso na acumulação originária do capital no Japão.

O desenvolvimento do sistema capitalista japonês esteve estruturado nos impostos territoriais cobrados dos camponeses, na industrialização estatal e na expansão territorial (China, Rússia, Coreia, Manchúria e Formosa). Conforme, Okabe (1974), o capitalismo japonês deu-se de “cima” para “abaixo”, da seguinte forma: a) foi estabelecido sem haver liquidado as formas feudais de produção; b) caracteriza-se pelo grande peso das atividades bancárias e comerciais; e, por último c) pelo poder militar imperialista. A emigração foi uma forma de expulsar os pobres do território para estruturar a política do modo de produção capitalista via discurso do excesso de população na ilha.

Portanto, por não ter eliminado de vez as formas feudais de produção associados a centralização do poder nas mãos do Estado, havendo um forte indício da sociedade estamental estar conjugada com um tímido vir-á-ser da sociedade de classes, visualizamos em Saito & Maeyama (1973) a constituição da família patriarcal.

A nação japonesa era concebida como uma 'família' patriarcal, sendo o Imperador seu chefe. O Imperador era o 'pai' e a Imperatriz a 'mãe' do povo japonês, de acordo com o governo fascista do Japão. Esta ideologia tem sua base, em parte, na crença popular. O Japão, como um país, era considerado um único ie. Esta aplicação do princípio do ie a uma sociedade mais ampla sempre foi intrínseca na percepção e conhecimento dos japoneses, denominada 'constituição da família da sociedade japonesa' (...) Levando-se em conta este padrão de conhecimento e compartimento, não é de estranhar a fácil substituição do culto aos antepassados pelo culto ao Imperador entre os japoneses no Brasil de pré-guerra (p. 435).

O modelo de família tradicional na era da Restauração Meiji precisou ser modificado para se adaptar a modernidade e ao Estado japonês. O Estado estaria no topo do novo modelo balizado por uma estrutura piramidal como uma grande família liderada pelo Imperador "pai de todos". A priori, sem diferenciação entre aristocratas, samurais e camponeses (SAKURAI, 2007). Essas mudanças ocorreram com o crescimento das cidades, o êxodo rural, a participação em guerras contra a China e Rússia, os movimentos de colonização de terras conquistadas, a possibilidade de ascensão social individual e o fim das desigualdades legais de nascença. Tudo isso gerou a desagregação do antigo sistema familiar. Aqui, a família deixou de ficar presa a terra.

Com essas mudanças na estrutura familiar, era o primogênito que tinha obrigação de proteger os bens da família, ou seja, o que ficava com a herança econômica e cultural da família. Já os outros filhos eram obrigados a saírem para as cidades, migrarem para o exterior ou ir para guerra lutarem como soldados. O primogênito tinha privilégio e obrigação com a família e os antepassados.

Foi com a constituição japonesa de 1890 que foram resolvidos os problemas de afastamento dos membros da família, sendo que a ruptura e as obrigações com o grupo doméstico, não eram mais um desacato a autoridade do “pai” e os indivíduos estavam livres para trabalharem na cidade e no exterior (SAKURAI, 2007). O Estado japonês aqui foi pensado como uma grande família que valorizava o orgulho e o patriotismo – denominamos aqui de Estado-militar-família.

Os dois principais motivos para a emigração japonesa ocorreram devido o crescimento demográfico e a inserção tardia na economia mundial capitalista, passando, assim, a ser mais um país fornecedor de trabalhadores aos países ocidentais, em especial na América do Norte e do Sul. O Brasil foi a última e única escolha da emigração japonesa porque as outras nações começavam a fazer restrições a essa etnia.

A mobilidade geográfica nipônica entrou no circuito dos movimentos migratórios internacionais devido às crises da explosão populacional, como consequência disso desemprego e fome. Pode-se dizer que, tudo isso foi ocasionado pela ânsia da acumulação de capital do governo japonês balizado na dinâmica econômica urbano-industrial, vislumbrando, assim, uma posição chave na competição intercapitalista.

A imigração japonesa para o Brasil atendeu as necessidades desses dois países, por isso ambos subsidiaram essa corrente imigratória. O Japão buscava se livrar de uma massa de excluídos e também fazer interação comercial. Do outro lado, o Brasil precisando de braços na lavoura cafeeira e de “olhos abertos” no potencial mercado consumidor de café do Sudeste Asiático. Apesar de interesses diferentes o momento geo-histórico aproximou esses países pelo intercâmbio de trabalhadores e comercial(is).

Contudo, a partir de 1908 iniciava a entrada de trabalhadores nipônicos assalariados para o Brasil, estimulados pelos fazendeiros e subsidiados pelo governo paulista até 1924, esse fluxo foi diminuído devido à crise da superprodução cafeeira, que já não precisava mais desse grande contingente de mão-de-obra. Logo em seguida, o Japão ainda precisava escoar o seu excedente populacional, por isso continuou enviando os seus patrícios por uma

empresa de colonização até 1942, arcando, assim, com todos os custos da viagem e instalação. Sendo assim, a territorialidade familiar no país, no período supracitado, esteve pautada sobre a influência do domínio do Estado Militar-Imperialista japonês nas colônias, cuja imigração representadas pelos pioneiros tinha o caráter temporário e de trabalho rural com baixa remuneração, impossibilitando o retorno ao lugar de origem.

2.4 A dimensão familiar da territorialidade nipo-brasileira.

A re-territorialização das famílias japonesas deu-se na recente república brasileira. Tal território se inseriu também na dinâmica dos países capitalistas, na segunda metade do século XIX, devido os reflexos da economia cafeeira. Para isso, passou por profundas transformações, dentre elas: a) a lei de Terras no Brasil; b) o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado; c) ocupação do interior do país; e, por último, d) a imigração europeia e asiática. As grandes levas migratórias desse século que chegaram para trabalhar e viver no país, mexerem com as bases étnico-culturais balizadas no índio, no branco e no negro acrescentando outros povos italianos, alemães, espanhóis, sírios libaneses e japoneses. Logo depois, todos esses imigrantes se fixariam e se enraizariam, contribuindo, assim, para a formação multiétnica do povo brasileiro. É dentro deste contexto que compreendemos a imigração familiar japonesa e dos seus descendentes no país como nipo-brasileiro.

Assim, o governo brasileiro visualizava a família japonesa como uma unidade de parentesco e de trabalho. Aliás, a lógica capitalista de mais de um indivíduo era fundamental para o trabalho na lavoura, por isso o grupo familiar era indispensável. Foi percebendo-se como um grupo cooperativo que os imigrantes puderam manter vivos certos padrões tradicionais japoneses que facilitaram, posteriormente, o processo de integração e ascensão social.

Como a imigração foi familiar, estas unidades domésticas, recém-chegadas ao Brasil, mantiveram-se relativamente isoladas, dispersas nas colônias das fazendas. Por isso mesmo, as relações dentro do grupo não sofreram muitas mudanças. Por outro lado, as condições de vida e as oportunidades de sucesso funcionaram como estímulos para manter vivos os padrões que propiciavam uma maior cooperação e conseqüentemente um maior rendimento familiar. A tradição japonesa, reforçando a autoridade gerencial do chefe e centralizando as decisões, manteve a coesão interna da família que foi percebida como fundamental para conseguir uma melhor situação econômica (CARDOSO, 1998, p 113).

A territorialidade da família japonesa no Brasil apresentava costumes de sociabilidade tipicamente nipônicas: obediência, dedicação e submissão. Nela os padrões familiares continuariam a ser regido pelo chefe da família visando à coletividade. Os japoneses deixaram o Japão na fase do Estado-militar-família e trouxeram consigo costumes residuais das relações sociais feudais. Tais costumes estruturaram quatro tipos de territorialidades das famílias nipo-brasileiras: famílias-compostas, famílias-relativamente-isoladas, família-colônia e família-nuclear. Essas tipologias de famílias estavam balizadas pelas fases da imigração japonesa no Brasil. Como já foi mencionado anteriormente, a territorialidade é a experiência da vivência territorial numa dada realidade sócioespacial que, aqui, pode ser analisada pela dinâmica da dimensão familiar nipo-brasileira.

Nessa perspectiva, as famílias-compostas que vieram para o Brasil foram formadas pelas empresas de colonização, no momento do embarque para o país, atendendo as necessidades e exigências dos cafeicultores brasileiros. Essas famílias eram compostas de pai, mãe, filhos e mais dois ou três agregados (irmão ou irmã, cunhado ou cunhada, primo ou prima e amigos) todos tinham um objetivo coletivo de trabalhar e acumular o capital. Os agregados, por sua vez, eram obrigados a entregarem todo o dinheiro ao "pai" da família no país não ficando com nada. Muitos deles se revoltavam, pois queriam também conquistar o seu espaço, e saíam de casa indo trabalhar na cidade. Estes tinham uma vida solitária e errante eram mal vistos pela comunidade japonesa porque não tinham respeitado o suposto "pai" chefe da família da qual pertencia.

Sakamoto e Matsuoka, dois jovens aventureiros e imigrantes de última hora, chegaram ao porto de Kobe quase às vésperas da partida do Kasato Maru. Lá compraram passaporte de candidatos a imigrantes (sic) que não conseguiram juntar dinheiro suficiente para pagarem a passagem. Em seguida, foram anexados à família Nakamura como “filhos adotivos”. Acontece que os Nakamura, Kadyu e Hanji, também não eram casados e sim irmãos (WAWZYNIAK, 2008, p171).

Para a autora, os candidatos à emigração eram recrutados em diversas regiões do Japão, falavam dialetos diferentes e possuíam hábitos, costumes e tradições culturais distintos. Isto tornava as relações, em muitos momentos, conflituosas, já que a família-composta não era formada por pessoas da mesma comunidade.

Ao chegar no Brasil essas famílias confusas foram denominadas de famílias-relativamente-isoladas dada sua aterrissagem nas fazendas de café sob a condição de colono. Elas chegaram na primeira fase da imigração japonesa. Assim, o espaço da fazenda (a casa, as condições de trabalho e o salário) nada tinha a ver com a propaganda feita pelas empresas de colonização japonesas. As famílias mantiveram-se isoladas devido à dispersão geográfica das fazendas e, também, pelas dificuldades dos nipônicos de se comunicarem (barreira da língua e da cultura) com os vizinhos brasileiros ou imigrantes de outros países (SAITO, 1961). Logo o modo de viver e o senso estético (vestuário, alimentação, entre outros) de ser japônês foram deixados de lado e a preocupação central do imigrante era se livrar dessa situação de colono e voltar para o Japão. Posteriormente, com atmosfera pesada da II Guerra Mundial os japoneses se fixariam de vez no país como trabalhadores autônomos. Com isso, a questão estética foi vislumbrada, somente em ritos religiosos e festas típicas, em algumas casas se tinham alguns objetos que lembravam o espaço do lar japonês.

Como consequência direta desta situação de isolamento e necessidade de alta produtividade, os padrões de dependência dentro da família, ancorados na tradição, se reforçam e ela se fecha sobre si mesma, num esforço para manter vivos os objetivos

que originaram a imigração. Liberta-se do patrão, ou do fiscal, mais visível que o proprietário da fazenda, era o desejo de todos, que tudo aceitava para esclarecer-se como sitiante garantindo maior independência e maiores vinculações com os compatriotas (CARDOSO, 1998, p. 118).

Com a possibilidade de ser sitiante o grupo familiar japonês ampliou sua territorialidade quando se abriu para fora sempre mediado por um patrício. A ideia de se tornar pequeno proprietário rural não passava simplesmente pela capacidade de poupança, mas pelo aspecto positivo de um intermediário (amigo ou parente) que ajudaria na compra com conselhos e com a inserção do imigrante numa rede social nacional denominada Colônia Japonesa (CARDOSO, 1998). Os lotes adquiridos pelos japoneses normalmente eram nas áreas de frente de expansão paulista e muitas vezes em terrenos acidentados ou em fundo de vale no Oeste Novo. A acumulação de capital do imigrante japonês se deu pela subsistência mínima, devido o controle do chefe de família que adquiria alimentação básica e um vestuário precário para todos.

As famílias-colônias deram-se, na segunda fase da imigração japonesa no país, pela constituição de núcleos balizados pela solidariedade e etnicidade nipônica. Tinham como finalidade manter a coesão e a identidade desse grupo étnico, além claro de manter a tradição e a cultura japonesa. Com esse forte laço de família extensa surgir(am) os territórios da colonização que orientava a produção agrícola e o controle social pelo trabalho, cultura e lazer.

Desse modo, havia duas instituições no Brasil que tinham um caráter de Estado-família-japonesa. Uma delas eram as empresas de colonização que traziam esses imigrantes e assentavam eles nas fazendas. Algumas dessas empresas fixaram esses trabalhadores oferecendo lotes de terras rurais, financiando e comprando as primeiras produções, além de organizar a vida e as atividades culturais dos nipônicos. A outra instituição surgiu de núcleos espontâneos espalhados pelo território paulista e nacional que, posteriormente, viraram associações culturais, no qual eram núcleos de apoio que prestavam solidariedade no campo agrícola, esportivo e cultural. As características dessas duas instituições até 1970 têm como base um mix do Estado-família e dos grupos domésticos.

É portanto a identidade étnica, feita em nome de uma tradição japonesa, que dá base para o aparecimento de núcleos homogêneos, associações e parentelas, através dos quais se organizam em atividades econômicas. Se no Japão, os grupos domésticos, enquanto grupos locais, se reúnem em associações que são os canais de comunicação com o Estado, aqui as famílias, dispondo de uma grande mobilidade reúnem em sociedades menos permanentes, cuja continuidade depende desta identidade étnica (CARDOSO, 1998, p. 129).

O processo de ascensão social do imigrante japonês e seus descendentes deram-se pela transição do espaço rural para o espaço urbano. Com isso, ampliariam ainda mais seus laços de amizade com nipo-brasileiro e não nipo-brasileiro. Mas, as práticas de solidariedade foram se dissipando ao longo do tempo, porque a família nipônica não é mais uma unidade de cooperação e sim uma família nuclear burguesa balizada no individualismo e na sociedade de classes. É a partir do contexto de família nuclear burguesa que visualizamos as famílias dos profissionais liberais no capítulo 4.

Sendo assim, as classes sociais conforme Marx (1964) define com o surgimento do modo de produção capitalista industrial balizado no Estado moderno, propriedade privada, divisão do trabalho racionalmente desenvolvida, modo de apropriação do trabalho e dos instrumentos de trabalho e trabalho assalariado. Todavia, as classes sociais se transformaram num conceito histórico e, portanto, determinado por um dado modo de produção social, com várias configurações e dimensões sócioespaciais (HIRANO, 1975). No Brasil as sociedades de classes emergiram com o desenvolvimento do capitalismo balizado na dinâmica econômica da cafeicultura cujos investimentos ultrapassaram a produção agro-exportadora, dinamizando, assim, o capital bancário e o industrial.

Os nipo-brasileiros começaram a participar da sociedade de classes a medida que foram tendo uma ascensão social atrelada a uma mobilidade geográfica, criando uma rede social fora da colônia, procurando viver na sociedade brasileira como (nipo)brasileiro e não como japonês. Por outro lado, a territorialidade familiar nipo-brasileira ainda hoje se utiliza de modo modesto

os valores que representam à constituição da família como o trabalho, a educação e a religião. Esses apontamentos fortaleceram o imaginário da identidade étnica e o modo de ser japonês no país.

2.5 A imigração familiar tutelada nipo-brasileira.

É por meio das ideias de Sakurai (2000) que visualizamos a imigração familiar japonesa como uma imigração tutelada, porque foi estimulada, dirigida e subsidiada pelo governo japonês.

É tutelada, porque é amparada, desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa diferencia-se das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, por intermédio de seus diferentes ramos e agentes, participou explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso (p. 202).

Para a autora, a tutela acontece desde o local de origem (aldeia/cidade) até o destino final (outros países). Começou após a modernização do Japão (1868) e teve sua duração até o início da II Guerra Mundial.

Essa imigração tutelada tinha duplicidade de interesse. A primeira, a permanência dos japoneses pobres nos locais receptores, para que não houvesse a imigração de retorno, contrariando as ilusões dos nipônicos em voltar à terra natal ricos. A segunda é pelo interesse econômico iniciado pelas empresas de colonização no transporte desses imigrantes, mas depois pela dinâmica agro(industrial)-exportadora. Enfim, a economia alem-mar foi um dos pilares da economia capitalista japonesa.

Nessa última fase, houve também uma preocupação da elite brasileira com o perigo amarelo, já que no começo do século XX, o Japão tinha uma política expansionista hostil podendo o Brasil ser uma célula da invasão

japonesa. As teses levantadas sobre o perigo amarelo ficaram muito balizadas pela questão racial, porém, a preocupação central era com a questão da competição política/econômica mundial.

Por outro lado, as famílias de imigrantes japoneses vinham para o Brasil com uma carga simbólica nacionalista, difundida desde o embarque, pelo imperador do Japão, de que o emigrante japonês em terras estrangeiras era um autêntico representante do Império do Sol Nascente, por isso tinham que representar bem o povo japonês e cultuar o imperador.

Mita (1986) argumenta que os japoneses foram orientados a colaborarem para o desenvolvimento do Brasil para agradar o imperador que eles tanto veneram. Nessa perspectiva, na cidade de Bastos, mesmo depois da II Guerra Mundial e as atrocidades cometidas com eles, na sala de estar de algumas famílias japonesas estavam lado a lado, as fotos do Casal Imperial do Japão e do Presidente Vargas. Para compreendermos essa territorialidade nipo-brasileira vejamos como o Presidente da colônia de Bastos reafirma sua ligação como o imperador do Japão.

[...] Penso que nós, como japoneses, que estamos no além-mar, devemos colaborar para o desenvolvimento do Brasil, para corresponder à grande benevolência de Sua Majestade. Creio que [...] é correspondendo o grande coração de Sua Majestade, o Imperador, que nós, como bons colaboradores, ajudamos o Brasil a desenvolver e a prosperar, mantendo a consciência de que nós somos japoneses (BASTOS SHUNHO 29/04/52, apud, MITA 1986 p.75).

Dessa forma, os nipo-brasileiros eram considerados pelos patrões e vizinhos como cordiais, ordeiros, e de boa índole. Além de outros adjetivos como *"um excelente operário agrícola, pois é trabalhador, sadio, honesto, econômico e cumpridor de deveres com aos patrões"* (DEZEM, 2008, p.161). Aqui, concordamos com Martins (1983), que o imigrante japonês é o exemplo do "bom" trabalhador imigrante aquele que consome pouco, trabalha muito e acumula capital.

Tal carga simbólica-identitária foi desenvolvida durante o processo de imigração familiar tutelada, em especial depois que os imigrantes saíram da situação de colonato, tornando-se sujeitos autônomos (meeiro, sitiante e entre outros). Porém, na primeira fase da imigração, os nipônicos tiveram que fazer greves para lutarem contra as condições adversas de exploração do trabalho, por causa disso muitos fugiam das fazendas, posteriormente, vários deles já na segunda fase da imigração foram para áreas de colonização das empresas japonesas ou de iniciativa espontânea em busca do trabalho independente. Como podemos ver essas características de territorialidades foram orientadas na perspectiva de uma melhor posição social no novo território já estabelecido. Sendo assim, a imigração tutelada está (in)diretamente ligada na origem da ascensão social das famílias nipo-brasileiras. Tais territorialidades vistas nesse tópico são base para pensarmos o território e a mobilidade nikkeino tópico seguinte.

3. A MOBILIDADE ESPACIAL E SOCIAL DOS *NIKKEIS* NO OESTE PAULISTA: DE LAVRADOR À PROFISSIONAL LIBERAL.

O presente capítulo tem por objetivo analisar historicamente a trajetória de trabalho (espacial e social) dos *nikkeis* de lavradores rurais até os profissionais liberais urbanos no Oeste Paulista, dentro de uma escala temporal que perpassa entre as décadas de 1950-1980, sendo que o sujeito da pesquisa é o *nikkei* a partir da segunda (*nissei*) e terceira (*sansei*) geração de nipônicos no Brasil. Nesse sentido, a inserção dos japoneses e seus descendentes na sociedade paulista emergiram na economia cafeeira. Porém, no espaço urbano somente alguns poucos nipo-brasileiros se tornaram industriais no Oeste Paulista. No entanto, na interface entre o espaço rural e o espaço urbano, os *nikkeis* tiveram a oportunidade de ter uma formação intelectual/profissional em carreiras de *status* sociais e de retorno financeiro. Assim, tal mobilidade social aconteceu devido à mecanização agrícola e o latifúndio que não dava condição de subsistência e mercantilização para o pequeno agricultor. E, sobretudo, pelo papel das associações nipo-brasileiras na rede de apoio e solidariedade no estudo dos nipo-brasileiros. Consequentemente, os *nikkeis* se tornaram profissionais liberais urbanos tendo a educação como ápice da mobilidade social e espacial.

O estudo sobre a mobilidade social dos *nikkeis* no Oeste Paulista surgiu com o interesse de analisar a participação da imigração japonesa no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, devido à sua importância nas atividades de profissionais liberais regionais. A geografia histórica presente no trabalho ganhará relevância se relacionarmos com a geografia econômica e populacional. Ademais, analisaremos esta região pela divisão social e territorial do trabalho, sendo campo fértil na atração da imigração direta e área de re-migração dos nipônicos no Brasil, conforme foi citado na introdução por Handa (1987), Monbeig (1984), Sakurai (1995), Sousa (2010) e Suzuki (1973).

Nesse sentido, Izumi (1956) procurou apresentar uma distribuição da população nipo-brasileira pela sua localização e mobilidade, afirmando que a mobilidade rural-urbana é uma tendência, em especial para a capital do Estado de São Paulo, no qual, verificou-se a presença de cerca de 10 mil famílias no período posterior a II Guerra Mundial. Entretanto, visualizamos, também, a migração para cidades médias e pequenas do Oeste Paulista, em diferentes tempos e espaços, através de localidades que fomentaram os núcleos de “Colonização de Empresas Japonesas” ou os de colônias de “Iniciativas Espontâneas” pelos trabalhos de Viera (1973), Butusgan (1980), Mita (1986), Hashimoto (1995), Ennes (2001), Bomtempo (2003), Takenaka (2003), Mizumoto (2004) e Sousa (2010). Todavia, os estudos sobre os *nikkeis* são esporádicos se pensarmos na densa dinâmica do processo (i)migratório no interior do Estado de São Paulo.

As cidades com influências nipo-brasileiras são cidades no Oeste Paulista, originadas por colônias japonesas ou por terem uma maior expressão de nipo-brasileiros. Tal expressão se deve pelo número de indivíduos e/ou quantidades de famílias descendentes de japoneses, pelas associações culturais e esportivas nipo-brasileiras, por fim, pelo número de profissionais liberais “*nikkeis*” em exercícios e aposentados. Tais análises acontecerão na cidade média de Presidente Prudente/SP, que é sede administrativa regional inserida dentro da rede urbana estadual/nacional, sendo lugar de territorialização da comunidade nipo-brasileira, em especial dos profissionais liberais *nikkeis* (SOUSA, 2010).

Segundo Vasconcelos (2012), na linguagem jurídica “*o profissional liberal, que originalmente significa o trabalho de um homem livre, hoje designa a atividade do indivíduo cujo trabalho não depende senão das capacidades técnicas e intelectuais dele mesmo (p. 30)*”. [...] “*o profissional liberal como alguém que adquiriu uma certa preparação cultural, normalmente através de cursos ou estágios e que, em decorrência da profissão que abraçou, passa a prestar um serviço de natureza específica, na maioria das vezes regulamentado pela lei (p. 30)*”. [...] “podem se enquadrar nessas profissões regulamentadas ou não por lei; as que exigem formação universitária ou habilitação técnica equivalente e ainda aquelas reconhecidas no mercado de trabalho e nas

relações sociais” (p.30). Iremos trabalhar com os profissionais liberais de formação universitária e pelas categorias regulamentadas por conselhos regionais (Ordem dos Advogados do Brasil OAB, Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos CREA, e, por fim, o Conselho Regional de Odontologia CRO).

Milton Santos (2012) destaca que o setor terciário para a camada da população de baixa renda é uma oportunidade de ascensão social, neste setor visualizo o *nikkei*, para isso autor nos chama a atenção para:

[..] o setor terciário evoluído é privilégio de pessoas educadas e, se possível, diplomadas. Sua evolução máxima coincide, a longo prazo, com o crescimento da escolarização urbana. Esse setor está concentrado nas maiores cidades; dois terços dos médicos estão estabelecidos em Bangcos; nela se encontra, ao mesmo tempo, o maior número de quadros de profissionais liberais empregados. Isso significa que a característica essencial do “terciário evoluído” é oferecer empregos estáveis com salários mais ou menos fixos, diferente, portanto, de todas as outras profissões urbanas em países subdesenvolvidos. Essa segurança representa um elemento fundamental do prestígio do funcionário, status invejado, mas também severamente criticado (p. 68)”.

Por sua vez, chama os profissionais liberais especializados pelo terceiro setor da economia, desse modo Santos (2012), salienta que o terciário “evoluído” nos países subdesenvolvidos encontra lugar na administração pública, sua presença na cidade é importantíssima mais este artificialmente inchado e precário em diversos municípios do Brasil e do mundo.

Em síntese, desenvolveremos neste capítulo o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa sobre o percurso do imigrante japonês e seus descendentes no país pela mobilidade do trabalho no Brasil, visando a permanência em alguns espaços luminosos favorável a mobilidade social. Dessa forma, a estrutura do capítulo está dividida em dois pontos: a mobilidade espacial e social do *nikkei* no interior paulista e, por conseguinte, a geo-história da mobilidade populacional do *nikkei* em Presidente Prudente/SP. Posteriormente, esses dois capítulos serão contemplados com as entrevistas dos profissionais liberais *nikkeis* dando vida a essa territorialidade

historicamente produzida no lugar vivido e de relações de trabalho/negócio ofertando subsídios para compreendermos a mobilidade e permanência dos sujeitos da pesquisa.

3.1 – Mobilidade espacial e social dos *nikkeis* no interior paulista.

A mobilidade social dos profissionais liberais *nikkeis* nos remete a compreender as diversas territorialidades dos descendentes de japoneses no Brasil: *issei* (1ª geração); *nissei* (2ª geração), *sansei* (3ª geração) e *ionsei* (4ª geração). O conceito de *nikkei*, segundo Lesser (2001, p. 226), significa "*todas as gerações nascidas no Brasil*". Ou seja, os descendentes de nipônicos são aqueles que nasceram a partir da segunda geração (*nissei*) e que vivem fora do Japão. Tais gerações trazem no corpo (fenótipo) e no psíquico (atopos/entre-lugares) diferentes formas de viver e de produzir o espaço geográfico. Sempre permeada por uma dupla identidade cultural que está em constante processo, enraizamento e des-re-territorialização. Para isso, temos como base conjuntural a geo-história evidenciando as rugosidades e as marcas dos *nikkeis* no Brasil (SOUSA, 2010).

Nesse contexto, dentro da perspectiva geográfica da mobilidade espacial e populacional temos no sujeito migrante o protagonista da produção do espaço. Pelas suas inter-relações com o processo de territorialização e des-reterritorialização. Devido aos processos históricos desiguais e contraditórios da expansão do capitalismo na modernidade. Para Saquet (2003):

[...] simultaneamente à desterritorialização dá-se a reterritorialização. São processos intimamente ligados na dinâmica socioespacial. Na primeira, há perda do território inicialmente apropriado e construído, a supressão dos limites, das fronteiras, como afirma Raffestin (1984), e na segunda, uma reprodução de elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características. O velho é recriado no novo, num movimento que representa as forças sociais, em que um dos papéis do Estado é justamente a reterritorialização, acontecida com os italianos no Brasil e com as migrações internas (p. 39).

Sendo assim, visualizamos que a dinâmica da produção do espaço geográfico apresentado na des-re-territorialização tem centralidade nas relações de poder atrelado com o Estado e com o capital. E, por meio dele, a desterritorialização acontece devido aos fatores econômicos e políticos, ao mesmo tempo, ocorrem de modo parecido à re-territorialização. Os sujeitos se deslocam condicionadas por um conjunto de elementos e processos.

A mobilidade dos homens e das mulheres está balizada na territorialização como produto de uma estratégia para efetivar o domínio de um espaço geográfico. Por outro lado, a des-territorialização é o desligar (sair) natural ou forçado do lugar de origem. Contudo, a re-territorialização é a recriação de um outro território em um outro lugar desconhecido, produzindo, assim, novas territorialidades em temporalidades outras.

Saquet e Mondardo (2008), entendem a migração como:

[...] um processo social e em rede que, uma vez iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por elas. Compreendemos que, a partir da perspectiva geográfica aqui descrita, é necessário apreender e demonstrar as redes de interações, de complementariedades, de conflitualidades, de resistências e cooperações efetivadas e constantemente reconstruídas no cotidiano, durante as trajetórias e reterritorializações sustentadas por territórios reticulares (p 127).

No processo de mobilidade espacial e populacional os migrantes vão construindo e desconstruindo os processos territoriais, em virtude das relações de poder, das redes de comunicações e das identidades tecidas historicamente (SAQUET, 2003 e 2007). Sejam elas nos lugares de origem ou nos lugares de destino dos mesmos, que ora criam vínculos e resistências, ora são perseguidos e desligados do território. O migrante que se reterritorializa compreende as lógicas das relações de poder reticular tendo como ferramenta para sua inserção no novo território: a informação e a comunicação. Sendo assim, o referencial teórico de análise nesta tese sobre mobilidade está centrado nos

conceitos de território, territorialidade e produção territorial (por intermédio das tessituras-redes-nós). É dentro dessa lógica que o migrante nikkei tem a possibilidade de mobilidade espacial e social no local de destino, neste caso o município de Presidente Prudente/SP.

Nesse sentido, os movimentos migratórios do Japão se inseriram no circuito da mobilidade internacional, porque o país teve graves problemas de ordem econômica e social assentadas no tripé explosão demográfica, desemprego e à fome. Esses fatos aconteceram após a Era Meiji (1868) quando o país passa por grandes mudanças estruturais: do agrário/feudal para urbano industrial/capitalista. Além do mais, conforme Sakurai (2000), o Japão passou a ser mais um país fornecedor de trabalhadores aos países ocidentais, em especial da América do Norte e do Sul.

Inicialmente, a imigração japonesa para o Brasil ocorreu em 1908, quando saiu do porto de Kobe no Japão o navio Kasato Maru, tendo como ponto de chegada o porto de Santos no Brasil. Desembarcados cerca de quase 800 pessoas contratadas para trabalharem nas fazendas de café pela empresa Kokoku Shokumin Kaishado Japão (SAITO, 1961). Essa imigração nipônica no Brasil dirigiu-se, sobretudo, para o Estado de São Paulo, um grande contingente se localizou na capital, muitos foram para o interior nas regiões da Mogiana, do Oeste Paulista e do Vale do Ribeira. Ademais, um pequeno número de japoneses foi para Amazônia e para o Pará, por volta da década de 1930, se dedicando a produzir a lavoura de pimenta-do-reino em grande escala trazendo bons dividendos aos patrícios da região Norte.

Todavia, a migração para o trabalho do nipônico no Brasil tinha como finalidade o desejo da independência financeira, sendo a mobilidade uma opção para os migrantes, via rede de circulação (férrea e estrada) e via rede de comunicação (amigos, vizinhos e associação nipo-brasileira). Eles mudavam-se para as novas regiões promissoras para ter acesso aos lotes produtivos e baratos. Os migrantes japoneses saíam das “Velhas Zonas” de café localizadas nos polos regionais de Ribeirão Preto, do Vale do Ribeira e da Baixada Santista (SUZUKI, 1973). Tal mobilidade se dirigiu para o Oeste Paulista depois da

edificação da estrada de ferro, que contribuiu para o povoamento do “sertão” paulista, conforme nos apresenta (SAKURAI, 1995).

A “boca de sertão” ou o “novo oeste” era uma região despovoada até o início do século. Existia somente o núcleo de Bauru, município que data do século passado. Lins, Birigui e Cafelândia são municípios criados após a chegada da estrada de ferro Noroeste do Brasil, e após a ida das famílias japonesas. Atrai os fazendeiros pelos baixos preços das terras que são retalhadas em lotes para a exploração do café. [...] A região da Alta Sorocabana como outro polo de fixação que vai num crescendo até meados da década de 1940, em função da presença dos trilhos da estrada de ferro Sorocabano. Inclui municípios como Assis, Presidente Prudente, Rancharia, Presidente Epitácio, criados praticamente com o avanço da ferrovia. Essa região é formada por núcleos de arrendatários que basicamente se dedicam ao cultivo do algodão, após o período nas fazendas de café, muitas vezes na própria região. [...] A Alta Paulista se caracteriza pela presença maciça de famílias japonesas a partir do final da década de 1930. Da mesma forma que a região Noroeste a Alta Paulista atrai pequenos proprietários que comprem lotes às margens das ferrovias para o plantio do algodão. A Alta Paulista e a Noroeste são regiões onde a fixação nas condições descritas foram mais significativas (p. 39).

Esses municípios apontam que no Estado de São Paulo os locais com maior concentração de famílias japonesas pelos dados do IBGE (1951) estão na “boca-do-sertão”, ou seja, na frente agrícola denominada marcha pioneira²⁵. Devemos salientar que, foi com a formação do mercado capitalista embrionário no Oeste Paulista assentada pelo povoamento, pela monocultura e pelos mercados de terras que as oportunidades surgiram. Nelas visualizamos a inserção dos imigrantes japoneses passando de arrendatário (meeiro) para sitiante (proprietário).

De modo geral, os imigrantes japoneses se fixaram no oeste do Estado pela possibilidade de ter acesso a terra e melhores condições de sobrevivência/oportunidade. As terras compradas pelos japoneses pertenciam

²⁵ A marcha pioneira para o Oeste do Estado deu-se com a expansão da cafeicultura, no final do século XIX, e foi estimulada pela disponibilidade de terras (fazendas, sítios e florestas), pela introdução da mão-de-obra imigrante (italianos, japoneses etc), pela tecnologia da mecanização agrícola (máquina norte-americana Lidgewood), pela construção das linhas férreas e estradas de circulação rodoviária. Ademais, a economia cafeeira apresentou uma estrutura capitalista (com grandes propriedades) e sua expansão implicou na ocupação das terras interioranas (SOUSA, 2010).

aos fazendeiros pioneiros ou empresa de colonização. Doravante, os nipônicos compravam minifúndios em áreas de brejo, de fundo de vales e de terrenos acidentados, que eram lotes mais baratos e menos explorados pelos fazendeiros (férteis), com abundância em recursos hídricos, porém, de difícil acesso para o escoamento da produção²⁶.

Os loteamentos tinham como ponto de partida as grandes propriedades, as glebas, cobertas de florestas e abrangendo centenas e milhares de alqueires e que eram divididas em propriedades menores (fazendas) ou em pequenos lotes (sítios). Por sua vez, os próprios fazendeiros procediam a fragmentação de suas terras, reservando-as as melhores porções, os espigões para plantar o café e vendendo as regiões impróprias, os fundos de vale, para os sitiantes (VIEIRA, 1973, p. 65).

Todavia, o território do oeste do Estado foi denominado por Handa (1987) de "*Zona de Ocupação dos Primeiros Sitiantes Independentes Nipo-brasileiros*". A sua constituição ocorreu pela formação do mercado capitalista do interior paulista balizado pelo trabalho autônomo dos imigrantes, pela pequena propriedade rural, pelas redes de sociabilidade e, por fim, pela policultura e/ou modernização da agricultura. Desse modo, as diversas territorialidades dos japoneses na agricultura deram-se pela cultura do café, algodão, hortelã e amendoim, também, pela criação do bicho da seda e da granja avícola, mas, sobretudo, a partir da prática da policultura com trabalho familiar (SOUSA, 2010).

A região do Oeste Paulista foi uma região que concentrou esses migrantes, muitas colônias foram originadas de forma espontânea, poucas foram às cidades na região criadas por empresas de colonização japonesa, em destaque temos a cidade de Bastos com a Bratac e a cidade de Marília com a Brazcot, que comprava um lote e dividiram vendendo para os seus patrícios. Contudo, as empresas de colonização japonesa exerciam uma territorialização na região, em especial nas famílias japonesas localizadas em colônias espontâneas, núcleo de colonização e pequenos sitiantes dispersos, orientando

²⁶ Os fazendeiros vendiam os lotes de terras rurais por dois motivos: a) divisão e repartição de terras por motivo de herança; b) para pagar dívidas contraídas com a crise de 1929

a lavoura e comprando/escoando a produção, conforme Sakurai (1995) algumas famílias eram orientadas para se dirigir para o oeste com todo suporte do governo japonês:

Com isso, as famílias japonesas contavam com o auxílio técnico e financeiro para a produção, além da segurança de venda do produto. Esse auxílio englobava todo o processo, inclusive a escolha para o local do cultivo. Para isso, havia intermediários que procuravam as famílias nas fazendas de café sugerindo as mudanças para as regiões de cotonicultoras. Feita a mudança, a companhia se encarregavam de dar todo apoio para o cultivo, através de agrônomos vindos do Japão para esse fim. (p. 41).

As regiões receptoras dos nipônicos no Brasil foram pontos estratégicos do Japão para produção de matéria-prima para a indústria têxtil do oriente (produzir tecidos como algodão e seda). E o Brasil também foi espaço de permanência e oportunidades desses agricultores que, paulatinamente, foram se inserindo a sociedade brasileira e galgando prestígio e status.

Segundo Monbeig (1984), os imigrantes japoneses e seus descendentes cresceram, em menos de duas décadas, saindo da condição de colono para o café em 1920/30 para ser sitiante produtor no pequeno lote rural. Geralmente, como colono levava cerca de 4 a 6 anos para juntar um dinheiro, liquidava suas dívidas e adquiria implementos agrícolas, passando para a condição de arrendatário. Assim, trabalhava como meeiro ou arrendatário por cerca de 4 a 6 anos, sendo o suficiente para adquirir uma pequena propriedade rural (sítio), buscando sua renda e autonomia.

Portanto, a participação do japonês na produção agrícola tem centralidade na produção de café, algodão, amendoim e hortelã. Paulatinamente, a partir de 1950, a produção agrícola na escala local/regional perde espaço para novas formas de acumulação do capital para as atividades ligadas a criação de gado com a pecuária de corte/leite, para a especulação de terras urbana/rural e para a indústria de transformação. De fato, a queda no setor agrícola se deu pelos baixos preços dos produtos agrícolas internacionais da monocultura. No entanto, os nipo-brasileiros continuaram produzindo e ganhando dinheiro, pois tinha como foco de cultura agrícola os

hortifrutigranjeiros (produtos de feiras livres), a soja (*shoyu*) e a granja avícola (carne de frango e ovo).

A presença do imigrante japonês em espaços urbanos do Oeste Paulista deu-se porque as cidades formadas à beira dos trilhos tornaram-se espaços de concentração da população, da produção e dos serviços. Eles procuraram o trabalho autônomo e não o assalariado, objetivando a sua independência financeira. Assim, alguns deles se tornaram pequenos empresários urbanos quando abriram pensões, instalaram armazéns, bares, lojas e oficinas (SOUSA, 2010). Além disso, muitos trabalhavam como empregados em atividades urbanas e nas empresas japonesas (Bratac, Brazcot, Banco Tozan, Banco Noroeste e Banco América do Sul).

Diante do exposto, Saito (1961), também, afirma que os nipo-brasileiro urbanos tiveram uma transformação de "lavradores japoneses" para "*nikkeis*" com outras profissões urbanas, tais como pequenos comerciantes e industriais, profissionais de diferentes ofícios e assalariados em geral. Contudo, tal mudança ocorreu no grupo de trabalhadores urbanos, porém o imigrante japonês e seus descendentes continuam a serem vistos como agricultores. Esse nosso projeto de doutoramento vem contribuir para compreender o nipo-brasileiro na atividade urbana prudentina como profissional liberal.

Segundo Cardoso (1963), os sucessivos êxitos econômicos dos nipônicos trouxeram novos estímulos e novos objetivos para o grupo: a) não retornar mais ao Japão; b) se tornarem proprietários rurais; c) educar os filhos; e, d) ter status/prestígio social. Tudo isso, favoreceu a ascensão social dos "*nikkeis*" por meio da:

[...] valorização do trabalho intelectual, que trouxeram do Japão, e o propósito de proporcionar aos jovens uma vida melhor, fizeram com que esses "issei" incentivassem os "nisseis" o desejo de conseguir uma profissão urbana e bem categorizada socialmente. A vida rural brasileira é difícil e desconfortável. A inexistência de comunicações, as grandes distâncias entre os núcleos povoados, a preponderância da monocultura, entre outras razões, faz(em) do homem do campo um ser isolado que devem enfrentar sozinho as grandes dificuldades. Essas condições de vida vieram reforçar o valor atribuído pelos japoneses aos trabalhos intelectuais, e o

empenho que fizeram em ver os filhos diplomados (CARDOSO, p. 56, 1963).

Para a autora, os japoneses e seus descendentes viviam uma dualidade no Brasil tendo centralidade na colônia: valoriza-se abertamente a vida rural ao mesmo tempo que se estimula a carreira intelectual para os jovens capazes de abarcar as profissões liberais. Essa dualidade foi importante para a re-territorialização dos nipo-prudentinos auxiliando nos novos objetivos destes no país: posse da terra (rural/urbana), diploma e status sociais. Nesse sentido, Cardoso (1959), nos revela que:

Como todo o imigrante, o japonês pretende uma rápida ascensão, e espera dos filhos sucesso econômico ou adoção de uma carreira que lhe garanta "status" mais elevado. Essa expectativa exige um relativo entrosamento dos mais jovens a sociedade brasileira, levando o *issei* a aprovar e admitir um círculo de convivência, fora da família, em que age como um brasileiro (p. 104).

Sendo assim, o posicionamento dos *nikkeis* na vida educacional teve destaque nos diversos estabelecimentos de ensino superior, em especial na USP, quando Miyao (1980), analisou os resultados da FUVEST de 1977, onde o número de aprovados era(m) de 6.286 candidatos (na primeira chamada) sendo 807 preenchida por brasileiros com descendência japonesa. Logo, a população nipônica do Estado de São Paulo nesse período era de 2,32%, porém tinha uma representatividade na FUVEST de 12,9%, isso reflete o empenho das famílias em buscar uma ascensão social país receptor. Os *nikkeis* tinham preferência pela USP, não só por conta do ensino de qualidade mais pela inexistência de taxas, porque muitos nipo-brasileiros não tinham recursos suficientes, por isso paralelo aos estudos trabalhavam meio período para ter uma renda e se manter na universidade. Verificou-se, também, que dos formandos da USP de 1977 cerca de 15,5% eram de descendentes de japoneses, esse grupo étnico tinha uma baixa desistência e reprovação nos cursos. Já o corpo docente da USP era composto de 4,7% de jovens professores nikkeis iniciando a carreira. Assim, conforme Miyao (1980), os

cursos universitários mais procurados na USP e em outras instituições²⁷ são “[...] destacadamente nas ciências exatas (engenharia e matemática), em seguida nas biomédicas (medicina e odontologia) e as ciências humanas (letras e ciências sociais), com um número menor” (p. 95). Isso revela que as profissões especializadas (medicina, engenharia, advocacia e dentista) são mais concorridas por facilitar a ascensão social²⁸, sendo as profissões escolhidas como base desta pesquisa.

Esse fenômeno de mobilidade social dos *nikkeis* descritos acima esteve estruturado até no início da década de 1980. Porém, com menos intensidade, depois da crise do Estado agravado pelo fim do modelo de Industrialização Substitutiva de Importações e pelo colapso internacional da II Crise do Petróleo. Tudo isso ocasionou no país: inflação, desemprego e dívida externa. Diante do exposto, muitos *nikkeis* (qualificados e não-qualificados) abriram mão de sua cidadania brasileira para trabalhar (ganhar dinheiro) como *dekasségui*²⁹ (mão-de-obra barata, grosseira e suja) no Japão. Não vislumbrando mais o Brasil, em especial Presidente Prudente, como um lugar urbano de ascensão social para alguns profissionais liberais, esse movimento deu-se ao contrário dos *isseis* no início do século XX, como nos diria Bomtempo (2003), sobre a

²⁷ A proporcionalidade de nikkeis de aprovados em vestibulares públicos do Estado de São Paulo em 1977: ITA (15,9%), UNESP 9,3% e UNICAMP 8,8%. Agora os nikkeis aprovados nos vestibulares particulares: FGV (12,5%), MACKENZIE (9,3%), PUC (7,0) e outros (14,0%) (MIYAO, 1980).

²⁸ Tal ascensão social passa a incomodar quando os *nikkeis* começam a galgar vagas nas universidades e posições sociais na elite brasileira, apesar de ser um grupo étnico “pequeno” cerca de 2,32% tem maior visibilidade na universidade passando a disputar vaga com os brasileiros (elite branco), com isso surgem pichações nos muros e banheiros da USP e de cursinhos de cunho racista e ameaçador “*Mate um japonês e entre na USP*”, “*Mate um japonês e garanta a sua vaga*”, “*Quer passar no vestibular, mate um japonês*”, e, “*Se você quer entrar na USP, mate um japonês, ou dois*”. Tais expressões de intolerância têm referências <http://portal.aprendiz.uol.com.br/content/discriminacao-cria-barreiras-na-convivencia-entre-estudantes>; <http://www.portalmundook.com.br/portal/?p=2208>; http://blogdomarcospinelli.blogspot.com.br/2012_08_01_archive.html?m=0; <http://www.recanto dasletras.com.br/humor/1297941> acessado em 12/01/19.

²⁹ “A palavra japonesa *dekassegui*, significa trabalhar fora de casa com remuneração. No Japão, referia-se aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem e iam em direção a outras mais desenvolvidas, sobretudo aqueles provenientes do norte e do nordeste do Japão, durante o inverno que interrompiam suas produções agrícolas no campo” (SASAKI, 1998, p. 9). Esse termo foi utilizado também para caracterizar o movimento de descendentes de japoneses brasileiro para o Japão nos idos de 1986 até os dias atuais.

cidade pequena de Álvares Machado/SP conurbada com a polis Presidente Prudente/SP.

Os japoneses emigraram oficialmente para o Brasil no início do século XX. O Japão neste período era considerado para os imigrantes entrevistados como o lugar dos sonhos perdidos, pois a população não tinha autonomia para se reproduzir social e economicamente, desse modo, a “saída” para a crise interna era a emigração para outros países, entre eles o Brasil, que era considerado o lugar dos sonhos possíveis. Lugar onde havia possibilidade de trabalho e acúmulo. Acumular significava retorna ao lugar de origem, o Japão. Porém, para a maioria dos imigrantes japoneses, o cenário configurado não foi o do retorno, mas o da permanência no país de imigração – o Brasil, que se tornou no ponto de vista simbólico o lugar da conquista dos sonhos. Os lugares dos sonhos perdidos, possíveis e de conquista se modificam de acordo com a conjuntura econômica global, nacional e local em que os imigrantes estão inseridos. Na imigração dos dekkasségus brasileiros para o Japão no início da década de 1980 (quando o Brasil passou por sucessivas crises econômicas) e permanece até os dias atuais, caracterizando o Brasil como o lugar dos sonhos perdidos; o Japão dos sonhos possíveis; e o Brasil como lugar da conquista dos sonhos (p. 63).

O lugar dos sonhos possíveis e de conquista são formulados nos espaços/territórios da urbanização complexa³⁰ entre Brasil e Japão, exponencialmente, onde o capital possa se concentrar e centralizar, favorecendo os sonhos possíveis dos *nikkeis*. Atualmente, tem diminuído esse fluxo para o Japão devido às estagnações econômicas desse arquipélago aliado aos baixos salários, por outro lado, o Brasil teve um crescimento econômico entre o governo Lula (2001-2009) e Dilma (2010-2015) ampliando o trabalho intelectual tecnificado no espaço urbano, fazendo os *nikkeis* escolherem o Brasil como lugar dos sonhos possíveis. Tal fase de fluxo emigratório para o Japão

³⁰ Esse movimento de fundo, no território e na sociedade, vai dar, em consequência, uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais de sua explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá, com isso, que a população brasileira tenha se tornada culta, mas tornou-se mais letrada. O fato de ter-se tornado mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos nesse período científico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho intelectual solicitada é enorme, mesmo porque a produção material diminuiu em benefício da produção não material. Tudo isso, conduz à amplificação da terceirização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização (SANTOS, 2013).

(1986-2001) interrompeu os estudos dos jovens *nikkeis* que não eram qualificados nem aqui e nem lá. Fase de um novo conflito étnico-indenitário.

Ao longo do século XX, a sociedade brasileira teve uma dinâmica transformação na sua estrutura social. Pela passagem da sociedade rural para a sociedade urbana, emergindo, assim, a classe média pelos empregos técnicos-científicos, consolidando o nosso mercado interno. A entrada das multinacionais e os investimentos em infraestrutura, juntamente, com indústria de base colocou o país entre as principais economias do mundo a partir de 1970. Depois do Plano Real em 1994, houve uma retomada gradativa da ascensão econômica que representou uma melhoria dos padrões de vida, uma elevação no nível do consumo, a abertura de novas oportunidades de acesso à escola/universidade, ao trabalho e a renda para uma parcela significativa das novas gerações, que em alguns casos estão em melhores posições ocupacionais do que seus pais. Todavia, o país hoje tem uma intensa mobilidade social se compararmos as décadas anteriores, apesar ainda das restritas oportunidades, devido à concentração de renda em determinados estratos sociais (JANNUZZI, 2000). Dentre deste contexto esse trabalho faz emergir a necessidade de apreender o profissional liberal no desenvolvimento territorial do interior paulista

Contudo, ao nosso ver, podemos verificar que somente uma pequena parcela dos *nikkeis* se desatacam, tanto nas cidades médias quanto nas cidades pequenas, como profissional liberal, sendo a maioria em atividades urbanas do setor terciário com qualificações modestas. É no profissional liberal (médico, engenheiro, dentista e advogado) que está o cerne dessa pesquisa, buscando compreender a orientação de algumas famílias *nikkeis* sobre a necessidade do êxito profissional em carreiras de “status sociais” no espaço urbano.

3.2 – A geo-história da mobilidade populacional do *nikkei* em Presidente Prudente/SP.

A territorialização da imigração japonesa para o Brasil iniciou em 1908, mas somente na década de 1930, que efetivamente ocorreu a fixação dos nipônicos no município de Presidente Prudente/SP. Embora, em 1918 houvessem duas famílias localizadas na zona rural. Somente, uma década depois, que chegou um contingente significativo (SOUSA, 2007).

Em 1917, nas margens do Rio Santo Anastácio, no planalto de Presidente Prudente, denominado de bairro Goulart, surgiram os primeiros povoados da região. Nesta época, a estrada de ferro Sorocabana havia chegado até Indiana. Em julho de 1918, cerca de 4 km ao norte da Fazenda Goulart. Então chegaram as duas primeiras famílias de imigrantes japoneses, Kazuiti Kawamura e Junroku Isse, provindos respectivamente das províncias de Mie e Hiroshima. Kawamura e Isse eram operário da Estrada de Ferro Sorocabana desde 1913, trabalhavam na construção da estrada de ferro que estava parada em Indiana. Kawamura adquiriu 20 alqueires de terra a um preço de 60 mil réis o alqueire, realizando o seu sonho, onde residiu durante 45 anos; seu amigo Junroku Isse também fez o mesmo, adquirindo 25 alqueires próximos à propriedade de Kawamura. [...] No final do ano de 1919, Junroku Isse uniu-se ao cunhado e juntos exerceram a atividade de carpintaria (KOKETSU, S/D, p. 104).

As primeiras famílias nipônicas vieram das cidades de Hokkaido, Fukuoka, Fukushima, Ryogo e Okinawa. Porém, grande parte desses imigrantes já se encontra(m) no Brasil, sobretudo, nas colônias de Bastos/SP, em seguida de Paraguaçu Paulista/SP e de diversos lugares do interior de São Paulo (BUTUSGAN, 1980). Todos era(m) colonos na agricultura queriam acumular uma poupança para voltar ao lugar de origem. O que não aconteceu. Nessa sua saga por mobilidade e permanência, procuraram regiões com terras baratas e férteis na “boca do sertão”, para comprar seu primeiro lote rural no Brasil, criando raízes e se territorializando efetivamente no país, tendo Presidente Prudente/SP como o território de oportunidades.

Tal município foi fundado em 14 de setembro de 1917, originou-se da economia cafeeira, através do loteamento de terras à beira da Estrada de Ferro Sorocabana, ocasionando a formação de dois núcleos urbanos: Vila Goulart (do Cel. Francisco de Paula Goulart) e Vila Marcondes (do Cel. José Soares Marcondes) que posteriormente formariam a cidade (ABREU, 1972).

A territorialização aconteceu pela dinâmica econômica com a produção agrícola, seja como arrendatário ou sitiante, pois a frente de expansão da cafeicultura favorecia esse desenvolvimento. Com isso, o cultivo do café possibilitou o avanço econômico da região para os fazendeiros pioneiros, atraindo migrantes de várias nacionalidades, dentre eles o trabalhador japonês. Porém, a crise internacional de 1929 paralisou a produção da lavoura cafeeira para o mercado internacional.

Em seguida, no início da década de 1930, a lavoura do algodão substituiu a cultura do café. Ambas foram estimuladas pela demanda do comércio exterior. Sendo que o algodão atendeu a indústria têxtil via exportação. Essa produção pautou-se no algodão de fibra longa de alta lucratividade para os pequenos e médios produtores. Concomitantemente, a lavoura deu-se a implantação de empresas de beneficiamento da cotonicultura. No pós-guerra, emergiu a fibra sintética associado ao enfraquecimento do solo, pela produção das duas monoculturas.

Já a produção de amendoim da região, em meados de 1950 e 1960, teve um crescimento significativo e de expressão nacional, tendo como trunfo para o produtor duas colheitas anuais, atraindo empresas para o beneficiamento. Essas indústrias estavam no município desde 1940, fazendo a extração do óleo de algodão, posteriormente, passando a processar o óleo de amendoim, pois era uma cultura propícia para os pequenos e médios sítios. Gradativamente, ocorreu a redução da área de produção fechando as empresas de beneficiamento (Sambra e Anderson Clayton).

Essas três monoculturas foram marcantes para o desenvolvimento econômico e social do imigrante japonês na busca da sua independência financeira. No entanto, novos rumos da dinâmica capitalista local/regional fez com que a atividade agrícola de monocultura (café, algodão e amendoim) perdesse espaço para a pecuária, para especulação imobiliária urbana e para a indústria local nascente.

Com a derrocada da lavoura de monocultura de Presidente Prudente/SP e região passou por algumas crises na economia agrária local. Porém, o imigrante japonês e seus descendentes divergiam desse cenário, pois sua

produção de hortifrutigranjeiros, soja e granja tinham mercado com a eclosão da urbanização acelerada no país. Mesmo, assim, é válido ressaltar a associação dos japoneses com a cotonicultura.

A identificação entre algodão e pequena propriedade deve ser acrescentado um terceiro elemento: o japonês. Com efeito, o grosso da imigração japonesa desembarcou em Santos no exato momento em que os agricultores paulistas lançavam-se na cultura do algodão. Já em 1920, quando a queda do preço do café, japoneses recém-chegados começaram a plantar algodão. Foi então que se viu a chegada da massa da imigração amarela, dirigida inteligentemente e preparada, antes do embarque no Japão, para o algodão. É incontestável que os pioneiros japoneses asseguraram o sucesso do algodão na sua fase inicial (MONBEIG, 1984, p. 288-289).

A permanência do imigrante japonês se deu pelo trabalho, que o mesmo realizou no cultivo do algodão efetivando sua territorialização pelo habitat e pela plataforma de oportunidade, tendo centralidade na pequena propriedade privada rural. Foi com esta cultura que alguns nipo-brasileiros conseguiram ascensão social. Alguns capitalizados investiam na educação dos filhos para profissão especializada e de status e dinheiro.

A colônia nipo-prudentina nasceu de forma espontânea e não através de empresa de colonização, por isso foi crescendo paulatinamente dependendo da dinâmica econômica da região. Em 1933, já existiam oito colônias: Boa Vista, Monte Alegre, Myioshi, Nitto, Córrego do Onça, Shonsei, Km. 18 e Vitória. De modo geral, elas eram localizadas na zona rural (BUTUSGAN, 1980). Na cidade havia uma escola primária japonesa e nela tinha um pensionato para ajudar os imigrantes em dificuldades vindos do Japão. Posteriormente, organizaram atividades esportivas ligadas ao beisebol, atletismo, sumô, judô e o jiu-jitsu.

Toda a colônia conservava as tradições japonesas, da qual fazia parte o culto à Pátria, por meio do ensino da língua japonesa e o respeito ao Imperador. Obedeciam ao calendário japonês comemorando a passagem do ano, finados em junho e a festa do Imperador Meiji em novembro. O japonês prudentino continuou japonês, como todos os patrícios imigrados para o Brasil (SANTOS, 1997).

O isolamento dessas colônias no Brasil e a sua aparente tranquilidade tomada por um pesadelo, quando eclodiu a II Guerra Mundial, em 1939. Perderam a liberdade, não podiam se expressar na língua materna (o japonês), nem ler jornais/revistas no seu idioma. Suas casas foram invadidas e seus objetos foram confiscados (rádios e armas utilizadas para caça). Além disso, era proibido realizarem reuniões públicas. Posteriormente, fecharam as escolas de ensino primário. O uso da violência física contra os nipônicos estava legitimado sob a justificativa de regime de guerra. Com o pós-guerra os japoneses começaram a se integrar na comunidade local seja pelos nisseis e a sua convivência com outros grupos étnicos, ou pelas associações nipo-brasileiras que buscaram uma aproximação cultural entre brasileiros e japonesas.

As associações que se destacaram no município foram três: a) Associação Cultural Agrícola e Esportiva de Presidente Prudente/SP surgiu em 1929, com o fundador Kametaro Morishita, esta associação coordena a atual associação nipo-brasileira da Alta Sorocabana; b) a Associação Cultural e Esportiva Vila Industrial fundada em 1953, por pessoas do sexo masculino que, posteriormente, aceitaram a presença do setor feminino; e, c) o Clube Orion teve início em 1959, para congregar os okinawanos. Além do Círculo Católico Estrela da Manhã organização católica de nisseis, fundada por Sofia Tobashi, Tomas Makiyama e Pedro Onishi. Esses grupos buscam preservar a tradição da cultura e ensino da língua japonesa. Eles trouxeram para a cidade a sua religião de origem; a Seicho No Ie, Hokkekyo, Messiânica ou Sekikyuseikai, Holiness ou protestantismo e o Nissenji; além de danças folclóricas japonesas (BUTUSGAN, 1980).

O núcleo urbano prudentino, em meados de 1950, fixou os japoneses que buscavam o trabalho autônomo no comércio ou no serviço, sendo que o município era pólo regional, concentrava população híbrida e produção industrial (beneficiamento) e serviços gerais (manutenção e conserto). Desses autônomos nipo-brasileiros alguns se estabeleceram como micro-empresários constituindo aqui oficinas, lojas, bares, armazéns e pensões. Entre os pequenos empreendimentos *nikkeis* haviam empresas bancárias (inter)nacionais japonesas.

Apesar de estarmos falando das atividades urbanas, a dinâmica econômica ainda estava subordinada às indústrias beneficiadoras, e estas serviram de suporte da produção agrícola, como as cooperativas, os armazéns, os bancos e as transportadoras. Tal economia dinamizou o comércio e a pequena produção artesanal, formando, assim, o mercado local. A cidade também atraiu um número de profissionais especializados (médico, advogado, engenheiro, dentista). Muitos nipônicos, por valorizar os estudos, tornaram-se profissionais liberais (SOUSA, 2007).

Portanto, na dinâmica do desenvolvimento local surgiram as indústrias nipo-brasileiras privadas de capital local, de forma embrionária e rudimentar na década de 1940, voltada para os produtos alimentícios e bebidas na escala local/regional. Paulatinamente, foram se desenvolvendo tendo destaque na produção do *shoyu*, água ardente e batidinha, refrigerante, molho de pimenta e inglês, entre outros. Atualmente, são empresas de médio a grande porte atendendo o mercado regional/nacional.

Com a aposta da família na educação³¹ dos filhos viu-se o encaminhamento dos *nikkeis* para profissões mais refinadas e de cunho tecnológico. Visualizamos o trabalho independente como empresário nos setores de ótica, relojoaria e fotografia – fica nítido a especialização do trabalho.

Visualizamos, o desenvolvimento da mobilidade social dos "*nikkeis*" no Oeste Paulista pela Butusgan (1961), que analisou na década de 1970, a participação do imigrante japonês e seus descendentes na dinâmica econômica de Presidente Prudente/SP. Os nipo-brasileiros participaram de forma mais significativa nos setores agrícolas como grande, médio e pequeno sítiante,

³¹ A colônia prudentina logo quando se organizou em associação criou uma escola. Segundo Santos (2007), o Colégio São Paulo em 1938 passou a ser dirigido pela colônia japonesa pela professora *nissei* Akiko Nishi. Essa escola fazia a relação entre a colônia e a sociedade prudentina por ser a única escola secundária local. Porém, no período da II Guerra Mundial foi retirada a administração da escola da associação nipo-brasileira. Depois da guerra a professora pode assumir a escola que estava com insolvência financeira sendo vendida ao Grupo Educacional Esquema. Essa experiência bem-sucedida de mais de 30 anos de administração de uma escola faria o grupo criar uma outra escola de nível médio para atender a colônia e a comunidade prudentina, surgindo o Colégio ACAE Anglo direcionado ao preparo de jovens aos vestibulares (SANTOS, 2007).

tendo a policultura como base. Já no espaço urbano, dedicaram-se nos setores do comércio com participando na Associação Comercial e Industrial de Presidente Prudente/SP, na qual representavam 16% do total. Como profissionais liberais atuaram mais nas especialidades de médicos, engenheiros, odontologia e advogados.

Isto pode ser verificável, também, em outra cidade média do Oeste Paulista, a cidade de Marília/SP, que conforme Vieira (1973), o nipônico esteve na atividade agrícola como fazendeiro e chacareiro. Já a partir da década de 1960, o trabalho rural começou a perder espaço para as atividades urbanas especializadas (comércio, indústrias e profissionais liberais) e não especializadas (operários, feirantes, pensões, entre outras). Contudo, ambas autoras Butusgan (1980) e Vieira (1973) não apresentam dados mais contundentes para uma análise mais crítica, mas corroboram para a afirmação da migração rural-urbana e para a migração do trabalho braçal-intelectual do nipo-brasileiro.

De modo geral, vários nipo-brasileiros buscaram êxito econômico e status social em empregos urbanos (operários, funcionários públicos, comerciários e prestadores de serviços), sendo em alguns casos, por meio das atividades de profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados e dentistas) e das atividades intelectuais (professores universitários, escritores, artistas, etc.) devido aos investimentos da família na educação dos filhos. Os resultados dessa conquista aconteceram pela organização do trabalho laboral regida pela disciplina da cultura nipônica. Também foi perceptível a participação dos nipo-brasileiros em nichos de atividades comerciais e de prestação de serviços com características mais refinadas e/ou tecnológicas: fotográfica, ótica, joalheria e relojoaria. Ao longo do tempo-espaço, a ascensão social de alguns nipo-brasileiros ocorreu “graças” ao grau de especialização do trabalho e pelo nível técnico de instrução que teve uma paulatina mobilidade social. É dentro deste contexto que compreendemos a mobilidade social e espacial do nikkei no Oeste Paulista (SOUSA, 2007, 2010). Também, visualizaremos por meio de entrevistas a inserção dos nikkeis profissionais liberais na mobilidade-permanência do território prudentino via desenvolvimento territorial local (vide Mapa 2).



4. A TRAJETÓRIA DO *NIKKEI* COMO PROFISSIONAL LIBERAL NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP.

Neste capítulo apresentaremos os resultados das análises das entrevistas realizadas com 16 profissionais liberais especializados, sendo eles advogados, arquitetos, dentistas, engenheiros civis e médicos (vide o quadro 1). Os depoimentos orais³² aqui analisados de forma qualitativa procuram demonstrar a mobilidade espacial e social dos *nikkeis*, dando destaque para o território e para as territorialidades tecidas nelas.

De modo geral, a mobilidade aqui pesquisada buscou compreender a mobilidade da família, do estudo e da carreira do *nikkei*. Tal mobilidade buscou a trajetória para a educação do primário até a universidade (vide mapa 3 e 4). A obtenção do título de doutor era almejado pelas famílias nipo-brasileiras, somente com o grau de bacharel em nível universitário nos cursos clássicos de graduação, pudera atingir tal objetivo.

Assim, os depoimentos orais nesta tese têm como critério de procedimento metodológico as indicações dos sujeitos da pesquisa, sendo primeiramente feito um levantamento junto ao Conselho de Classe (OAB, APCD, CREMESP, CRO, CAU e CREA) e ao guia da lista telefônica "*Lista Mais 2018*" no espaço sobre negócios e profissionais liberais. Posteriormente, com alguns nomes levantados fomos para a entrevista e a partir do primeiro entrevistado ele indicaria mais um, sendo assim construída a pesquisa de campo. Tais entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas pela história oral apresentada abaixo em forma de narrativa, mostrando as múltiplas mobilidades dos *nikkeis*³³ no Brasil para se tornar um profissional liberal.

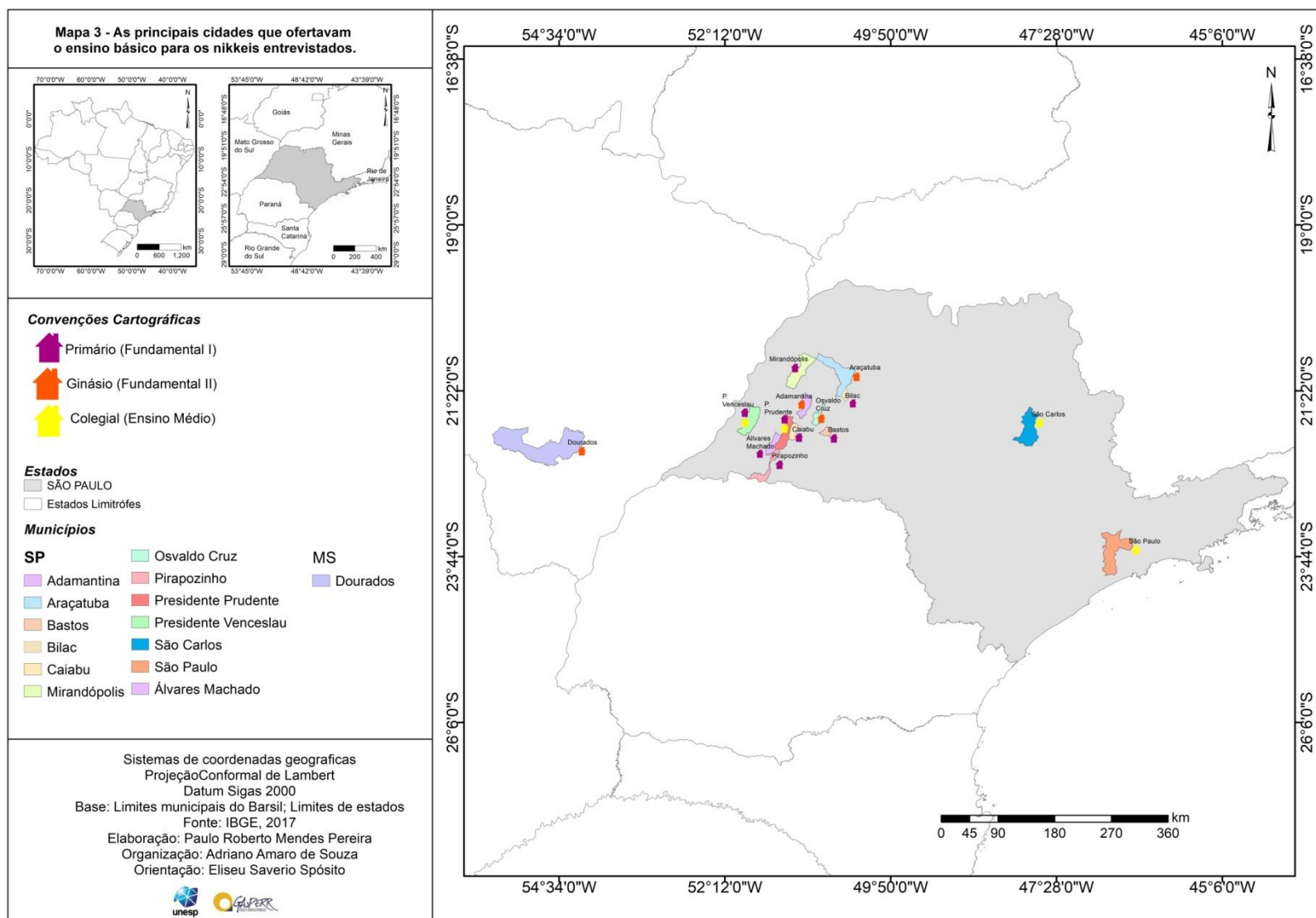
³² O depoimento oral analisado aqui está centrado no procedimento da história oral. E por história oral podemos dizer que "*é um termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo (história de vida) ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade (tradição oral)*" (QUEIROZ, 1988, p.19).

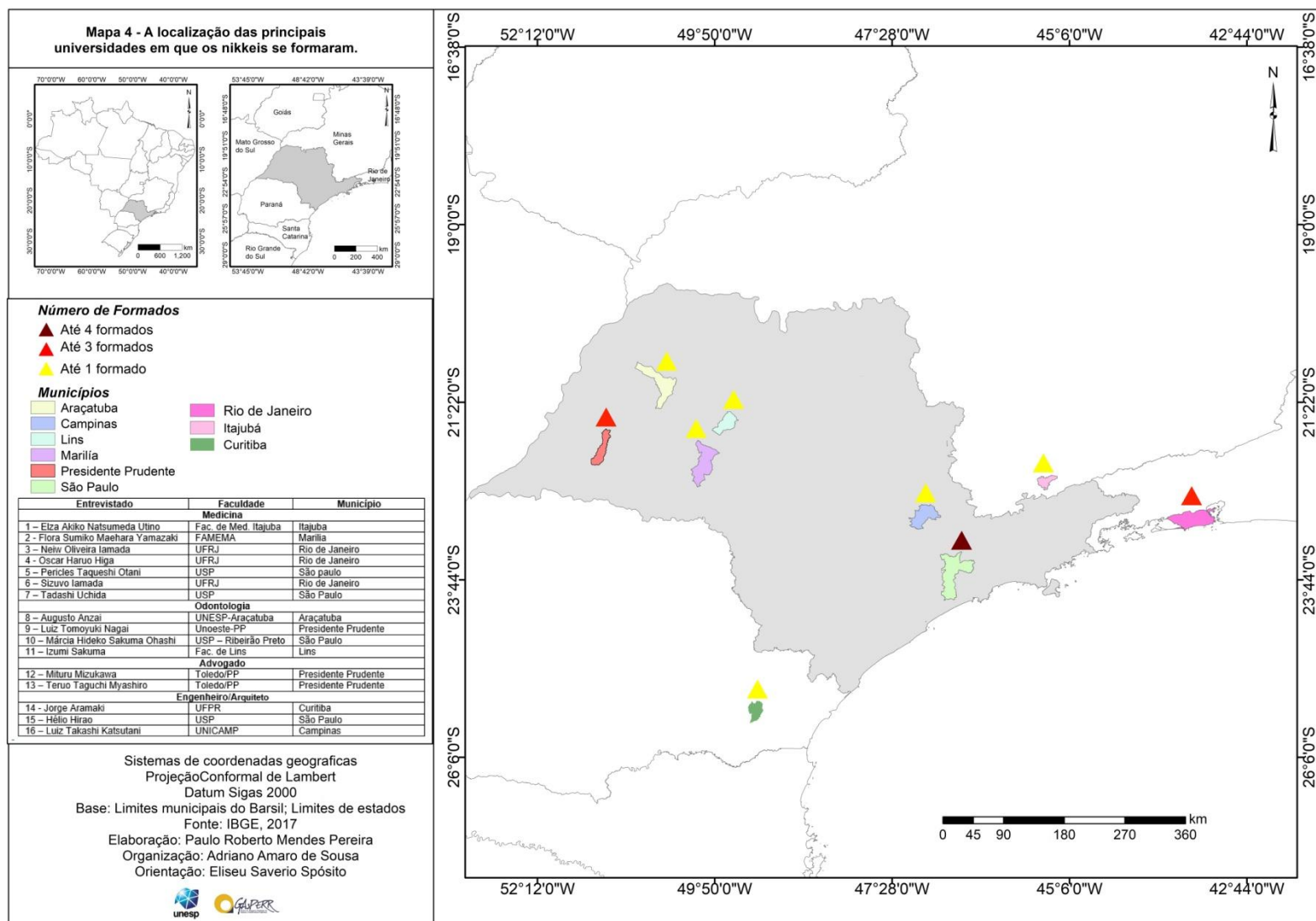
³³ Iremos destacar somente o nome do entrevistado e dos seus pais, em alguns casos dos avós e/ou dos irmãos também. Não constará o nome dos cônjuges e filhos dos entrevistados.

Quadro 1: Os profissionais liberais *nikkeis* em Presidente Prudente 1950-1980.

ENTREVISTADO	CURSO SUPERIOR	LOCAL DA ENTREVISTA	ANO DE NASCIMENTO E CIDADE NATAL	CHEGADA DA FAMÍLIA BRASIL	FORMADO	ATUAÇÃO PROFISSIONAL PP
MEDICINA						
1 - Elza Utino	Fac. de Med. Itajuba	HR (ala infantil)	1954 (Mirandópolis)	1932	1979	1982
2 - Flora Yamazaki	FAMEMA	Consultório	1953 (Caiabu)	1934	1978	1981
3 - Neiwa Yamada	UFRJ	Hospital Yamada	1969 (Pres. Venceslau)	1929	1991	1994
4 - Oscar Higa	UFRJ	Uneste/FM	1954 (Prudente)	1933	1978	1981
5 - Pericles Otani	USP	Consultório	1954 (Prudente)	1925	1977	1981
6 - Sizuwa Yamada	UFRJ	Hospital Yamada	1932 (Bilac)	1929	1959	1971
7 - Tadashi Uchida	USP	Consultório	1936 (Prudente)	1929	1961	1963
ODONTOLOGIA						
8 - Augusto Anzai	UNESP-Ar	Residência	1946 (Prudente)	1932	1971	1972
9 - Luiz Nagai	Uneste	Consultório	1954 (Pirapozinho)	1936	1976	1977
10 - Márcia Sakuma	USP	UBS - Operária	1966 (Prudente)	1939	1989	1991
11 - Izumi Sakuma	Facul. de LIns	Residência	1939 (Bastos)	1931	1967	1968
ADVOGADO						
12 - Mituro Mizukawa	Toledo	Escritório	1937 (Paraguacu Paulista)	1928	1966	1967
13 - Teruo Myashiro	Toledo	Escritório	1963 (Pres. Epitácio)	-----	1986	1987
ENGENHEIRO/ARQUITETO						
14 - Jorge Aramaki	UFPR	Lajes Presidente	1948 (Osvaldo Cruz)	1932	1976	1979
15 - Hélio Hirao	USP	Unesp-PP	1957 (Pres. Venceslau)	-----	1975	1984
16 - Luiz Takashi	UNICAMP	Secretaria da Educação de Álvares Machado	1954 (Álvares Machado)	1928	1977	1987

Fonte: Trabalho de campo do autor agosto/2017 a outubro/2018.





4.1 A mobilidade espacial e social dos *nikkeis* profissionais liberais médicos.

Não, ele passou a ser exclusivo para o estudo,
assim “esse vai ser doutor”.
(Neiw Iamada, sansei e médico)

A mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis* tem na educação a motivação para os múltiplos deslocamentos, que perpassam por alguns municípios estratégicos (família, colônia, escola e pensão), no intuito de oferecer o ensino ao *nissei* e *sansei*, já que o município de origem não possuía o curso ginásial³⁴ e o colegial³⁵. E muito menos o cursinho preparatório para o vestibular que geralmente era localizado nos grandes centros urbanos (São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR). Coube aos *isseis* depois da II Guerra Mundial estimular as famílias que se reterritorializaram no Oeste Paulista, sobretudo, após a compra de um lote de terra rural ou de um pequeno comércio na cidade. De modo geral, os *isseis* procuravam investir na educação vislumbrando a possibilidade dos filhos galgarem o título de doutor³⁶ conquistando prestígio econômico e social na sociedade receptora.

Normalmente, os estudantes *nikkeis* partiam das regiões de origens (Alta Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana³⁷) para se prepararem para as carreiras liberais especializadas nos segmentos de advocacia, de arquitetura, de

³⁴ Os entrevistados *nikkeis* chamam de ginásio a antiga 5º, 6º, 7º e 8º série de antigamente. O que se refere hoje ao Ensino Fundamental II.

³⁵ O colegial se equivale ao Ensino Médio atual.

³⁶ No período vigente de 1950-1980, o título de “doutor” era adquirido pelos cursos clássicos em nível superior (advocacia, engenharia e medicina) com a obtenção do grau de bacharel, quase todo bacharel era considerado popularmente como “doutor”. Somente após a década de 1980/90, que a sociedade brasileira começou a compreender que doutor é quem fez doutorado, o graduado teria que fazer mestrado e doutorado para adquirir tal título. Ainda hoje é comum chamar um bacharel de graduação dita clássica de doutor. E nós nessa tese também iremos chamar de doutores os bacharéis: advogado, arquiteto, dentista, engenheiro e médico – como ele era visto no nosso recorte temporal. Na atualidade doutor é quem tem doutorado. Entre os 16 entrevistados *nikkeis* temos dois mestres (Luiz Takashi e Neiw Iamada) e dois doutores (Hélio Hirao e Óscar Higa), além de estarem habilitados na profissão os *nikkeis* mestres e doutores são também habilitados como docentes e como pesquisadores.

³⁷ Esta regionalização do Estado de São Paulo se caracterizou pelo traçado da linha do trem no período de migração intensa dos japoneses no Oeste Paulista.

engenharia, de medicina e de odontologia. Dirigindo-se para as cidades de porte médio e grande em busca de concluir os estudos e entrarem em uma universidade renomada e pública (veja o quadro 2). Enquanto isso a família nipo-brasileira permanecia no trabalho da lavoura ou do comércio, após a estabilidade com a posse da propriedade rural/urbana, possibilitando aos *isseis* criarem vínculos nesse novo território (vide o quadro 3 e 4). E a partir desse contexto de estabilidade/permanência quem passou a ter mais mobilidade na família nipo-brasileira foi o filho *nikkei* escolhido para o estudo, como no caso do *nissei* o médico Sizuvo Iamada que nos narrou esse fato com bastante clareza e consciência:

Meu pai, por exemplo, veio para se instalar no Brasil. Procurou educação e tudo isso. E prometia assim para gente "olha, quando eu puder vou fazer vocês estudarem, porque eu quero que tenha muitos doutores na família. Viu". E nesse intuito, sabe, acabou chegando a minha vez. Porque meus irmãos tinham também a vontade de estudar, mas não conseguiam essas facilidades para poder sustentar. Quando chegou à minha vez. Minha família já tinha o suficiente para arcar com isso. E me mandar estudar. (ENTREVISTA, DR. SIZUVO IAMADA, 14/09/18)

Portanto, o filho escolhido para se dedicar a educação da família Iamada competiu ao quarto filho dentre os outros cinco irmãos (Yassu, Fumio, Katsui e Mitsuko) tendo o privilégio de estudar. Nesse sentido, o sr. Sizuvo foi o primeiro filho nascido no Brasil em 1932, pois seus pais vieram do Japão com três filhos, desembarcando em 1929 no porto de Santos, logo em seguida se dirigindo para o povoado denominado de Nicolândia/SP. Tal povoado se configurou no atual município de Bilac/SP situado na região Noroeste do Estado de São Paulo, local em que a família arrendou terras e, posteriormente, comprou uma pequena propriedade no bairro rural Barreiros, para continuar trabalhando com a lavoura de café e de algodão.

As famílias nipônicas no país, em especial a família Iamada, se deparam com uma situação nova que era a escolha do filho que teria a oportunidade estudar, enquanto o restante da família trabalhava para garantir o sucesso desse projeto familiar, sendo que o filho escolhido migrava para outros

municípios onde o estudo era ofertado e mais consolidado, almejando ser doutor. Migrar para o estudante *nikkei* significava se distanciar espacial e afetivamente da família, sendo que desde criança tinha a responsabilidade de se destacar no ensino, para obtenção do título de letrado. Não sendo uma missão fácil para o estudante nipo-brasileiro pelas expectativas depositadas nele. Logo, a família sonhava com o título de doutor do filho escolhido, na perspectiva de atrair o dinheiro e a visibilidade social pela mobilidade espacial/social, dando notoriedade para o sobrenome da família no lugar de origem.

No início raramente as filhas eram escolhidas, mas com o passar do tempo e da melhoria nas condições financeiras da prole, lá pelos idos das décadas de 1970/80, as filhas e os outros membros da família também tiveram a oportunidade de finalizar o ensino básico. Todavia, apenas alguns deles/delas cursariam o ensino superior na cidade natal ou em outros lugares, se colocando prontamente em mobilidade espacial para o estudo e para a carreira profissional, exceto o filho mais velho que continuou no seio da família.

Conforme Cardoso (1986), o que permaneceu razoavelmente por um tempo na tradição japonesa de algumas famílias era obrigação do filho mais velho de cuidar da herança econômica/cultural da prole e de ficar junto aos pais na lida do campo ou do comércio. Por tal obrigação, o irmão mais velho do dr. Sizuvo (2018), o sr. *"Yassu se formou depois, ele não pode usufruir assim dos estudos em nível superior, porque ele teve que tomar conta da propriedade"*. Tanto o sr. Yassu quanto as suas irmãs fizeram somente o primário básico rural, bem mais tarde já no espaço urbano cursaria o ginásio e o colegial no pequeno município de Bilac/SP, dando a oportunidade dos *nikkeis* finalizarem os estudos básicos. Já o ensino superior necessitava buscar centros urbanos maiores. Porém, antes da chegada do ensino público ginásial e colegial a família Iamada já havia encaminhado o filho escolhido para realizar os estudos fora do município.

Nesse sentido, a mobilidade espacial do dr. Sizuvo Iamada tem haver com o desejo da família em educar o filho mais novo, como as condições eram adversas e as escolas para avançar nos estudos se localizavam fora do lugar de

origem, coube ao pequeno estudante migrar. Pois a educação oferecida aos *nikkes* era o ensino primário rural municipal. No entanto, o entrevistado nos descreveu os seus percursos espaciais para o acesso ao ensino básico até a sua entrada na universidade, deixando evidente que a família investiu exclusivamente nele, sendo que com o passar do espaço-tempo os seus irmãos/irmãs foram terminando os estudos. Doravante,

[...] todos os meus irmãos/irmãs tiveram o primário completo, entendeu. Todo mundo estava pensando em estudar, fazer curso superior e etc., mas chegou esse momento justamente na minha vez, só que eles conseguiam me manter nos estudos. [...] Já a escola japonesa não tinha assim oficialmente era algo mais familiar que se aprendia de criança paralelo ao curso do primário rural. [...] Aí para dar continuidade aos estudos eu fui para Araçatuba/SP em 1944 fazer o ginásio, depois estudei em São Carlos/SP o primeiro e o segundo do colegial em 1949, sendo que o terceiro ano do colegial resolveu fazer em São Paulo/SP. [...] Fiz um ano de cursinho em São Paulo/SP quase que passei lá na USP. Resolvi fazer cursinho no Rio de Janeiro/SP e nessa segunda vez prestei somente a Faculdade Nacional de Medicina a antiga Universidade do Brasil que hoje é a UFRJ. E passei no curso que eu queria em 1953³⁸ e me formando em 1959 (ENTREVISTA, DR. SIZUVO IAMADA, 14/09/18).

Compreendemos os múltiplos deslocamentos espaciais para o estudo do médico Sizuvo como um projeto da família Iamada de territorialização no Brasil, em que parte da família trabalhava para sustentar o “embrionário” doutor *nikkei*. Tal apoio fizera progredir nos estudos devido aos sacrifícios da prole para poder sustentá-lo. Percebemos pelo depoimento que o médico era grato ao pai e a família por ser o filho escolhido e, também, por terem arcados com os custos dos estudos (moradia, deslocamentos, alimentação, etc.). Por sua vez, ele fizera a mobilidade desde criança para ter acesso aos estudos, passando por várias cidades dentro de uma rede de solidariedade que incluía casa de amigos, alojamento das associações nipo-brasileira e pensão para estudante *nikkei* (vide mapa 5). Essa experiência espacial foi de suma importância para a formação do médico que passou a conhecer as formas

³⁸ Morou em uma república com amigos da faculdade no bairro Catete e, também, em Botafogo que ficava uns três ou quatro quilômetros da universidade.

híbridas da realidade dos municípios do interior paulista e dos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) até se territorializar na região da Alta Sorocabana (Presidente Venceslau/SP e Presidente Prudente/SP).

Podemos ressaltar que o mercado de trabalho para o médico era vasto e amplo, conforme descreveu o doutor:

Naquela época todo mundo, por exemplo, um hospital particular chamava para trabalhar. Funcionava dessa maneira, porque precisava de mão de obra. Isso, estudante. Era tão fácil nessa época para a aprender. Muito fácil. Não tinha profissional, na verdade, nessa época. Numa cidade superpopulosa como o Rio de Janeiro/RJ com uma quantidade de médico muito pequena. Escolhi a especialidade da obstetrícia porque a maternidade era algo assim, que dava mais serviço (IAMADA, 14/09/2018).

Desse modo, já formado médico obstetra em 1961 o doutor resolveu retornar ao Oeste Paulista³⁹, escolhendo como lugar de trabalho a promissora cidade de Presidente Venceslau/SP, nela tinha vínculos afetivos familiares que daria início a sua rede social e de negócios no lugar. Eu *"vim para Venceslau porque minha irmã residia na cidade e, também, a princípio era uma região próspera. Apontava-se. Venceslau na época tinha voo direto para o Rio de Janeiro/RJ"* (ENTREVISTA, DR. SIZUVO IAMADA, 14/09/18). Posteriormente, por volta de 1969, mudou-se para Presidente Prudente/SP com a família (esposa⁴⁰ e duas filhas e um filho), montando seu consultório particular e iniciando a construção do Hospital Maternidade Iamada, concretizando o sonho do jovem e empreendedor médico (vide foto 1). Ademais, o doutor Sizuvo sempre foi ligado às novas tecnologias e equipamentos em medicina, sendo

³⁹ Voltou após terminar a especialização em obstetrícia, pois na época não existia residência.

⁴⁰ A esposa do médico Sizuvo era brasileira, carioca. Segundo ele *"nós nos conhecemos no pronto socorro, naquele dia eu estava substituindo o plantão de um colega e ela apareceu lá, com problema de alérgica"* (2018). Ela era professora formada em Pedagogia, tinha estudado em Paris na Universidade da Sorbonne na França e também estudou na Argentina. Segundo o filho Neiw (2018), *"minha mãe era uma mulher muito diferenciada na época, veio para Venceslau/SP por causa do meu pai, ela estava em Paris e largou tudo e veio se casar com ele"*. E outra o meu pai *"acho que ele foi o primeiro a se casar com brasileira, na época foi um buchicho, tinha muito pouco nissei casado com brasileira"*.

pioneiro em ultrassonografia no Estado de São Paulo, buscou a máquina de ultrassom no Japão no período da *substituição de importações*⁴¹.

Seguindo os passos do pai o *sansei* sr. Neiw Oliveira Iamada também se tornou médico obstetra em 1991, ambos pela mesma Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fazendo residência pela Universidade Federal Fluminense (1992) e mestrado pela UFRJ (1999). Foi médico do exército, depois preceptor da empresa Johnson & Johnson, enquanto residia no município do Rio de Janeiro/RJ. Como executivo desenvolvia, lançava e dava treinamentos sobre os produtos médicos para a empresa multinacional supracitada.

Foto 1: Fachada do Hospital Iamada.



Fonte: <https://www.hospitaliamada.com.br/pages/o-hospital/> acessado em 20/12/18.

Portanto, o médico Neiw era o filho caçula do dr. Sizuvo, nascido em 1965, no município de Presidente Venceslau/SP na região da Alta Sorocabana,

⁴¹ "Como era aquele depósito compulsório, minha esposa foi lá no Japão comprar e trazer para cá. Ela veio junto, esse aparelho veio junto com o avião. Naquela época ultrassom não tinha em Prudente, quando o doutor Iamada trouxe, esse daqui chegou antes do da USP. E o Instituto de Cardiologia de Prudente não tinha ultrassom, foi ter ultrassom muitos anos depois" (IAMADA, 2018).

migrou criança com a família para Presidente Prudente/SP em 1969. Iniciando seu estudo aqui, como nos relata Neiw (2018), *"eu fiz o primário lá na escola do bairro do Bosque em 1972, depois até a oitava série na escola E. E. Hugo Mielle no bairro Jardim Paulista, posteriormente o colegial particular no Colégio Joaquim Murtinho⁴² no centro (antigo prédio da ACAE) em 1982"*. Logo, chegou a fase do pré-vestibular e o mesmo se sentiu motivado a fazer medicina. Contudo, eu não fiz escolinha japonesa⁴³, pois o ensino da língua e cultura era mais familiar e com os avós *isseis*, como os meus avós paternos moravam em outro município tive pouco contato, mas foram marcantes pelo idioma, cultura e valores.

Eu lembro que quando eu era pequeno meu avô sentava todo mundo com uma cartilha japonesa. Fazia isso quando agente ia passear lá. E ele dava aula para quase todo mundo. Era o professor. Lembro que quando eu voltava, estava falando igual japonês, aí meu pai proibiu (ENTREVISTA, DR. NEIW IAMADA, 14/07/18).

Ao nosso ver, tal proibição com o *nikkei* era para que o filho falasse bem o português. E se territorializasse de vez na sociedade brasileira para poder se dar bem nos estudos. Pois para alguns japoneses, em especial da ala dos "vitoriosos", abandonar o idioma era abandonar o Japão e se dedicar de vez ao lugar de destino. Então, não fazia questão dos filhos ter acesso ao idioma japonês.

Sendo assim, a mobilidade espacial para o estudo do dr. Neiw aconteceu quando ele resolveu fazer o último ano do ensino médio e o cursinho pré-

⁴² Ficava localizado no antigo prédio da ACAE.

⁴³ Em visita e entrevista informal com a *nissei* professora Dra. Yoshie Ussami Ferrari Leite no Departamento de Educação na FCT/Unesp em 05/10/17, podemos levantar a importância das escolas japonesas na educação dos *nikkeis* não pela educação formal, mas pelos valores e ética da cultura nipônica como: obediência, disciplina, dedicação, entre outros – que pode ter contribuído para um bom desempenho nos estudos sendo um diferencial em relação as outras culturas aqui no país. A escola japonesa tinha como foco a cultura e a língua, era algo paralelo com a escola formal, ambas se complementavam na educação do *nikkei*. A escola formal brasileira era de suma importância para o *nikkei*, nela iria aprender os conteúdos da aprendizagem no nível do ensino fundamental e do ensino médio, necessário para atingir a universidade. O espaço escolar foi o primeiro lugar que os descendentes de japoneses iniciaram uma integração social com os brasileiros, ora se entendendo como *nikkei* e ora se entendendo como brasileiro.

vestibular no Rio Janeiro/RJ. Lá inicialmente ficaria hospedado na casa dos avós maternos. Esse deslocamento aparentemente “simplório” Prudente-Rio e Rio-Prudente não representa a totalidade da mobilidade e das redes complexas traçadas pelo doutor (vide mapa 7). Entretanto, o Rio de Janeiro/RJ era o local de permanência para os estudos e vida profissional, sendo que ao mesmo tempo tivera eminentemente múltiplas mobilidades como profissional da medicina, como pesquisador-estudante-congressista, como funcionário do exército e como preceptor de uma multinacional, se deslocando no Brasil inteiro e no exterior. Nessas idas e vindas do Rio de Janeiro/RJ o doutor Neiw destacou que o seu lugar de formação e de pesquisa na área de obstetrícia teve centralidade junto a Escola de Saúde de Manguinhos.

Em 1999, depois de um longo período de formação e de experiência profissional no Rio de Janeiro/RJ, o doutor Neiw territorializou novamente em Presidente Prudente/SP, como mestre em medicina pela UFRJ. Retornou para trabalhar na empresa da família no Hospital Iamada, veio como profissional liberal⁴⁴ assumir a área da obstetrícia e ginecologia junto com o pai o dr. Sizuvo, inovando em métodos e utilização de novas tecnologias. Aos poucos, juntamente com os outros sócios, passou a acompanhar a administração do hospital ao lado da irmã Roxana Iamada. Em 2003, passou a ser professor universitário assumindo as disciplinas de ensino de ginecologia (cirurgia, ambulatório e vídeo laparoscopia) na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Hoje com a aposentadoria do seu pai, o doutor Neiw Iamada mantém a tradição do hospital atrelado à maternidade, mesmo o hospital tendo diversas especialidades (cardiologista, dermatologista, neurologista, entre outros) em internações clínicas e cirúrgicas.

Já o dr. Tadashi Uchida também era filho de médico, seu pai o dr. Ritoji Uchida se formou na Universidade de Nippon Daigaku em Tóquio no Japão, veio

⁴⁴ *"Eu acho que, não sei se é o mesmo conceito que o meu pai tem de ser profissional liberal. Não sei se a gente expressa esse ser liberal. E eu não entendo mais isso como autonomia, como acho que era".* O dr. Sizuvo acrescenta que, o profissional liberal *"acaba não sendo um empregado do convênio. A sensação que eu tenho é que a liberdade não acontece de jeito nenhum"* (2018). Contudo, o que percebemos pela narrativa é que o médico particular mesmo que liberal trabalha dentro de um contrato “amarrado” e a tomada de decisão depende da liberação do convênio. Isso de certa forma limita a autonomia conceitual do profissional liberal na configuração do capitalismo contemporâneo atual.

sozinho para o Brasil em 1924, através do Ministério das Relações Exteriores do Japão como médico bolsista do Gaimusho para cuidar dos imigrantes japoneses. Ficou cerca de três anos no Rio de Janeiro/RJ estudando o curso de português e de doenças tropicais para revalidar seu diploma e poder clinicar no país. Em seguida foi mandado para o Estado de São Paulo, por volta de 1927, para trabalhar como médico no município de Bastos/SP, atendendo as famílias dos nipônicos na região e, sobretudo, ajudando no combate das doenças locais (bicho-de-pé, verminoses, malária, tracoma, tuberculose, etc.) para diminuir o número de enfermos e de mortes entre os nipo-brasileiros. A dura vida dos colonos nas fazendas de café e dos pequenos sitiantes na “Boca do Sertão” se apresentava para o nipônico como um traço efetivamente marcante da sua desterritorialização, sendo o Brasil um território bem diferente do lugar de origem o Japão, logo tendo dificuldades com a adaptação em terras tropicais e muitos adoeciam. Diante desse contexto, o governo do Japão enviou médicos para atuarem nas regiões que tivessem a colônia japonesa, em especial para Presidente Prudente/SP, auxiliando os enfermos nipônicos para que não houvesse a migração de retorno para o Japão.

A família do dr. Tadashi Uchida aterrizou no município de Presidente Prudente/SP em 1932, vindo de Bastos/SP recém casados, o Dr. Ritoji Uchida com sua esposa a enfermeira Yoshiko Suehiro, ambos funcionários do governo japonês. Antes, porém, em 1931 o dr. Ritoji foi enviado para assumir a assistência à saúde dos imigrantes japoneses na região da Sorocabana que se estendia de Avaré/SP até Presidente Epitácio/SP. No mesmo ano, o dr. Tadashi nos relatou que, *"minha mãe ficou em Bastos/SP, lá ela ajudava o meu avô que era do serviço de saúde do exercito japonês, veio para cá como colono, mas como tinha prática de enfermagem passou a auxiliar os médicos do Gaimusho"*.

De modo geral, somente em 1932, que o dr. Ritoji retornou em Bastos/SP, para se casar com Yoshiko e fixar residência em Presidente Prudente/SP, dando continuidade ao trabalho de assistência médica aos imigrantes nipônicos. Esse programa de atendimento junto às famílias dos imigrantes pelo governo do Japão permaneceu no país até o início da Segunda Guerra Mundial, conforme nos conta Shicasho (S/D), que *"quando iniciou a*

guerra, foi obrigado a deixar as consultas fora do perímetro da cidade de Presidente Prudente/SP”(p. 334).

Chegando em Presidente Prudente/SP, o dr. Ritoji em sua residência montou um consultório no centro da cidade que, posteriormente, viraria uma clínica com salas de cirurgias e de internações, localizado na avenida Coronel José Soares Marcondes.

Foto 2: Inauguração da clínica do dr. Ritoji Uchida em 1936.



Fonte: Shicasco (S/D) pg 333.

Nesse ambiente (ambulatório/residência) nasceria o filho primogênito do doutor o sr. Tadashi Uchida em 1936. Tal filho é o nosso entrevistado que ficou em Presidente Prudente /SP, na fase da infância e da adolescência convivendo numa atmosfera de ambulatório, com o pai médico e a mãe enfermeira. Seu percurso educacional (privado/público) na cidade e fora dela, levou mais para um deslocamento espacial bilateral entre Presidente Prudente/SP e São Paulo/SP, como demonstra Tadashi em depoimento oral,

Fiz o jardim de infância no colégio Cristo Rei quando tinha de 4 a 5 anos, eu ia lá para brincar, o Cristo Rei era mais ou menos onde está o atual Correio central agora, ia todo dia levava lanchinho e ia brincar. [...] Depois fiz o primário na escola Arruda Melo, já o ginásio no Colégio São Paulo que era particular, ali onde era a ACAE, posteriormente fiz um ano do científico no IE Fernando Costa. Vi que o estudo era muito fraco aqui. E eu fui para São Paulo fazer o colegial na escola estadual Presidente Roosevelt no bairro da Liberdade. Ele era o mais famoso naquele tempo. [...] Quando fiz o colegial morava na vila Mariana na casa de um conhecido. E fiquei o colegial todo lá. Depois fui prestar o vestibular, aí sai de lá, e fui morar perto do cursinho numa pensão de brasileiros ali no Aclimação. [...] Em 1955, acabei entrando na Faculdade de Medicina de São Paulo⁴⁵ - USP indo morar em Pinheiros (ENTREVISTA: DR. TADASHI UCHIDA, 14/08/17).

Portanto, o doutor Tadashi se formou no curso de medicina em 1961⁴⁶, no mesmo ano que a sua irmã concluía a graduação em Nutrição na USP, logo em seguida iniciou a especialização em cirurgia e gastroenterologia no Hospital das Clínicas - USP. Posteriormente, estagiou cerca de três meses no Instituto de Gastroenterologia Tokio-Japão⁴⁷. Em 1964, retornou para Presidente Prudente/SP visando administrar e consultar na clínica da família. Contudo, seu pai o dr. Ritoji faleceu⁴⁸ em 1942, sendo a clínica foi arrendada e, depois, administrada pelo médico Takaoka em nome da família. Ademais, o doutor Tadashi comandou a clínica de 1964 a 1984, porém resolveu fechar a clínica pelos altos custos e pelos dispêndios de tempo, ficando apenas com o

⁴⁵ Fez parte da diretoria científica do Centro Acadêmico em que editava uma revista Política Externa. No centro tem a ala dos "brigadores" e dos moderados como ele define. Segundo Uchida, *"tive colega de classe que fora fazer assembleia de centro acadêmico e ai lá falavam que iam resolver o problema do Brasil, não resolve nada. Tiveram que sair fugido foi embora pra outro país. Mas, no geral os alunos eram da faculdade eram conservadores"* (2017). De certo modo o *nikkei* é moderado, se adapta as regras estabelecidas obedecendo-as sem muito questionamentos, raro os de posicionamento a "esquerda".

⁴⁶ No livro *"Médicos descendentes de japoneses sua passagem pela Casa de Araldo"* os organizadores apresentam uma lista de descendentes japoneses graduados pela Faculdade de Medicina da USP, nela tem o nome do dr. Tadaschi Uchida formado na Turma 44º de 1961 (PINOTTI, 2008, p. 238).

⁴⁷ O dr. Tadashi foi para o Japão fazer um estágio em cirurgia sobre endoscopia em 1968. E, posteriormente acabou importando o equipamento de gastrocâmera da marca Olympus que tirava fotografia de dentro do estômago. E em 1972, o doutor foi de novo e trouxe outros equipamentos de endoscopia. O período da ditadura para o doutor foi importante para a importação porque tinha isenções de impostos para produto médicos (UCHIDA, 2017).

⁴⁸ Meu pai montou a clínica e trabalhou nela cerca de 10 anos. Ele faleceu em 1942, devido às complicações da diabetes, com 49 anos de idade.

consultório particular e prestando serviços em hospitais como profissional liberal⁴⁹, atendeu seus pacientes até 2018 quando ocorrera o seu falecimento.

De modo geral, os três entrevistados médicos acima supracitados, tiveram múltiplos deslocamentos espaciais no território brasileiro, em especial no Estado de São Paulo, como estudante e como profissional liberal. O doutor Sizuvo Iamada de 87 anos era filho de agricultor e fez o ensino rural local, mas para continuar os estudos entrou em processo de mobilidade espacial realizando diversos movimentos do ginásio até a universidade, sendo o filho escolhido para se tornar doutor. Já o doutor Tadashi Uchida de 82 anos falecido era filho de médico ligado ao Ministério de Relações Exteriores do governo japonês, quando jovem urbano realizou a mobilidade após terminar o ginásio no lugar de origem, indo fazer o colegial/cursinho e a graduação em São Paulo, por fim fez especialização no Japão. O doutor Neiw Iamada de 54 anos também era filho de médico, criado no ambiente urbano terminou o ensino básico (primário, ginásio e colegial) junto aos pais, migrando somente para fazer cursinho e graduação em medicina no Rio de Janeiro/RJ. Contudo, o dr. Sizuvo e o dr. Tadashi foram pioneiros e empreendedores na medicina prudentina, pois ambos instalaram no município os objetos técnicos como hospital e como clínicas particulares nos idos da década de 1970. Já o doutor Neiw Iamada vem dando prosseguindo as atividades médicas de obstetrícia e ginecologia no hospital da família e atuando como professor universitário. O Sizuvo não era originário de Presidente Prudente/SP mais escolheu essa cidade para trabalhar, empreender e morar. Por sua vez, no caso dos doutores Tadashi e Neiw ambos têm Presidente Prudente/SP como lugar de origem e são filhos da classe média/alta local, terminaram a faculdade/residência e, paulatinamente, retornaram ao município natal como médicos para assumir os negócios da família.

⁴⁹ Prestou serviços em diversos lugares no município, como: no Hospital Nossa Senhora das Graças, na Santa Casa, no São Luiz, entre outros como médico particular. O dr. Uchida descreve o processo de prestação de serviços da seguinte forma, *"vou como profissional liberal mesmo, eu vou lá e presto o meu serviço, não sou chamados por eles, ai eu vou lá e levo o meu cliente para atender lá, de certa forma os hospitais são como se fossem os instrumentos de trabalho da gente"* (ENTREVISTA: DR. TADASHI UCHIDA, 14/08/17). Ademais, na Santa Casa o doutor também prestou serviço voluntário quando jovem.

A mobilidade espacial para os estudos da médica *nissei* Flora Yamazaki na década de 1960, corroborou para compreendermos as mudanças das mulheres japonesas que tinham suas obrigações mais voltadas ao trabalho do campo e da casa⁵⁰. Porém, as jovens *nikkeis* conforme Nomura (2008) se preocupavam em se prepararem para serem donas de casa e professoras na sociedade local. Com o apoio da família a doutora Flora Yamazaki, que nasceu em 1963 no município de Caiabu/SP na Alta Sorocabana, rompeu esse ciclo das jovens *nikkeis*, se colocando à disposição para mobilidade para fazer o curso de medicina, antes disso terminou o Curso Normal para ser professora. Tais possibilidades de formação ocorreram *"com o melhoramento da situação financeira, muitas nikkeis tiveram condições de se dedicar exclusivamente à família e a casa e oferecer aos filhos oportunidades de se aprimorarem nos estudos"*(NOMURA, 2008, p. 20).

Nesse sentido, a família em Caiabú/SP frequentava a associação nipo-brasileira⁵¹ local e o idioma japonês era aprendido quando criança pelo uso corriqueiro na família, pois o seu pai era o *issei* Hiroyuki Maehara agricultor/pecuarista e a sua mãe era *nissei* Massae Maehara dona de casa, ambos incentivavam os estudos dos filhos. Como podemos visualizar no depoimento abaixo, que iniciaria a doutora Flora com o estudo no sistema de internato, numa escola particular da elite local.

Eu nasci em Caiabu/SP. Então, eu fiz o primário lá. Aí no ginásio vim para Prudente/SP em 1964, eu acho que estava com 11 anos, entrei no regime de internato aqui no colégio particular Cristo Rei, porque meus pais moravam em Caiabu/SP. Daí eu fiquei no internato durante uns três ou quatro anos mais ou menos. A minha família veio para Presidente Prudente/SP em 1967. E eu continuei no Cristo Rei. Em seguida fiz três anos do curso normal que era para professora. Aí me formei no ano de 1970. Fui fazer um ano de cursinho em São Paulo no Objetivo que era na Avenida Paulista chamado Di Gênio. Fiquei no bairro da Liberdade em pensão de estudante japonesa em que a maioria das meninas

⁵⁰ Lavradora, dona de casa e parteira (NOMURA, 2008). A *nissei* Paula Toshiko Maezano Honda foi a primeira parteira do município de Presidente Prudente/SP (SANTOS, 2007).

⁵¹ *"Lá tinha a colônia japonesa e agente frequentava, mas não era assim sabe de tomar a iniciativa e de fazer as coisas. Meus pais nunca foram presidir a associação. Porque tem japonês que toma a frente para organizar as festas e reuniões. Meus pais não, só pensavam em trabalhar e educar os filhos"*(YAMAZAKI, 2017).

eram da nossa região [Alta Sorocabana]. Daí passei no vestibular para medicina na Faculdade de Medicina de Marília – FAMEMA, em 1972. Me formei médica em 1978 e retornei em Presidente Prudente/SP como ginecologista no ano de 1981 [Grifo nosso] (ENTREVISTA: DRA. FLORA YAMAZAKI, 19/08/17).

A doutora fez uma faculdade particular de referência e de boa qualidade, nela pagava um taxa mensal cuja gestão do estabelecimento de ensino era municipal, hoje continua sendo uma faculdade renomada só que agora ela é gratuita/pública. Todavia, os seus pais conseguiram educar os quatro filhos sendo duas médicas, uma dentista e um advogado. Não foi fácil estudar e terminar a graduação, porque a família perdeu a matriarca com 42 anos de idade. Esse fato lamentável aconteceu no mesmo ano em que a doutora Flora entrou na universidade. Pois, a sua mãe falecera de câncer no colo do útero. Mais tarde a filha se formou ginecologista, passando a ajudar as outras mulheres donas de casa e trabalhadoras a se prevenir das doenças, que atingem especificamente as mulheres.

Portanto, a escolha do curso de medicina aconteceu sem nenhuma pressão, primeiro que não tinha nenhum médico na família e segundo porque ela não queria seguir a carreira de professora. Sendo assim, ela relata sobre esse fato dizendo que:

[...] ai tinha que resolver a vida, professora eu não queria ser, vou tentar fazer medicina. Resolvi. Aí entrei aqui no curso, antigamente tinha um cursinho pré-vestibular chamado, acho que era Esquema Objetivo aqui no centro. Daí eu entrei lá para a gente ter uma noção de química e física, porque a gente não tinha noção nenhuma fazendo o curso normal, fiquei aí meio ano fazendo o Normal e o cursinho. Depois eu fui para São Paulo fazer cursinho lá. Não teve pressão nenhuma mesmo sendo mulher, mas teve o total apoio dos meus pais (ENTREVISTA: DRA. FLORA YAMAZAKI, 19/08/17).

Em linhas gerais, a doutora se casou com um medico prudentino, em seguida entrou como médica do IAMPEPS em 1984 trabalhando por 25 anos com medicina social até se aposentar. Logo após a aposentadoria passou a se dedicar ao consultório particular localizado na avenida Washington Luis,

atendendo seus pacientes até os dias atuais (ver a foto 3). O consultório, podemos dizer que, é familiar porque ela divide o espaço com a irmã dentista, com a sobrinha dentista e com o esposo médico, cada um tem seu espaço privado de atendimento clínico.

Foto 3: A localização do consultório da dra. Flora Yamazaki.



Fonte: Trabalho de campo 19/08/17.

Também, temos uma outra entrevistada *nikkei* a doutora Elza Utino, sendo natural de um núcleo de colonização japonesa tradicional no município de Mirandópolis/SP, denominado de Núcleo Aliança⁵² localizada na Noroeste

⁵² "Quando se fala em Aliança I, logo vem à mente a Cooperativa de Emigração de Shinano e logo se pensa, erroneamente, que o núcleo era constituído somente de pessoas procedentes da província de Nagano. Contudo, este núcleo recebeu imigrantes do Japão todo. O mesmo ocorreu no núcleo II, que se constituía principalmente de pessoas vindas da província de Tottori, e no núcleo III, da província de Toyama. Se incluirmos os 1.600 alqueires da Vila Nova da Cooperativa dos Emigrantes de Kumamoto e outros, a região da Aliança compreendia uma área de 7.200 alqueires. Comparada com as grandes fazendas brasileiras não era tão grande,

Paulista. Era uma organização governamental japonesa planejada criada em 1924, que procurava assentar os nipônicos no país adotivo, para não ocorrer à imigração de retorno. Desse modo, o avô da doutora o sr. Yuzo Natsumeda se instalou no núcleo Aliança em 1925, produzindo café/algodão/arroz como arrendatário, posteriormente adquiriu uma propriedade em caráter familiar (pai e irmãos) no Estado do Mato Grosso do Sul. Ademais, ele era um dos líderes da comunidade nipo-brasileira⁵³ tanto em Mirandópolis quanto em Caarapó/MS, organizava as atividades/festas (karaokê, escolinha japonesa⁵⁴, teatrinho etc.) e reuniões (político, administrativo e cultural).

Nessa perspectiva, a mobilidade espacial da entrevistada tem um relevante percurso, pois foi a única dentre os outros depoentes que teve uma efetiva experiência em três estados brasileiros, tal mobilidade visou a buscar pelos estudos e formação universitária. Doravante,

[...] eu nasci em Mirandópolis em 1954, na região Noroeste do Estado de São Paulo. Daí meus pais quando eu estava com dois anos e meio foram para Mato Grosso do Sul, para uma cidade chamada Caarapó. Lá eles pegaram e desbravaram junto com o pai, o meu avô e mais os outros tios que abriram uma fazenda de café. Assim, nós voltamos de novo para Mirandópolis e quando eu estava com oito anos mudamos definitivamente pra lá. Lá em Caarapó fiz a escola primária. Depois eu fui com dez anos para Dourados/MS, onde completei o ginásio. Daí fui embora para São Paulo em 1969, na cidade de São Paulo mesmo, estudei três anos

mas se tomarmos como base o agrupamento de pequenas lavouras 10 alqueires, constituía uma grande área”(HANDA, 1987, p. 423).

⁵³ *"Os meus avós paternos e maternos sempre trabalharam na associação. Eram líderes da comunidade e amigos. Só que meu avô materno ficou em Mirandópolis/SP. Agora meu avô paterno foi para Caarapó no Mato Grosso do Sul. E lá ele também se organizava em associação. Daí juntava aquela turma de japoneses e a gente convivia com eles. Então, tendo as coisas tradicionais de japonês: festas, associações e atividades religiosas”(UTINO, 2017).*

⁵⁴ *"Na escolinha japonesa em Mirandópolis/SP agente ia como se fosse para um cursinho de inglês duas vezes por semana, mas aprendia primeiro o japonês depois que você ia aprender o português. Era ensinado que eu me lembro a escrever, a cantar e a história do Japão. Estudei aí antes de ir para a escola primária acho que com cinco ou seis anos de idade. Depois fui para a escola primária e continuei na escola japonesa. Eu aprendi bem a língua japonesa pelo convívio familiar e da comunidade, porém agente vai deixando de falar/praticar. Hoje eu sei mais ou menos, parei de falar mais continuo ouvindo música e filme japonês, se eu voltar a comunidade acho que volto a falar novamente, porque para mim não é uma língua estranha. Como vem gente do Japão no meu consultório eu digo pode falar japonês que eu entendo, muitas vezes é difícil para eu falar fluentemente assim. Meus primos de Mirandópolis/SP falam fluentemente o idioma japonês e escrevem bem. Eu não, somente leio alguma coisa e sei escrever alguma coisa. Aqui em Prudente eu não convivo muito com a colônia e perco um pouco a prática pelo trabalho, pela docência e pela família”(UTINO, 2017).*

lá no Colégio Paulistano particular. [...] Morava em uma pensão para moças *nikkeis*, que vinha do interior para estudar e trabalhar, ficava na rua Conselheiro Furtado no bairro da Liberdade. [...] Fiz um ano de cursinho no Objetivo da avenida Paulista. [...] E aí fui fazer a faculdade em Minas Gerais, na cidade de Itajubá entre 1974 a 1979. Retornei a São Paulo/SP para fazer residência em pediatria no Hospital Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. [...] Em 1981, regressei para Dourados/MS para trabalhar como médica, fiquei até o meu casamento, depois fui morar com meu marido em Presidente Prudente/SP nos idos de 1982 (ENTREVISTA: DRA. ELZA UTINO, 07/08/17).

Os entrevistados vindos de municípios pequenos da região Noroeste Paulista têm múltiplas mobilidades espaciais, como Sizuvo Iamada e Elza Utino, em virtude das poucas condições oferecidas nesses territórios para além do trabalho rural, que fizeram as crianças/adolescentes se colocarem em mobilidade, sobretudo, para os estudos. O pai do doutor Sizuvo permaneceu em Bilac/SP no espaço agrário. Já o pai da doutora Elza, procurou novas oportunidades em dois municípios do Mato Grosso do Sul, em Caarapó trabalhava no empreendimento rural da família como sócio junto ao pai e aos seus irmãos, somente quando mudou para Dourados que passou a trabalhar por conta própria em um comércio, no ramo da floricultura e jardinagem.

Todavia, a migração para os estudos da doutora estava atrelada as mudanças da família, como a família permaneceu em Dourados/MS e o ensino lá era fraco ela se mudou para São Paulo⁵⁵, pois se ficasse lá não conseguiria entrar na faculdade de medicina, conforme nos relatou.

Sabe, eu fiz o ginásio na cidade de Dourados/MS. O ensino lá no Mato Grosso do Sul, nossa não dava conta, não tinha como competir com o pessoal de São Paulo. Mas, não dava de jeito nenhum. E, também, agente é meio inocente. Hoje eu falo assim, se eu tivesse a visão que tenho hoje, ia ser bem diferente. Mas, naquela época eu era a caipirona do Mato Grosso do Sul no meio de São Paulo/SP. Aí, eu entendi assim, aqui em São Paulo/SP eu não vou passar, peguei os papéis quando saiu a propaganda da Faculdade de Medicina de Itajubá e me inscrevi. Daí no dia marcado eu peguei o ônibus e fui lá prestar. Sonhei que tinha

⁵⁵ Apesar de morar em uma pensão a doutora tinha o apoio/suporte dos tios em São Paulo/SP. Antes de vir para São Paulo/SP, o pai da doutora pesquisou com os tios dela o local mais adequado e a escola de qualidade em que iria estudar, tinha uma rede familiar/afetiva que auxiliava (UTINO, 2017).

passado. De fato passei e fui para lá. [...] E o interior de Minas Gerais era diferente de São Paulo, são muitas montanhas e um riozinho, não era uma cidade tão limpa, mas também não era uma cidade chata, você vai se adaptando. [...] E japonês era bicho raro em Minas Gerais, mulher mais raro ainda (ENTREVISTA: DRA. ELZA UTINO, 07/08/17).

Fizera a leitura de que Dourados/MS não era o território de possibilidade para quem queria se tornar médica e São Paulo foi uma saída. Porém, mesmo fazendo o colegial e o cursinho em boas escolas na capital paulista, a doutora Elza ainda sentia que tinha uma defasagem educacional da época do Mato Grosso do Sul que lhe fazia muita falta. Consequentemente, não a colocava no mesmo nível de competição para disputar uma vaga de medicina na USP.

A opção foi prestar o vestibular em uma faculdade particular, no interior de Minas Gerais no município de Itajuba, ela passou seis anos residindo em um lugar bucólico e pacato com uma geografia ímpar, que entrava em contraste com as suas experiências espaciais do interior do Mato Grosso do Sul e da metrópole paulista, sendo uma das poucas mulheres *nikkeis* na paisagem urbana de Itajuba/MG. O desejo de se tornar doutora fizera se habituar na mobilidade com híbridas paisagens/contextos/gentes tendo perdas (manter os laços de amizade) e ganhos (título/trabalho) – vide mapa 6.

Portanto, a doutora Elza saiu cedo do lugar de origem tendo poucos vínculos.

É em Mirandópolis/SP não ficou assim amizade. Eu lembro de alguns nomes, mas tem gente que eu nunca mais vi, depois dos meus sete anos. Lá de Dourados também, eu sai de lá com quinze anos, eu não conheço mais ninguém. Só conheço os meus tios, as minhas tias e as minhas primas, também encontro as algumas senhoras que foram as mães de alguns amigos. Já os amigos tem alguns que estão lá, mas é que eles transformam muito, né. Depois de 15 anos eles casam e/ou mudam de cidade, se a gente encontra começa a conversar e as lembranças veem, mas assim de frequentar a casa deles essas coisas não (ENTREVISTA: DRA. ELZA UTINO, 07/08/17).

Depois que se formou especializou em pediatria em São Paulo. Casou-se e migrou para o município de Presidente Prudente/SP, acompanhando o seu

marido médico, aqui prestou serviços nos postos de saúde e nos principais hospitais da cidade. Logo se destacou no trabalho como profissional liberal⁵⁶ combatendo a anemia falciforme. Em seguida com a abertura do curso de enfermagem foi convidada a ministrar aulas na Universidade do Oeste Paulista, sendo estendido para os cursos de fisioterapia e medicina. Hoje ela é funcionária da UNOESTE e do Hospital Regional, responsável pelo departamento de pediatria do hospital, atuando em pesquisa e extensão universitária. Contudo, essa trajetória recheada de multiplicidades de mobilidades espaciais voltada para os estudos não era muito bem quista pelos avôs paternos.

Os meus avós paternos eram mais assim, aquela coisa que tem que cumprir aquilo que você falou e prometeu. Tinha aquela cobrança. E, também, pelo fato de eu ser mais liberal que as minhas primas. Eu queria estudar mais que elas. Contudo, as minhas primas estudaram, porém fizeram cursos mais *light* de professora primária, de contabilidade e etc. Agora, eu fui fazer medicina fora. Isso meu avô paterno achava muito estranho. [...] Enquanto meus avôs achavam que a mulher precisava cozinhar direitinho e cuidar da casa e do marido, que era o que minhas primas faziam, eu gastava dinheiro com livros e me dedicava ao estudo. [...] No entanto, meu pai não, meu pai e minha mãe sempre deixavam a gente fazer aquilo que gostava (ENTREVISTA: DRA. ELZA UTINO, 07/08/17).

Portanto, uma mulher *nissei* do Mato Grosso do Sul migrando sozinha para os grandes centros urbanos, em busca de estudos para obter o título de doutora em ciências médicas, era uma surpresa e espanto para a família tradicional japonesa. Romperia com o tradicional papel da mulher na sociedade de ser lavradora-parteira-dona de casa como nos diria Nomura (2008). Passando a se dedicar apenas aos estudos e a vida profissional nos idos de 1970. Tais mudanças acontecidas de conciliar a carreira profissional, o casamento, os filhos e a casa seriam o destino da doutora Elza Utino e de outras mulheres *nikkeis* (Flora Yamazaki).

⁵⁶ "Bom dentro do profissional liberal não sei até que ponto a gente pode ser considerado liberal. Porque no final das contas a gente tem um emprego sempre. Eu trabalhei no Estado (aposentada) e hoje sou funcionária do HR. Mas, a gente é prestadora de serviços no hospital e tem que cumprir horário de domingo a domingo" (UTINO, 2017).

Para os avós da doutora, realizar a mobilidade para os estudos era coisa de homem, mas a geração dela veio mostrar que mulher também poderia fazer o mesmo, tal estranhamento ficou de lado quando a Elza Utino se tornou a primeira médica da família. Contudo, a profissão de médica se deu com a inspiração do seu padrinho de batismo o médico Edgar⁵⁷ na cidade de Mirandópolis quando criança, pois ele era amigo da família e um profissional respeitado, além de um grande ser humano.

Nessa perspectiva, o *nissei* doutor Oscar Haruo Higa foi o primeiro médico entrevistado natural do município de Presidente Prudente/SP, nascido em 1954 no bairro Jardim Aviação, era filho do industrial Matsuzu Higa e da senhora Yoshie Higa. O casal Higa teve oito filhos, porém cinco deles se graduaram no ensino superior, nos respectivos cursos: uma professora, duas dentistas e dois médicos. Assim, desde a chegada da família no Brasil, os *isseis* vêm incentivando os estudos dos *nisseis* e *sanseis* para que tivessem uma formação superior.

Meus pais são japoneses, nós somos imigrantes, eles vieram de Okinawa no Japão. Trabalharam na lavoura aqui em Álvares Machado/SP e na indústria sendo sócio da fábrica de bebidas Spartas em Presidente Prudente/SP. [...] A minha formação foi assim, eu fiz a escolinha japonesa no prédio da ACAE ali no centro, estudei o primário e o ginásio na escola pública Arruda Mello e o colegial no I. E. Fernando Costa. Terminei o colegial e na sequência fui fazer cursinho pré-vestibular no Rio de Janeiro/RJ, chamado de Miguel Augusto, era o objetivo de lá. Fiz um ano de cursinho e fui aprovado em medicina na UFRJ em 1972. [...] Morava numa república tipicamente familiar com dois primos também de Prudente que fazia medicina lá. [...] Em 1980, finalizei minha residência em cirurgia e retornei a Presidente Prudente/SP (ENTREVISTA: DR. OSCAR HIGA, 16/08/17).

O deslocamento de Presidente Prudente/SP para o Rio de Janeiro/RJ do doutor Oscar para estudar medicina foi motivado pelo tio Paulo Higa⁵⁸ que abriu o caminho. E, posteriormente, pelo o irmão mais velho Cláudio Higa. Ambos se

⁵⁷ O padrinho era um moreno alto amigo da família que visitava a minha casa com certa frequência e brincava com a Elza colocando-a no ombro (UTINO, 2017).

⁵⁸ Quando Paulo Higa foi para o Rio de Janeiro/RJ cursar medicina teve ajuda de um primo que já estava por lá na UFRJ (HIGA, 2017).

formaram em medicina na UFRJ e moram/trabalham no município do Rio de Janeiro/RJ até hoje. Foi o irmão dr. Cláudio que lhe deu as orientações para fazer o cursinho e prestar o vestibular na UFRJ. A rede de apoio, suporte e orientação foi balizada em Paulo Higa e Cláudio Higa que despertou em Oscar Higa o desejo de cursar medicina no Rio de Janeiro.

Além do entrevistado mais dois primos que são médicos em Presidente Prudente/SP, o dr. Hugo Gakiya acunputurista e o dr. Mauro Gakiya pediatra cursaram medicina na UFRJ, eles faziam parte da república familiar onde o dr. Oscar morava. A república sempre recebia o pessoal da família para se informar como estudar e prestar o vestibular na UFRJ. Porém, a predominância era masculina, somente em um episódio que veio *"uma prima do interior do Estado de São Paulo e passou alguns dias aqui no Rio para prestar o vestibular, mas não ficou"* (HIGA, 2017). Doravante, a república familiar na medida em que os três primos foram se formando ela se espiçou, com isso todos retornaram ao lugar de origem e de vínculos territoriais como médicos profissionais liberais⁵⁹, no município de Presidente Prudente/SP (vide a foto 4). Dentre eles se destacaram dois como médico e professor universitário o dr. Oscar e o dr. Hugo Gakiya, ambos estão na ativa como médico e professor até os dias atuais.

⁵⁹ *"Já trabalhei como profissional liberal, mas também já trabalhei como empregado. Liberal médico no IAMPES (aposentado). E como funcionário da APEC sendo professor. Agora, um doutor totalmente liberal eu acho que não tem, sempre pede um vínculo. Mas, normalmente eu estou mais vinculado a algumas coisas do que autônomo (Estado, APEC e Santa Casa)"* (HIGA, 2017).

Foto 4: Fachada do consultório do primo o dr. Mario Gakiya.



Fonte: Trabalho de campo 16/08/17.

Todavia, o último entrevistado o médico *nissei* o dr. Péricles Otani também era natural de Presidente Prudente/SP, sendo filho o primogênito do sr. Michitochi Otani e da sra. Yaeko Otani, onde seu o pai veio de uma família de lavradores japoneses de Martinópolis/SP para montar sozinho a primeira pequena empresa de ônibus chamada Condor⁶⁰ em Presidente Prudente/SP em 1950, depois a empresa foi vendida para a Andorinha Transportes (ver foto 5).

A família Otani em Martinópolis/SP tinha a filosofia de que *"todos trabalhavam para que os irmãos mais novos estudassem, então, apesar de tudo o avô paterno dizia: podia faltar comida, mas não podiam faltar os estudos"* (OTANI, 2017). Contudo, o avô do dr. Péricles faleceu com cinquenta e poucos anos de traumatismo craniano, pois teve uma queda do boi, caiu e bateu a cabeça. Ele deixou nove filhos e desses três se tornaram médicos, duas dentistas e os outros fizeram direito, sendo que os irmãos mais velhos

⁶⁰ Havia uma frota de dois ônibus coletivos da Empresa Condor prestando serviços em Presidente Prudente/SP. A partir de 1954, a empresa passou a atender toda a região da Sorocabana. Em 1958, a Empresa de Transportes Andorinha adquiriu a Empresa Condor (SHICASCO, D/S).

trabalhavam com o comércio e com o transporte coletivo⁶¹. Conforme Otani (2017),

depois de um tempo na agricultura em Martinópolis/SP começaram no comércio com um barzinho na rodoviária, após o avô já ter falecido em 1945, couberam aos filhos assumiram o comando da casa junto com a avó. Meu pai e meu tio vieram para Presidente Prudente/SP e dois irmãos continuaram em Martinópolis/SP. Trabalhavam para dar melhor oportunidades para os irmãos mais novos.

Foto 5: Empresa Condor: frota de ônibus.



Fonte: Shicasco (S/D) pg 236.

Nesse sentido, o dr. Péricles Otani seguiu a orientação póstumo do avô paterno e se concentrou nos estudos para se tornar doutor, abaixo o mesmo descreve o seu processo de mobilidade para os estudos, no âmbito de se tornar médico.

⁶¹ Além da empresa de ônibus o meu pai montou posteriormente uma fábrica de carrocerias chamada de *Strong*, forte em inglês (OTANI, 2017).

Meu nome é Péricles, nasci em 1954, sou daqui de Presidente Prudente/SP. Fiz o primário na escola pública I. E. Fernando Costa no período da manhã, pois a tarde estudava na escolinha japonesa da Vila Industrial⁶². Daí teve um tempo do ginásio que cursei em Martinópolis/SP em que joguei beisebol. Depois retornei para Prudente. Na sequência, regressei a escola pública I.E. Fernando Costa para fazer o colegial até o segundo ano. Aí no terceiro ano, fiz o colegial junto com o cursinho pré-vestibular particular que chamava Esquema Vestibular, localizado no centro onde era prédio da sede ACAE do Colégio São Paulo. Esse colégio particular ajudou muito na educação de alguns *nikkeis*. [...] Em 1972, com 17 anos fui fazer a faculdade de medicina na USP em São Paulo/SP. [...] Fiquei dentro do Hospital das Clínicas por cinco anos, dois de internato mais três anos de residência, finalizando em 1980. Retornei em Presidente Prudente em 1981 como médico urologista (ENTREVISTA: DR. PERICLES OTANI, 12/10/17).

Essa mobilidade espacial bilateral do dr. Péricles entre Presidente Prudente/SP e São Paulo/SP, também foi influenciado pelo tio o dr. Hiroshi Otani que era médico formado pela UFPR de Curitiba/PR, como o exemplo do dr. Oscar Higa descrito acima, sobretudo, foi motivado pelo primo Ricardo Issao Otani da FMUSP 1970/1975. No entanto, junto com o Péricles, na mesma turma de medicina de 1972-1977, cursava o primo Eduardo Mitsugu Otani de Martinópolis/SP. Eles foram os quatros primeiros médicos da família, sendo que hoje a família Otani tem mais de 30 médicos, todos espalhados pelo país. Em São Paulo/SP, quando chegou o dr. Péricles morava numa república praticamente familiar, conforme nos relatou *"Eu e meus primos⁶³ e mais um, alugamos um apartamento na Liberdade e os pais mandavam dinheiro que sustentava agente, não pagávamos a faculdade, mas tinha o transporte e as refeições, o que sobrava comprávamos livros"* (OTANI, 2017). Ficamos por volta de dois anos no bairro da Liberdade, depois mudamos para a cercania do

⁶² Eu estudava a língua japonesa na escola da Associação Nipo-brasileira da Vila Industrial. Lá aprendia a ler e escrever em japonês, estudava um pouco a cultura, mas ia para brincar também era criança (OTANI, 2017).

⁶³ O primo dr. Ricardo está em Maringá/PR. E o outro primo o dr. Eduardo Higa que está numa cidade que não me lembro o nome para frente de Maringá/PR. Ambos os primos têm como município de origem Martinópolis/SP. No livro *"Médicos descendentes de japoneses sua passagem pela Casa de Arnaldo"* os organizadores apresentam uma lista de descendentes japoneses graduados pela Faculdade de Medicina da USP, nela temos o nome do dr. Ricardo Issao Otani formado na Turma 58º de 1975, depois temos os nomes de Eduardo Mitsugu Otani e Péricles Taqueshi Otani formados na Turma 60º de 1977 (PINOTTI, 2008, p. 239-240).

Hospital das Clínicas, permanecemos ali até se formar e retonar ao lugar de origem.

Por sua vez, o doutor escolheu o curso de medicina porque,

[...] era isso ou trabalhar na lavoura, era uma opção. Ou você estuda ou vai trabalhar na lavoura. Não foi dito isso claramente, mas dava para entender bem. Vai estudar, estudar e estudar. A gente não tinha muita escolha não, na época era medicina ou engenharia e eu escolhi medicina. Então, aí tinha um tio que era médico, um primo tinha entrado na ^{USP}, aí então entrou eu e um primo junto no mesmo ano, um primo de Martinópolis, formamos na mesma escola, na melhor escola de medicina do Brasil FMUSP (ENTREVISTA: DR. PERICLES OTANI, 12/10/17).

Assim, o dr. Péricles regressou a Presidente Prudente/SP em 1981⁶⁴, como especialista em cirurgia e urologia, era médico do IAMPEPS⁶⁵ e atendia também no consultório particular, obteve vários cargos⁶⁶ dentro da UNIMED) – vide foto 6. Tal mobilidade espacial do doutor se limitou até sua formação de estudante, como profissional liberal se deslocou nacionalmente em congresso, em reuniões representando a UNIMED e em cursos de atualizações. Mas, o doutor sempre teve Presidente Prudente/SP como lugar de origem e como território de vínculos (afetivo e profissional).

⁶⁴ "Era o sonho do meu pai que eu voltasse para Presidente Prudente e trabalhasse como médico aqui" (OTANI, 2017).

⁶⁵ Aposentou pelo IAMPEPS em 2016 – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual.

⁶⁶ Foi Diretor e Superintendente Regional da UNIMED - Confederação Nacional das Cooperativas Médicas.

Foto 6: A fachada do consultório do dr. Péricles Otani.



Fonte: Trabalho de campo 12/10/17

Todavia, as práticas docentes *nikkeis* tiveram inspirações no médico prudentino o dr. Ossamu Butugan⁶⁷ otorrinolaringologista que foi professor da graduação (1969/2006) e pós-graduação (mestrado e doutorado – 1974/2006) do curso de medicina da FMUSP. Na atualidade, temos o filho do dr. Tadashi Uchida que seguiu de certa forma os passos do dr. Ossamu⁶⁸, quando o

⁶⁷ O professor dr. Ossamu Butugan "nasceu em 12 de junho de 1936 na cidade de Presidente Prudente, estado de São Paulo. Filho de Soiti Butusgan e Kozue Okamura Butusgan. Os avos paternos e Soiti Butusgan, originários de Osaka, Japão, chegaram em 1927 ao Brasil e se dirigiram para a Fazenda Mombuca, em Ipauçu, estado de São Paulo. [...] Formação pela FMUSP em 1965, com Residência Médica (1966/1967) em ORL no HC da FMUSP e curso de Aperfeiçoamento (1971/72) em ORL na Universidade de Bordeaux, França. [...] Obteve título de Doutor em Medicina pela FMUSP (1970) e de Livre Docente em ORL pela mesma Faculdade (1972). [...] Docente do Curso de Graduação da FMUSP (1969/2006) e de Fonoaudiologia da FMUSP (1969/1979) e de Pós-Graduação da FMUSP (1974/2006)" (PINOTTI, 2008, pg. 192).

⁶⁸ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4792473E6> acesso em 22/02/19.

prudentino dr. Augusto Hiroshi Uchida⁶⁹ se tornou médico assistente na FMUSP e no Hospital do Coração HCFMUSP, realizando atividades de atendimento, pesquisa, docência e treinamento na especialidade de cardiologia. Em 1977, quando o dr. Ossamu fazia parte do quadro docente da FMUSP, foi divulgado⁷⁰ por Myao (1980) que 4,7% dos professores da USP eram brasileiros descendentes de japoneses, esse percentual era relativamente elevado se comparado com o percentual geral da população nipo-brasileira que era de 2% pelo IBGE (1970). Assim, ao meu ver, a significativa entrada dos *nikkeis* na USP se deu entre as décadas de 1950-60, sendo que os primeiros docentes na universidade tiveram relevância a partir da década de 1970, somente após a década de 1980 que tanto os estudantes e como os docentes conseguiram uma representatividade *nikkei* expressiva. No limiar da década de 1980, o dr. Oscar Higa e a dra. Elza Utino iniciaram suas atividades docentes no Oeste Paulista, com a implantação da Faculdade de Medicina de Presidente Prudente/SP na UNOESTE, em uma universidade particular.

Os médicos *nikkeis* entrevistados formados na graduação de medicina da FMUSP foram o dr. Tadashi Uchida e o dr. Péricles Otani, já na pós-graduação temos o dr. Oscar Higa que fez o doutoramento em medicina pela FMUSP, para Otani (2017) nos "*formamos na melhor escola de medicina do Brasil*". Segundo Myao (1980), os nipo-brasileiros tinham preferências pelos cursos da USP pelo alto prestígio do ensino/ciência, mas também pela inexistência das taxas já que alguns *nikkeis* saiam do campo direto para universidade com recursos limitados, os cursos ligados às especialidades de biomedicinas (medicina e odontologia) ficavam em segundo lugar perdendo para as ciências exatas (engenharia e matemática). Portanto, os cursos de graduação de tempo integral como de medicina não permitiam aos *nikkeis* de estudar e trabalhar (tempo parcial) ao mesmo tempo. Somente as famílias classe média ou classe média/alta tinham condições de manter seus filhos ou filhas no curso de medicina.

⁶⁹ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751795A9> acesso em 22/02/19.

⁷⁰ Os dados foram obtidos por Myao (1980) balizado nas publicações do Centro de Estudos Nipo-brasileiros.

De modo geral, Pinotti (2008) com base nos registros do Serviço de Graduação da Faculdade de Medicina da USP de 1939 a 2007, mostrou que foram formados 9.065 médicos, dos quais 1.276 são descendentes de japoneses que representou 14,1% do total geral, sendo que os graduados nipo-brasileiros foram 783 e já as graduadas nipo-brasileiras foram 493. Nesses 68 anos da FMUSP as mulheres *nikkeis* representou de 13% das graduadas entre 1939-1950 (3 formadas de 23) passando para 46,5% entre 2001-2007 (125 formadas de 259), rompendo as barreiras da lida do campo e da cultura tradicional japonesa da mulher como dona de casa para se dedicar aos estudos, relevando um elevado grau de emancipação da mulher *nikkei*. Atualmente, confirmamos a continuidade do interesse dos *nikkeis* pela medicina da USP⁷¹, mas agora com a terceira (*sansei*) e quarta (*yonsei*) geração, damos destaque para a geração de origem interétnica pela miscigenação da sociedade brasileira. Dentro desse contexto, as médicas *nikkeis* prudentinas entrevistadas a dra. Flora Yamazaki e a dra. Elza Utino se graduaram em faculdades particulares, antes disso foram para São Paulo fazer o colegial e o cursinho pré-vestibular, prestaram o vestibular na USP, mas acabaram fazendo a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA) e a Faculdade de Medicina de Itajubá (FMIT).

No entanto, dos médicos *nikkeis* entrevistados três deles participaram de uma rede de estudos (familiar/afetiva) direcionada para o Rio de Janeiro/RJ, do cursinho pré-vestibular até a entrada na UFRJ, em períodos diferentes como: o dr. Sizuvo Iamada 1953-1959⁷², o dr. Oscar Higa 1972-1977 e, por último, o dr. Neiw Iamada 1986-1991. Essa rede para o Rio de Janeiro/RJ poderia ser considerada outra possibilidade de mobilidade dos *nikkeis* para cursarem medicina para além da FMUSP. Sem considerar que a Faculdade de Medicina da UFRJ tinha um prestígio elevado pelo seu nível de ensino/pesquisa/extensão universitária, que “disputava” com a USP a melhor escola de ensino de medicina do país.

⁷¹ Entre 2001-2007 o total de médicos graduados pela FMUSP foi de 1210, já o número de médicos *nikkeis* graduados no período foi de 259, tendo os *nikkeis* uma representatividade de 21,4%.

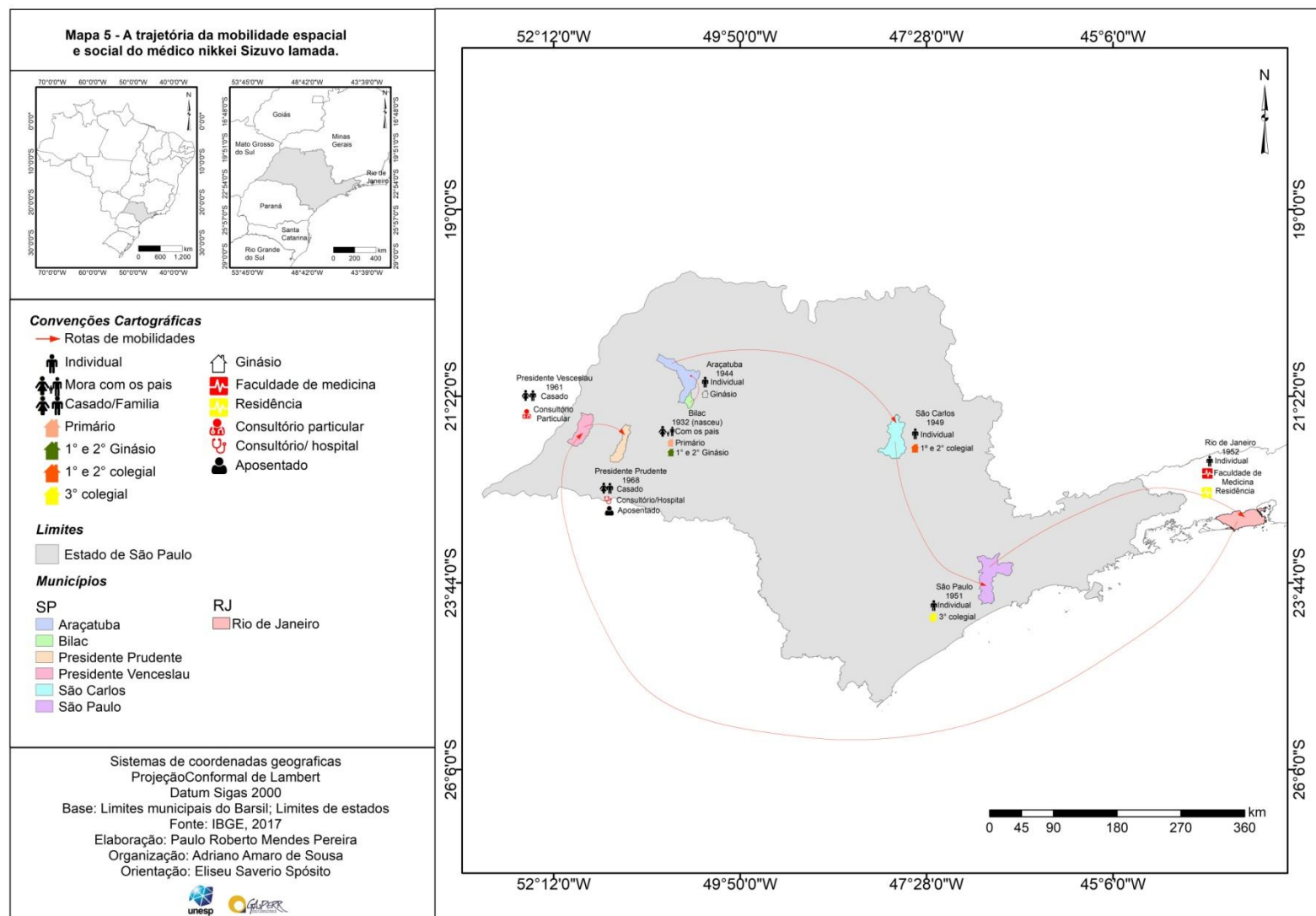
⁷² Fez a Faculdade de Medicina Nacional da antiga Universidade do Brasil. Posteriormente, sendo incorporada a UFRJ. Já o dr. Oscar Higa e Neiw Iamada cursariam medicina na UFRJ.

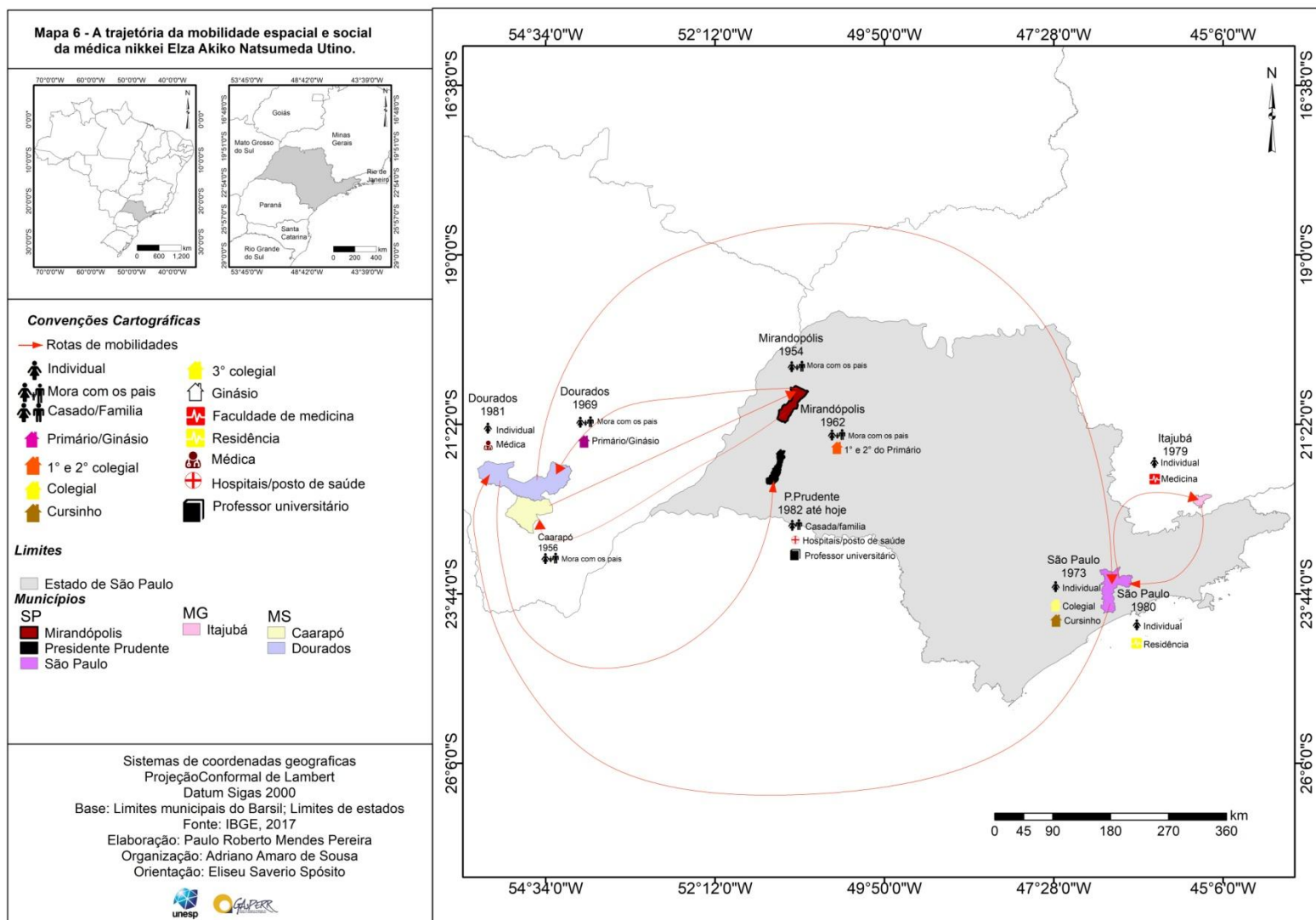
A partir de 1970, o interesse e as condições financeiras das famílias dos *nikkeis* melhoraram, porém, a dificuldade de entrar numa faculdade pública em São Paulo e no Rio de Janeiro cresceu devido à competição pelas poucas vagas nessas instituições. Com isso, a USP e a UFRJ começaram a dividir espaço com outros pólos de faculdades públicas e particulares, que emergiram em diversas regiões brasileiras atraindo os nipo-brasileiros como a FAMEMA e a FMIT, dentre esses damos destaque também na década de 1980 para o surgimento da Faculdade de Medicina em Presidente Prudente/SP da UNOESTE. Por fim, verificamos pelo nosso levantamento através da lista telefônica a *Lista Mais* de 2018, na parte do Guia de Negócios de Presidente Prudente/SP tem 703 médicos, sendo que 62 deles são *nikkeis*. E outra, sabemos que tem médicos nas prefeituras e nos postos de saúde, que não fazem propaganda do consultório. Logo os dados de divulgação mostram somente com aqueles que trabalham com medicina particular.

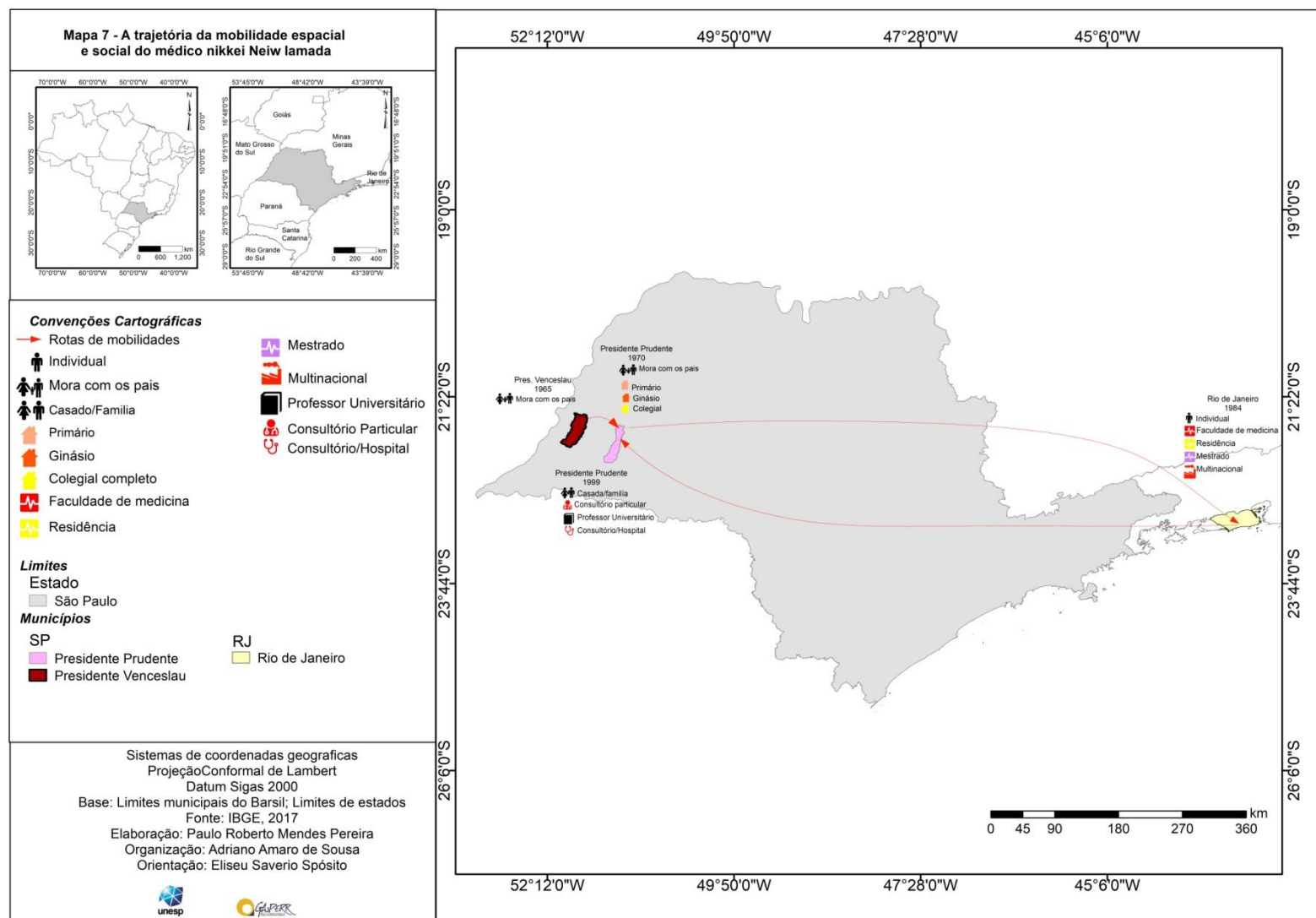
Quadro 2: A mobilidade *nikkei* para os estudos dos profissionais liberais médicos.

ENTREVISTADOS	ORIGEM	1° Mobilidade	2° Mobilidade	3° Mobilidade	4° Mobilidade	5° Mobilidade	6° Mobilidade	7° Mobilidade	8° Mobilidade
Sizuvo Iamada	<i>Nissei</i> Bilac/SP 1932	Araçatuba/SP Ginásio completo 1944	São Carlos/SP 1° e 2° colegial 1949	São Paulo/SP 3° colegial 1951	Rio de Janeiro/RJ Cursinho pré- vestibular, medicina na UFRJ e residência. 1952	Pres. Venceslau/SP Consultório Particular Casado/Família 1961	Pres. Prudente/SP Consultório e hospital. Aposentado 1968 até hoje.	-----	-----
Tadashi Uchida	<i>Nissei</i> P. Prudente/SP 1936	São Paulo Colegial completo Medicina USP Residência 1953	Pres. Prudente/SP Clínica médica Consul. Particular Casado/Família Aposentado 1963 até hoje.	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Flora Sumiko Maehara Yamazaki	<i>Nissei</i> Caiabu/SP 1953	P. Prudente/SP Ginásio Normal 11 anos 1964	São Paulo/SP Cursinho pré- vestibular 1971	Marília/SP Medicina FAMEMA Residência 1980	Pres. Prudente/SP Médica IAMSPE/Consultório Casado/Família 1981 até hoje	-----	-----	-----	-----
Oscar Haruo Higa	<i>Nissei</i> P. Presidente/SP 1954	Rio de Janeiro/RJ Cursinho Medicina UFRJ Residência e Mestrado UERJ 1972	Pres. Prudente/SP IAMSPE/Consultório Prof. Universitário Casado/Família 1981 até hoje	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Elza Akiko Natsumeda Utino	<i>Nissei</i> Mirandópolis/SP 1954	Caarapó/MS Criança 1956	Mirandópolis/SP 1° e 2° do Primário 1962	Dourados/MS Primário e Ginásio 1969	São Paulo/SP Colegial Cursinho 1973	Itajuba/MG Medicina 1979	São Paulo/SP Residência 1980	Dourados/MS Médica 1981	P. Prudente/SP Hospitais Postos de Saúde Prof. Universitária Casado/Família 1982 até hoje
Pericles Taqueshi Otani	<i>Nissei</i> P. Presidente/SP 1954	São Paulo/SP Medicina USP Residência 1971	Pres. Prudente/SP Médico IAMPS e consultório Casado/Família 1981 até hoje	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Neiw Oliveira Iamada	<i>Sansei</i> P. Venceslau/SP 1965	Pres. Prudente/SP Primário Ginásio Colegial 1970	Rio de Janeiro/RJ Cursinho Medicina UFRJ Residência UFF Mestrado UFRJ Multinacional/1984	Pres. Prudente/SP Médico Hospital/consultó rio Prof. Universitário 1999 até hoje	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Trabalho de campo do autor agosto/2017 a outubro/2018.







Quadro 3: As famílias nipo-brasileiras dos médicos estudados.

FAMÍLIA	PAIS	CIDADE	NAVIO	CHEGADA	ENTREVISTADO
Família Iamada	Haniti Iamada Yui Iamada	Saga-ken	Manila-Marú	12/08/1929	Sizuvo Iamada
Família Uchida	Ritoji Uchida Yoshiko Suheiro	Okayama-ken	Manila-Marú	24/02/1924	Tadashi Uchida
Família Maehara	Hiroyuki Maheara Masae Maheara	-----	-----	-----	Flora Sumiko Maehara Yamazaki
Família Higa	Matsuzu Higa Yoshi Higa	Okinawa-ken	-----	-----	Oscar Haruo Higa
Família Natsumeda	Yuzo Natsumeda Shimako Natsumeda	Hiroshima-ken	Hawaii-Marú	01/06/1925	Elza Akiko Matsumeda Utino
Família Otani	Michitochi Otani Yaeko Otani	Hyogo-ken	Hawaii-Marú	01/06/1925	Pericles Taqueshi Otani
Família Iamada	Sizuvo Iamada Muriel Oliveira Iamada	Saga-ken	Manila-Marú	12/08/1929	Neiw Oliveira Iamada

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

Quadro 4: As principais características identitárias dos entrevistados *nikkeis*.

ENTREVISTADO	IDIOMA	RELIGIÃO	CASAMENTO	ASSOCIAÇÃO
Sizuvo Iamada	Compreende	Católica/Budista	Brasileira	Prestigia
Tadashi Uchida	Alfabetizado	Católica/Budista	Nissei	Participa
Flora Sumiko Maehara Yamazaki	Não fala	-----	Nissei	Prestigia
Oscar Haruo Higa	Não fala	Evangélico	Brasileira	Prestigia
Elza Akiko Matsumeda Utino	Compreende	Católica/Budista	Nissei	Prestigia
Pericles Taqueshi Otani	Não Fala	-----	Nissei	Prestigia
Neiw Oliveira Iamada	Não fala	Católico	Brasileira	Prestigia

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

4.2 A mobilidade espacial e social dos *nikkeis* profissionais liberais dentistas.

Dentro desse contexto dos descendentes de japoneses na área da saúde, temos o nosso primeiro entrevistado o *nikkei* dentista Izumi Sakuma que era natural de um núcleo de colonização japonesa tradicional do município de Bastos/SP, denominado Núcleo de Bastos⁷³ sendo localizado na Alta Paulista. Como todo núcleo de colonização nipônica era uma organização governamental japonesa planejada. Esse núcleo foi criado em 1928, procurava atrair imigrantes vindos do Japão e antigos imigrantes residentes nipônicos no país⁷⁴, para garantir a territorialização deles na sociedade receptora, não ocorrendo à imigração de retorno (vide o quadro 5, 6 e 7).

Nessa perspectiva, o pai do sr. Izumi o *issei* sr. Hideo Sakuma se instalou no núcleo de Bastos/SP em 1929, um ano depois do início da colonização do núcleo, veio junto com o pai e mais seis irmãos que passariam a produzir café e algodão como sitiante. Posteriormente, no espaço urbano começariam a produzir doces japoneses (manju, bolacha, balas e entre outros). Por sua vez, o sr. Izumi era o filho primogênito do casal Hideo Sakuma e Sonoko Sakuma, ambos se conheceram pelo tradicional casamento arranjado⁷⁵ nipônico, como descreve o filho.

Naquele tempo era muito comum ter missionários japoneses que visitavam as famílias nipônicas aqui no Brasil para pregar o evangelho. E esse missionário evangélico visitava a família do sr. Zentaro Nomura que tinha várias filhas lá em Presidente

⁷³ "Bastos é um núcleo de colonização fundado e administrado pela empresa BRATAC. Localiza-se a 10 km de Iacri, na linha Paulista, e distante aproximadamente 580 km da cidade de São Paulo. [...] A área total do núcleo era no início de 12.000 alqueires. Posteriormente foram comprados 932 alqueires adicionais de terras vizinhas, totalizando assim 1932 alqueires. O projeto inicial era vender em três anos 9.000 alqueires de terras altas e secas, divididas em 900 lotes de 10 alqueires cada. O nome desse núcleo foi tirado de um dos seis proprietários da região, Henrique Bastos" (HANDA, 1987, p. 436).

⁷⁴ Inicialmente a ideia era "colonizar a região somente com imigrantes do Japão. Mas, dadas às circunstâncias da época, mudou-se a política no sentido de receber também imigrantes já no Brasil" (HANDA, 1987).

⁷⁵ Conforme Cardoso 1998.

Venceslau/SP. E ele também visitava a cidade de Bastos/SP e, coincidentemente, visitou a casa da minha avó paterna pregando o evangelho lá. E a minha avó falou assim: *"eu tenho seis filhos homens. Você que visita por aí tudo, vê se encontrar alguma família que tenha bastante filhas para casar com os meus filhos aqui"*. Daí a família do meu avô Zentaro tinha seis mulheres e dois filhos. Então, o interesse que o meu avô tinha era para não deixar nenhuma filha virar titia e, também, falou com o missionário: *"você que visita tudo por aí, visita o Brasil inteiro, você não conhece alguma família assim?"*. Aí ele pediu para o meu avô materno arrumar umas fotos que ia apresentar elas por aí. O missionário pegou as fotos das filhas do meu avô e apresentou para a minha avó lá de Bastos. Ambas as famílias viram as fotos e simpatizaram e meus pais se casaram dessa forma (ENTREVISTA: DR. IZUMI SAKUMA, 06/06/18).

O casamento arranjado era uma prática de territorialidade tradicional dos japoneses no Brasil, que procurava escolher uma noiva para o filho pelas fotos via indicação de um líder comunitário conhecido da família, que poderia apresentar o filho ou a filha na comunidade nipo-brasileira. Nesse caso, o missionário saiu por aí para apresentar as duas famílias Sakuma e Nomura, naquele tempo demorava muito para ter uma notícia dos pretendentes, pois a viagem era feita a cavalo e muitas famílias estavam na lida do campo, percorrendo grandes distâncias. O missionário era sempre um homem sábio e de bons contatos, apresentou as fotos para duas famílias que tinham uma "embrionária" fábrica de doces japoneses, sendo que uma era em Venceslau/SP e a outra ficava em Bastos/SP. Essa prática tradicional dizia que o casamenteiro apresentava a pessoa certa para a família certa e, também, o casamento era um negócio (interesses coletivo) de família e não por amor (interesse individual).

Todavia, os pais do sr. Izumi se casaram em meados de 1937 e foram morar em Bastos/SP, logo ele nasceu em 1939, lá a família vivenciou diretamente toda aquela atmosfera da perseguição aos japoneses durante o período da II Guerra Mundial e dos ataques terroristas em Bastos/SP. Dentre esses episódios o que ficou registrado para o doutor foi à morte do presidente da empresa BRATAC e a invasão nas residências a procura de livros/jornais em japonês e de rádios transmissores que poderia ser uma suposta comunicação com o Japão e entre os membros nipônicos ditos "vitoriosos" no Brasil.

Ademais, o doutor nos descreveu claramente o município de Bastos/SP no conturbado período de guerra e ataques⁷⁶ aos patrícios.

E aí a cidade de Bastos era uma das terras em que teve o pivô daqueles fanáticos japoneses que não aceitavam a derrota do Japão na guerra com os Estados Unidos. Eram os extremistas. E era na cidade de Bastos que morava bastante japonês, sendo que muitos jovens da comunidade, estavam inconformado com a derrota dos japoneses. Na realidade, eles não acreditavam que o Japão tinha perdido a guerra, porque japonês era filho de Deus, eram pessoas iluminadas por Deus e que de maneira alguma aceitavam o fato de perder uma guerra. Porque em todas as guerras que o Japão se metia, nunca perdeu uma guerra (ENTREVISTA: DR. IZUMI SAKUMA, 06/06/18).

De modo geral, a guerra atrapalhou muito a vida dos japoneses e descendentes em Bastos/SP, *"só que os japoneses moradores aqui no pós-guerra começaram arregaçar as mangas e foram trabalhar bastante, já que tinham perdido a guerra, então não podíamos perder a honra deles no Brasil"* (SAKUMA, 2018). Paulatinamente, o município de Bastos/SP foi se desenvolvendo pela dinâmica da agricultura voltada na pequena propriedade familiar com a criação de frangos e de ovos na granja. Com isso, a família paterna veio se destacando no município e no entorno com a produção de doces japoneses para a colônia e para os cidadãos. A pequena fábrica quase agroartesanal era denominada de *"Fábrica de Doces Canaã"*. Logo o meu pai saiu da sociedade com a família e foi montar sozinho um depósito de doces no município de Adamantina/SP, depois passou também a fabricar esses doces japoneses lá e ser revendedor de diversos doces (balas, bombons e chocolates em geral) que comprava em São Paulo.

⁷⁶ A associação secreta de maior expressão do período foi a *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos) criada por ex-militares japoneses que dinamizavam atos terroristas contra os seus patrícios derrotistas e, paulatinamente, foram agregando mais súditos chegando a cerca de 100 mil japoneses no Brasil. Tinha como ideologia voltar à terra natal ou migrar para as colônias japonesas no Sudeste Asiático após a II Guerra Mundial (MITA, 1986). O relato oral de um ex-militante da Shindo Reinmei que foi preso pelo assassinato do diretor da Cooperativa de Bastos mostrou como os japoneses estavam confusos e perturbados: *"[...] comecei a pensar que desde 1941 (quando rompeu a guerra entre o Japão e os Estados Unidos) que criar bicho-da-seda e plantar hortelã só serviria para auxiliar os inimigos do Japão. Mas cheguei também à conclusão de que plantar algodão e arroz serviria ao inimigo que é o Brasil. Portanto, a melhor maneira de viver para os trabalhadores japoneses era só plantar verduras"* (VIEIRA, 1973, p. 237).

Segundo Sakuma (2018), a ida dos meus pais para Adamantina além da oportunidade de negócios era também para que os filhos pudessem fazer o ginásio, pois esse curso não era oferecido gratuitamente pelo governo no município de Bastos/SP naquele período, abaixo o doutor nos relatou como se deu a sua mobilidade para o estudo e carreira profissional.

Eu fiz o primário na escola pública São Jose dos padres franciscanos e a escolinha japonesa em Bastos/SP. E o ginásio eu fui fazer em Adamantina/SP. Então, quando eu terminei o ginásio devia estar com uns 13 para 14 anos. Na época não tinha nenhum curso acima do ginásio em Adamantina/SP. Aí minha mãe me trouxe aqui em Presidente Prudente/SP para fazer o colegial junto com os meus primos e, também, para trabalhar na fábrica de doces *Monte Sinai* com meu avô materno Zentaro Nomura, pois ele havia mudado de Presidente Venceslau/SP para Presidente Prudente/SP, fazia algum tempo. Eu estava pensando em ir para São Paulo/SP ou Curitiba/PR fazer o colegial lá, mas acabei aqui com meu avô. Fui fazer o colegial científico no I. E. Fernando Costa. Meu avô viu que estava fazendo o segundo ano do científico me colocou para fazer o curso particular de técnico em contabilidade no Colégio São Paulo, pois queria alguém para trabalhar no escritório e na contabilidade. Aí quando terminei o científico fui fazer o vestibular e passei na Faculdade de Odontologia de Lins, prestaram junto comigo mais dois meninos que meu avô havia adotado, nós passamos os três primos juntos no mesmo ano e na faculdade particular, meu avô ficou muito feliz e arcou com os custos do estudo dos três netos (ENTREVISTA: DR. IZUMI SAKUMA, 06/06/18).

No entanto, os municípios de Bastos/SP e Adamantina/SP não eram um território de possibilidades para dar continuidade nos estudos, pois não ofertavam o ensino básico. E o município de Presidente Prudente/SP se apresentava como uma possibilidade de estudos para os *nikkeis* do entorno, como no caso do dentista Izumi Sakuma, sendo que para ele em tal município tinha também uma rede familiar/afetiva. O lar e a fábrica⁷⁷ do avô Zentaro que o faria criar vínculos nesse novo território.

Sendo assim, o sr. Izumi morou/trabalhou/estudou em Presidente Prudente/SP junto ao seu avô materno e com seus treze primos. Dentre os primos destacamos dois o Sakae Nishimura e o Tadao Nishimura que foram

⁷⁷ Na época a fábrica se localizava ao lado do prédio do centro espírita Alan Kardec na avenida Brasil.

netos adotivos⁷⁸ do meu avô e que vieram morar/trabalhar na fábrica com o objetivo de estudar e ter uma profissão. E de certa forma a “profecia” foi cumprida saíram daqui dentistas dando orgulho ao meu avô Nomura. Os outros netos e netas também se formaram, mas nenhum deles deram prosseguimento aos ensinamentos da fábrica de doces como meu avô queria. Ele queria um sucessor para dar continuidade ao nome da família na tradição de doces japoneses (vide o mapa 8).

A fábrica de doces *Monte Sinai*⁷⁹ produzia balas, manju, caramelos, paçoquinha, maria mole e entre outros era quase tudo artesanal. Conforme Sakuma (2007), *“tinha que bater a massa da maria mole, depois bater e moer o amendoim para a paçoquinha, na sequência torrar o amendoim para fazer pé de moleque, era um trabalho artesanal”*. Contudo, todo o trabalho na fábrica praticamente era realizado pelos primos (crianças e adolescentes). O avô fazia o acompanhamento dos estudos e apoiava no esporte no jogo de futebol. A empresa tinha um time dos meninos, sendo que dois irmãos se destacaram e jogaram em dois clubes do município: um na APEA e o outro no Corintinhas⁸⁰. Com isso, o sr. Izumi Sakuma que apoiava muito o jogo de futebol entre os *nikkeis* foi convidado a ser presidente do clube *Centro Cívico Nissei* e depois ele fizera parte da diretoria no departamento de beisebol da ACAE.

Assim, o dentista Izumi Sakuma terminou a Faculdade de Odontologia de Lins (FOL) em 1961, juntamente com seus dois primos, montando seu consultório particular atendendo a população em geral. Casou-se em 1964 com uma *nissei* e teve quatro filhos, sendo duas dentistas, um médico oftalmologista e um médico veterinário. Em 1973, foi convidado pelo ex-deputado federal Antônio Zacarias no Rotary Clube de Presidente Prudente Leste, passando a

⁷⁸ “O pai falecera de tuberculose e a mãe desesperada porque não tinha como criar e dar estudo para os filhos veio à cidade para deixá-los para uma família cuidar. Dizia que a única coisa que os filhos poderiam aprender no sítio era puxar enxada e na cidade tinham mais condições. Indicaram a casa do meu avô como um senhor que gostava e cuidava de netinhos. Ela pegou o endereço e foi até lá. Daí contou a história da pobreza dela e ele falou pra deixar os dois meninos que ele ia cuidar deles. Aí a mãe disse: só que tem uma condição queria que eles estudassem, não ficassem só ajudando vocês. E meu avô concordou e deu moradia-trabalho-estudos para os meus primos adotivos que considero como da família” (SAKUMA, 2018).

⁷⁹ Os concorrentes eram: Balas Anzai do sr. Susumu Anzai e a Balas Cedral do sr. Suguizaoa.

⁸⁰ Ambos os times não existem mais no município. Os irmãos eram Minoru Nobura e Yukaka Nobura (SAKUMA, 2018).

presidi-lo no ano de 77/78, posteriormente participando de várias missões de ajuda voluntária como dentista: nacionais (Vale do Jequitinhonha) e internacionais (Equador, Peru, Etiópia, Quênia e Uganda). Na Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas foi sócio desde 1961 e presidiu o biênio 1979/1980. Foi empreendedor e montou em 1984 um *Pronto Socorro Odontológico*, na rua Joaquim Nabuco no número 829, atendia exclusivamente os pacientes do SUS até 1999. E, também, atendia no particular na *Clínica Sakuma*⁸¹ na rua tenente Nicolau Maffei no número 1089 (vide a foto 7). Atualmente o doutor está aposentado e se dedica ao lazer tendo como *hobby* a pescaria

Já o outro entrevistado o *sansei* dentista Augusto Anzai era uma geração posterior a do sr. Izumi Sakuma, sendo que o dr. Augusto foi colega de turma na Faculdade de Odontologia de Araçatuba na UNESP do irmão de Izumi, ambos se formaram em 1971. Voltaram em 1972 para trabalharem em Presidente Prudente/SP, quando o sr. Augusto montou um consultório particular e o irmão do dr. Izumi veio para trabalhar com ele no seu consultório. Posteriormente, o irmão dentista do Izumi já casado e com filhos resolveu ir para o Japão, no início da década de 1990, trabalhar como *dekassegui* deixando a odontologia. Já o sr. Augusto trabalhou como dentista no consultório particular e como professor universitário na Faculdade de Odontologia de Presidente Prudente na Unoeste até se aposentar em 2014.

⁸¹ Para Sakuma (2018), a clínica tem quatro salas de atendimento clínico e uma sala de espera o dr. Izumi montou esperando que os filhos fossem trabalhar junto com ele, somente o filho oftalmologista utilizou a clínica por um tempo e hoje trabalha em Ribeirão Preto. As filhas uma mora em Prudente e tem sua clínica e a outra reside em São Paulo/SP, pois convidei ela e o marido para virem morar aqui e trabalhar na clínica não quisera, disseram que toda a clientela dela estava lá. E o doutor contra argumentou aqui você terá 57 anos de clientela que posso lhe repassar. Mas, ela e o marido ficaram na capital. Daí ele me disse em tom de brincadeira "*ninguém quis receber a herança antecipada*" (SAKUMA, 2018).

Foto 7: A localização do consultório do dr. Izumi Sakuma.



Fonte: Trabalho de campo 06/06/18

Nesse sentido, o dr. Augusto Anzai nascera em 1948 no município de Presidente Prudente/SP. Era filho do agricultor *nissei* o sr. Issao Anzai e da dona de casa *nissei* a sra. Aia Anzai. Por sua vez, a união dos meus pais ocorreu pelo tradicional casamento arranjado⁸² em Santo Anastácio/SP. Eles deixariam o campo e se aventurariam no espaço urbano junto com o avô Sussumu e os nove tios/tias para montar uma fábrica de balas em Presidente Prudente/SP, em 1948. A fábrica se localizava na rua Rui Barbosa, lá embaixo, na Vila Santa Helena próximo da igreja católica São Jose, sendo que a fábrica

⁸² Conforme Cardoso 1998.

era na parte da frente e a casa era no fundo. O sr. Augusto passou toda a sua infância e adolescência nesse ambiente de casa-fábrica. Doravante,

[...] o sr. Sussumu entregou aos filhos a direção da pequena empresa. O negócio prosperou sob a liderança dos quatro irmãos. Em 1953, Issao fundou a fábrica de balas "A Prudentina", uma homenagem à cidade em que a família residia, planejando ficar nela definitivamente. A empresa registrou expressivos níveis de crescimento, sendo em 1963, transformou-se em indústria, como o nome de "Indústria e Comércio de Balas Anzai Ltda.". Em 1976, passou a chamar-se "Comércio de Balas Anzai", com a administração de Issao, Natal e Mario Anzai, distribuindo seus produtos para as regiões da Sorocabana e Noroeste, além dos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul (SHIACASHO, S/D, p. 324).

Segundo o entrevistado a fábrica de balas Anzai sobreviveu até o início da década de 1980, pois cada irmão resolveu fazer suas coisas deixando o negócio da família de lado, em especial os tios que se formaram e foram trabalhar em São Paulo/SP e Curitiba/PR, diminuindo a mão de obra na fábrica e a administração do empreendimento. Além da entrada das grandes indústrias do setor de doces e guloseimas que monopolizava o mercado dificultando a sobrevivência das pequenas fábricas "artesaniais"⁸³. Os filhos dos tios também se tornaram profissionais liberais (médicos, dentistas, advogados, professoras) e não podiam contar com eles para trabalhar na fábrica. E a família resolveu vender a fábrica de balas. E cada filho e neto seguiu sua profissão. Com o fechamento da fábrica o pai do doutor o sr. Issao acabou se aposentando.

A trajetória de formação escolar e de carreira profissional do dentista Augusto iniciou quando criança, na escolinha japonesa na sede da ACAE, que na época tinha que pagar uma pequena contribuição. Ele ia mais para praticar a língua incentivado pelos pais que diziam *"tem cara de japonês, então tem que saber falar um pouquinho da língua, pelo menos entender o japonês"* (ANZAI, 2017). Já na escola formal estudou o primário na Escola Pública Arruda Mello e o ginásio/colegial fizera no I. E. Fernando Costa. Ele saiu do colegial e prestou

⁸³ Em 1990, teve no Oeste Paulista a entrada de multinacionais no ramo de doces, guloseimas e bolachas (GOMES, 2007 ; BOMTEMPO, 2011).

o vestibular da VUNESP, passando no curso de Odontologia da UNESP, do câmpus de Araçatuba/SP.

Eu escolhi essa profissão porque tinha um primo dentista em Guarulhos/SP o dr. Hatsuo Ueno. Então, eu não pensei duas vezes, terminei o colegial, fui para o vestibular focado na odontologia e consegui passar, porque era concorrido naquela época tinha somente oitenta vagas. Eram poucas as cidades que oferecia faculdade de odontologia gratuita dentre elas foram: Bauru (USP), Araraquara (UNESP) e Araçatuba (UNESP)” (ENTREVISTA: DR. AUGUSTO ANZAI, 10/08/17).

O doutor foi morar no alojamento masculino da república da colônia japonesa na Associação Cultural Esportiva Nipo-brasileira de Araçatuba (ACEA) no centro da cidade. Já a faculdade de odontologia da UNESP na época se localizava na Vila Mendonça⁸⁴. Lá na república da ACEA tinha que pagar uma taxa de contribuição, lá existia a ala masculina e feminina, muitos estudantes da zona rural vinham para fazer o ginásio e o colegial, dentre eles tinham alguns que cursavam faculdade. Fiquei na Faculdade de Odontologia de Araçatuba de 1968 até 1971, retornando para Presidente Prudente/SP como dentista. Todavia, o doutor nos descreveu que na sua cidade natal também havia esse tipo de infra-estrutura voltada ao estudo pela colônia,

O prédio da ACAE de Presidente Prudente/SP tinha um alojamento que ficava embaixo do Colégio São Paulo, nele residiam cerca de uns setenta estudantes, era o pessoal da zona rural que vinham para cá estudar, minha prima inclusive morou lá. Além do alojamento existiam várias outras pensões na cidade que recebiam estudantes de fora e da zona rural no intuito de concluir os estudos. Normalmente esses pensionatos eram de viúvas que alugavam quartos, arrumavam refeições e tudo para a pessoa estudar e trabalhar. Tinham muitos, mas lembro somente de uns quatro: a Saito na Vila Marcondes; a Taniguchi na Felício Tarabai; um outro na avenida Manoel Goulart; e, o outro, aqui no centro também. Não era fácil para as famílias custear os estudos dos filhos pesava o pousio e a comida (ENTREVISTA: DR. AUGUSTO ANZAI, 10/08/17).

⁸⁴ Agora o campus da UNESP fica na beira da rodovia Marechal Cândido Rondon.

No regresso ao lugar de origem, o dr. Augusto montou seu consultório particular e como filho primogênito veio também assumir algumas obrigações na família⁸⁵, conforme nos relatou abaixo.

Minha família era bem tradicional desde os meus bisavós paterno/materno lá o Japão. Hoje não. Mas, antigamente os japoneses davam muita ênfase ao primeiro filho homem. Ele que herdava a tradição e o dia-a-dia da família. Então, meu avô era o mais velho, meu pai era o mais velho eu sou o mais velho. Você vai levando a herança dos ancestrais. A gente tinha que dar exemplo, pois eu fui o primeiro a sair de casa para a faculdade. Aí depois, meus dois irmãos mais novos foram estudar faculdade fora, em faculdade particular. Só o que o meu pai ganhava não dava. Eu tive que ajudar também financeiramente para o custeio deles. Então, tem isso a herança que a gente vai levando. Todas as coisas da família que era do meu avô passaram para o meu pai e do meu pai passou para mim. Agora eu não sei se o meu filho vai seguir. O meu filho já é bem brasileiro mesmo, ele não quer muito. Ele leva a vida dele em São Paulo, mas ele não é muito de tradição não (ENTREVISTA: DR. AUGUSTO ANZAI, 10/08/17).

Como o filho mais velho o dr. Augusto de, certa forma, rompeu relativamente com a tradição também e foi estudar fora se tornando dentista. Logo, não dando continuidade a fábrica de balas da família como seu pai Issao o fizera. Porém, como primogênito assumiu o compromisso junto ao pai de ajudar na formação dos outros quatro irmãos, sendo que os dois irmãos se graduaram em medicina em faculdades particulares fora do município, já as duas irmãs se formaram em pedagogia⁸⁶ em Presidente Prudente/SP. A família veio ao longo do espaço-tempo, procurando manter a tradição nipônica desde São Manuel/SP, posteriormente em Santo Anastácio/SP, os meus avós iniciaram a associação nipo-brasileira lá. Já o doutor participou da ACAE no beisebol e do Círculo Católico Estrela da Manhã⁸⁷. Agora, a manutenção das tradições (deveres e obrigações) da família pelo filho primogênito brasileiro do sansei

⁸⁵ Conforme Cardoso 1998.

⁸⁶ Conforme Nomura (2008).

⁸⁷ “No Círculo Católico Estrela da Manhã tinha o grupo de jovens, a catequização tudo assim que a gente participava de catequese, porque aí tinha uma irmã espiritual da igreja, do colégio Cristo Rei, que orientava a parte espiritual. Então, nós fizemos primeira comunhão, crisma, tudo aí no Cristo Rei, dentro do Círculo Católico Estrela da Manhã” (ANZAI, 2017).

Augusto possivelmente não acontecera, porque ele já representa a quarta geração de nipo-brasileiro e essas relações começam a se esfacelar.

Em síntese, o dentista Augusto Anzai era casado com uma *nissei* e teve um casal de filhos, atendia em consultório particular de 1972-2014 e foi professor universitário ministrando as aulas de 1974-2014. Já sobre o atendimento em seus consultórios no município de Presidente Prudente/SP, ele apontou suas diversas especialidades, como podemos acompanhar pelo que o doutor nos narrou,

[...] meu primeiro consultório foi na rua Gurgel em 1972 aqui no centro. Era grande o espaço do consultório tinham três salas e cerca de uns 40 metros quadrados. Ficava em cima do restaurante H2. Eu comprei financiado pelo banco do Banespa e fui pagando as prestações. Graças à Deus tive boa clientela e deu para pagar. Fiquei nesse endereço cerca de 10 anos. Depois fui para a avenida Washington Luís com a rua Reverendo Coriolano, em frente ao Posto Paulistinha e fiquei mais uns 10 anos. Depois mudei para trás da Igreja Maristela junto com os meus dois irmãos médicos Ademar (ginecologista) e Ademir (obstetra/pediatra *in memoriam*) na avenida José Carmelo Zaupa. Fiquei nesse último endereço de 1980 até me aposentar. Hoje a clínica funciona com o meu irmão e mais dois sobrinhos trabalhando nela (ENTREVISTA: DR. AUGUSTO ANZAI, 10/08/17) – vide a foto 8.

Foto 8: O consultório médico da família Anzai.



Fonte: Trabalho de campo 10/08/17.

O outro dentista entrevistado prestou serviços no *Pronto Socorro Odontológico* de Presidente Prudente/SP do dr. Izumi Sakuma, era ele o *nissei* dr. Luiz Tomoyuki Nagai nascido em 1953 e natural de Pirapozinho/SP, sendo filho do agricultor o sr. Hitoshi Nagai e da dona de casa a sra. Sumie Nagai. Meus pais chegaram crianças bem antes da II Guerra Mundial e se casaram no Brasil. Antes, porém, o percurso de deslocamento espacial para o trabalho da família Nagai iniciou em Nova Granada/SP, próximo a Ribeirão Preto/SP como colono para o café, conforme Nagai (2017) "*ficaram um bom tempo em Nova Granada/SP até pagarem as dívidas da viagem e conseguirem dinheiro para virem para essa região comprar terras*".

Foi em Pirapozinho/SP que o sr. Hitoshi Nagai adquiriu um lote de terra rural em meados de 1952, convidando mais onze famílias para montar uma pequena colônia nipônica, dentro do seu sítio. Para o doutor Luiz Nagai (2017),

[...] associação não é colônia. A colônia era na roça. A associação já acontecia na cidade. Pois a associação já era o lugar em que já estava se formando nikkeis para você se associar. A colônia não, a colônia era para você pegar aquela coisa bruta (floresta, bichos etc) e colocar no lugar. Isso é a colônia. Depois da colônia era que você vai montar a associação. Essa era a diferença de colônia e associação. Quando já se tornou urbano, já começou a perder um pouco as tradições, alguma coisa nesse sentido. Aí seria associação. Associações eram mais fáceis de você formar. Pode ser associação religiosa, pode ser associação de lazer, esporte" (14/08/17).

Essa colônia em Pirapozinho era denominada de *Kywoa* que representava união. Além da família Nagai a colônia foi composta também pelas famílias dos seguintes sobrenomes: Suegane, Noro, Unemura, Endo e Ono. A fazenda *Kyowa* foi liderada e idealizada pelo sr. Hitoshi, em que a maioria dos membros tinham relações de parentescos e amizades, desde a época de Nova Granada/SP. O pai do sr. Luiz a partir da colônia tinha como objetivo a cooperação dos membros e a educação dos filhos, já que tinham dificuldades com a língua e com a alimentação, procuravam mutuo ajuda para crescer como grupo e ter condições intelectuais para superarem as dificuldades da colônia. Foram 13 anos de convivência na fazenda, posteriormente, cada um dos

membros foi cuidar do que era seu. Não houve uma “falência” da fazenda, mas problemas de comando entre as famílias e também conflitos de gerações, pois os filhos dos pioneiros estavam na frente da administração da fazenda o que gerou vários atritos. Com isso resolveram terminar a colônia em 1965. E a família Nagai permaneceu no sítio.

A formação escolar do dentista o sr. Luiz Nagai⁸⁸ iniciaria na colônia *Kyowa* juntamente com seus nove irmãos (cinco mulheres e quatro homens), primos e amigos com a escolinha japonesa em que se aprendia o idioma e a cultura oriental. E, também, lá os estudos formais da primeira a quarta série do primário foram feitos na colônia. Somente no ginásio que fomos estudar no espaço urbano de Pirapozinho/SP. Fizera o ginásio e o colegial na escola pública E.E. Lúcia Silvia de Assumpção. Com 17 anos se mudou para Presidente Prudente/SP para trabalhar e se preparar para entrar em uma universidade. Entrou na UNOESTE para cursar a graduação em odontologia na turma de 1976, se formando em 1979⁸⁹. Fazia faculdade mesclando com o trabalho no comércio que era sempre a noite durante a semana, no sábado, no domingo e nos feriados, porque ele tinha que se sustentar sozinho com muita dificuldade para trabalhar e estudar. Segundo Nagai (2017), *"consegui me graduar em odontologia através do credito educativo, que foi de grande valia, se não fosse o credito naquela época eu jamais teria me tornado dentista"*. Portanto, as políticas públicas já na década de 1970, contribuindo para formar jovens em diversas profissões técnicas especializadas, que auxiliou o estudante *nikkei* entrevistado a se tornar um dentista, profissão que na década de 1970 faltava mão-de-obra. Cursou especialização em odontologia na área de Clínico Geral na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) em Campo Grande/MS⁹⁰.

Após o término do curso em 1980, o dr. Luiz Nagai montou um consultório particular na rua Barão do Rio Branco encostado a Igreja da

⁸⁸ O doutor Luiz Nagai é o nono filho praticamente o caçula da família. Os irmãos mais velhos não tiveram oportunidades de estudar, somente os mais novos que fizeram: técnico em eletrônica, administração de empresas, ciências biológicas e odontologia. Hoje somente o dr. Luiz está na região de Presidente Prudente/SP, os outros irmãos estão espalhados pelo Brasil (Tocantins, Curitiba, Cuiabá, Paraná, entre outros) (NAGAI, 2017).

⁸⁹ Foi aluno do Prof. Augusto Anzai.

⁹⁰ A pós-graduação era quinzenalmente com aulas concentradas nos finais de semanas tendo tempo para trabalhar e estudar.

Catedral de Presidente Prudente/SP, ficando até 1982 quando sofrera um acidente de carro. Ele passou seis anos enfermo em tratamento e se recuperando. Casou-se em 1987 com uma *sansei* e teve três filhos. Depois prestou serviços por cerca de quatro anos em um *Pronto Socorro Odontológico*, que se localizava na rua Joaquim Nabuco do dr. Izumi Sakuma, que era uma clínica terceirizada credenciada ao INSS, entre 1995 a 1998. E hoje o doutor atende no consultório da rua Djalma Dutra na especialidade clínico geral (veja a foto 9).

Foto 9: A localização do consultório do dr. Luiz Nagai.



Fonte: Trabalho de campo 14/09/17.

A nossa última entrevistada foi a *sansei* dentista Márcia Hideko Sakuma Ohashi, que também trabalhou no *Pronto Socorro Odontológico* de Presidente Prudente/SP, sendo ela filha do nosso outro entrevistado supracitado acima o dr. Izumi Sakuma. Desse modo, a sra. Márcia Sakuma nasceu em 1966 no

município de Presidente Prudente/SP, cuja filiação paterna era do dentista dr. Izumi Sakuma e da professora a sra. Dália Yasuko Ishii Sakuma.

Todavia a história da sansei ocorrera com a chegada do pai em Presidente Prudente/SP, logo depois da II Guerra Mundial por volta de 1952, com apenas quatorze anos de idade para fazer o colegial e trabalhar na "*Fábrica de Balas Monte Sinai*" do seu avô materno Zentaro Nomura. Veio para Presidente Prudente/SP porque ele não tinha como avançar nos estudos em Adamantina/SP. Posteriormente, de Presidente Prudente/SP seu pai foi para o município de Lins/SP cursar a faculdade particular de odontologia a FOL. Voltou de Lins/SP e montou um consultório em 1962. Em 1964, ele casaria com a *nissei* Dália Ishii, com quem tivera quatro filhos sendo dois homens e duas mulheres, em que a primogênita da família era a dentista Márcia Sakuma. Todos os filhos se formaram em nível superior tendo duas dentistas, um médico oftalmologista e um médico veterinário.

Portanto, a trajetória de mobilidade espacial e social da doutora pode ser visualizada, conforme ela nos relatou em entrevista,

Eu nasci aqui, mas fui fazer o colegial em São Paulo/SP em 1981. Aqui eu fiz o primário e o ginásio no E. E. Arruda Melo. Fiz a escolinha japonesa entre os 9 aos 14 anos era no templo budista atrás da Santa Casa. Já em São Paulo/SP, fui para o Colégio Bandeirantes no bairro Paraíso, era muito conhecido esse colégio, um dos colégios que mais colocavam os alunos em universidades públicas de boa qualidade no país. Fiz os três anos de colegial e passei direto na faculdade da FOU SP em 1984. O Colégio Bandeirantes tinha um ensino de qualidade e puxado que o aluno passava direto nas universidades sem fazer cursinho. Foi o que aconteceu comigo. Terminei a Faculdade de Odontologia da USP do câmpus Butantã em 1988 (ENTREVISTA: DRA. MÁRCIA SAKUMA, 28/08/17).

Doravante, o incentivo que a doutora recebeu para estudar fora do lugar de origem partiu da sua mãe a professora Dália Sakuma, que orientou a filha a estudar no Colégio Bandeirantes na capital, almejando a entrada da filha em uma universidade pública como a USP. Como o colégio era de boa qualidade e a filha primogênita passara na FOU SP, sendo que a doutora abriu caminho para dar oportunidades para os irmãos mais novos estudarem nesse colégio

particular, tendo uma excelente preparação. Foi por intermédio de um médico *nikkei* prudentino o dr. Sakai Sakura que sua mãe ficou sabendo desse colégio, porque o filho do doutor havia estudado lá e passado na FMUSP, sendo médico cirurgião.

A partir dessa experiência e de que o ensino em Presidente Prudente/SP não era tão forte e puxado, ou seja, competitivo. Ela resolveu colocar sua filha no Bandeirantes em São Paulo/SP, conforme nos assevera a doutora,

Foi assim minha mãe sugeriu, disse que era uma boa escola, que seria muito bom para mim e eu acabei indo. Foi difícil no começo, porque menina né, morar fora de casa, se separar da família e era a irmã mais velha. Tudo era desconhecido, tinha que enfrentar uma cidade perigosa. Mas, não me arrependo de ter ido (ENTREVISTA: DRA. MÁRCIA SAKUMA, 28/08/17).

Essa mobilidade espacial de Presidente Prudente/SP para São Paulo aconteceu porque a família tinha uma rede de apoio afetivo que era a avó materna. Quando a avó ficou viúva o pai da doutora levou a mãe e os irmãos menores para morar e estudar em São Paulo/SP, no limiar da década de 1970, comprando uma casa para a mãe dele na região da Praça da Árvore próximo do metro Santa Cruz. Era responsabilidade do filho mais velho cuidar da família. Ele e a minha avó conseguiram fazer com que todos se formassem, eram quatro homens e quatro mulheres, sendo que com graduação de nível superior foram: duas professoras, uma bióloga, uma enfermeira, dois dentistas e dois engenheiros. As mulheres não seguiram a carreira de profissional liberal, sendo que a bióloga que foi trabalhar no Instituto Fio Cruz, já as professoras são aposentadas do estado SP e a enfermeira trabalhou em alguns hospitais da capital paulista. Todos de certa forma se deram bem e tiveram uma ascensão social. Somente o meu tio dentista que se aventurou como *dekassegui* e foi trabalhar no Japão há cerca de uns 25 anos atrás e não voltou mais, nem mandou notícias. Porém, sabemos que esta vivo e continua lá. Ademais, a doutora Márcia passou a residir na casa da avó o colegial e o curso de odontologia todo. Posteriormente, a casa da vovó Sonoko seria uma casa de

estudos em que receberia os irmãos da doutora que passariam a morar para fazer o Colégio Bandeirantes, pois seus pais buscaram dar oportunidades iguais a todos os filhos.

Nesse sentido, a doutora que era classe de média alta com toda estrutura e conforto em Presidente Prudente/SP se viu numa cidade grande e agitada, tendo que se apropriar e usar a cidade para ter mobilidade e acessibilidade para os estudos. E que nos dizeres dela essa experiência foi um desafio que exprimiu uma comparação da sua mobilidade urbana em São Paulo/SP com a anterior de Presidente Prudente/SP:

Talvez mais porque tinha um lugar para ficar (a casa da minha avó), não sei. Mas, não era fácil não, a gente aqui está acostumado que o pai vai levar na escola de carro. E lá em SP teria que pegar um ônibus e um metro, me virar sozinha, acordar cedo, entre outras coisas. As aulas eram muito intensas, o colégio era muito puxado. Várias atividades, aulas à tarde, laboratório. O fato assim, de você tinha que se locomover e pegar um ônibus, pegar um metro, coisa que eu nunca tinha feito aqui em Prudente. Aqui eu morava na Manoel Goulart, mas meu pai levava de carro dificilmente a gente ia a pé ou de ônibus. Qualquer coisa que precisava ele levava e buscava, tinha comodidade. Morávamos bem no centro, quatro quadras da Cel. Marcondes, ali em frente ao supermercado que era a referência, mas o mercado fechou, onde tem um Frango Bom era ali na esquina. Sempre moramos ali. Pelo menos nesse período aí. Mas, agora eles não moram mais para lá estão em um apartamento (ENTREVISTA: DRA. MÁRCIA SAKUMA, 28/08/17).

Por sua vez, as referências de territorialidades da nossa entrevistada, para além da família e da escola, foram balizadas pela rede de amizade tendo centralidade na ACAE e na igreja evangélica *Hollines*. Ela participava mesmo depois, quando voltava da faculdade em São Paulo/SP, das atividades festivas na ACAE do baile de carnaval, do natal e do ano novo. Mas, depois que retornou graduado percebeu que diminuiu bastante as atividades, porque um contingente significativo de *nikkeis* que foram trabalhar no Japão, como *dekassegui* (vide o mapa 9).

Contudo, a doutora casou-se na década de 1990, com o também dentista o dr. Milton Takao Ohashi natural de São Paulo/SP, se conheceram

durante o curso de odontologia na USP, posteriormente, tiveram dois filhos homens. Ambos trabalharam juntos desde que se formaram até 2008 quando ele falecera. Foram funcionários do *Pronto Socorro Odontológico* de Presidente Prudente/SP. Atualmente, a dentista trabalha como funcionária da Prefeitura Municipal no período da manhã na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jardim Guanabara e no período da tarde atende em seu consultório particular na avenida Washington Luiz próximo ao Colégio Cristo Rei no centro (veja a foto 10).

Foto 10: A fachada do consultório da dr. Márcia Sakuma.



Fonte: Trabalho de campo 28/08/17.

Os nossos quatro entrevistados, de certa forma, tiveram uma ligação entre si de amizade/trabalho/familiar, tendo o *Pronto Socorro Odontológico* como território dos acontecimentos das práticas de prestação de serviços como profissionais liberais, no caso do dr. Luiz Nagai e da dr. Márcia Sakuma.

Enquanto o dr. Augusto Anzai⁹¹ tinha uma relação de amizade com o dr. Izumi e família. E fora professor universitário do dr. Luiz Nagai. Ficou professor universitário desde 1976 nas disciplinas de ortodontia até sua aposentadoria em 2014, na Universidade do Oeste Paulista⁹². Esses *nikkeis* foram destaques na profissão de dentista em Presidente Prudente/SP tendo uma ascensão social, conforme Shiasco (S/D), juntamente com o *issei* dr. Chinobu Kazama que se formou na FOU SP em 1956 e com o dentista “popular”⁹³ o *issei* sr. Yoshimitsu Imai que atuou no município de 1939 a 1961⁹⁴. Segundo Harada (2007), não podemos deixar de citar o primeiro *nikkei* formado pela Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP), dr. Ken Sugaya em 1937, seguindo Noboru Hossokawa em 1941, Massakatu Fujita em 1943, Paulo Takara e Diogo Namura em 1945. Somente em 1953 a primeira *nikkei* mulher se formou em odontologia na USP e, na sequência, sendo a primeira professora a ocupar o cargo de Professora Titular da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Por fim, verificamos pelo nosso levantamento através da lista telefônica a Lista Mais de 2018, na parte do Guia de Negócios de Presidente Prudente tem 253 dentistas, sendo que 23⁹⁵ são *nikkeis*. No entanto em visita de campo em 2019, na Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas colhemos a informação que em Presidente Prudente/SP, temos 282 dentistas que fazem parte dessa associação.

⁹¹ <http://lattes.cnpq.br/0898831250771115> acessado em 22/02/19.

⁹² Hoje a Unoeste tem no seu quadro da Faculdade de Odontologia de Presidente Prudente cerca de 67 professores, sendo que apenas três deles *nikkeis*: a dra. Amanda Vessoni Barbosa Kasuya, o esp. Fábio Hideo Kaiahara e a dra. Karine Takahashi.

⁹³ “Yoshimitsu resolveu ir trabalhar em São Paulo, ele era jovem e tinha apenas 17 anos, encontrou um trabalho no ambulatório da Cooperativa Cotia, em Pinheiros, ele era auxiliar de Odontologia do dr. Shohachi Sato. Após alguns anos resolveu mudar para Presidente Prudente/SP, trabalhou como cirurgião dentista, quando solicitado ia atender as pessoas no local (sítio)” (SHIASCO S/D, p. 262).

⁹⁴ Além desses a Associação Paulista de Cirurgiões Dentista no ano do Centenário da Imigração Japonesa homenagearam os pioneiros *nikkeis* associados da odontologia na região de Presidente Prudente/SP: dr. Angelo Sumita, dr. Hideo Guibu, dr. Izumi Sakuma, dr. Kenue Otani, dr. Massatoshi Guibu, dr. Mitsuru Ogata, dr. Noburu Ueti, dr. Noriyoshi Yoshinaga, dr. Paulo Kawamura, dr. Sakae Nishimura, Satoru Guibu, Chinobu Ikeda e Yoshio Haga (O IMPARCIAL, 2008, p 7).

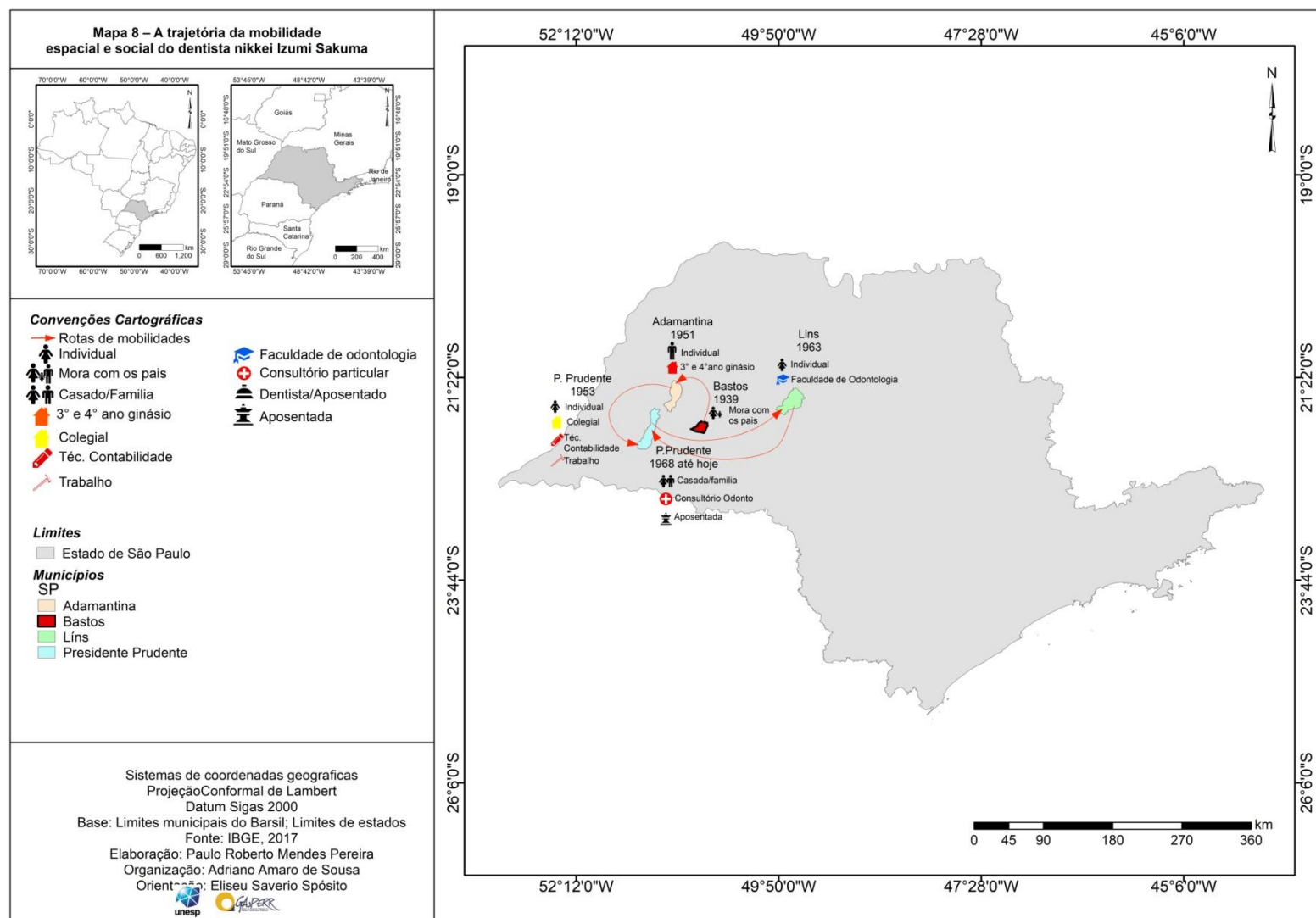
⁹⁵ Esse dado mostra os dentistas que colocam seu nome na integra, porque tem dentistas que não coloca o nome da clínica odontológica dificultando a pesquisa. E outra tem dentista nas prefeituras e postos de saúde que não fazem propaganda do consultório. Também têm dentistas *nikkei* pela miscigenação que não tem sobrenome japonês. Logo os dados de divulgação mostram aqueles que trabalham com odontologia particular.

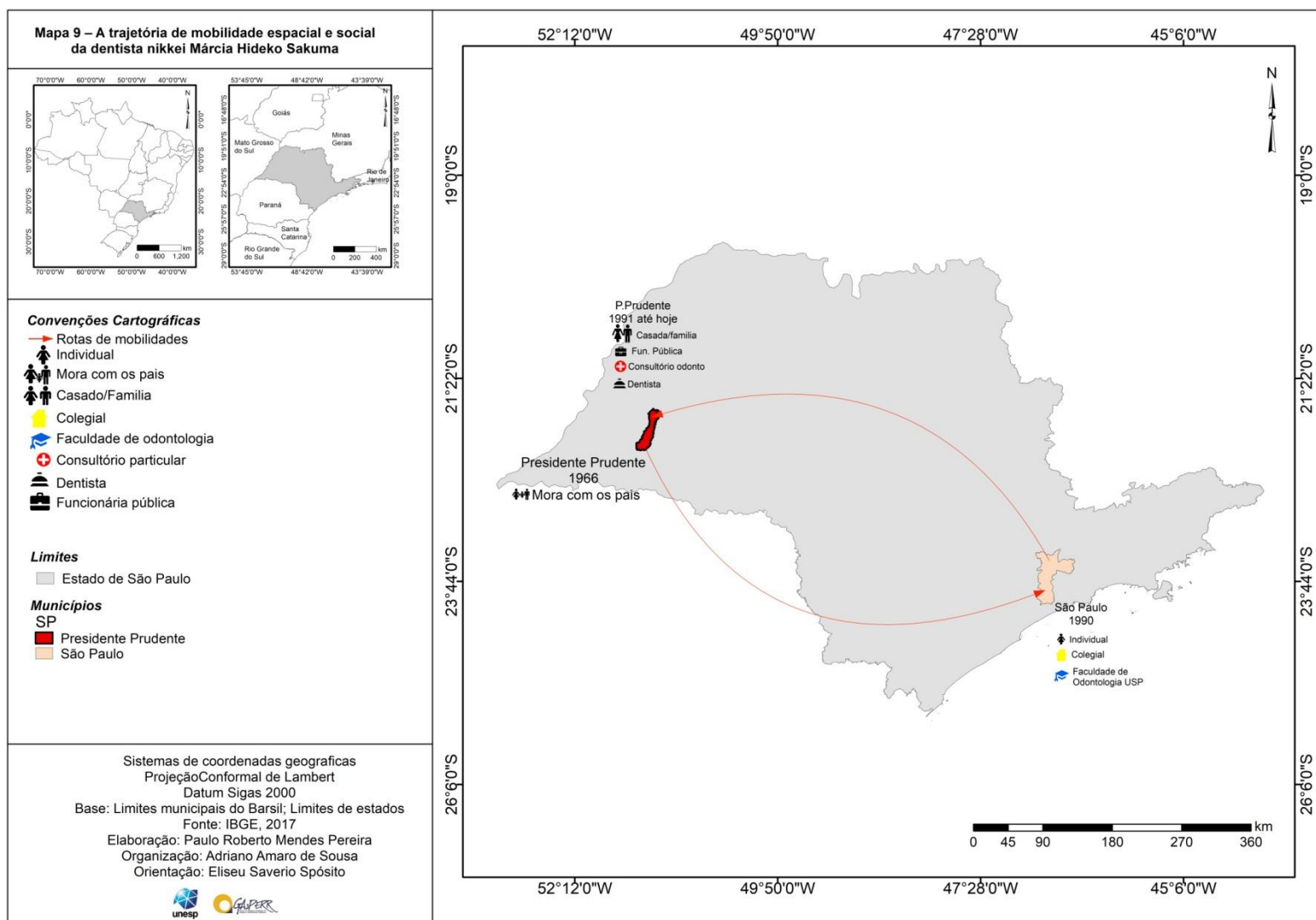
Quadro 5: A mobilidade *nikkei* para os estudos dos profissionais liberais dentistas.

ENTREVISTADOS	ORIGEM	1º Mobilidade	2º Mobilidade	3º Mobilidade	4º Mobilidade
Izumi Sakuma	<i>Nissei</i> Bastos/SP 1939	Adamantina/SP 3º e 4º ano do Ginásio 1951	P.Prudente/SP Colegial Téc. Contabilidade Trabalho 1953	Lins/SP Odontologia Fac.Lins 1963	Pres. Prudente/SP Dentista Consultório Particular Casado/Família Aposentado 1968 até hoje
Augusto Anzai	<i>Sansei</i> Santo Anastácio/SP 1948	Pres. Prudente/SP Recém-nascido 1948	Araçatuba/SP Odontologia UNESP 1968	Pres. Prudente/SP Dentista Consultório Particular Prof. Universitário Casado/Família Aposentado 1972 até hoje	-----
Luiz Tomoyuki Nagai	<i>Nissei</i> Pirapozinho/SP 1953	Pres. Prudente/SP Trabalho Odontologia UNOESTE Consultório Particular Casado/Família 1963 Até hoje	-----	-----	-----
Márcia Hideko Sakuma Ohashi	<i>Sansei</i> Pres. Prudente/SP 1966	São Paulo/SP Colegial Odontologia USP 1990	Pres. Prudente/SP Dentista Func. Pública Municipal Consultório Particular Casada/Família 1991 até hoje.	-----	-----

Fonte: Pesquisa de campo do autor agosto-2017 a outubro-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa





Quadro 6: As famílias nipo-brasileiras dos dentistas estudados.

FAMÍLIA	PAIS	CIDADE	NAVIO	CHEGADA	ENTREVISTADO
Família Sakuma	Hideo Sakuma Sonoko Sakuma	Shimane-ken	-----	-----	Izumi Sakuma
Família Anzai	Issao Anzai Aia Anzai	Fukushima-Ken	-----	-----	Augusto Anzai
Família Nagai	Hitoshi Nagai Sumie Nagai	-----	-----	-----	Luiz Tomoyuki Nagai
Família Sakuma	Izumi Sakuma Dalla Yasuo Ichi Sakuma	Shimane-ken	-----	-----	Marcia Hideko Sakuma Ohashi

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

Quadro 7: As principais características indenitárias dos dentistas entrevistados *nikkeis*.

ENTREVISTADO	IDIOMA	RELIGIÃO	CASAMENTO	ASSOCIAÇÃO
Izumi Sakuma	Compreende	Evangélica	Nissei	Dirigente
Augusto Anzai	Compreende	Católica	Nissei	Participa
Luiz Tomoyuki Nagai	Compreende	Se-cho-no-iê	Nissei	Prestigia
Marcia Hideko Sakuma Ohashi	Não fala	Evangélica	Sansei	Participa

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

4.3 A mobilidade espacial e social dos *nikkeis* profissionais liberais Arquitectos e Engenheiros.

Todavia, os dois cursos mais concorridos pelos *nikkeis* eram de medicina e de engenharia, conforme Otani (2017) "*a agente não tinha muita escolha, na época era medicina ou engenharia e eu escolhi medicina*", os dois cursos tinham como opção a mobilidade social vislumbrada pelos *isseis*. Cardoso (1986) afirmava que, essas duas profissões liberais eram as que mais davam sucesso e prestígio aos descendentes de japoneses e que a maioria das famílias nipônicas desejavam ter um filho doutor: médico ou engenheiro (veja o quadro 8, 9 e 10). Nessa perspectiva, a escolha do curso de engenharia em nível superior era voltada para as ciências exatas ligado à grandes obras de infraestrutura, ficando a arquitetura para as ciências humanas pelas formas/conteúdos e pelo urbanismo/paisagismo, ambas as carreiras também foram de interesse dos *nikkeis* entrevistados na tese.

Sendo assim, o nosso primeiro entrevistado foi o *nissei* engenheiro civil Jorge Aramaki nascido em 1945 era natural de Osvaldo Cruz/SP, sendo filho do agricultor o *issei* sr. Massayuki Aramaki e da dona de casa a *issei* sra. Fusa Aramaki. O jovem casal em meados da década de 1940 se conhecera pelo casamento arranjado⁹⁶ entre as famílias do noivo e da noiva. O doutor acredita que a família Aramaki saiu do Japão e veio direto para a Califórnia como era conhecida, na época, o município de Osvaldo Cruz/SP. Para ele a família tinha uma certa indicação na ida para Califórnia, era um pessoal de confiança que vieram falar para comprar terras no Oeste Paulista, daí a família adquiriu um lote rural. Veio com algum dinheiro para comprar terras e não para ser como colono no café. Com isso, teve relativamente uma mobilidade espacial mais curta/objetiva, porque chegaram direto em Osvaldo Cruz/SP, permanecendo lá. O pai do sr. Jorge nunca morou fora de Osvaldo Cruz/SP, sempre trabalhou por conta própria ou com os irmãos na agricultura plantando café e algodão, na

⁹⁶ Conforme Cardoso (1998).

propriedade da família administrada pelo pai, tinham cinco famílias de parentes vivendo da produção de café no sítio.

Eu lembro da minha infância, que os meus pais sempre tiveram um sítio, mais ou menos 20 alqueires, com plantação de café e nesse sítio existia umas cinco famílias trabalhando, exclusivamente com café. Aí meus pais junto com os meus tios foram para cidade, na época era Califórnia. Foram para a cidade e abriram uma loja de ferragens. De manhã meus pais me levavam para escola e mais tarde a gente voltava. Eles me traziam de volta quando terminava a aula, tipo lá para o meio dia a gente voltava a pé, que era perto da cidade, dava uns 5 km. Fiz a escolinha japonesa e depois larguei⁹⁷. Essa foi minha infância, eu fiquei no sítio até uns 10 anos e depois eu mudei para cidade, que já era Osvaldo Cruz/SP e fiz até o ginásio. Então, aí eu terminei o ginásio. Era a hora de começar esse tal curso de científico e continuar os estudos. Só que aí eu pedi para o meu pai se poderia estudar em São Paulo/SP. Ele deixou e eu saí de Osvaldo Cruz/SP com 16, 17 anos de casa para morar em uma pensão na Liberdade. Lá eu fiz o cursinho para entrar em engenharia. Aí eu passei em Curitiba na UFPR e fui morar lá (ENTREVISTA: DR. JORGE ARAMAKI, 19/10/17).

O engenheiro se deslocou para São Paulo/SP, para cursar o colegial científico no Colégio Bandeirantes, no Bairro do Paraíso. Migrou para a capital com intuito de cursar a graduação de engenharia. Fizera dois anos de cursinho no Universitário da Paulista e morava em uma pensão mista de estudantes e de trabalhadores. Depois sendo aprovado no curso de engenharia da Universidade Federal do Paraná no câmpus de Curitiba/PR na turma de 1969-1973. No entanto, a influência para o doutor se tornar um engenheiro civil veio das memórias da infância e das férias passadas na loja da família denominada de "*Casa de Ferradura*", em que aprendia e convivia com construtores do entorno. Hoje não existe mais essa loja⁹⁸. Ademais, o sr. Jorge era o filho primogênito de cinco filhos, sendo dois homens e três mulheres, mesmo sendo o mais velho foi

⁹⁷ Ele fez a escola por um período depois abandonou. E como tinha que fazer paralela a escola formal não quis ir mais. A escolinha japonesa você fazia se quisesse não influenciava no estudo formal. A família e o filho que quisessem fazia esse estudo paralelo com o ensino básico (ARAMAKI, 2017).

⁹⁸ O pai do doutor falecera e os tios também, os filhos cada um foi tomar conta da sua vida, muitos se tornaram profissionais liberais não dando sequência a administração da loja. Entregamos a loja para o funcionário mais antigo, mas ele não conseguiu tocar também, aí acabou fechando (ARAMAKI, 2017).

o filho escolhido⁹⁹ para se tornar doutor, pois seu irmão mais novo tinha problema de nascença e as irmãs terminaram o colegial básico, somente uma delas¹⁰⁰ fizera Pedagogia na Unesp em Marília/SP.

Depois de formado retornei para São Paulo/SP e fui procurar emprego. Ele conseguiu uma colocação na empresa multinacional a Texaco do Brasil. Trabalhei um tempo em São Paulo/SP. E depois me mandaram para Presidente Prudente/SP trabalhar como supervisor de operações da linha férrea de Rancharia/SP até Ponta Porã/MS. Cheguei aqui em novembro de 1974, *"era muito calor transpirava bastante quase não conseguia dormir, pois estava acostumado mais com o clima de Curitiba/PR"* (ARAMAKI, 2017). Aqui ele cuidava dos postos de serviços da Texaco. E ficou trabalhando cerca de três anos. Entretanto, o engenheiro soubera que iria ser transferido para Campo Grande/MS e resolveu sair da multinacional. Na época ele estava namorando, pensando em se casar, não queria sair do município.

Em 1977, o doutor abriu uma empresa com mais quatro sócios a *"Lajes Presidente"* localizada na rua David Cerqueira Leite número 415 no Jardim Eldorado. Os sócios eram o dr. Jorge Aramaki e o amigo dele chamado Nelson Matsumoto, com o cunhado dele que morava em São Paulo/SP e mais o irmão do Nelson que também morava em São Paulo/SP. Os dois convidados somente entraram com o capital no negócio, porém ele e o Nelson com a parte financeira e a gestão do negócio. Posteriormente, cerca de dois anos o Nelson e o irmão saíram da sociedade ficando eu e meu cunhado. Em 1986, meu cunhado resolveu sair da empresa ficando somente o dr. Jorge. No início o carro-chefe da empresa era somente a venda das lajes pré-moldadas, depois veio os blocos, coluna e piso.

Assim, além da *"Lajes Presidente e Blocos de Concretos"* temos uma outra empresa no distrito industrial do município de Álvares Machado/SP, fundada em 1999 voltada para fabricação de pré-fabricados de concreto e também blocos, piso e telha. Já algum tempo estamos fabricando telha de

⁹⁹ Conforme Sakurai (2008) e Cardoso (1998).

¹⁰⁰ Conforme Nomura (2008).

concreto e piso tátil¹⁰¹. Esse tipo de piso era destinado para pessoas com mobilidade reduzida como os portadores de necessidade especiais visuais. De modo geral, o doutor trabalhou muito pouco como profissional liberal, pois sua formação era de engenheiro de transportes (obras de pontes e vias), mas sempre esteve na área de gestão na multinacional e empresarial¹⁰². Ademais, tivera uma ascensão social como engenheiro na Texaco e na empresa de lajes e blocos.

Já o outro entrevistado foi o *sansei* engenheiro civil Luiz Takashi Katsutani nascido em 1955, era natural do município de Álvares Machado/SP, sendo filho do *nissei* agricultor o sr. Alberto Hiroshi Katsutani e da *issei* dona de casa a sra. Taki Matsumoto Katsutani, porém a mãe veio de Kyoto do Japão direto para Álvares Machado/SP¹⁰³. Já o pai dele nasceu na cidade de Botucatu/SP no Brasil em 1920, filho de uma família que era colono do café, somente depois vieram para a Colônia Brejão em Álvares Machado/SP, para trabalhar como arrendatário e depois adquiriu um lote rural. Tinha produção do cultivo de café, algodão e hortifrutigranjeiro. Posteriormente, o pai do doutor virou comerciante montando um posto de gasolina, sendo que o primeiro deles fora localizado na rua Fernando Costa, já os outros postos também ficariam no centro.

A família Katsutani deu oportunidades para todos os filhos se tornarem doutores. Tiveram sete filhos sendo duas mulheres e cinco homens. As filhas cursaram letras e foram professoras¹⁰⁴. Os filhos se tornaram profissionais liberais tendo dois médicos, dois engenheiros e um administrador. Todos os irmãos moram e trabalham fora de Álvares Machado/SP, somente o nosso

¹⁰¹ As calçadas e os prédios públicos são obrigados a colocarem piso tátil. Em especial nesses últimos cinco anos. Os bombeiros não estão aprovando o alvará de funcionamento se não estiverem o piso tátil (ARAMAKI, 2017).

¹⁰² Empreendendo, colocando produtos da construção civil no mercado.

¹⁰³ Ela veio com os estudos concluídos no Japão equivalente ao ensino médio brasileiro. Já o marido tinha feito até a quarta série do primário pelo ensino rural (KATSUTANI, 2018).

¹⁰⁴ Conforme Nomura (2008).

entrevistado mora no lugar de origem, que fora profissional liberal, professor universitário e ex-prefeito do município¹⁰⁵.

Portanto, o doutor Luiz Katsutani era o filho caçula e sua trajetória de mobilidade para o estudo ocorreu assim:

Eu fiz por quatro anos a escolinha japonesa¹⁰⁶ que você aprendia a língua, a gramática e a noção de cultura. Estudei tudo em escolas públicas aqui mesmo em Machado. O fundamental primário e o ginásio eu fiz no Ginásio Estadual de Álvares Machado/SP. Depois tinha o científico aí também. Terminei o colegial e fui para São Paulo/SP para fazer o cursinho pré-vestibular. Cursei no Ângulo da Tamandaré no bairro da Liberdade. Fui morar numa república familiar, em um apartamento na rua Tenente Otávio Gomes na Liberdade, com meus dois irmãos que também estavam fazendo cursinho. Somos três irmãos próximos de idade. Eu fiz um ano de cursinho e passei na Unicamp em engenharia civil. Meu outro irmão fez dois anos de cursinho e passou em Medicina na Santa Casa. Já o outro fez três anos de cursinho e passou em engenharia na Poli USP (ENTREVISTA: DR. LUIZ KATSUTANI, 04/08/18).

Desse modo, o doutor Luiz ingressou em engenharia civil na Unicamp no ano de 1973, se formando na turma de 1977 (veja o mapa 10). Durante o curso fez diversos estágios em empresas de engenharia e participou de alguns congressos científicos nacionais e internacionais. Ele era mestre em Engenharia de Solos pela Poli-USP em 1980. Também trabalhou na empresa de engenharia denominada de "*Temagui Engenharia Ltda.*" de grandes projetos e empreendimentos em São Paulo e Minas Gerais, onde teve a oportunidade trabalhar com obras viárias e usinas hidrelétricas (Tucuruí e Porto Primavera), com a crise de 1983/84 as obras praticamente pararam. Com isso, retornei em Álvares Machado/SP e trabalhei como profissional liberal atuando na região de Presidente Prudente/SP. Posteriormente, se casou com a professora *nissei* com quem tivera dois filhos (um casal).

¹⁰⁵ O jornal voltado a comunidade *nikkei* apresentou a matéria que no "*Estado de São Paulo tem 43 candidatos nikkeis a prefeito nas eleições municipais*" (Ano 11 – Nº 2183 – SÃO PAULO, 27 de setembro a 03 de outubro de 2008).

¹⁰⁶ Todos os descendentes de japoneses faziam, mas não consegui aprender porque agente mesmo não tinha tanto interesse. Em casa minha mãe só falava em japonês. Era aquela história você ouvia, entendia e respondia em português. E ela entendia também (KATSUTANI, 2018).

Assim, o doutor passara no concurso de professor universitário na UNESP de Bauru/SP em 1986, lecionando nos cursos de Arquitetura e de Engenharia Civil, nas disciplinas de Mecânica de Solos e Fundações. Já em 1992, o professor Altair convidou para mudar sua sede de professor universitário para o câmpus de Presidente Prudente/SP para trabalhar no Departamento de Planejamento da UNESP, ministrando as disciplinas de infra-estrutura e saneamento no curso de Engenharia Cartográfica. E o doutor veio trabalhar na UNESP de Prudente. O professor Luiz Katsutani se aposentou em 2015 pela UNESP. Fora prefeito dois mandatos em Álvares Machado/SP (1º de 1997-2000 e 2º 2005-2008). Já trabalhou no Departamento de Água e Esgoto, no Departamento de Água e Energia Elétrica e na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Recentemente, na gestão passada, foi o diretor da Secretara Municipal de Educação e Cultura de Álvares Machado. Em suma, essa tríade profissional liberal, professor universitário e ex-prefeito demonstram a influência e a comunicação do dr. Luiz, que são elementos importantes para a construção e manutenção do poder. Logo, foi o estudo lhe proporcionou essa inserção/mobilidade social.

O nosso único entrevistado arquiteto foi o *sansei* Hélio Hirao nascido em 1957, era natural de Presidente Venceslau/SP, sendo filho do comerciante *nissei* o sr. Sing Hirao e da dona de casa *nissei* a sra. Maria Aeko Hirao. Os avós paternos têm origem em Hiroshima e os avós maternos tem origem em Tóquio no Japão.

Já a família do avô paterno no Japão tinha uma embrionária fábrica caseira de fósforo. Com a crise do Japão após a era Meiji coube aos nipônicos saírem do lugar de origem. Isso fizera que uma pequena parte da família paterna também migrara para os Estados Unidos¹⁰⁷ e que se perdeu o contato com o tempo. Vieram para o Brasil no final da década de 1920 aproximadamente, passara nas velhas regiões do café como colono e,

¹⁰⁷ Conforme Hirao (2018), por parte do meu pai, avô paterno, acho que eles também foram para os Estados Unidos, acho que só podia uma família ir para os Estados Unidos, acho que eram 3 irmãos e dois veio para o Brasil, porque só podia uma família ir para a América e assim acabou dois vindo para o Brasil.

posteriormente, chegaram a Presidente Venceslau/SP como arrendatários¹⁰⁸. Vivenciaram toda aquela atmosfera da II Guerra sofrida pelos nipônicos no Brasil, influenciando no nome do entrevistado, conforme nos relatou:

E meu avô acho que tinha muito medo. Então, não deixou o meu pai colocar o nome japonês em mim e nem nos meus irmãos. Todos só têm nome brasileiro e um sobrenome. Porque a gente não tem segundo nome japonês, por causa do Getúlio Vargas, que começou aquela perseguição e da *Shindo Remmei*. Mais ele nasceu depois da II Guerra Mundial, mas o avô mantinha esse sentido para proteção (ENTREVISTA: DR. HÉLIO HIRAO, 02/06/18).

Em Venceslau, o pai do doutor trabalhou com um bar/mercearia, vendia secos (alimentos em geral) e molhados (bebidas), foi dessa venda que saiu o sustento da família, pagando os estudos dos filhos.

Cheguei a fazer a escolinha japonesa era bem pequeno não me lembro de quase nada. Já a escola formal fiz tudo pública em Venceslau. Daí entrei com 7 anos. Estudei no Álvaro Coelho. O grupo, né! Depois o colégio fiz no I.E. Antônia Maria de Carvalho Filho. Aí tive que fazer o cursinho em São Paulo/SP no Objetivo, depois larguei e fui fazer o Anglo, no começo estava meio perdido, caipirão do interior. Eu acho que fiz somente uns meses no Objetivo, depois fui para o Anglo. Não passei e eu tive que fazer de novo. Aí fiz no cursinho Universitário específico para a arquitetura. Daí eu passei na FUVEST. Esse cursinho era especialista na FAU. Nem acreditava que havia passado. Foi decisão minha mesmo, queria fazer arquitetura e no vestibular eu fiquei encantado com o prédio da FAU. Tinha prova de aptidão e era lá, né. E aí na juventude a gente fica maluco (quero isso e quero aquilo) e no fim consegui. Acho que foi sorte também. Porque eu tive vários colegas lá que tentaram 4, 5 anos e desistiram. Porque é complicado. E quando você entra lá você se decepciona um pouco, mas né... normal. Que às vezes é uma água fria, tal, e o prédio realmente é um templo. O prédio da FAU é maluco (ENTREVISTA: DR. HÉLIO HIRAO, 02/06/18).

Doravante, o sr. Hélio entrou na Faculdade de Arquitetura da USP em 1977, estudou na época da ditadura e lá tinha muita assembleia (taxista, professores e etc.), movimento político e shows de artistas (Gonzaguinha, Ivan

¹⁰⁸ O doutor Hélio não sabe dizer quais foram os deslocamentos que a família realizou antes de chegar em Venceslau/SP.

Lins, Sérgio Ricardo, entre outros). Era todo um movimento político muito grande e o arquiteto na cena política. Isso foi muito forte na FAU a politização capitaneada pelo professor Vilanova Artigas¹⁰⁹. Muitas greves e perseguições aos alunos, funcionários e professores. O momento político era de muita instabilidade, não se podia falar qualquer coisa porque as paredes tinham ouvidos, foi uma época muito triste da história desse país. Para Hirao (2008), *"as pessoas sumiam e desapareciam na ditadura, era inacreditável e assustador, sentimento de medo e impotência"*. Finalizou o curso de arquitetura em 1981 e se tornou mestre em arquitetura pela mesma universidade em 1990.

De modo geral, em meados de 1984, cheguei em Presidente Prudente/SP, para trabalhar como arquiteto da prefeitura municipal, no mandato do prefeito Virgílio Tiezze (1983-1988). Depois como profissional liberal atuou dando assessoria na equipe técnica do *Prudenshopping*. Logo em seguida abriu seu escritório e ficou fazendo vários projetos e obras. Posteriormente, junto com as atividades do escritório prestou assessoria técnica na prefeitura de Álvares Machado/SP no primeiro mandato do prefeito Luiz Takashi (1997-2000).

Em suma, o doutor Helio¹¹⁰ continuou com o escritório (projeto, obras, assessoria e consultoria) e começou a dar aula na geografia e na arquitetura como professor substituto na UNESP. Concluiu o doutorado em Geografia na área da Produção do Espaço Urbano. Em 2009, prestou e passou no concurso para docente no Departamento de Planejamento no curso de Arquitetura. E deixou o escritório de arquitetura para ter dedicação total as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária na UNESP.

Diante desse quadro de três entrevistados, dois no ramo de engenharia sendo que um sempre foi mais empresário e o outro professor/político, ambos tendo uma atuação distinta no desenvolvimento do profissional liberal. Porém, o arquiteto desde formado procurou se colocar no mercado como profissional

¹⁰⁹ O João Batista Vilanova Artigas foi um arquiteto que tinha uma atuação prática e político como professor. Praticamente fundou a nova FAU. Era o autor do projeto da FAU e da Cidade Universitária.

¹¹⁰ <http://lattes.cnpq.br/668967180299108> acesso 22/02/19.

liberal e como consultor técnico de prefeituras locais, posteriormente, se dedicou docência¹¹¹. Nessa perspectiva, sobre a definição da noção de profissional liberal o doutor Luiz Katsutani afirmou:

O profissional liberal é aquele que trabalha como autônomo, que possa desenvolver as atividades liberais, sem ter nenhum vínculo empregatício com empresa, por exemplo, sem necessidade de ser empregado. Bom, engenheiro civil tem muita oportunidade de trabalhar de forma liberal. Desenvolver projetos, autônomos, sem necessidade de se vincular a uma empresa. Acompanhar projeto, construir etc (ENTREVISTA: DR. LUIZ KATSUTANI, 04/08/18).

O professor Luiz chama atenção para a questão de não ter o vínculo empregatício e de ter o livre acesso para fazer projetos e construir trabalhando de forma autônoma, não se diferenciando muito dos médicos, dos dentistas e dos advogados. Já o professor Hélio acredita que discutir o arquiteto como profissional liberal¹¹² é necessário e complexo, porque:

Que existe um mercado complicado, porque para quem atua, uma arquitetura de qualidade às vezes não é a do mercado. O mercado quer outra coisa. Então, há uma incompatibilidade das coisas. Para você poder trabalhar de uma forma descente é difícil. Inclusive economicamente é complicado. Você leva um tempo, daí você acaba criando uma clientela específica. Que não quer só a imagem, mas quer qualidade. Aí a coisa é complexa, né. Você não atende qualquer cliente, porque o cara já vem com uma concepção de coisas aí, que nunca é adequado ao lugar, as pessoas, aos modos de vida. Você vê os palacetes aí, os *neo-não-sei* o que, que não atende nada as necessidades nossa e nem tem a ver com a nossa cultura. Você passa nos condomínios você vê aquelas coisas horrorosas (casa feita para neve, com referências europeias). Só para mostrar o poder econômico. Isso é muito

¹¹¹ Os *nikkeis* nas atividades docentes em engenharia na Poli USP, conforme Harada (2008) teve expressão no professor Eduardo Yassuda e no Kokei Uehara, sendo que o primeiro *nikkei* que se graduou engenharia na USP foi Takeo Kawai em 1932, um ano depois foi a vez do Takeshi Suzuki. Posteriormente, segundo Harada (2008), os *nikkeis* que se destacaram na arquitetura foram o Leo Quanji Nishikawa que era integrante do Departamento de Tecnologia da Arquitetura e, também, o premiado arquiteto Ruy Ohatake.

¹¹² Verificamos pelo nosso levantamento através da lista telefônica a Lista Mais de 2018, na parte do Guia de Negócios de Presidente Prudente tem 79 arquitetos, sendo que nenhum era *nikkei*. Já os docentes da Faculdade de Arquitetura da UNOESTE são 31 professores, sendo 3 deles *nikkeis*: a Prof. dra Lili Hata, a Profa. Dra. Bruna Bessa Rocha Yano e o Prof. Bernardo Luiz Costa Fumio. Já os docentes do curso de Arquitetura da Unesp são 21 professores, sendo dois *nikkeis*: o Prof. Dr. Fernando Sérgio Okimoto e o Prof. Dr. Hélio Hirao.

triste. Arquitetura de *status* (ENTREVISTA: DR. HÉLIO HIRAO, 02/06/18).

Portanto, o docente Hélio faz menção que a profissão é pouca aceita e que existe uma confusão com a atuação do papel do arquiteto e do engenheiro. Sem falar das faculdades pírias que emitem vários diplomas de arquitetura. Com isso, a imagem do arquiteto também ficou comprometida. *"E ficou uma falsa ideia no mercado de que o arquiteto só trabalha com a forma, com a decoração, e não é nada disso, justamente o contrário"* (HIRAO, 2018). Temos que nos preocupar com o planejamento urbano com uma cidade voltada para a mobilidade e acessibilidade, com áreas verdes e com meios de consumo coletivos, logo com o urbanismo e paisagismo. E não criar espaços espetáculos ou ociosos, mas espaços de convívio social para ocupar e usar a cidade, trazer de volta o espaço (forma/conteúdo) como lugar de encontro.

No entanto, o doutor Jorge Aramaki explanou que nos últimos vinte anos o município de Presidente Prudente/SP cresceu no setor de construção civil, com o desenvolvimento dos condomínios horizontais (casa) e com os condomínios verticais (prédios) e que de três anos para cá estagnou. Vendeu muito bloco, laje, piso e telhas para empresas de construção civil local e de fora.

Uns cinco atrás, engenharia era top, mas isso já deu uma esfriada. Bom, tem todos esses momentos. Exatamente, tudo depende do aquecimento. Eu lembro que sete, oito anos atrás as empresas corriam atrás na faculdade, o cara tava formando, o cara já pegava, colocava na empresa. Hoje não, hoje engenheiro está procurando emprego aí, né. E está com dificuldade de se colocar no mercado. Então tem tudo isso aí, mas o Brasil ainda está em crescimento, vai precisar de muitos engenheiros, vai... esses profissionais liberais... vai precisar. Mas é só dar aquela ponta pé inicial. O Brasil está precisando disso, aí na hora que começar a economia dar uma aquecida, pode ter certeza. Essa parte da engenharia vai dar uma virada e uma explodida de novo (ENTREVISTA: DR. JORGE ARAMAKI, 19/10/17).

Como um bom comerciante e empresário espera e aposta na melhora do mercado para os prudentinos e as construtoras voltarem crescer. E para ele poder ofertar seus produtos básicos da construção civil. A dificuldade apontada

no momento está no desaquecimento da economia após o golpe do governo Dilma em 2014. Contudo, tem muito engenheiro civil virando engenheiro de produção trabalhando em fábrica fazendo a administração de empresas. E outros seguindo mercado financeiro.

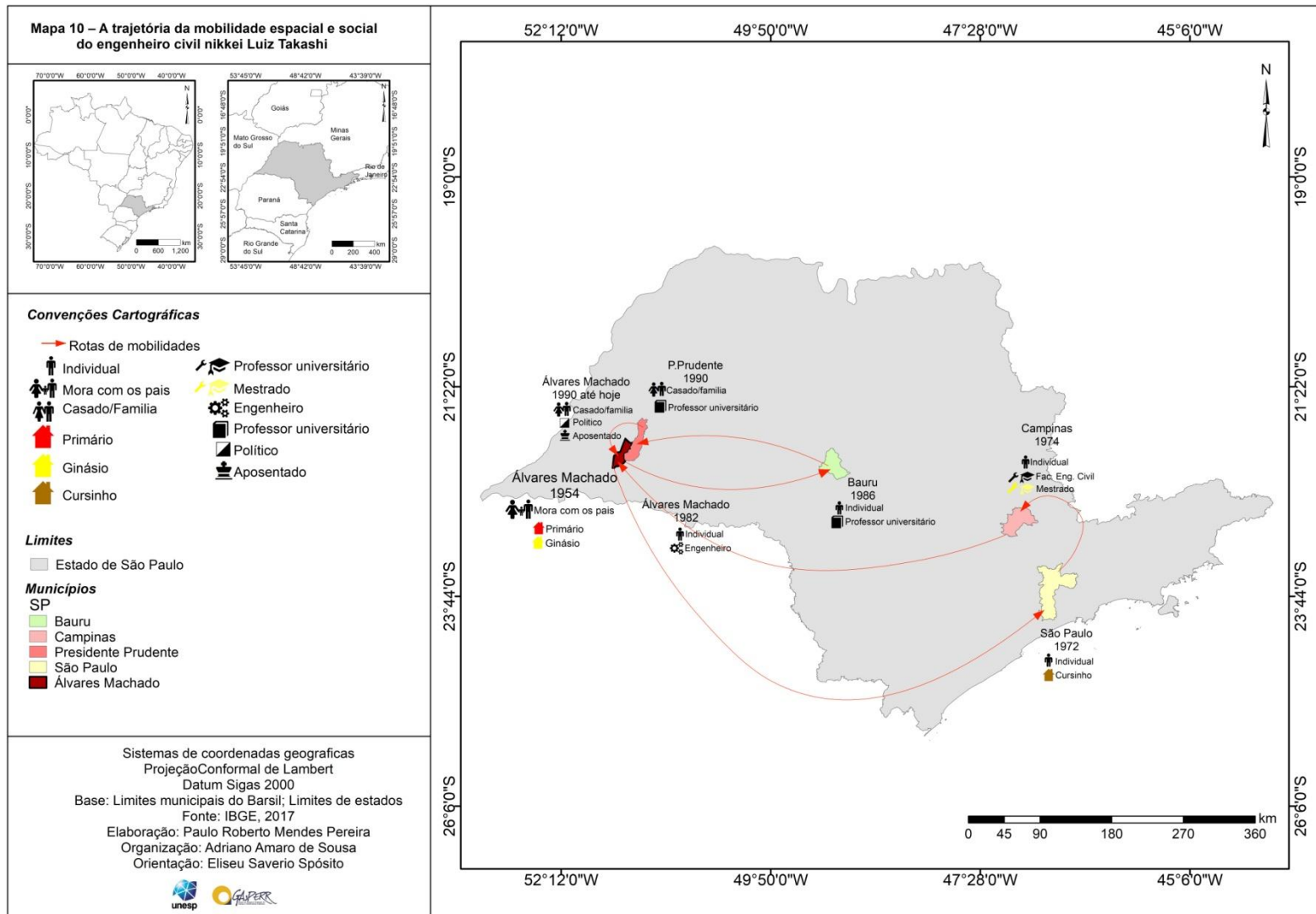
Mesmo assim, com o mercado dito “estagnado” de engenharia verificamos pelo nosso levantamento através da lista telefônica a *Lista Mais* de 2018, na parte do Guia de Negócios de Presidente Prudente/SP que tem 68 engenheiros civis, sendo apenas um *nikkei* o dr. Daniel Akira Mizukava. Mais por indicação chegamos em outros três engenheiros civis: Armando Fujiki, Edson Anzai e Julio Okamoto. Isso mostra que de certo modo que o município forma engenheiro e muitos *nikkeis* vão estudar fora também. Logo, a dinâmica econômica local não consegue absolver essa mão de obra qualificada, existindo apenas um “pequeno” mercado. Com relação a participação *nikkei* na docência iremos trazer os dados da UNOESTE que foi o primeiro curso de engenharia civil do município, o curso tem 35 professores, sendo dois *nikkeis* a Profa. Dra. Bruna Bessa Rocha Yano e o Prof. Bernardo Luiz Costa Fumio. De modo geral, a graduação de engenharia civil ainda continuará atraindo os alunos *nikkeis* por ser um curso clássico e com boa aceitação no mercado.

Quadro 8: A mobilidade *nikkei* para os estudos dos profissionais liberais engenheiros/arquitetos.

ENTREVISTADOS	ORIGEM	1° Mobilidade	2° Mobilidade	3° Mobilidade	4° Mobilidade	5° Mobilidade	6° Mobilidade
Jorge Aramaki	<i>Nissei</i> Oswaldo Cruz/SP 1948	São Paulo/SP Finalizar o Científico Cursinho pré-vestibular 1966	Curitiba-PR Engenharia Civil UFPR 1971	São Paulo/SP Engenheiro Texaco 1972	Pres. Prudente/SP Multinacional Empresário Casado/Família 1974 até hoje.	-----	-----
Luiz Takashi Katsutani	<i>Sansei</i> Álvares Machado/SP 1954	São Paulo/SP Cursinho pré-vestibular 1972	Campinas/SP Engenharia Civil UNICAMP Mestrado 1974	Álvares Machado/SP Profissional Liberal 1982	Bauru/SP Prof. Universitário UNESP 1986	P. Prudente/SP Prof. Universitário UNESP 1990	Álvares Machado/SP Político Casado/família Aposentado 1990 até hoje.
Hélio Hirao	<i>Sansei</i> Pres. Venscelau/SP -----	São Paulo/SP Cursinho Arquitetura USP/FAU Mestrado 1974	Pres. Prudente/SP Func. Público Mun. Profissional Liberal Professor Universitário UNESP 1984	-----	-----	-----	-----

Fonte: Pesquisa de campo do autor agosto-2017 a outubro-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa



Quadro 9: As famílias nipo-brasileiras dos engenheiros/arquitetos estudados.

FAMÍLIA	PAIS	CIDADE	NAVIO	CHEGADA	ENTREVISTADO
Família Aramaki	Masayuki Aramaki Fusa Aramaki	Tokyo-ken	-----	-----	Jorge Aramaki
Família Katsutani	Alberto Hiroshi Katsutani Taki Matumoto Katsutani	Kyoto-ken	-----	-----	Luiz Takashi Katsutani
Familia Hirao	Sing Hirao Maria Aeko Hirao	-----	-----	-----	Hélio Hirao

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

Quadro10: As principais características indenitárias dos engenheiros/arquitetos entrevistados.

ENTREVISTADO	IDIOMA	RELIGIÃO	CASAMENTO	ASSOCIAÇÃO
Jorge Aramaki	Não fala	Católica	Nissei	Participa
Luiz Takashi Katsutani	Não fala	-----	Nissei	Dirigente
Hélio Hirao	Não fala	-----	Sansei	Prestigia

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

4.4 A mobilidade espacial e social dos *nikkeis* profissionais liberais Advogados.

Os descendentes de japoneses deixavam como terceira opção as carreiras ligadas às ciências humanas, dentre elas destacamos o direito como ciências humanas aplicadas, conforme Harada (2008) inicialmente predominava na área do direito a falsa ideia de que a capacidade de oratória era requisito básico para o exercício das atividades jurídicas, o que afastava os *nikkeis*¹¹³. Por isso, selecionar os entrevistados *nikkeis* no município de Presidente Prudente/SP, entre o período de 1950-1980, fora um desafio. Dentre eles destacamos dois advogados: o sr. Mituru Mizukava e o sr. Teruo Taguchi Miyashiro (vide o quadro 11, 12 e 13).

O primeiro entrevistado advogado foi o *nissei* sr. Mituru Mizukava, nascido em 1939, era natural de Paraguaçu Paulista/SP, sendo filho do *issei* agricultor o sr. Tetsuo Mizukava e da *nissei* dona de casa a sra. Chizue Mizukava. A família Mizukava tem origem em Okayama no Japão, migrou para o Brasil em 1928, veio casado e com um filho. Os outros seis filhos nasceram no Brasil. Chegaram como colono para o café e se instalaram no município de Catanduva/SP. Posteriormente, perpassaram por diversos municípios (Ribeirão Preto/SP, Paraguaçu Paulista/SP, entre outros) como arrendatários. Somente em Presidente Bernardes/SP que a família adquiriu um pequeno lote de terras, em 1943. Cultivavam no lote algodão e hortelã. Por volta de 1950, vieram para Presidente Prudente/SP trabalhar no ramo da marmoraria. O pai do sr. Mituru já trabalhava esculpindo pedra no Japão e aqui passou a trabalhar como escultor em mármore.

¹¹³ Em conversa com o coordenador do Curso de Direito da Faculdade Toledo o Profº. Dr. Sérgio Tibiriçá Amaral, que argumentou que muitos descendentes de japoneses se dedicaram a carreira jurídica e, também, nas outras áreas de Ciências Humanas Aplicadas, como: Contabilidade e Administração de Empresas. Agora, sobre os descendentes de japoneses que se destacou em São Paulo no direito formado pela Toledo, temos: o sr. Yppo Wtanabe (ENTREVISTA: SERGIO TIBIRIÇÁ AMARAL, 03/08/2017).

Na Alta Sorocabana em pleno desenvolvimento, montou um estabelecimento, a cantaria, pois trabalhava no Japão, com suas habilidades artísticas desde criança, que era a de esculpir, de onde tirava o sustento da família e dos seus filhos. Passou a pegar encomendas. Ele começa a criar, colocando sentimento em tudo que havia aprendido: esquadrejando pedra, seguindo as normas da Estereotomia. Sua empresa foi crescendo, desenvolvendo-se, transformou a cantaria em marmoraria, do seu lado trabalhavam seus filhos, que eram dedicados e tinham o dom artístico do pai (SHIASCO, S/D, p. 277).

Desse modo, podemos verificar as obras do sr. Tetsuo Mizukava em Templos Budistas¹¹⁴ de Presidente Prudente/SP, no Cemitério João Batista, em praças públicas (Praça Nove de Julho e Praça das Cerejeiras). Posteriormente, deixou a empresa de marmoraria para os filhos e passou a se dedicar exclusivamente a arte da escultura e do paisagismo. O filho Noburu Mizukava seguiu os ensinamentos do pai no paisagismo (plantas e bonsais). A empresa era denominada de "*Marmoraria Mizukava*" ficava na rua João Pereti número 540, perto do Parque do Povo. Dominava o ramo de túmulos e da construção civil na parte de pia, piso e lápide. A família toda trabalhava na marmoraria. E o advogado Mituru trabalhou lá até 1962, quando passou a cursar o segundo ano de direito na ITE, mas continuou assessorando os irmãos no que a empresa necessitava.

A formação educacional para se tornar profissional liberal aconteceu toda no município de Presidente Prudente/SP, não realizando a mobilidade para os estudos em outros municípios, como: os médicos, os dentistas e os engenheiros. De certo modo, o ramo da advocacia em Presidente Prudente/SP era um território de possibilidade para a formação e para a carreira no direito. Sendo assim, a trajetória educacional do doutor se deu aos 11 anos de idade quando ele entrou na primeira série na escola pública E. E. Adolfo Arruda Melo. Não fizera escolinha japonesa. Fez o ginásio também no Arruda Melo. Já o colegial foi para o I. E. Fernando Costa. Também cursou o Técnico de Contabilidade na escola particular chamada Colégio São Paulo/SP. Não fizera o

¹¹⁴ Ele tem trabalho esculpido em madeira em templos budistas de outros municípios, como: Paranavaí/PR, Araçatuba/SP, Ribeirão Preto/SP, São Paulo/SP, entre outros (SHIASCO, S/D).

cursinho pré-vestibular e entrou no curso de direito na turma de 1961-66 da Instituição Toledo de Ensino (veja o mapa 11).

Sobre o curso de direito e os *nikkeis* o advogado Mituru afirmou que:

[...] a maioria dos *nikkeis* prudentinos não optava pelo direito. A primeira opção sempre foi por engenharia. E na sequência de preferências vinha em segundo lugar a medicina. E todos tinham que estudar fora. Até 1980, os profissionais da medicina e da advocacia eram poucos aqui. Portanto, escolhi o curso de direito, porque na época Presidente Prudente/SP tinha três cursos de graduação: geografia e pedagogia na Unesp e direito na Toledo. Como não queria ser professor resolvi fazer direito.

De modo geral, como advogado atuou na área trabalhista sindical ingressando em 1967, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em que a sede dele se localizava entre na avenida Manoel Goulart com a avenida Cel. Marcondes. Já o doutor tem um vínculo de contrato jurídico como profissional liberal com o sindicato. Fez durante muitos anos, assessoria e acompanhamento jurídico para essa instituição, atendendo toda a região: de Ourinhos/SP a Presidente Epitácio/SP. A assessoria jurídica não era para os trabalhadores, mas para os sindicatos e organizações ligadas aos sindicatos. Agora, o doutor está aposentado e prestando serviços de advocacia e assessoria jurídica aqui no seu escritório¹¹⁵ localizado na avenida Getúlio Vargas no Bosque (vide a foto 11). Sendo que ele ainda auxilia no serviço jurídico para o sindicato. Contudo, observamos que o sr. Mituru Mizukava com a sua trajetória na carreira jurídica teve uma nítida ascensão social e, também, uma mobilidade geracional¹¹⁶. Ele participou ativamente das associações nipo-brasileiras da ACAE, em especial da Associação Cultural Nipo-brasileira da Vila Industrial, como diretor (1985-1994) e secretário geral (1967-1985), também foi membro do *Rotary Club* de Presidente Prudente/SP Leste.

¹¹⁵ O advogado divide o escritório com o seu sobrinho.

¹¹⁶ Conforme Pastore (2001).

Foto 11: A localização do escritório do dr. Mituru Mizukava.



Fonte: Trabalho de campo 20/08/17.

O nosso segundo entrevistado foi o advogado *nissei* sr. Teruo Taguchi Miyashiro nascido em 1963, era natural de Presidente Epitácio/SP do Distrito de Campinal, sendo filho do *issei* agricultor sr. Yoshiraru Taguchi e da dona de casa sra. Myvaco Taguchi. Ambos vieram do Japão crianças acompanhadas dos pais e, posteriormente, se casaram no Brasil. A família Taguchi tem origem em Fukuoka no Japão.

Os pais do doutor lá no Campinal eram sitiantes em Presidente Epitácio, cultivavam algodão e hortelã, sendo que a vinda da família para região aconteceu no,

[...] início do século, com a crise econômica do Japão, muitos japoneses vieram ao Brasil com aquele sonho do eldorado e de trabalhar, de enriquecer e de voltar para o Japão, em razão da falência da economia japonesa. E que eu me lembre e o que a minha mãe falava, era que esse pessoal vieram para o interior do estado de São Paulo, uns trabalhavam na região de Martinópolis, e meu avô por parte de mãe acabou indo ter um sítio na região de

Presidente Venceslau/SP, mais especificamente no Campinal. O Campinal pertence na verdade ao município de Presidente Epitácio/SP, mas nos anos de 60, 70, o Campinal era ligado ao comércio de Presidente Venceslau/SP. O forte naquela época era Presidente Venceslau. Então, todos os que moravam em Campinal ou os que nascessem iam para Presidente Venceslau/SP (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

Posteriormente, a família migraria de Presidente Venceslau/SP para o município de Presidente Prudente/SP em 1964, quando o doutor tinha apenas um ano de idade, pois o pai dele veio porque tinha comprado um bar e que seria o negócio da família. Em Prudente iria trabalhar, educar os filhos e dar continuidade a cultura da família. Por sua vez, a mãe do Teruo era budista e frequentava o templo. Já os filhos são todos católicos. Com relação às associações nipo-brasileiras a família participava muito pouco, somente prestigiava algumas festas e atividades. Porém, o doutor e o irmão advogado prestariam uma assessoria jurídica para a ACAE. Além do mais, quando criança fizera a escolinha japonesa, mas segundo ele o domínio do idioma se dava,

[...] na verdade o que acontecia era o seguinte, quem falava muito bem japonês, nessa época, era quem tinha um avô em casa. As pessoas mais antigas, elas não conseguiam falar o português. Então, elas só conseguiam se comunicar em japonês. O hábito familiar era japonês. E era por isso que os netos aprenderam a falar japonês. Por exemplo, eu não morava com meus avô, logo não dominava o idioma japonês (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

Nesse sentido, a trajetória escolar do doutor Teruo para almejar o título de doutor se deu toda em Presidente Prudente/SP. Estudou o primário e o ginásio na escola pública Adolfo Arruda Melo. O colegial fizera também na escola pública E. E. Monsenhor Sarrion. Cursaria o Técnico em Contabilidade na escola particular, denominada Colégio Joaquim Murtinho no centro. Depois do curso viu que não seguiria a carreira de contabilista. Resolveu fazer direito na Instituição Toledo de Ensino e se formou na turma de 1982-1986 (vide o mapa 12). Trabalhava e estudava concomitantemente. Na época era funcionário público municipal da Prefeitura de Presidente Prudente/SP, antes o advogado

tinha sido *office-boy* de um escritório de contabilidade, depois de seis meses de formado e com a carteira da OAB pediu demissão da prefeitura. Posteriormente, se casou com uma brasileira e tivera três filhos (duas mulheres e um homem).

No entanto, ele descreveu abaixo como se deu suas territorialidades e parcerias na advocacia para se sobressair no mercado prudentino.

Eu sempre falo para o pessoal de estágio aqui que era o seguinte, a gente além de ser competente, precisa ter uma oportunidade. Não adianta você ser muito competente e não ter uma oportunidade. E a oportunidade que eu tive, na verdade, foi dentro da faculdade, foi com um professor que era juiz, chamado dr. Hélio Martinez, meu professor de processo civil na ITE. E quando eu terminei a faculdade 1 (um) ano depois o professor me chamou para trabalhar com ele. Isso é o que eu chamo de oportunidade, dentro dessa oportunidade, que me vieram outras e eu consegui me desenvolver. Eu aprendi muito com ele. E ficou meu sócio por quase 20 anos. Depois nós nos separamos, mas cada qual seguiu seu caminho. Então, essa foi a situação que me proporcionou crescer dentro da advocacia e dentro de Presidente Prudente/SP (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

Quando o doutor¹¹⁷ estava na parceria com o professor, eles prestavam muitos serviços ligados sobre as questões de cobranças bancárias, para algumas instituições financeiras, como: Bradesco, Banespa, Sudameris e América do Sul. O escritório tinha como serviço principal as cobranças jurídicas. Posteriormente, findou a parceria com o professor. E ao longo do espaço-tempo o escritório se tornou mais um prestador de serviços para consultoria empresarial, em que as empresas pagam honorários como mensalistas, para obter assessoria jurídica. Fora outras empresas e clientes que nos prestamos serviços particulares. Hoje tem um corpo de advogados que trabalha com o doutor, que são cerca de cinco advogados, dentre eles: o irmão e a esposa. O escritório de advocacia é denominado de "*Miyashiro Advogados Associados*" e localiza-se na rua Joaquim Nabuco no centro da cidade (veja a foto 12).

¹¹⁷ O sobrenome da família de fato é Taguchi. Mas, o dr. Teruo pediu juridicamente para acrescentar o sobrenome da família da mãe Miyashiro. Segundo ele para evitar disabores por conta de problemas que poderia(m) vir com o seu nome/sobrenome parecido com outro advogado na cidade. Fizera a mudança, por questão de nomes homônimos, acrescentando Miyashiro no sobrenome (MIYASHIRO, 2017).

Foto 12: O escritório de advocacia do dr. Teruo Miyashiro.



Fonte: Trabalho de campo em 20/08/17.

Os advogados pesquisados supracitados acima viram que o mercado dos profissionais liberais crescerem, em especial na área jurídica, tal profissão era exercida inicialmente sem precisar ter a carteira do conselho de classe. O advogado Miyashiro (2017), comentou que na década de 1960/70 existia o rábula que era um advogado prático conhecedor das leis e excelente orador, como tinham poucos graduados em ciências jurídicas o rábula ocupava esse espaço. Ele não tinha o diploma, mas era reconhecido pela OAB. Em Presidente Prudente/SP lembrou do rábula o “doutor” Makuko que era de origem italiana bem conhecido pelas excelentes arguições. Tinha outro que era já da década de 1950/60 o rábula o “doutor” José Fuzimoto que tinha a formação de farmacêutico, porém atuava também como um bom advogado prático¹¹⁸. Contudo, o doutor Miyashiro conheceu somente o rábula Makuko, já o sr.

¹¹⁸ O advogado prático não tem o diploma de bacharel em ciências jurídicas, por isso o doutor entre aspas.

Fuzimoto não tivera oportunidade, mas ambos ficaram marcados na história da cidade pelo período escasso de profissionais graduados. O dr. Miyashiro e o dr. Mizukava foram algumas gerações posteriores aos rábulas, pois já existia o curso de direito no município pela Instituto Toledo de Ensino. Antes, tinham que ir até Bauru/SP que era a graduação mais perto. Depois somente a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo/SP. Para o doutor Miyashiro (2017), os *nikkeis* que saíam de Presidente Prudente/SP¹¹⁹ para estudar direito na USP na década de 1970¹²⁰, eram somente *"os filhos das famílias mais abastadas que podiam fazer a mobilidade para uma preparação diferenciada voltada para o vestibular, além de custear sua graduação na cidade de São Paulo"*.

O mercado no campo jurídico, conforme Harada (2008), vem se transformando muito e ampliando o leque de possibilidades para além de advogar, como: magistratura, diplomacia, juristas, docência, polícia científica e concursos (oficial de justiça, técnico previdenciário, etc.). Com isso, atraindo uma grande quantidade de descendentes de japoneses da terceira e quarta geração, que já pegou um mercado concorrido¹²¹. O doutor Mizukava compreende essas mudanças pela sua experiência de advogado trabalhista/previdenciário e faz uma explanação sobre a profissão.

Então, não era muito difícil de exercer as atividades de advocacia, tinha bastante clientes, não faltava. Hoje, pelo contrário. É diferente. É, oferta e mão de obra. Mas, eu atuei bastante na área sindical, tanto no sindicato quanto na federação, eu me aposentei em 1996, como assessor jurídico. E, depois, comecei a atuar na área autônoma.

¹¹⁹ O doutor Daniel Sadakazu Yamashita que advogou na cidade era formado na turma 124 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Não sabemos se ele era natural de Presidente Prudente/SP. Mas, foi um dos poucos advogados formado pela USP a atuar no mercado jurídico local.

¹²⁰ No limiar dos anos 1970, eu lembro como se fosse hoje que naquela época quem era advogados mesmo, eram pouquíssimos, se tivessem cerca de 20 advogados graduados eram muitos em Presidente Prudente/SP (MIYASHIRO, 2017).

¹²¹ *"Era bastante diferente, pois havia um número limitado de advogados e cada um com uma especialidade. Assim, cada um atendia uma fatia. Quem fazia crime, não trabalhava com família e tributário. As mudanças começam efetivamente nos anos 90, com escritórios grandes, com setores específicos. A finalidade foi não perder clientes"* (ENTREVISTA: SERGIO TIBIRIÇA AMARAL, 03/08/2017).

Como dinâmica de trabalho de praxe, o entrevistado sempre teve um escritório aberto/ativo, que era paralelo ao vínculo empregatício como profissional liberal no sindicato. A maioria dos advogados trabalha de forma autônoma (como o doutor Miyashiro) nos seus respectivos escritórios. Cada advogado dependendo de suas redes, eles prestam serviços autônomos ou com vínculos empregatícios (ou dos dois jeitos), vai depender do tipo de cliente e da necessidade dele (pessoa física, empresas, instituição e outros).

Nessa perspectiva, o doutor Miyashiro faz o seu panorama sobre o mercado de trabalho para os profissionais liberais apontando que em,

Presidente Prudente você tem três faculdades de direito (TOLEDO, UNOESTE e UNIESP), que para uma cidade de 210 mil habitantes aproximadamente, são muitas faculdades para uma cidade do nosso porte. E você tem um dado impressionante, se nós pensarmos que tem 210 mil habitantes em Prudente, nós temos inscritos na OAB¹²² cerca de 3 mil advogados, quer dizer, nós temos mais 1% de advogados em Prudente. Advogado que eu digo, aquele que passou no exame da OAB, aquele que esta habilitado a advogar, porque a maioria não consegue passar no exame da OAB. Para você ver nós temos mais de 1% de advogados escritos em termos de população de Presidente Prudente/SP (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

Sob esse prisma é um olhar crítico de que o mercado de advocacia esta saturado em Presidente Prudente/SP. Mas, é um curso de bacharel clássico e com essa formação o graduado pode buscar concursos e outras coisas. O cenário que o doutor está argumentando poderá colocar o graduando em direito em mobilidade, fazendo o advogado procurar empregos em regiões em que exista necessidade desse profissional. Ou ficar e buscar um lugar ao sol sabendo da concorrência e das adversidades. Pela conjuntura possivelmente não terá causas para todos os advogados em exercício. Isso é extremamente preocupante.

¹²² Esse dado dito pelo advogado Miyashiro, foi confirmado em visita de campo ao escritório do Presidente da Subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil, com o dr. Rodrigo Lemos Arteiro. E que essa subseção foi fundada em 1933. E com a abertura dos cursos de Direito nesses últimos 30 anos, aumento muito no número de advogados atuando no município. Isso se deve porque é ofertado três cursos de Direito nas faculdades locais supracitadas.

Todavia, o advogado com poucos e/ou sem clientes depende hoje da assistência judiciária, conforme ele nos explica:

Como não tinha defensoria na cidade de Prudente tudo era nomeado para assistência judiciária. E a assistência judiciária pagava um pró-labore pequeno, mas pagava para ele. Muitos advogados trabalhavam para assistência. Hoje em dia a defensoria está se organizando e o papel dela é prestar esse tipo de serviço aos carentes. Mas, com a defensoria muitos advogados continuaram sendo nomeados a prestar assistência ao judiciário. Então, a grande maioria é dependente do judiciário, porém vai chegar a um ponto em que o trabalho vai ser totalmente absorvido pela defensoria pública (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

Segundo o doutor Mizukava (2017), foi a partir da ideia defensoria pública que os mais pobres tiveram condições de acesso à justiça. Quando um advogado era nomeado pela assistência jurídica, sendo que normalmente os processos eram ligados às causas cível e criminal, eram levados ao juiz os problemas que afligiam a classe dos menos favorecidos, que até então não tinham defensores. Para o doutor Miyashiro (2017), essas condições foram garantidas a assistência jurídica a população carente na constituição de 1988.

Doravante, os *nikkeis* brasileiros gostam muito de novas tecnologias e o início dos anos 1990 foi expressivo com computadores, celulares, fax, entre outros. Isso despertou no doutor Miyashiro o desejo de desvendar esse novo mundo corporativo dos negócios pelas novas tecnologias. A partir daí, buscou informatizar o seu escritório pensando nas mudanças e agilidades dos tribunais, de forma simples e sincera nos conta como conheceu seu primeiro computador.

Nos anos 90 o Dr. Pinheiro, um dos advogados mais antigos, já falecido. Ele me chamou um dia na sala dele, venha ver uma máquina que eu comprei, eu fui ver. Isso aqui é um computador. Mais o que faz doutor? É assim, pá pá pá, era aqueles bem antigos, grandões, ainda no começo dos computadores. E eu fiquei encantado. Ele disse foi fulano que forneceu. No dia seguinte encomendei uma maquina, levei para o escritório, coloquei na minha sala, todos os nossos foram lá olhar, era uma tecnologia, algo interessante. Nessa mesma época conversando com um rapaz ele me disse, eu conheci um negócio lá no Paraguai que é uma máquina muito interessante. Você coloca o documento e o cara lá,

por exemplo, no Recife recebe o documento. Mas que máquina é essa rapaz? Muito boa! É uma xerox, não é como se você tivesse levado uma xerox para o cara lá em Recife. Como que é o nome? É um tal de fax. É mesmo rapaz? Podemos encomendar? Então encomendamos, para você ver, o fax daquela época revolucionou. Porque que eu falo isso pra você? Nos anos 90 quando saia uma sentença de primeiro grau, que nós chamamos de *acordon*. O advogado de Prudente tinha que ir em São Paulo, ir lá tirar uma xerox desse *acordon*, fazer o recurso e depois voltar pra protocolar lá no tribunal. Então, para você ver a dificuldade do advogado. Hoje é tudo eletrônico em qualquer lugar com internet você acessa o processo na íntegra (ENTREVISTADO, DR. TERUO MIYASHIRO, 20/08/17).

É no período da globalização, que visualizamos a necessidade dos tribunais se organizarem via um ciber-espço, exigida pela modernização e racionalização dos territórios para dar fluidez aos processos. A tecnificação do espaço via aparelhos eletrônicos, como o computador e o fax, modernizou a prestação de serviços do advogado. O interesse dos *nikkeis* (Iamada e Uchida) pelas novas tecnologias, pode ser notado também pelo dr. Teruo, deixando esses profissionais na vanguarda das suas respectivas especialidades. No capitalismo vigente, o espaço-economia-tecnologia rege à vida na modernidade, por isso nos encanta e pode nos colocar um passo à frente dos demais, como podemos verificar aqui pelos nipo-brasileiros estudados.

Assim, os dois entrevistados cresceram e se formaram no município de Presidente Prudente/SP, foi aqui que puderam estudar e formar suas carreiras na advocacia¹²³, tornando esse município um território de possibilidades e de ascensão social. Pois ambas as trajetórias das famílias saíram do campo, passaram pelo comércio e fábrica artesanal, o título de bacharel lhe conferiram prestígio e dinheiro. Ademais, também as redes ligadas desde a associação nipo-brasileira, perpassando pelo Rotary Club e entre outras entidades, pelas quais lhe garantem o acesso social e ao poder local.

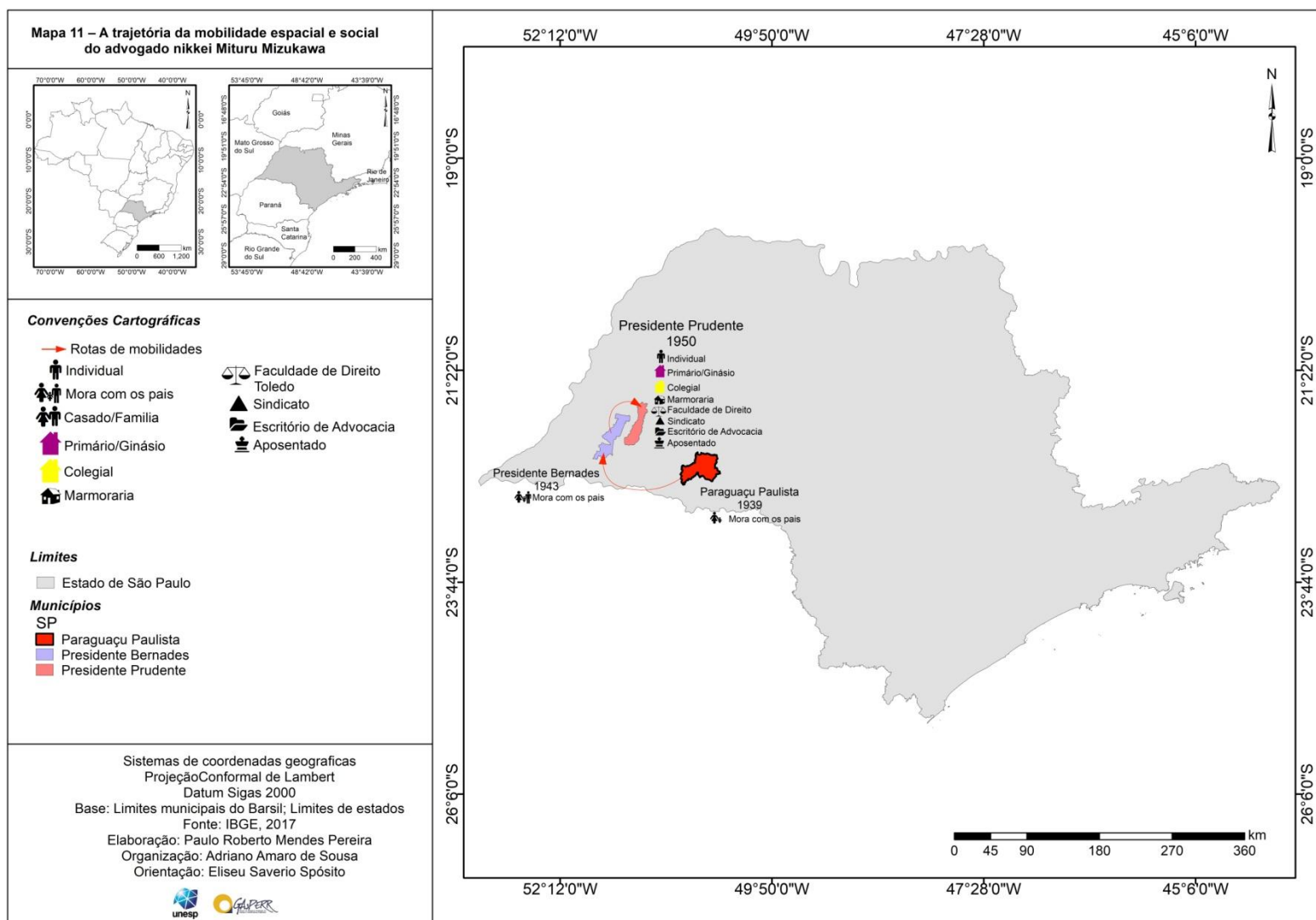
¹²³ Na atualidade, verificamos pelo nosso levantamento através da lista telefônica a *Lista Mais* de 2018, na parte do Guia de Negócios de Presidente Prudente tem 443 advogados, dentre eles 14 eram *nikkeis*. Sobre os *nikkeis* promotores de justiça do Ministério da Público na região temos seguintes: Owen Miuki Fujiki, Lincoln Gakiya, Marcos Akira Mizusaki e Gustavo Silva Tamaoki. Temos o Procurador Jurídico Municipal o *nikkei* Pedro Antônio da Silva.

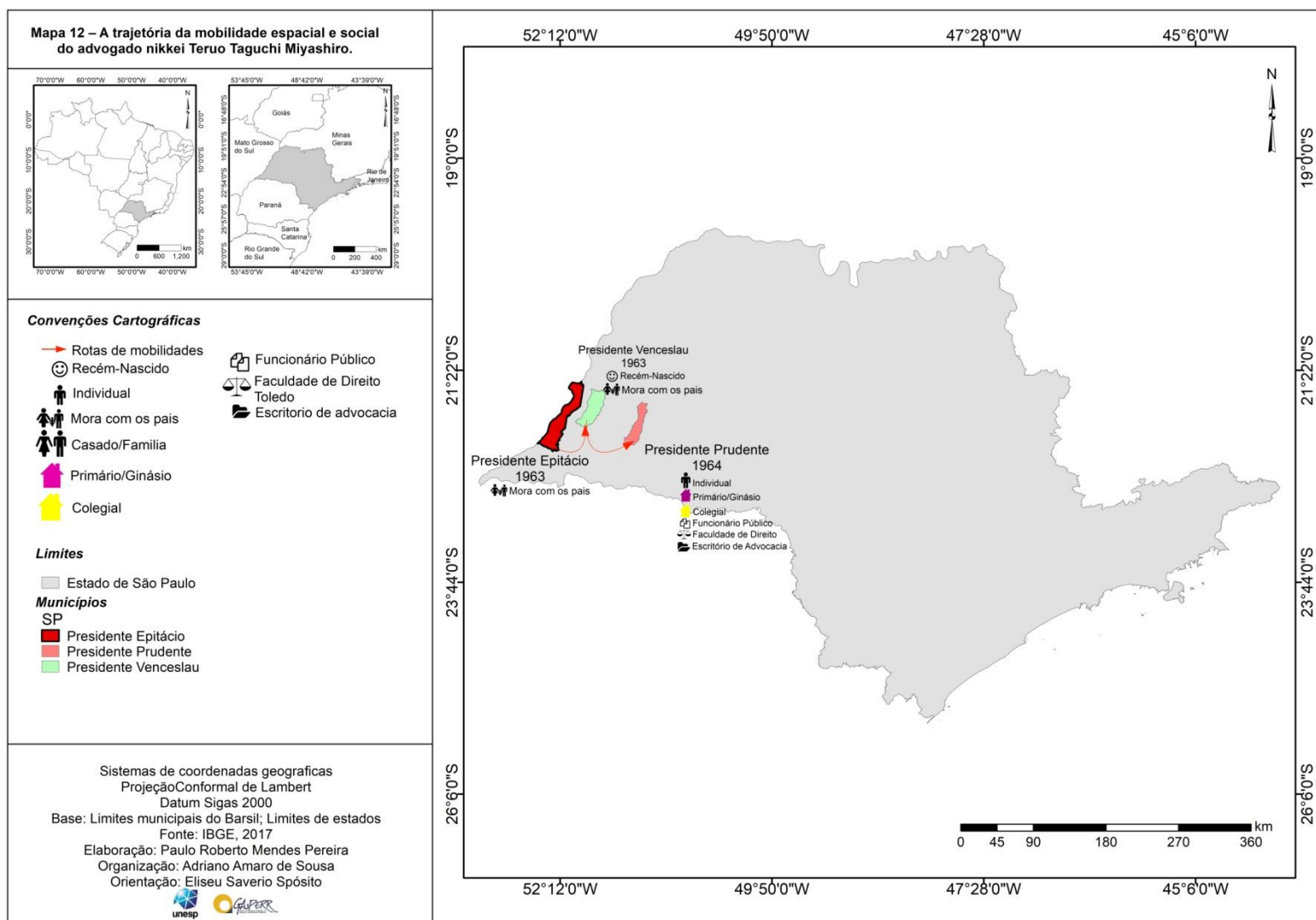
Quadro 11: A mobilidade *nikkei* para os estudos dos profissionais liberais advogados.

ENTREVISTADOS	ORIGEM	1º Mobilidade	2º Mobilidade	3º Mobilidade
Mituro Mizukava	<i>Nissei</i> Paraguaçu Paulista/SP 1939	Presidente Bernardes/SP Criança 1943	Presidente Prudente/SP Primário, Ginásio e Colegial Marmoraria Direito Toledo-PP Sindicato dos trabalhadores rurais Escritório de advocacia Aposentado 1950	-----
Teruo Taguchi Miyashiro	<i>Nissei</i> Presidente Epitácio/SP 1963	Presidente Venceslau/SP Recém-nascido 1963	Presidente Prudente/SP Primário, Ginásio e Colegial Funcionário publico municipal Direito Toledo-PP Escritório de Advocacia 1964	-----

Fonte: Pesquisa de campo do autor agosto-2017 a outubro-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa





Quadro 12: As famílias nipo-brasileiras dos advogados estudados.

FAMÍLIA	PAIS	CIDADE	NAVIO	CHEGADA	ENTREVISTADO
Família Mizukava	Tetsuo Mizukava Shizue Mizukava	Okayama-ken	Kassagawa-Marú	26/05/1930	Mituru Mizukava
Família Taguchi	Yoshiraro Taguchi Miwako Taguchi	Fukuoka-ken	Havaii-Marú	25/11/1933	Teruo Tagushi Miyahiro

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

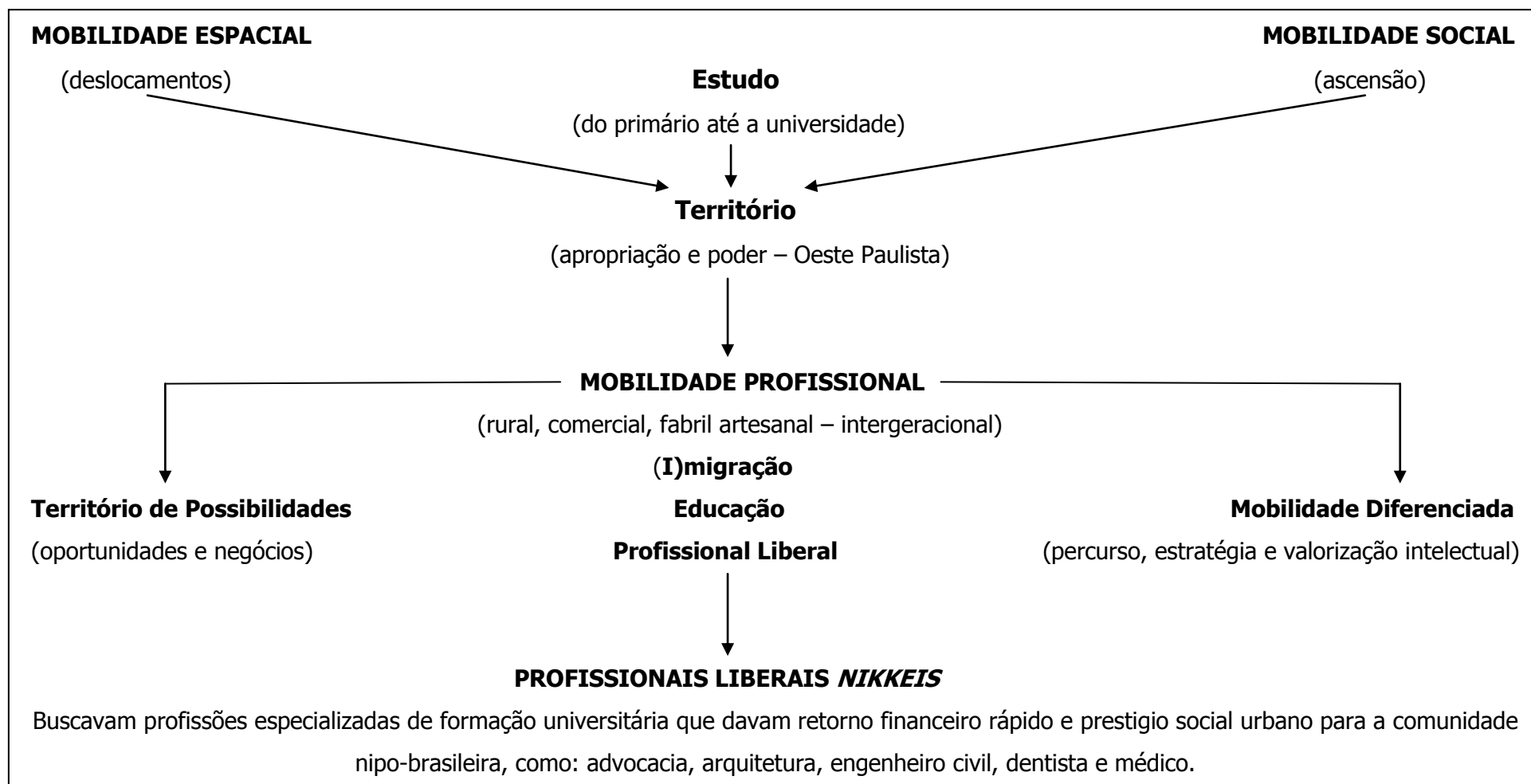
Quadro 13: As principais características indenitárias dos advogados entrevistados.

ENTREVISTADO	IDIOMA	RELIGIÃO	CASAMENTO	ASSOCIAÇÃO
Mituru Mizukava	Compreende	Católica	Nissei	Dirigente
Teruo Tagushi Miyahiro	Não fala	Católica	Brasileira	Participa

Fonte: Pesquisa de campo do autor 2017-2018

Organizado: Adriano Amaro de Sousa

Figura 1: Esquema teórico-metodológico da mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis*.



Organização: Adriano Amaro de Sousa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da tese teve, como objetivo principal, compreender a mobilidade espacial e social dos profissionais liberais *nikkeis* em Presidente Prudente/SP, dada a visibilidade, na paisagem urbana, dos descendentes de japoneses no município, como: advogado, arquiteto, dentista, engenheiro e médico. Isso pode ser verificado pelos consultórios médicos, clínicas médicas e de dentistas, Hospital Iamada, além de alguns escritórios de advocacia e arquitetura/engenharia nas vias de circulação da cidade.

A observação da paisagem demonstra uma configuração de territorialidades como, por exemplo, o prédio em que o Péricles Otani atende que é um complexo de consultório de vários médicos, sendo todos *nikkeis*. Além dele, há consultórios familiares como o de Flora Yamazaki, onde trabalham, além dela, o marido médico, a irmã e a sobrinha dentistas. Outro exemplo de consultório familiar é aquele dos primos de Oscar Higa, tendo vários médicos: Hugo Gakiya, Mauro Gakiya e Nereu Oguido. Esses três consultórios supracitados, estão localizados no mesmo eixo de circulação da cidade, na Avenida Washington Luiz. E para completar a lista, temos o consultório/clínica da família Anzai, localizado na Vila Maristela, idealizado pelo entrevistado, o dentista Augusto Anzai (aposentado) que dividia, inicialmente, seu consultório com dois irmãos médicos, e que, posteriormente, recebeu dois sobrinhos médicos.

Esses fatos e exemplos desconstróem a tese de que os imigrantes japoneses tiveram uma ascensão social somente no campo, trabalhando por conta própria e/ou em cooperativas agrícolas. Eles foram, também, importantes no processo de industrialização de Presidente Prudente, onde instalaram suas fábricas no ramo de bens de consumo não-duráveis (alimentos e bebidas). Atualmente, os *nikkeis* são importantes entre os profissionais liberais no município, tendo destaque, primeiro, entre os profissionais das áreas da saúde (medicina e, logo em seguida, na odontologia). Por outro lado, os profissionais

das áreas de engenharia em segundo plano, já os profissionais das áreas de humanidade (advocacia, arquitetura) se apresentam com menor expressão.

De modo geral, as famílias *nikkeis* pesquisadas tiveram ascensão social em Presidente Prudente/SP ou em outros municípios próximos, quando puderam adquirir um lote de terra rural para se livrar do regime de colonato. Nesses lugares, deram suporte para os filhos estudarem, seja o filho escolhido ou toda a família. Colocar o filho para estudar e investir para que ele obtivesse uma qualificação de “doutor” demonstra às práticas que definiram as territorialidades capitalistas da família que visualizava uma oportunidade de ascensão social para os filhos como profissionais liberais. A ideia de segurança econômica, vislumbrada para o filho que se formasse médico, engenheiro ou advogado demonstra a projeção de que, por meio dessas profissões, as pessoas sempre teriam trabalho na configuração (em termos amplos, na divisão territorial do trabalho) que se apresenta da sociedade urbana no período que vai, em termos amplos, de 1960 a 1980. No caso de Presidente Prudente/SP, ela cresceu e se transformou em uma cidade média, concentrando uma diversidade de profissionais liberais com várias especialidades. Com isso, a pergunta inicial deste trabalho comprova o fato de que o município, movido por sua dinâmica sócio-econômica, apresentou-se como um território de possibilidades para os *nikkeis* que eram naturais da cidade e da região e, também, para outros que migraram para ela. Os entrevistados provenientes de outras áreas, eram praticamente do Oeste Paulista (Alta Sorocabana, Alta Paulista e Alta Noroeste) que vislumbraram, em Presidente Prudente/SP, a oportunidade de trabalho que embasaria suas carreiras de profissionais liberais.

A mobilidade dos profissionais liberais *nikkeis* apresentou-se como um projeto familiar pelo incentivo e custeamento dos estudos dos filhos por parte de seus genitores, com o objetivo de se ter um filho “doutor”, o que daria prestígio e *status* para o sobrenome da família na sociedade local. Nessa empreitada, a família permanece no lugar de reprodução econômica e biológica e quem passa a ter mobilidade é o filho que vai estudar. Nas décadas de 1950 e 1960 não era fácil encontrar municípios onde poderia ser cumprido o curso ginasial e ou o colegial. Alguns municípios em que se formava um grupo de

origem japonesa, houve a organização de alojamentos coletivos mas, em muitos casos, havia o pagamento de pensão de estudantes ou a colaboração de familiares que alojavam os estudantes. Os municípios que concentraram na região o ensino do ginásio e colegial com mais facilidades, na Alta Sorocabana/SP, foram Presidente Prudente e Presidente Venceslau. O projeto familiar também se baseava no desejo individual do *nikkei* de se esforçar para conseguir cursar uma universidade pública renomada.

A escolha das escolas era importante porque o sucesso escolar era fundamental para compensar a rede de apoio de onde estudar. O ensino básico, em Presidente Prudente/SP, foi feito na escola pública (Escola Estadual Adolfo Arruda Melo e Instituto de Educação Fernando Costa) mas, quando se queria uma formação mais avançada ou dirigida (mesmo para preservar a cultura nipônica), o destino era uma escola particular local, o Colégio São Paulo. Fora de Presidente Prudente, as indicações foram (no caso da realização do curso colegial em São Paulo), o colégio público (de boa qualidade) no bairro da Liberdade (Escola Estadual Presidente Roosevelt, onde estudou Tadashi Uchida), ou uma escola particular, como o Colégio Bandeirantes (onde estudaram Márcia Sakuma e Jorge Aramaki), que se localiza no bairro do Paraíso. Assim, os *nikkeis* prudentinos e de outras cidades próximas (objetos de entrevistas nesta tese) saíam do seu lugar de origem para ter uma formação mais sólida e poder competir nos vestibulares da Universidade de São Paulo. Além da ampla rede de apoio de indicação, havia a rede familiar que recebia o estudante (indicava-se uma pensão e se fazia o acompanhamento do estudante).

Portanto, dos 16 *nikkeis* entrevistados, 10 deles se formaram em universidades renomadas (Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Campinas, Universidade Estadual Paulista ou Universidade Federal do Paraná), nas quais os vestibulares são muito concorridos. Confirmando o interesse dos *nikkeis* pela universidade pública, destaca-se a Universidade de São Paulo, onde se graduaram quatro dos entrevistados (Hélio Hirao, Márcia Sakuma, Péricles Otani e Tadashi Uchida) em arquitetura, odontologia e medicina. Outra rede *nikkei* que se estabeleceu foi

no Rio de Janeiro para estudar medicina na Universidade Federal do Rio de Janeiro foi formada por três médicos (primos). Além deles, os outros seis entrevistados fizeram faculdades particulares (FOL, FAMEMA¹²⁴, FMIT, ITE e UNOESTE), sendo que cinco deles graduaram no interior de São Paulo (Lins, Marília e Presidente Prudente) e a outra entrevistada se formou na cidade de Itajuba/MG.

Diante desse quadro, dois fatos chamaram a atenção: 1) Luiz Nagai conseguiu concluir o curso de odontologia com a política pública do crédito educativo; 2) o irmão de Izumi Sakuma não obteve êxito como dentista mesmo sendo formado por uma renomada universidade pública, tornando-se *dekassegui* no Japão. Outro fato que chama a atenção é a de que houve uma orientação de algumas famílias para a profissão de médico, como a de Otani, que tem cerca de 30 médicos, sendo ele o terceiro da família a se formar. Isso denota também uma territorialidade mais capitalista que se aproxima do *status* de proporção que possibilita ganho de dinheiro, mais do que ser profissão como vocação da família em si. Entretanto, o marco de dois objetos técnicos na área da saúde mostra a relação do profissional liberal da medicina com o mundo dos negócios: o Hospital Iamada (que iniciou como maternidade, abriu seu capital na década de 1980 com a participação de outros quatro sócios e, com o passar do tempo, foi ampliando suas especialidades e, atualmente, é um hospital geral) e a Clínica Uchida (que era familiar e cerrou as portas na década de 1980).

Assim, a maioria dos *nikkeis* teve mobilidade em ascensão com relação aos seus pais (que eram agricultores ou comerciantes), mostrando, em outras palavras, sua ascensão em termos de *status* que exemplifica a mobilidade geracional. A possibilidade de ascensão com relação aos pais aconteceu por meio da educação (principalmente na escola pública e gratuita). A ascensão social pela educação permitiu formar as territorialidades tecidas por esse acontecer que caracteriza o profissional liberal. A territorialidade pode ser deduzida pela mobilidade diferenciada propiciada pela educação, pois o profissional liberal é autônomo, presta serviço de certa forma onde quer e para

¹²⁴ Na época, ela era considerada faculdade particular.

quem quer, superando seus antepassados que eram condicionados ao trabalho no sistema de colonato.

Esses exemplos, em termos teóricos, permitem afirmar que, por meio da metodologia adotada no andamento da pesquisa, os elementos escolhidos foram importantes para se chegar aos resultados finais.

A figura 1 mostra que, a partir das mobilidades espacial (deslocamento) e social (ascensão) a noção de território se configurou e permitiu deduzir que a territorialidade se constituiu por meio da mobilidade dos agentes estudados. A mobilidade profissional, alavancada pela educação (em todos os níveis, mas principalmente o nível superior), levou a uma mobilidade diferenciada, vislumbrada nos territórios das possibilidades. O resumo de tudo isso é a conformação de uma comunidade de profissionais liberais *nikkeis* que forma uma rede social pautada pela cultura e pela vontade de se libertar do trabalho no campo, reconfigurando a divisão social do trabalho das famílias nipônicas na cidade de Presidente Prudente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, D. S. Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologias e contextos. INÁ, E. C *et al* (Orgs) Explorações geográficas: percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOMTEMPO, D. C. Os sonhos da migração: um estudo dos japoneses e seus descendentes no município de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

_____. Entre o Japão e o Brasil: a trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2007 (mineo).

_____. Cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília - SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2011. (Tese de Doutorado)

BUTUSGAN, S. Participação social e tendência de casamento interétnico. In: SAITO, Hiroshi & Maeyama, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

BUTUSGAN, Sumi. Os nisseis e a busca de sua integração na sociedade brasileira :um grupo referencial - o Centro Cívico Nissei de Presidente Prudente. Presidente Prudente: 1973. (tese de doutorado)

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. São Paulo: Revista de Antropologia, v. 7, n. 1-2, 1959.

_____. O agricultor e o profissional liberal entre os japoneses no Brasil. São Paulo: Revista de Antropologia, vol 11, p. 53-60, 1963.

_____. Estrutura familiar e mobilidade social: estudos dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo. Kaleidos-Primus, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da reflexão sobre cidade/urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; CORREA, Roberto Lobato (Orgs.). Explorações geográficas: percurso no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. A Rede Urbana. São Paulo: Atica, 2004.

DEZEM, Rogério. Um exemplo singular de política emigratória. In: HASHIMOTO, F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S (Orgs.). Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

ENNES, M. A. A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2001.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O processo de reestruturação produtiva em cidades médias paulistas: Araçatuba, Birigui, Marília Presidente Prudente e São José do Rio Preto. São Paulo: FFCLH/USP, 2007. (Tese de Doutorado)

HANDA, TOMOO. O imigrante japonês: a história de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-brasileiros/T.A. Queiróz, 1987.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste. Niterói. Eduff, 1997.

HARADA, Kiyoshi (Orgs.). O nikkei no Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

HASHIMOTO, Francisco. Sol nascente no Brasil: cultura e mentalidade. Assis: HFV Arte & Cultura, 1995.

HIRANO, Sedi. Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento de Marx e Weber. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

GAUDEMAR, P. Mobilidade do trabalho e acumulação de capital. Lisboa: Editora Stampa, 1977.

GOTTMAN, Jean. Evolução do conceito de território: In: Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012.

GUEDES, A. D. O trecho, as mães e os papéis: etnografia de movimentos e durações no norte de Goiás. São Paulo: Garamond, 2013.

JANNUZZI, P. M. Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Autores Associados, 2000.

KOKETSU, Toshio. Início da colonização japonesa em Presidente Prudente. In: SHICASHO, Emika T. A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente. Presidente Prudente: Gráfica Impress, S/D.

LESSER, J. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. Niterói: GEOgraphia, nº 6, 2002.

MARX, Karl. A origem do capital. Fulgor, p.11, 1964.

MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise no Brasil Agrário. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Não há terra para plantar neste verão - o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis, Vozes, 1986.

_____. O cativo da Terra. São Paulo, Hucitec, 1979

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MAYER, Kurt B. Classe e sociedade. São Paulo: Bloch, 1967.

MEDEIROS, Célia Maria dos Santos Viera de. O produtor familiar rural e dinâmica econômica e social da região de Presidente Prudente nos 1980-1990. São Paulo: FFCHL/USP, 2002. (Tese de Doutorado em Geografia)

MEIHY, J.C.S.B. Manual de história oral. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

MITA, Chiyoko. Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais (Antropologia Social), FFCHL/USP, 1986.

MIZUMOTO, Fabio Mituoka. As estratégias nos canais de distribuição de ovos: análise dos arranjos institucionais simultâneos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. (Dissertação de Economia)

MIYAO, S. Posicionamento social da população de origem japonesa. In: A presença japonesa no Brasil. São Paulo: T. A. Queiróz: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OKABE, Hiroji. Algumas reflexões sobre a formação do capitalismo japonês. In: Argumento: revista mensal de cultura, n. 3, ano 1, p. 51-65, 1974.

PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T. A. Queiróz Editor, 1979.

PINOTTI, Henrique Walter (Orgs.). Médicos descendentes de japoneses e a sua passagem pela Casa de Arnaldo. São Paulo, Editora: Edições O. L. M., 2008.

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro. Zahar, 1975.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: Von Simon, Olga de Moraes (org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de classes e mobilidade social no Brasil. Bauru/SP: Edusc, 2007.

SAITO, Hiroshi. A presença japonesa no Brasil: estudo de mobilidade e fixação. São Paulo: USP, 1961.

____ & MAEYAMA, Takashi. Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

SAKURAI, Célia. Os japoneses. São Paulo: Contexto, 2007.

____. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. In: Fausto, Boris. (Org.). Fazer a América: imigração em massa para a América Latina. Edusp, 2000.

_____. Primeiros pólos da imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Revista USP, n. 27, set/out/nov, p. 32-45, 1995.

_____. Romanceiro da Imigração Japonesa. São Paulo, Editora: Sumaré/FAPESP, 1993.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2013.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Manual de geografia urbana. Ed: Edusp, 2012.

_____. SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 54, p. 81-99, 1977.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; _____, SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, Valdery. Pioneiros da imigração japonesa da Alta Sorocabana. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Ed. EST, 2003/2001.

_____; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. Presidente Prudente: Revista Nera, ano 11, nº 13; p. 118-127, jul-dez/2008.

SCALON, M. C. Mobilidade social no Brasil: Padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

SHICASHO, Emika T. A saga dos imigrantes japoneses em Presidente Prudente. Presidente Prudente: Gráfica Impress, S/D.

SORRE, Marx. Migrações e mobilidade do ecúmeno. In: MEGALE, J. F.; FERNANDES, F. (Orgs): Max Surre. São Paulo: Ática, 1984.

SOUSA, A. A. O voo do tsuru. O empresariado nipo-brasileiro: de colono a industrial. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2010 (Dissertação de Mestrado).

_____. A territorialização dos imigrantes japoneses na Alta Sorocabana. Presidente Prudente: Revista Formação, n. 14, vol. 2. P. 119-129, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. Vida nas cidades. São Paulo: Contexto, 1994.

SUZUKI, Teiiti. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1973.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (et al) (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita. Raízes de um povo: a colônia japonesa de Álvares Machado/SP. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2003. (Dissertação de Mestrado)

VASCONCELOS, F. A. Responsabilidade do profissional liberal nas relações de consumo. Curitiba: Juruá, 2012.

VIEIRA, Francisca Isabel Shurig, O japonês na frente de expansão paulista. São Paulo: 1973 (tese de doutorado).

WAWZYNIAK, Sidnalva M. A colônia como representação: a imigração japonesa no Brasil. In: HASHIMOTO. F.; TANNO, J. L.; OKAMOTO, M. S. (Orgs). Cem anos de imigração japonesa: história, memória e arte. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. Contornos e representações familiares: a constituição da família japonesa no Brasil. Revista Neuvo Mundo Mundos Nuevos, Colóquios, 2008. <http://nuevomundo.revues.org/index20732.html>. Acessado em 10 de julho de 2015.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA¹²⁵

- 1 – Fale sobre sua origem: o local de nascimento e filiação. E qual a profissão dos seus pais?
- 2 – O sr. é issei, nissei e/ou sansei? Quem da família saiu do Japão para o Brasil? Qual era a profissão dele lá no Japão? E quais as causas da imigração para o Brasil?
- 3 - E em que ano chegou ao Brasil? E por quantas cidades passaram até chegar em Presidente Prudente/SP? Comente.
- 4 – Fale sobre sua fase escolar da infância e adolescência antes da chegada a universidade. E como era a relação com os brasileiros?
- 5 – E qual a sua relação (e também da sua família) com as associações *nikkeis*? Fez escola japonesa? E quais os valores e tradições japonesas presentes na sua vida e profissão?
- 6 – Como se deu a preparação para a universidade? Fez cursinho e onde? E porque o curso de? E como foi a formação profissional/acadêmica no curso de? E qual o interesse do *nikkei* no curso de? E o papel das associações nipo-brasileiras na orientação vocacional em Presidente Prudente/SP? Ou no meio universitário no curso de?
- 7 – O que o sr. entende por profissional liberal? Como podemos definir o médico como profissional liberal?
- 8 – O que vem mudando na atuação profissional 50-60, 70-80 e 90-00 da profissão liberal? E como compreendemos a incorporação das novas tecnologias na?
- 9 – O sr. ao longo da sua carreira esteve ligado mais a pública/social ou a particular/convênio?
- 10 – Qual o marco da na cidade de Presidente Prudente/SP? Relacione e desenvolvimento da cidade?

¹²⁵ Com os profissionais liberais especializados *nikkeis* da advocacia, arquitetura, engenharia, medicina e odontologia. O espaço a ser preenchido dependia da profissão do entrevistado.